



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

JANÃINE DANIELA PIMENTEL LINO CARNEIRO

**AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS
PELO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS**



GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro

3. Título do trabalho

AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por JANAINÉ DANIELA PIMENTEL LINO CARNEIRO, Discente,



em 26/10/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 26/10/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3291521** e o código CRC **783B6528**.

JANÁINE DANIELA PIMENTEL LINO CARNEIRO

**AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS
PELO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para conclusão do Curso de Doutorado em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carneiro, Janáine Daniela Pimentel Lino
AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS
HEGEMONIZADOS PELO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS
[manuscrito] / Janáine Daniela Pimentel Lino Carneiro. - 2021.
CCLIII, 253 f.: il.

Orientador: Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Espaço. 2. Agrohidronegócio. 3. Territorialidades. 4. (RE) Existências. 5. Goiás. I. Mendonça, Marcelo Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 84 da sessão de Defesa de Tese de **Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro** que confere o título de Doutora em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, a partir das 14:00 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O TERRITÓRIO GOIANO: AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO AGROHIDRONEGÓCIO NO SUDESTE GOIANO”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Maria Erlan Inocêncio (UEG), membro titular externo; Professor Doutor Gilmar Alves de Avelar (UFCAT), membro titular externo; Professora Doutora Patrícia Francisca de Matos (UFCAT), membro titular externo; Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

AS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS HEGEMONIZADOS PELO AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ERLAN INOCENCIO, Usuário Externo**, em 21/11/2022, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 08/12/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 13/12/2022, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Alves De Avelar, Professor do Magistério Superior**, em 14/12/2022, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

05/01/2023 11:01

SEI/UFG - 3340236 - Ata de Defesa de Tese



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Francisca De Matos, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2022, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3340236** e o código CRC **E68BFF00**.

Referência: Processo nº 23070.034589/2021-54

SEI nº 3340236



*Fazenda Santa Rosa, Ipameri (GO)
Expressão do trabalho, da criatividade e da produção do
espaço pela mulher camponesa.*

Aos meus pais,

Nivaldo e Tereza, pelo amor, pelos exemplos e ensinamentos, sobretudo, a não desistir mesmo diante das inúmeras dificuldades.

A Stella e ao João Daniel, pelo amor, fonte de força e de inspiração.

Às mulheres trabalhadoras, cuja essência consiste na tríade: amor, força e luta, além da criatividade e do poder de esperançar.

Aos camponeses, que a partir dos seus saberes e fazeres, cotidianamente, lutam para continuar existindo e fazem do trabalho com terra o sentido da sua existência.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa resulta de uma construção coletiva. Durante a sua realização, em todas as etapas, é essencial a contribuição de diversos sujeitos e instituições. Nesse sentido, agradeço aos familiares, colegas e amigos, bem como, às instituições, trabalhadores, camponeses, militantes e demais entrevistados. Em especial, agradeço:

À Universidade Federal de Goiás, instituição à qual me formei desde a graduação, especializações, mestrado e doutorado e que me fornece subsídios para a atuação profissional, pessoal e sobretudo, forneceu/ce elementos essenciais na intervenção social.

Ao Curso de Geografia, da UEG Morrinhos, e aos colegas de trabalho pelo apoio e incentivos.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pela bolsa de fomento à pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Corumbá (GO) pela licença para aprimoramento.

Aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Gilmar Alves Avelar, no Exame de Qualificação, bem como na Defesa da Tese. E, às professoras Maria Erlan Inocência e Patrícia Francisca de Matos pela avaliação da tese e participação da Defesa.

Ao CEGeT, pelas pesquisas desenvolvidas, pelos debates e pelo apoio.

Ao Laboter pelas pesquisas, debates e pelo suporte.

Ao Trappu que muito além de grupo de pesquisa e estudos, se consolida a partir dos princípios de solidariedade.

Ao professor Marcelo Rodrigues Mendonça, por todo o suporte e ensinamentos desde a graduação, sobretudo, por acreditar que as conquistas são possíveis mesmo diante de todas as dificuldades. Professor Marcelo é exemplo como docente, pesquisador, orientador, militante e de solidariedade.

Aos colegas, Aline, Pedro, Flávio, Edgar, Renato, Jackeline, Crispim e Jéssyca pela ajuda na pesquisa e nos desafios da vida.

Aos familiares e amigos. Ao João e Stella por serem a razão de todas as minhas conquistas.

À Isabela, ao Renato e ao Edgar pelos mapas.

Hygor, Irmã Inês e Alessandro pelo apoio nos trabalhos de campo

A todos, muito obrigada.

A centralidade das ações políticas construídas por esses sujeitos políticos se refere mais à necessidade de manter a chama da esperança de suas (Re)Existências acesas. Não é ainda guerra contra o modo de produção capitalista, ou mesmo a globalização capitalista, mas apenas uma batalha para continuarem existindo, vivendo e só vivo é que se pode empreender novas batalhas para que se vença a guerra. Evidentemente, essa ação aos poucos incorpora bandeiras de lutas que são históricas, tais como reforma agrária, soberania nacional etc., e a sua essência está na manutenção de modos de vidas que se opõem frontalmente às formas mercantis de uso da terra, ou seja, aos poucos os gritos contra o capital (agronegócio e hidronegócio) eclodem, consubstanciando-se em ações pedagógicas rumo a ações políticas emancipatória, sejam no espaço urbano sejam no rural – no espaço da vida!

(MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 18)

RESUMO

Na presente pesquisa, busca-se construir uma análise do território goiano a partir da sua heterogeneidade espacial e, não apenas, na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado se constitui como agente hegemônico e homogeneizante do espaço. Os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção, assim como a modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas e as diferentes práticas de (Re)Existências, para não invisibilizar os conflitos existentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social. É preciso se atentar às processualidades históricas da formação do território goiano, aos efeitos do desenvolvimento geográfico desigual e combinado e às práticas políticas e socioculturais dos trabalhadores do campo – e nas cidades -, assim como dos demais sujeitos que atuam nesses espaços. Entende-se que no campo, existem os elementos que se transformam e os que se mantém, ou seja, um cenário de territórios em disputas, com conflitualidades e relações de poder (FERNANDES, 2012). Além disso, os diferentes territórios encontram-se hibridizados, com distintas relações hegemônicas, construídas a partir da urdidura do capital e do trabalho, o que gera um mosaico de territórios em disputa (MENDONÇA, 2004). Chaveiro; Calaça (2012) destacam que é preciso desenvolver uma abordagem totalizante do Cerrado, que reconheça os diferentes conflitos de sua inserção na economia mundial, da reorganização das classes sociais, das regiões e dos lugares, que recorra às diversas perspectivas, no campo político, econômico, social e cultural. Para Mendonça (2012), a permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política transformadora (luta pela terra, pela reforma agrária, pela água etc.), permite apontar o conceito de (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Em suma, a pesquisa tem como centralidade compreender as diferentes experiências de (Re)Existências construídas pelos sujeitos do campo na Mesorregião Sul Goiano, com ênfase no Sudeste Goiano, considerando-se as diferentes formas de trabalho, organizações, associações, movimentos sociais e cooperativas, bem como a educação do campo, que tem permitido a sua reprodução social na terra, nos territórios hegemônicos do agrohídronegócio, reconhecendo-se as diferentes experiências de (Re)Existência camponesa em Goiás.

Palavras-chaves: Espaço; Território; Agrohídronegócio; (Re)Existências; Territorialidades do Conflito; Goiás.

ABSTRACT

In this research, we seek to build an analysis of the territory of Goiás from its spatial heterogeneity and, not only, from the perspective that the territorialization of capital in the Cerrado areas constitutes a hegemonic and homogenizing agent of space. Economic indexes, technification, verticalization of production, as well as the modernization of the territory are not the only face of the landscape in Goiás. It is necessary to consider the contradictions, the peasant territorialities and the different practices of (Re)Existences, so as not to make the existing conflicts invisible, above all, in the political actions of workers, constructed daily for their social reproduction. It is necessary to pay attention to the historical processes of the formation of the Goiás territory, the effects of uneven and combined geographic development and the political and sociocultural practices of rural workers – and in cities -, as well as other subjects who work in these spaces. It is understood that in the field, there are elements that change and those that remain, that is, a scenario of territories in dispute, with conflicts and power relations (FERNANDES, 2012). In addition, the different territories are hybridized, with distinct hegemonized relationships, built from the warp of capital and labor, which generates a mosaic of territories in dispute (MENDONÇA, 2004). Locksmith; Calaça (2012) emphasize that it is necessary to develop a totalizing approach to the Cerrado, which recognizes the different conflicts of its insertion in the world economy, the reorganization of social classes, regions and places, which uses different perspectives in the political and economic field. , social and cultural. For Mendonça (2012), the permanence of close sociocultural practices driven by transformative political action (fight for land, agrarian reform, water, etc.) allows us to point out the concept of (Re)Existence as a process of permanence, modified by a political action that is based on sociocultural elements, formatting spatialities as a condition to continue (Re)Existing. In short, the centrality of the research is to understand the different experiences of (Re)Existence built by the subjects of the field in the Mesoregion of South Goiano, with an emphasis on Southeast Goiás, considering the different forms of work, organizations, associations, social movements and cooperatives , as well as the education of the countryside, which has allowed its social reproduction on land, in the hegemonic territories of agro-hydrobusiness, recognizing the different experiences of peasant (Re)Existence in Goiás.

Keywords: Space; Territory; Agribusiness; (Re) Stocks; Conflict Territorialities; Goiás.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Terreno preparado para o cultivo de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO – 2015	82
Foto 2	Lavouras de Soja na Mesorregião Sul Goiano (2020).	99
Foto 3	Hortaliças, pamonhada e doce de leite em unidade camponesa na Mesorregião Sul Goiano (2020).	99
Foto 4	Hortaliças em propriedade camponesa em Corumbaba (GO).	100
Foto 5	Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL).	151
Foto 6	EMEB Urbano Pedro Guimarães em Piracanjuba (GO).	170
Foto 7	Veículos utilizados pelo transporte escolar estacionados no pátio da EMEB Urbano Pedro Guimarães.	170
Foto 8	A – Colégio Municipal Santa Terezinha (Areião); B- Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro (Bálsamo); C- Escola Municipal Professor Alberto de Moraes Holanda (Ponte Quinca Mariano), em 2018.	171
Foto 9	Aula de Educação Física com os estudantes de 08 e 09 anos e projeto de incentivo à leitura no Colégio Municipal Santa Terezinha, em 2018.	172
Foto 10	Projeto “Horta na Escola” desenvolvido pelo Colégio Municipal Santa Terezinha, com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, desde o ano letivo de 2017.	172
Foto 11	Trabalho de Campo na Usina Hidrelétrica de Furnas, no Rio Corumbá e no Parque Estadual da Serra de Caldas (PESCAN), em 2017, realizados pelo Colégio Municipal Santa Terezinha.	173
Foto 12	Reunião no pátio da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita na Comunidade São Domingos em Catalão (GO).	175
Foto 13	Escola de Família Agrícola de Orizona (EFAORI).	177
Foto 14	Produção leiteira e de Milho no Assentamento Tijunheiro em Morrinhos (GO).	188
Foto 15	Produção leiteira no Assentamento Tijunheiro em Morrinhos (GO).	189
Foto 16	Hortaliças Canaã: Assentamento Boa Esperança em Morrinhos (GO).	190
Foto 17	Pluriatividades no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO).	191
Foto 18	Unidade camponesa no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): maracujá, milho e piscicultura.	192
Foto 19	Unidade de produção camponesa no Assentamento Boa Esperança: pluriatividades.	192
Foto 20	Pomar no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO).	193
Foto 21	Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): Moradia Camponesa, produção leiteira e piscicultura.	193
Foto 22	Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): Moradia Camponesa, produção leiteira e piscicultura.	194
Foto 23	Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): suinocultura, mandioca e produção de silagem para alimentação do gado.	194
Foto 24	Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).	195
Foto 25	Sede da Associação dos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) e ações do mutirão de plantio de mandioca e coleta de lenha no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).	200
Foto 26	Produção de arroz em propriedade camponesa em Orizona (GO).	202
Foto 27	Entrega dos alimentos na escola pública em Vianópolis (GO).	203
Foto 28	Ação política realizada pelos camponeses no Sudeste Goiano (2020).	204
Foto 29	Ação política realizada pelos camponeses no Sudeste Goiano (2020).	205
Foto 30	Mutirão de Plantio do Corredor Agroecológico coordenado pelo MCP - Movimento Camponês Popular em Catalão/GO.	216
Foto 31	Área de Plantio de Mudas para Recuperação de Nascentes na Comunidade Macaúba, atingida pela mineração em Catalão (GO).	227
Foto 32	Mudas nativas para Recuperação de Nascente na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	227
Foto 33	Mudas nativas para Recuperação de Nascente na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	227

Foto 34	Vista aérea do Mutirão para Recuperação de Nascente na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	228
Foto 35	Mutirão para Recuperação de Nascente na Comunidade Custódia em Catalão (GO)	229
Foto 36	Ruínas de moradia camponesa na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	231
Foto 37	Comunidade Macaúba em Catalão (GO): macaúbas, rejeitos e resistência.	231
Foto 38	Moradia Camponesa na Comunidade Macaúba em Catalão (GO) e montanha de rejeitos.	232
Foto 39	“Lagoa de rejeitos” da atividade mineradora na Comunidade Macaúba – Catalão (GO).	233
Foto 40	Nascente atingida pela mineração na Comunidade Macaúba em Catalão (GO)	234
Foto 41	Convite para mutirão de plantio de mudas em nascentes na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	237
Foto 42	Plantio de mudas em nascentes na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).	238
Foto 43	Reunião no Ministério Público Federal – Sede em Goiás.	239
Foto 44	Reunião do GT sobre Mineração na sede do GETeM.	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Índice de produção de grãos em Goiás (2000-2017).	82
Gráfico 2	VAB por setor de atividade: participação da Mesorregião Sul em relação ao estado de Goiás (2002 – 2018).	84
Gráfico 3	Goiás e Mesorregião Sul Goiano: PIB Preços Correntes (2002-2018).	85
Gráfico 4	Goiás e Mesorregião Sul Goiano: PIB Per Capta (2002-2018).	86
Gráfico 5	Produção de cana de açúcar na Mesorregião Sul Goiano: % em relação a Goiás (2000-2018).	89
Gráfico 6	Produção de soja na Mesorregião Sul Goiano: % em relação a Goiás (2000-2018).	91
Gráfico 7	Produção de milho na Mesorregião Sul Goiano: % em relação a Goiás (2000-2018).	93
Gráfico 8	Valor Adicionado da Agropecuária em Goiás (2010-2015) (R\$ milhões).	94
Gráfico 9	Reivindicações dos trabalhadores canavieiros do Estado de Goiás, por tipologia (2004 a 2017).	120
Gráfico 10	Municípios de ocorrência dos conflitos por trabalho em Goiás (2004 a 2017).	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Estrada de ferro de Goiás (principais estações ferroviárias) – Sudeste Goiano.	60
Mapa 2	Municípios da Mesorregião Sul Goiano.	97
Mapa 3	Municípios da Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro).	101
Mapa 4	Acampamentos de Luta pela Terra em Goiás (2020): MST, FETAEG e MSTTR.	127
Mapa 5	<i>(Re)Existências</i> no Sudeste Goiano (2020).	143
Mapa 6	Escolas rurais na Mesorregião Sul Goiano em 2010 e em 2018.	168
Mapa 7	Escolas Rurais Pesquisadas na Mesorregião Sul Goiano	169
Mapa 8	Municípios atendidos pela Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) – 2021.	179
Mapa 9	Distribuição dos Assentamentos no Estado de Goiás (2015).	185
Mapa 10	Assentamentos Rurais em Goiás (2018): FETAEG, FETADEF e Movimentos Sociais.	186
Mapa 11	Localização dos Assentamentos Rurais Pesquisados na Mesorregião Sul Goiano (2020).	188
Mapa 12	Distribuição geográfica e da participação da agricultura familiar nas feiras nos municípios goianos.	209
Mapa 13	Feiras livres e a presença de agricultores familiares em Goiás (2018).	210
Mapa 14	Feiras Livres e a presença de agricultores familiares em Goiás e municípios destacados (2014).	210
Mapa 15	Percentual de bancas de agricultores familiares (Goiás) (2018).	212
Mapa 16	Atuação do Movimento Camponês Popular (MCP) por Municípios em Goiás (2010).	218
Mapa 17	Goiás em Dioceses.	222
Mapa 18	Dioceses em que a CPT está presente em Goiás.	223
Mapa 19	Atuação da CPT nos municípios goianos.	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	A produção de Cana de açúcar na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018).	88
Quadro 2	A produção de Soja na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018).	90
Quadro 3	A produção de Milho na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018).	92
Quadro 4	Acampamentos de luta pela terra em Goiás – FETAEG e MST-2020.	128
Quadro 5	Relação dos Projetos de Assentamento (PA) por município no Distrito Federal e Entorno – SR 28.	129
Quadro 6	Jornada de Lutas do Movimento Camponês Popular (MCP) (2009-2020).	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	PIB Trimestral 2016 e 2017 (em relação ao mesmo período do ano anterior %).	80
Tabela 2	Volume de produção de culturas selecionadas no Brasil e em Goiás (2016-2017).	81
Tabela 3	Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás (1996-2016).	83
Tabela 4	Valor Adicionado Bruto do PIB por setor de atividade: Goiás e Mesorregião Sul Goiano (2002-2018).	84
Tabela 5	Goiás e Mesorregião do Sul Goiano: análise comparativa do PIB a preços correntes e per capita (R\$, mil).	85
Tabela 6	Estado de Goiás: área, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas (2014-2015).	86
Tabela 7	Goiás: Principais Produtos Agrícolas (2018).	87
Tabela 8	Goiás: Abate de Animais (2017).	94
Tabela 9	Goiás no Ranking da Mineração Brasileira.	95
Tabela 10	Estrutura da Indústria Goiana: participação das principais atividades industriais (2015) (%).	96
Tabela 11	PIB: Dados da Agropecuária na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) (R\$ mil) (2002-2018).	103
Tabela 12	Conflitos por água em Goiás (2019).	123
Tabela 13	Conflitos por Terra em Goiás (2019).	125
Tabela 14	Principais ações da agricultura: dados da soma (2000-2015).	139
Tabela 15	(Re)Existências ao agrohidronegócio no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) por quantidade de famílias (2020).	141
Tabela 16	Cooperativas presentes na Região Sudeste de Goiano (Região da Estrada de Ferro), por cooperados, trabalhadores e pessoas jurídicas (2017).	146
Tabela 17	Cooperativas Agrícolas da Região Sudeste de Goiás (2017).	148
Tabela 18	Quantidade de escolas na Mesorregião Sul Goiano por Município (2010-2018).	166
Tabela 19	Quantidade de discentes atendidos pela Escola de Família Agrícola de Orizona (EFAORI) por município (2021).	178
Tabela 20	Características gerais das feiras em Goiás (2019).	207

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEPAGO	Associação Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás
AGEHAB	Agência Goiana de Habitação
AHEs	Usinas de Aproveitamentos Hidrelétricos
AMAR	Associação de Moradores da Região Areia
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ASPROAB	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC	Campus Catalão
CAMPPRMC	Central de Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais do Município de Catalão
COOPAC	Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Corumbaíba
COAPRO	Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona
COACAL	Cooperativa Agropecuária de Catalão
COAPRO	Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona
COOMAFAB	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Buritizinho e Região
CONAB	Companhia Nacional do Abastecimento
CONPLEM	Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos
COOPERSIL	Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia
COOPERVI	Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis e Região
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHESCA	Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EA/UFG	Escola de Agronomia
EFAORI	Escola Família Agrícola de Orizona
EFAs	Escolas Famílias Agrícola
EFAGO	Escola de Família Agrícola de Goiás
EFAORI	Escola de Família Agrícola de Orizona
FETAEG	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás
GETeM	Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais
GTs	Grupos de Trabalhos (GTs)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LABOTER	Laboratório de Pesquisa das Dinâmicas Territoriais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MSL	Movimento Social de Luta
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPSA	Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PA	Projetos de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PCHs	Pequenas Centrais Helétricas
PCI	Programa de Crédito Integrado do Cerrado
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAGRO	Programa de Pós-graduação em Agronomia
PPDE	Programa do Dinheiro Direto na Escola
PPGeo	Programa de Pós-graduação em Geografia
PPGeo/IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
Rede Terra	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar
SEGPLAN	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás
SEPIN	Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas do Estado de Goiás
TRAPPU	Grupo de Estudos Trabalho, Território e Políticas Pública
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFG	Universidade Federal de Goiás
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	25
OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	34
PARTE I - FORMAÇÃO TERRITORIAL: ESPAÇO, TERRITÓRIO, PAISAGEM NO CERRADO GOIANO	48
1. A Formação Territorial de Goiás	48
1.1. Goiás: Um Olhar Geográfico.....	51
1.2. Sul e Sudeste Goiano: os Lugares da Pesquisa.....	71
2. A Abordagem Territorial de Goiás: a Relação Capital x Trabalho e as Dinâmicas Territoriais	98
3. Goiás: Territorialidades em Conflito	113
PARTE II - AS EXPERIÊNCIAS DE (RE)EXISTÊNCIA: O MOVIMENTO DO REAL	125
1.As (Re)Existências Construídas Pelos Povos Cerradeiros: Resistir para Continuar Existindo	125
2.As (Re)Existências No Sudeste Goiano	132
3. (Re)Existências Camponesas no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro)	134
3.1. As Cooperativas.....	138
3.2. A Educação do Campo.....	147
3.2.1. O Campo e a Cidade.....	148
3.2.2. A Educação Rural e a Educação do Campo.....	153
3.2.3. A Educação Rural e a Educação do Campo no Sudeste Goiano.....	156
3.2.4. A Luta para Manter uma Escola aberta.....	167
3.2.5. A EFAORI: Uma Conquista para os Camponeses.....	170
3.3. Os Assentamentos Rurais.....	175
3.4. Soberania Alimentar.....	195
3.5. As Feiras Livres.....	200

3.6. Os Movimentos Sociais.....	207
3.6.1. Movimento Camponês Popular (MCP).....	207
3.7. Comissão Pastoral da Terra: Atuação no Sul Goiano/Diocese de Ipameri (GO).	227
4. Conflitos e (Re)Existências: O Caso da Comunidade Macaúba em Catalão (GO).....	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
REFERÊNCIAS.....	239

APRESENTAÇÃO

As reflexões aqui apresentadas são resultantes da pesquisa desenvolvida no Curso de Doutorado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (PPGeo/IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). O ponto de partida para este estudo foi a monografia desenvolvida em 2006, intitulada “O Laticínio Italac Alimentos e as Transformações Espaciais em Corumbaíba (GO)”. A pesquisa foi realizada durante o Curso de Bacharelado em Geografia, na UFG, Campus Catalão (CAC) e o objetivo foi compreender a mudanças espaciais (sociais, econômicas e territoriais) em Corumbaíba no período de 1980-2005 a partir da instalação da Italac Alimentos no Município.

Entre 2011 e 2013 desenvolveu-se a pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão (PPGeo/UFG/CAC), cuja centralidade foi compreender o processo de territorialização do Laticínio Italac Alimentos, o capital agroindustrial e financeiro, que culminou em mudanças espaciais em Corumbaíba, na cidade e no campo, evidenciando-se, sobretudo, nas propriedades rurais e nas relações de trabalho. Em específico, buscou-se: apontar as estratégias de territorialização da agroindústria laticinista em Corumbaíba; compreender o papel do Estado nesse processo; identificar as mudanças espaciais ocasionadas no campo e na cidade; reconhecer os efeitos na dinâmica territorial das empresas rurais e das unidades camponesas produtoras/fornecedoras de leite, ou seja, identificar as disputas territoriais entre os novos sujeitos da relação capital/trabalho, no Município: o capital agroindustrial, os camponeses e as empresas rurais. A pesquisa foi intitulada “Um olhar geográfico em Corumbaíba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho”.

As duas pesquisas, na Graduação e no Mestrado, contribuíram para o entendimento dos efeitos espaciais da territorialização do capital em Corumbaíba, nas mudanças das paisagens, da relação capital x trabalho, sobretudo, a partir das suas contradições. As reflexões foram construídas a partir da realidade evidenciada no Município, no entanto, possibilitou a compreensão desse processo no âmbito das áreas de Cerrado e em Goiás como um todo. Ao pensar sobre a chegada do capital agroindustrial e financeiro, todos os seus mecanismos de consolidação e agentes de transformações, identificou-se também os elementos que não são incorporados, as contradições, as resistências e as (Re)Existências.

Durante a pesquisa de Mestrado, principalmente nos trabalhos de campo realizados nas unidades de produção camponesas em Corumbaíba (GO), a partir das observações, das

entrevistas e depoimentos dos camponeses e camponesas identificaram-se as (Re)Existências desses sujeitos em relação às políticas excludentes da agroindústria, vinculadas à reprodução do capital agroindustrial lácteo, como a criação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Corumbáiba (COOPAC), que se constitui como um importante apoio na continuidade da produção leiteira voltada para o mercado, garantindo renda e, por conseguinte a sua reprodução social na terra. Ou ainda, pela chamada agricultura da abundância ou por diversas outras estratégias alternativas de mercado.

A partir desse estudo, mesmo não sendo a centralidade da pesquisa, percebeu-se que o campo em Goiás, é marcado pela hegemonia do capital agroindustrial e financeiro, atualmente tendo o agronegócio como “carro chefe”, mas também, por territórios camponeses e frações territoriais que expressam diversas práticas socioculturais e políticas na defesa dos territórios de vida, aqui denominadas (Re)Existências, uma vez que, esses povos têm construído as suas (Re)Existências, consolidando o que se denomina de múltiplos territórios ou de territorialidades em disputa.

A modernização conservadora da agricultura não eliminou os territórios camponeses e/ou as práticas socioculturais que se reinventaram/reiventam na luta pela Existência. A territorialização do agronegócio também não o fez, diferentemente dos apedeutas, disfarçados de intelectuais, mídia em geral, os mal-intencionados que atestam que *o agro é tech, agro é pop, agro é tudo*. O território goiano encontra-se hegemônico pelo agrohidronegócio, mas não elimina os territórios camponeses, tampouco as frações territoriais que distintos sujeitos na luta pela vida expressam multiterritorialidades. Mesmo diante de todos os conflitos oriundos da sua territorialização, os *Povos Cerradeiros* têm se mantido no campo e, muitos nas periferias urbanas em Goiás, lutando pela terra, pela reforma agrária, pela água, pelo trabalho, enfim pelo território.

Partindo-se desse pressuposto, surge o interesse em compreender, especificamente, as (Re)Existências camponesas engendradas no território goiano, com ênfase para o Sul Goiano, uma vez que, nesta Mesorregião a territorialização do agrohidronegócio e os conflitos advindos desse processo se manifestam com intensidade territorial. Além disso, por ser uma Mesorregião concebida pela mídia de massas, pelos discursos hegemônicos e até mesmo por muitas pesquisas, como um território predominantemente hegemônico pelo capital agroindustrial e financeiro, ou seja, *territórios do agrohidronegócio*. Diante disso, assim como as contradições, os conflitos, as resistências e as (Re)Existências são invisibilizadas e até mesmo, negadas, cabe às pesquisas que se atentam à tais processualidades sociais desvelar as práticas de

(Re)Existências camponesas, um exercício que tem sido constante para o Grupo de Estudos Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU).

O interesse por identificar e desvelar essas experiências engendradas pelos *Povos Cerradeiros* surgiu durante a pesquisa de Mestrado, sobretudo, a partir dos estudos, reflexões e trabalhos de campo vinculados aos Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM). O GETeM está vinculado ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), foi criado em 2006 como um desdobramento do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA).

O GETeM é um grupo de estudos e pesquisas que aglutina estudantes e pesquisadores da Geografia e de diversas áreas do conhecimento e dialoga com movimentos e demais organizações sociais. As pesquisas e ações contemplam as transformações oriundas da territorialização do capital nas áreas de Cerrado, como um processo contraditório e em constante (re)construção, tendo-se o intuito de desvendar as camadas, tramas, teias e redes, considerando-se os diferentes tempos históricos que se materializam no espaço.

Tais ações e temáticas contribuíram para a realização da pesquisa de Mestrado e, ao mesmo tempo, possibilitaram o contato teórico e prático com a realidade diversa que compõe o campo goiano e fomentaram o desejo por leituras que pudessem contemplar as lutas e práticas camponesas pela permanência na terra, que mesmo latentes em Goiás, muitas vezes, são desconsideradas nas pesquisas, inclusive no campo da Geografia Agrária.

Durante o Curso de Doutorado no PPGeo/IESA/UFG, nas discussões forjadas no âmbito do Laboratório de Pesquisa das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), do Grupo de Estudos Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU), assim como nas reflexões e debates engendrados nos eventos científicos e nas disciplinas cursadas no PPGeo/IESA/UFG e no Programa de Pós-graduação em Agronomia (PPAGRO) da Escola de Agronomia (EA/UFG) - associadas aos trabalhos de campo - houve um maior contato com diversas outras experiências de resistência e (Re)Existências camponesas no Nordeste/Sul Goiano.

Pode-se observar as diferentes territorialidades e as mudanças espaciais em Goiás. Empiricamente, identificaram-se as mudanças advindas da modernização do território e da territorialização do agrohidronegócio, cuja presença hegemônica não foi capaz de extinguir os territórios camponeses, por exemplo. O contato com experiências construídas pelos camponeses e demais *sujeitos da terra*, na luta por sua reprodução social fomentaram o interesse por identificá-las e compreendê-las como parte da dinâmica territorial de Goiás.

Dentre as atividades realizadas destacam-se os III e IV Workshops sobre a Agroindústria Canavieira em Goiás, realizados respectivamente em 2015 e 2016, com os temas:

III Workshop sobre Agroindústria Canavieira em Goiás - Efeitos Socioambientais e (Re)Existências e IV Workshop Produção e apropriação de novas fontes energéticas: efeitos, conflitos e alternativas. As temáticas foram debatidas nos espaços de socialização e discussão das pesquisas - Grupos de Trabalhos (GTs) – nas Mesas Redondas e nos Trabalhos de Campo.

Uma das mesas redondas que fomentaram a temática da presente pesquisa foi intitulada “*A luta pela terra e (Re)Existência Camponesa em Goiás*” com a participação dos Professores Edevaldo Aparecido de Souza e Marcelo Rodrigues Mendonça. Dentre as reflexões apresentadas pelo professor Edevaldo de Souza, a partir da realidade de Quirinópolis (GO), estão a necessidade de diferenciação entre Resistência e (Re)Existência Camponesa e, principalmente a necessidade de desenvolver pesquisas, estudos e debates que questionem os discursos homogeneizantes do agronegócio – das empresas canavieiras. Salientaram a necessidade de as pesquisas contemplarem as contradições do processo de territorialização da agroindústria canavieira em Goiás (as injustiças, os conflitos) e ainda, as lutas, as resistências e (Re)Existências.

Para o professor Marcelo Mendonça é necessário ter uma postura política e pedagógica coerentes, sobretudo, no desenvolvimento de pesquisas com diagnósticos, questionamentos, compromissos metodológicos e avanços que proporcionem respostas à sociedade. Esse exercício contribui para o entendimento da luta pela terra em Goiás e dos conflitos, ocasionados e intensificados pelo agrohidronegócio, sobretudo, com relação aos territórios de terra, de trabalho e de vida e, os territórios do capital, com diferentes formas de usos da terra, da água, em que, *terra e água são negócios*.

Esse processo é resultante da fusão entre Estado e capital, compreendendo-se o Cerrado enquanto território de produção de *commodities* e ao transformá-lo em *celeiro agrícola do mundo*, a partir da fusão dos interesses das grandes corporações transnacionalizadas e as políticas governamentais, iniciadas com o PRODECER e suas diversas etapas, onde milhões de dólares foram transferidos do Estado brasileiro para os processos produtivos, centrados nas necessidades de produção, comercialização, logística dos complexos agroindustriais e financeiros modernos – as empresas rurais. E aqui, o desafio se coloca, ou seja, é preciso desvelar como a reestruturação produtiva do capital, compreendida como as condições de assegurar longevidade ao capital a partir da degradação ambiental e da precarização do trabalho, promove um reordenamento territorial, rearticulando as relações campo e cidade, intensificando a disputa pelas frações dos territórios e, paradoxalmente, fortalecendo as (Re)Existências e os desafios para a Existência dos *Povos Cerradeiros*.

Às mesas redondas, acrescentam-se os trabalhos de campo, tanto na Região da Estrada de Ferro, compreendendo os municípios de Vianópolis, Silvânia, Orizona, Pires do Rio e Ipameri – visita às unidades de produção camponesas, com práticas agroecológicas, Escola de Família Agrícola de Orizona (EFAORI), Colégio Aprendizado Marista Padre Lancísio, Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO), Fazenda Santa Brígida, em Ipameri (GO). Já nos Municípios de Quirinópolis, Santa Helena, a experiência da Cooperativa Casa da Abelha, das Comunidades Buriti e Mãe D’água, bem como, na Usina São Francisco.

O trabalho de campo no Nordeste Goiano, como parte de projetos de pesquisas coordenados pelos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Marcelo Rodrigues Mendonça, permitiu o contato com as territorialidades em disputas na região, a partir dos conflitos por terra e água, bem como, as lutas promovidas pelos sujeitos camponeses e quilombolas, pelo acesso à terra e água e, ao mesmo tempo por garantias de territórios primordiais para sua reprodução social.

A participação nessas e em outras atividades acadêmicas – como o XI Encontro Nacional da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia) – despertaram o interesse pela temática e, preconizaram a formulação do “objeto de estudo”, na verdade sujeitos, relações e realidades geográficas, a partir da necessidade de compreensão das (Re)Existências camponesas produzidas no território goiano.

Aliada à trajetória acadêmica, é *mister* considerar também a trajetória pessoal da pesquisadora, já que a escolha do tema e o *olhar* desenvolvido na pesquisa são frutos das experiências vivenciadas desde a infância, como parte de família camponesa. No seio desta família teve-se conhecimento das políticas assistencialistas destinadas aos trabalhadores pobres, moradores da Vila Mutirão, na cidade de Catalão (GO). Naquele contexto, a família vivia na cidade, o pai como operário e, sempre muito resistente e insatisfeito por aceitar o “Vale Gás” e o “Vale Leite”. Somente agora tem-se a compreensão de que a (Re)Existência se devia à dificuldade de aceitar a doação daquilo que em tempos de vida e trabalho na roça, se conquistava e não se recebia como doação “politiqueira”.

De volta ao campo, ainda na infância, mesmo que não compreendidas, era possível identificar as diferenças entre as unidades de produção camponesas e as grandes fazendas de criação de gado no Município de Corumbaba (GO). Na casa e na vizinhança tinha-se os donos que moravam e trabalhavam com suas famílias. Havia criação de gado de leite e de corte, além da criação de galinhas, patos, porcos, cavalos, tanto para o consumo na propriedade quanto para o comércio local. Vendia-se frangos, queijos, requeijão, doces. O leite também era vendido, ora

para o laticínio, ora para as *fabriquetas* ou mesmo, não era comercializado, pois o preço pago não compensava. Não compensava porque o sentido da fartura e multiplicidade de produtos a partir do leite na mesa e das despensas, assim como das reuniões com os vizinhos era prioridade. Doces, coalhadas, queijos, requeijões e quitandas eram/estavam garantidos.

Os quintais eram extensos, com hortaliças, árvores frutíferas, plantas ornamentais. Havia ainda plantações de mandioca, milho, cana-de-açúcar. Todas as sextas-feiras havia reunião na Comunidade para reza, bordados e os “negócios” entre os vizinhos. Essas práticas socioculturais, compreendidas a partir das relações de vizinhanças, das trocas de fazeres, saberes, dias de trabalho, as ações de ajuda mútua (mutirões), a realização de “negócios” constituía, parte das sociabilidades camponesas nas suas relações intrínsecas e nas relações do e com o mundo exterior.

Nas grandes fazendas, moravam o caseiro e sua família, que eram responsáveis por todo o trabalho e não moravam na sede. Quase sempre moravam em casebres nas proximidades e, alguns, podiam criar porcos e galinhas; outros não, já que o patrão (mesmo vindo raramente à propriedade) não gostava. A atividade predominante nessas grandes fazendas era e é a criação de gado da raça nelore destinado ao abate. A sede e a pastagem demonstravam uma paisagem mais homogênea e planejada. A presença do veterinário e outros técnicos era constante. Foram realizados alguns “Dias de Campo” para apresentação de técnicas inovadoras na gestão da propriedade, sobre a necessidade de investimento na especialização da produção, na formação de pastagem e no manejo do gado. Discurso ouvido com desconfiança e, por isso, pouco assimilado pelos camponeses.

A Escola era uma pequena construção com dois cômodos, sendo um, destinado à sala de aula multisseriada (do Pré-escolar à 4ª Série do Ensino Fundamental) e, o outro destinado à cisterna e cozinha para a realização da merenda escolar. Havia uma professora responsável pelo ensino das crianças, assim como pela limpeza do prédio, preparo da merenda e documentação a ser enviada para as secretarias de educação.

As aulas eram das 11h às 15h, pois assim os meninos poderiam trabalhar na ordenha de leite pela manhã e (para os casos em que havia demanda) à tarde. As crianças se deslocavam a pé ou a cavalo. Com o tempo, a pequena Escola Isolada Urias de Oliveira Santos foi desativada e foi inserido o transporte escolar para levar os estudantes da roça à cidade de Corumbáiba. Nas reuniões que anunciavam a mudança ouvia-se a justificativa de que as escolas da cidade eram melhores. No entanto, a viagem para a cidade, ainda durante a madrugada significou para muitos colegas o fim da vida estudantil: eles precisavam trabalhar!

Na juventude, ouviam-se notícias sobre a construção de uma usina hidrelétrica nos municípios de Nova Aurora (GO) e Goiandira (GO), o que gerava apreensão entre os avós, tios e demais camponeses às margens do rio Veríssimo. Durante o processo de desapropriação e construção das Pequenas Centrais Helétricas (PCHs) Goiandira e Nova Aurora, vivenciou-se as incertezas, os conflitos e as mobilizações de seguimentos sociais envolvidos com a questão socioambiental, tais como a Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Catalão (CAC), especificamente o Curso de Geografia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), partidos políticos e outros. Tal contexto foi vivenciado de modo semelhante durante a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão no rio São Marcos.

Embora em diferentes contextos, todas as experiências aliadas às pesquisas, estudos e leituras despertaram o interesse por compreender as dinâmicas territoriais do campo em Goiás. Seja pela dinâmica socioespacial camponesa, seja pelos imperativos da agricultura capitalista (representadas pelo agronegócio) ou mesmo pela chegada do hidronegócio e tudo o que ambos significaram para as populações cerradeiras. Assim, o desafio enquanto pesquisadora a partir dessas trajetórias espaciais implica em compreender os processos, as contradições, os conflitos, as mudanças, as resistências e as (Re)Existências.

Essa é a centralidade proposta nesta tese, pois acredita-se que as narrativas da homogeneização espacial são mecanismos de controle e subalternização dos Povos Cerradeiros, de suas lutas, de seus modos de ser e de viver que não coadunam com a lógica destrutiva da Natureza, do trabalho, das culturas impetradas pela territorialização do capital agroindustrial e financeiro e, portanto, necessitam ser invisibilizados, silenciados, apagados da memória coletiva e individual.

Nós, os denominados de forma pejorativa como os roceiros, sequer aparecem nos livros didáticos e o processo de pedagogização do campo a partir do moderno e de que todas as ações territorializadas pelo capital são normativas que trarão progresso e bem-estar social e ambiental “convenceu” milhares a *abandonarem e/ou aceitarem* a expulsão de suas terras. Todavia, outros milhares fincaram pé, deixaram suas raízes e ramas se alastrarem como abobrais no início das chuvas, mas que, mesmo após, aparentemente mortos, ressurgem com vigor e força no próximo ciclo chuvoso, pois guardou as raízes e sementes em lugares profundos e ao movimentar de nuvens densas e caudalosas, brotam e rejuvenescem.

Também por isso, estou aqui. Se esses *sujeitos da terra* não permitiram que as leituras homogeneizantes e hegemônicas triunfassem, como alardeiam aos “quatro cantos da terra”, quem sou eu, para reproduzir discursos e narrativas que não condizem, aliás falseiam a

realidade geográfica? Eu, sou prova disso. Consegui despertar do controle, da subalternização, as vezes do vitimismo, impostos e rompi com a letargia. Seguimos...

INTRODUÇÃO

O mundo em pandemia, o Brasil em pandemônio, e, aparentemente, um Estado que age como se nada estivesse acontecendo. Até o momento o Brasil ultrapassa 576 mil mortos pela COVID-19¹. Dor, tristeza, aumento da fome, políticas de destruição e as lágrimas que se petrificam com a banalização das mortes, em referência a obra de Cândido Portinari. É difícil escrever sobre isso, mas é preciso! Nesta pesquisa, ainda que seja para poucos, é necessário denunciar as atrocidades que acometem o povo brasileiro, precisamente, os mais pobres em função do desgoverno atual.

Há uma ordem de males que se perpetuam e precisam ser rapidamente contidos. Em primeiro lugar, obscurantismo, negacionismo, desprezo pela ciência, numa época em que os conhecimentos técnicos, científicos, especializados são imprescindíveis para percorrer rotinas conhecidas, de maneira a combater a pandemia, a começar pelos preceitos epidemiológicos, de vigilância e promoção à saúde, produção de medicamentos, vacinas etc. A negação e o achincalhamento das recomendações médicas sobre a necessidade do distanciamento social, para evitar a propagação do contágio da COVID-19, revelam, claramente, atitude de cariz suicida, razão do morticínio anunciado. O que se assiste no país é um genocídio patrocinado pelo governo atual.

Só aparentemente, para os desavisados, se traduz em ignorância, pois, de fato, está em curso um sucedâneo de decisões, comprovadas, às quais se expressam, fatidicamente, enquanto atrocidades, dirigidas essencialmente ao extermínio de pobres, negros, trabalhadores marginalizados etc. A destinação dessas ações é ainda mais agressiva, pois estas são veiculadas por meio das declarações na grande imprensa, no horário nobre das redes de rádio e televisão, todas vociferadas pela excrescência *bolsossaura* e por seus asseclas (THOMAZ JR, 2020, p. 5).

Dessa forma, pesquisar se tornou estar na contraordem da lógica do capital e suas *personas* que tomam forma e conteúdo espacial. Isso é bom, mas nos causa profundo impacto, pois a dor alheia também é sentida e adoecemos, juntamente, com as milhares de famílias brasileiras que perde(ra)m seus entes queridos. Mas, lamentar apenas não ajuda, é necessário propor e lutar politicamente para que essa ordem de coisas possa ser modificada. E, isso, é uma decisão política.

¹ De acordo com as Estatísticas de Covid-19 no Brasil do Ministério da Saúde em 25 de agosto de 2021.

A pesquisa com temáticas voltadas para as minorias e contra hegemonias é uma forma de luta política na ciência como um todo e, especificamente na Geografia. O esforço teórico-metodológico para desvelar as práticas socioespaciais dos diferentes sujeitos que constroem as contra hegemonias contribui para lhes dar visibilidade ao mesmo tempo, em que, a ciência geográfica também avança no sentido de aproximar-se da compreensão da dinâmica do real, que é contraditório e conflituoso.

Na presente pesquisa, busca-se a compreensão das *(Re)Existências* construídas pelos camponeses, por meio do trabalho e da luta política, individual e/ou coletiva com o intuito de continuarem Existindo, ou seja, com o objetivo de garantirem a sua reprodução social em seus territórios, mesmo diante da hegemonia capitalista, representada pelos imperativos do capital, sobretudo, pelo agrohidronegócio². Assim, é preciso considerar as contradições do movimento do real, as hegemonias do capital, mas também, as *(Re)Existências* engendradas pelos *Povos Cerradeiros*³ e demais sujeitos que lutam pela Existência.

Propõe-se uma análise do território goiano a partir da sua heterogeneidade espacial e, não apenas, na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado se constitui como agente hegemônico e homogeneizante do espaço. Os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção, assim como a modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas e as diferentes práticas de *(Re)Existências*, para não invisibilizar os conflitos existentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social.

Admitindo-se que a Geografia, em linhas gerais, seja a ciência ou o ramo do saber que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, é aceitável que se admita que ela e o geógrafo tenham compromissos maiores com a sociedade. Isto porque a sociedade atua sobre a natureza, transformando-a e, possibilitando, a formação de uma nova natureza que não é idêntica à primitiva, mas que guarda algumas de suas características, aglutinadas às novas qualidades. “[...] A grande dificuldade para o geógrafo é analisar, de forma cartesiana, esses processos de transformações e de inter-relações” (ANDRADE, 1987, p. 17-18).

² A discussão que ora se propõe, utiliza o conceito de agrohidronegócio, cunhado por Mendonça; Mesquita (2007) e incorporado por Thomaz Junior (2009, 2010a, 2010b, 2012), no qual se entende que as ações do capital, ou melhor, do capital agroindustrial, se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos.

³ De acordo com Pelá; Mendonça (2010), Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que, historicamente, viveram nas áreas de Cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

Então, se as leituras são cartesianas, e a ciência, portanto é cartesiana, as dificuldades para os geógrafos, na verdade, tornam-se possibilidades de romper com esses engessamentos impostos pelo modelo de ciência, construído socialmente, a partir de lugares hegemônicos, no caso a Europa. Para tanto, surge a Epistemologia do Sul, apenas para registrar que existem outras formas de fazer ciência. Aqui não é a centralidade, porém, deixamos registrado que a ciência moderna excluiu de suas possibilidades de pesquisas os sujeitos reais (pobres, negros, mulheres, indígenas etc.), enfim todos aqueles/aquelas que não estavam dentro do paradigma científico moderno, pois esse modelo surgido e hegemônico por compreensões eurocêntricas estabeleceu os eleitos para a pesquisa e para o controle sobre o mundo conhecido, ou seja, homes, brancos e cristãos. Tudo que não estava conforme esse receituário não era interessante e, portanto, deveria ser invisibilizado.

A Geografia estuda as relações sociedade/natureza e os geógrafos encaminharam as suas reflexões em direções diversas, ora influenciados pelos interesses dos seus países, ora de sua classe social e de sua formação ideológica. (ANDRADE, 1997, p. 19). Assim, a um só tempo, a sociedade e a natureza vivem no presente, o passado, através dos resquícios outrora dominantes, e as projeções no futuro. Em um momento histórico determinado, a sociedade e a natureza ainda não se libertaram do que foi e já estão sendo preparadas para o que será (ANDRADE, 1997, p. 21).

Nessa perspectiva, as análises socioespaciais que são construídas precisam contemplar a relação sociedade e natureza, os agentes transformadores do espaço, as relações de poder, os conflitos e as contradições. As áreas de Cerrado precisam ser analisadas nessa perspectiva.

O Cerrado é compreendido por Chaveiro; Barreira (2010, p.16), como:

“Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”: eis duas modalidades de representação do Cerrado goiano, uma negativa e outra positiva, enunciadas por diferentes atores em momentos históricos distintos.

A reflexão proposta na citação remonta às várias teses sobre os processos de transformação do bioma Cerrado em território, territórios de poder, sem, contudo, apontar os conflitos, decorrentes das formas de produção e apropriação do espaço, que nesta tese assume a centralidade. Isso significa que não tratamos o Cerrado, tampouco Goiás e menos ainda a área pesquisada (Sul Goiano) a partir das leituras hegemônicas e homogeneizadoras. Essas leituras

espaciais, negam as formas históricas de experiência social dos sujeitos do campo, das periferias urbanas, ou seja, os excluídos de toda natureza que também produzem territórios.

Aqui, quer-se compreender a Geografia enquanto uma ciência integrada, associando as relações de produção e trabalho como substanciais na produção de práticas socioculturais, ou seja, enquanto potência política e trazer as *(Re)Existências*, as configurações espaciais, portanto geográficas, em que, a Natureza impregnada de trabalho social precisa ser desvelada e compreendida.

A lógica societal hegemônica é a da reprodução do capital, fundamentada no movimento de acumulação e expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual. Sob a lógica da produção de mercadorias e do lucro, o capital se territorializa nos diversos espaços, reinventando a organização política, social e econômica, as relações socioambientais e o trabalho (HARVEY, 2000). As faces da expansão geográfica capitalista expressam características particulares, que exigem diversas estratégias do capital para garantir a sua reprodução, concomitante à reestruturação do trabalho e dos sujeitos para a sua reprodução social. Interessa-nos compreender as dimensões espaciais dessas processualidades no Sul Goiano.

Nesse sentido, as formas de expansão capitalista promoveram um constante reordenamento espacial, que se aceleraram a partir da década de 1970. No Brasil, tal reordenamento espacial está pautado na modernização conservadora da agricultura, na redistribuição territorial da indústria e na despatrimonialização-desestatização que privatiza a gestão do espaço (MOREIRA, 2005). Nos anos 1990, tem-se a consolidação do agronegócio, que se constitui com a associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, como uma estratégia econômica de capital financeiro, objetivando a extração do sobretrabalho e a renda da terra com subsídios do Estado (DELGADO, 2001).

A discussão que ora se propõe, utiliza o conceito de agrohidronegócio, cunhado por Mendonça; Mesquita (2007) e incorporado por Thomaz Junior (2009, 2010a, 2010b, 2012), no qual se entende que as ações do capital, ou melhor, do capital agroindustrial, se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos.

Em Goiás, o reordenamento espacial é incentivado pelas ações privadas e estatais no sentido de promover o desenvolvimento econômico regional, ampliando os índices de produção/produktividade, as projeções da balança comercial, as exportações. Todavia, esse processo é contraditório, pois se identifica a presença efetiva da lógica capitalista de produção no campo, ao mesmo tempo em que existem relações não capitalistas que são ressignificadas e incorporadas pelo processo de reprodução do capital. Identificam-se, empiricamente e em

análises geográficas já construídas, as Resistências e as *(Re)Existências* que se realizam no movimento do real, ou seja, cotidianamente erigidas pelos inúmeros sujeitos que lutam por sua reprodução social na terra, por meio do trabalho e das práticas socioculturais, evidenciadas em diferentes formas de organização sociopolítica tais como associações, cooperativas e movimentos sociais.

O fato de a modernização do território, marcada nas últimas décadas pelo avanço das técnicas e tecnologias no campo (modernização da agricultura), com o agrohidronegócio - estabelecidos por *constructos* ideológicos, políticos e econômicos pautados na homogeneização da lógica capitalista nos diferentes espaços - não se territorializar de forma igualitária no Sul Goiano está vinculada à própria dinâmica espacial do campo brasileiro, marcada pelas disputas territoriais entre as diferentes classes sociais e, sobretudo, pelas recentes transformações decorrentes da territorialização do capital nas áreas de Cerrado, onde se desenvolvem relações desiguais entre capitalistas e camponeses, e entre outros sujeitos que estão envolvidos com o labor na terra.

Com isso, o campo deve ser analisado territorialmente, identificando-se lugares onde *as personas* do capital encontram meios para se territorializarem e onde não o fazem diretamente, mesmo sendo incorporados ao modo de produção capitalista. No campo, existem os elementos que se transformam e os que se mantêm, ou seja, um cenário de territórios em disputas, com conflitualidades e relações de poder (FERNANDES, 2012). Além disso, os diferentes territórios encontram-se hibridizados, com distintas relações hegemônicas, construídas a partir da urdidura do capital e do trabalho, o que gera um mosaico de territórios em disputa (MENDONÇA, 2004).

Nessa perspectiva, acredita-se que seja necessário analisar o Sul Goiano a partir da sua heterogeneidade espacial, e não apenas na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado se constitui como agente hegemônico e homogeneizante do espaço. Os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção, assim como a modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas, as diferentes práticas de *(Re)Existências*, para não invisibilizar os conflitos decorrentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social. É preciso se atentar às processualidades históricas da formação do território goiano, aos efeitos do desenvolvimento geográfico desigual e combinado, às práticas políticas e socioculturais dos trabalhadores do campo – e nas cidades -, assim como dos demais sujeitos que atuam nesses espaços.

Chaveiro; Calaça (2012) destacam que é preciso desenvolver uma abordagem

totalizante do Cerrado, que reconheça os diferentes conflitos de sua inserção na economia mundial, da reorganização das classes sociais, das regiões e dos lugares, que recorra às diversas perspectivas, no campo político, econômico, social e cultural. Pelá; Mendonça (2010) asseguram que o Cerrado goiano se encontra numa encruzilhada de tempos, constituindo-se num mosaico de territórios em disputa, onde estão as estratégias hegemônicas do capital e as *(Re)Existências*.

Para Mendonça (2012), a permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política transformadora (luta pela terra, pela reforma agrária, pela água etc.), permite apontar o conceito de *(Re)Existência* enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais, formatando espacialidades como condição para continuar Existindo.

As questões que nortearam a pesquisa referem-se ao modo como ocorreu/ocorre a territorialização do agrohidronegócio em Goiás, após os anos 1990, revelando, sobretudo, as contradições que permearam/permeiam esse processo, ou seja, as *(Re)Existências* construídas a partir disso. Em específico, as questões centrais são: quais as estratégias utilizadas para a territorialização do agrohidronegócio em Goiás? Quais as mudanças espaciais oriundas desse processo? Quais os efeitos territoriais para os camponeses e demais sujeitos da terra? Quais as práticas de *(Re)Existências* construídas por tais sujeitos? Como os movimentos sociais, associações, cooperativas e demais formas de ação política tem contribuído para tal? As práticas socioculturais se constituem *(Re)Existências*? Qual a contribuição das instituições governamentais e políticas públicas nesse processo?

Nesse sentido, a pesquisa que se desenvolveu, teve como centralidade compreender as diferentes experiências de *(Re)Existências* construídas pelos sujeitos do campo no Sul Goiano, considerando-se as diferentes formas de trabalho, organizações, associações e movimentos sociais e cooperativas que tem permitido a sua reprodução social na terra, nos territórios hegemonzados do agrohidronegócio. Em específico, pretendeu-se: compreender o processo de formação territorial de Goiás e suas diferentes territorialidades; analisar os efeitos espaciais da territorialização do agrohidronegócio em Goiás; reconhecer as diferentes experiências de *(Re)Existência* camponesa em Goiás.

Para responder às questões aqui problematizadas e alcançar os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas principais: pesquisa teórica; pesquisa documental; pesquisa de campo - realizadas de maneira concomitante e em conformidade com o cronograma da pesquisa. As etapas serão mais bem detalhadas na seção intitulada “*Os caminhos metodológicos da pesquisa*”.

O texto está dividido em duas sessões, sendo: a primeira parte, “Formação territorial: espaço, território, paisagem no cerrado goiano”; e a segunda parte, “As experiências de *(Re)Existência*: o movimento do real”.

Na primeira parte, tem-se o objetivo de refletir acerca da dinâmica socioespacial de Goiás, atentando-se a sua formação territorial e às processualidades históricas. Para tanto, serão enfatizadas a relação capital x trabalho e as mudanças espaciais oriundas desse processo, ou seja, as diferentes territorialidades que compõem o território goiano. O processo de apropriação do espaço a partir dos distintos interesses e frações de classe produzem territorialidades diferenciadas. Essas, são resultado da ação/atuação dos territórios hegemônicos pelo capital agroindustrial e financeiro, representados pelo agrohidronegócio e da ação/atuação das unidades de produção camponesas - configurando territórios em disputa e territorialidades conflituosas. Destacando-se os efeitos sobre o trabalho, sobre o ambiente e sobre os sujeitos que vivem do trabalho com a terra e, paralelamente, as práticas socioculturais, enquanto potência criativa e de uso político, configurando ações políticas de resistências, *(Re)Existências*.

Na segunda parte fez-se um esforço teórico de compreender as inúmeras experiências engendradas pelos *Povos Cerradeiros*, que ora se constituem como formas de resistência, ora como *(Re)Existências*, ou seja, as experiências sociais e culturais construídas por esses sujeitos para sua reprodução social no campo e que necessitam ser visibilizadas e compreendidas. Assim, são apresentadas as experiências sociais coletivas de *(Re)Existências*, prioritariamente, dos sujeitos camponeses - unidades de produção camponesa - nos territórios hegemônicos pela lógica do agrohidronegócio, no Sudeste Goiano, construídas a partir do trabalho, da cultura, das ações sociopolíticas, num diálogo com os movimentos sociais, as práticas socioculturais, as práticas agroecológicas.

Conforme Carneiro; Mendonça; Nascimento (2021, prelo) as diferenças entre resistências e *(Re)Existências* não estão apenas no âmbito de serem governamentais ou não governamentais, embora essa questão seja relevante. Mas a questão central é a constituição e formação de ações políticas a partir de interesses permeados pelas práticas socioculturais e no enfrentamento ao Estado, ao capital (latifúndios, empresas rurais, agrohidronegócio, mineradoras, capital financeiro), ou seja, na realidade espacial concreta, em que, os sujeitos da luta, sejam os protagonistas, ainda que estejam vinculados aos movimentos sociais e não apenas apoiadores ou mesmo denunciadores a partir de narrativas acadêmicas e ou de entidades diversas.

Aqui os sujeitos reais, em movimento de luta, a partir das suas experiências sociais se colocam, falam, deixam suas vozes, seus corpos, seus saberes, seus fazeres expressarem o que entendem por território. Esse despertar, essa ousadia, essa coragem se constituem no cerne do Existir. As místicas, o cristianismo popular e comunitário, os mutirões e demãos, as festas, a partilha das dores, dos afetos, da comida, denotam uma compreensão de mundo, um modo de Existir que está em perigo, está sendo ameaçado e destruído. Então, lutar é a única forma de continuar Existindo. Tudo isso é Natureza transformada pelo trabalho produzindo culturas e essas culturas, como substância fundante da ação política. Agora, não nos resta mais nada, senão a luta pela vida.

Nesse sentido, pretendeu-se estabelecer um olhar geográfico integrado para o território goiano com destaque para a Mesorregião Sul Goiano⁴ e a Região de Planejamento do Sudeste Goiano⁵. Tal recorte espacial deve-se ao fato de que a Mesorregião Sul Goiano sofre com mais intensidade a chamada modernização do território - desde a chegada da Ferrovia e a construção da Ponte Afonso Pena em Itumbiara, dois equipamentos técnicos que integram o Sudeste e o Sudoeste Goiano ao Centro Sul do Brasil e ao mundo. A partir dos anos 1970, com a modernização da agricultura, esse processo se identifica. Na pesquisa, buscou-se compreender as *(Re)Existências em Goiás*, com ênfase na Mesorregião Sul Goiano e na Região Sudeste Goiano.

⁴ De acordo com o Instituto Mauro Borges (2018) a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas vigente foi aprovada pela Presidência do IBGE através da Resolução (PR) N°51 de 31/07/89. A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. De acordo com a Resolução da Presidência (PR) N° 11, de 5 de junho de 1990, Goiás é dividido em 5 mesorregiões: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste, Norte Goiano, Sul Goiano (Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/geoinforma%C3%A7%C3%A3o/mapas/mapas-das-mesorregi%C3%B5es-de-go%C3%A1s-ibge.html#:~:text=De%20acordo%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o,%20Norte%20Goiano%20Sul%20Goiano>).

⁵ Segundo o IMB (2028) , as Regiões de Planejamento do Governo do Estado, em número de 10 (dez), são integrantes da Lei do PPA 2004/2007 e foram definidas segundo os critérios abaixo: A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) n° 94, de 19 de fevereiro de 1998; A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual n° 27 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Complementar Estadual n° 54 de 23 de maio de 2005; As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes no primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais; As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento. (Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/geoinforma%C3%A7%C3%A3o/mapas/mapas-das-regi%C3%B5es-de-planejamento.html>).

Segundo Gomes (2013) fazer Geografia está vinculado ao prazer da observação desde o final do século XVIII com Alexander von Humboldt quando a relacionaram a contemplação da diversidade terrestre a partir da sensibilidade estética e da possibilidade de compreensão dos fenômenos observados. Para o autor:

Nos anos recentes, no entanto, esse procedimento foi aos poucos sendo relegado e passou mesmo a ser malvisto, como se a observação nada pudesse nos ensinar. Atualmente, a tendência mais valorizada é criar quadros teóricos cada vez mais complexos e enfeitados de muitos novos conceitos e expressões sem que isso, entretanto, mantenha qualquer correspondência necessária com um quadro de análise empírico [...] (GOMES, 2013, p. 09).

Dessa forma, o olhar construído na pesquisa analisa a diversidade dos elementos socioespaciais da Mesorregião Sul Goiano e da Região de Planejamento do Sudeste Goiano (Estrada de Ferro) identificando como o espaço, a paisagem, os territórios vêm sendo (re)construídos pelo imbricamento dos elementos que chegam com o processo de territorialização do capital, os elementos que permanecem e os que se modificam, envolvidos por disputas e conflitualidades.

Assim, é preciso considerar as suas contradições, a lógica hegemônica do capital, mas também, as *(Re)Existências* engendradas pelos *Povos Cerradeiros*, contemplando os conceitos de modernização do território, agrohidronegócio, relação capital x trabalho, abordagem territorial de Goiás, práticas socioculturais, organizações políticas, dentre outros conceitos que permitem a compreensão das *(Re)Existências* construídas pelos camponeses e demais sujeitos que lutam pelos territórios de vida. Com isso, espera-se contribuir com a Geografia, na construção de uma abordagem territorial integrada, assim como elucidar a partir das ações dos sujeitos da terra, as disputas territoriais e discordar das narrativas homogeneizadoras e hegemônicas sobre o campo brasileiro e, neste caso, especificamente sobre o campo goiano.

OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ao longo de sua história, o pensamento geográfico, passou por uma série de renovações. Tais renovações foram/são evidenciadas pela diversidade de temas aos quais a Geografia se dedicou/dedica, assim como de abordagens e análises ao lidar com as referidas temáticas. Assim, identifica-se o constante processo de (re)construção da Geografia, produzido pelas, também, constantes mudanças nos elementos que compõem a relação sociedade e natureza, ou seja, pelo carácter dinâmico do espaço geográfico.

O grande desafio para a Geografia e, portanto, para os geógrafos, é a compreensão das tramas espaciais que compõem a realidade geográfica, assim como, as múltiplas faces dos sujeitos e elementos que produzem essas realidades espaciais. A centralidade das pesquisas não é o método em si, tampouco a metodologia, mas sim, a compreensão *das realidades em movimento*. Para tanto, o método e os procedimentos metodológicos precisam ser selecionados a partir da sua capacidade de compreensão do movimento do real, ou seja, precisam possibilitar o entendimento mais aproximado possível da realidade.

O desafio da Geografia comprometida com a construção de uma sociedade mais igualitária é a compreensão das tramas espaciais que compõem a realidade socioespacial, com todos seus processos, suas contradições, seus conflitos. E, para isso é preciso lançar mão do método, ou dos métodos analíticos e dos instrumentais metodológicos que mais se aproximam da compreensão *das realidades em movimento* de forma processual, contraditória, conflituosa.

A territorialização do capital nas áreas de Cerrado trouxe uma nova dinâmica espacial e territorial para o Sul Goiano, produziram novas paisagens, decorrentes de novas práticas sociais, ou seja, os novos sujeitos da relação capital/trabalho alteram a morfologia social na área de pesquisa.

As formas espaciais capitalistas por meio do agrohidronegócio, das empresas rurais se territorializam com efeitos territoriais diversos, destacadamente no âmbito do trabalho, que, por sua vez, se recompõe, inclusive com resistências e *(Re)Existências*. As contradições da lógica societal predominante e os conflitos decorrentes, advindos das processualidades necessitam ser desvelados.

Portanto, o desafio desta pesquisa é compreender as *(Re)Existências* construídas pelos *Povos Cerradeiros* em Goiás, a partir da territorialização do agrohidronegócio, considerando-se as diferentes formas de trabalho, organizações, associações, movimentos sociais, cooperativas etc., que tem permitido a reprodução social na terra, nos territórios hegemonzados pelo agrohidronegócio.

Para tanto, buscou-se a contribuição do método denominado materialismo histórico-dialético e dos instrumentos metodológicos da pesquisa qualitativa e quantitativa, mesmo tendo-se clareza de que nenhum método é capaz de contemplar todos os aspectos da realidade, assim como, de que a escolha e utilização dos procedimentos metodológicos dependem da dinâmica apresentada pelos sujeitos ao longo da pesquisa. Entende-se que “[...] não há apenas uma maneira de raciocínio capaz de dar conta do complexo mundo das investigações científicas. O ideal seria você empregar métodos, e as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa.” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 28).

As pesquisas que se dedicam ao entendimento do Cerrado, ou especificamente do Cerrado Goiano, crê-se, devem estar ancoradas na junção de um aparato teórico com capacidade interpretativa, bem como, um conjunto de procedimentos metodológicos que deem conta de abarcar as realidades geográficas que são múltiplas e diversas. Daí a preocupação em eleger um método e metodologias que sejam capazes de desvelar e compreender as *(Re)Existências* dos sujeitos da terra na área pesquisada.

Ressalta-se que a centralidade desta tese é compreender as diferentes experiências de *(Re)Existências* construídas pelos sujeitos da terra em Goiás, destacando-se o Sul Goiano, com ênfase para a Região de Planejamento Sudeste Goiano (Estrada de Ferro). Para se alcançar os objetivos propostos buscou-se um conjunto de procedimentos metodológicos que possibilitaram a compreensão das realidades geográficas investigadas.

Nesse sentido, é fundamental compreender a distinção entre método/metodologia com o intuito de minimizar as frequentes confusões que se fazem a esse respeito ao elaborar projetos de pesquisa. No dizer de Alves (2008) o método é a forma de obter os resultados, contando com uma teoria que o fundamente. Já a metodologia são os procedimentos utilizados pelo pesquisador, material e métodos, numa investigação a partir de etapas a serem seguidas num determinado processo.

Para Minayo (2003) a metodologia deve ser entendida como uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência, já que as concepções teóricas de abordagens, a teoria e a metodologia caminham juntas. Ela deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. A metodologia se refere ao caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja:

[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a

criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas (MINAYO, 2007, p. 14).

Dessa forma a metodologia e/ou os procedimentos metodológicos assumem um papel de destaque, pois norteiam a atividade do pesquisador. Esse conjunto de instrumentos fornece subsídios para o desenvolvimento da pesquisa. É válido ressaltar que a Geografia trabalha com fenômenos sociais em constante construção, por isso as dificuldades em relação à escolha, e restrição do método e da metodologia a serem utilizadas nas pesquisas. As questões sociais, algumas são efêmeras, dinâmicas, mutáveis e com consciência histórica. Disso decorre a demanda pela utilização de diferentes métodos e diversos procedimentos metodológicos que sejam capazes de compreender, ao menos em partes, as complexidades das realidades e dos fenômenos investigados é fundamental, sem, contudo, cair no ecletismo, tão comum nos estudos e pesquisas atuais.

Para Andrade (1997), a evolução das estruturas econômico-sociais significou também o desenvolvimento da superestrutura cultural e da forma de interpretar o processo de relações entre a sociedade e a natureza e, portanto, evoluiu-se também o conceito e a ideia de objeto da Geografia.

Admitimos que no momento histórico em que vivemos, de vez que as definições e os objetos das ciências não são imutáveis, sofrem transformações com as mudanças que se operam na sociedade, a Geografia pode ser definida como a “ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza”, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza. [...] (ANDRADE, 1997, p. 18)

Ao geógrafo, ao analisar os meandros da produção do espaço geográfico, cabe a consciência de que está analisando um processo e não um estágio, numa relação muito complexa, em que a sociedade modifica a natureza, destrói a natureza primitiva ou a secundária, visando atingir seus objetivos, e que a natureza destruída ou atacada tem uma grande capacidade de reagir, de se recompor, não para voltar ao estágio primitivo, mas para dar origem a um novo estágio, que será continuamente atacado e recomposto (ANDRADE, 1997).

Santos (1977, p.01) também argumenta que a Geografia precisa se interessar pela formação das coisas, ao invés de se dedicar ao entendimento unicamente das formas, ou seja, precisa se atentar aos processos sociais:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local,

pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois, a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. [...]. Daí a categoria de Formação Econômica, Social e Espacial.

Dessa forma, para a Geografia, Santos (1977) ressalta a importância de se considerar as dinâmicas e os processos sociais na formação no espaço, pois se referem a compreensão da evolução das sociedades. Minayo (2007), argumenta que o objeto de estudo das Ciências Sociais é histórico, uma vez que, cada sociedade humana “[...] existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras.” (MINAYO, 2007, p. 12). Para a autora, provisoriedade, dinamismo e a especificidade são inerentes às questões sociais. Assim,

[...] as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. [...] o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica [...] existe uma identidade entre sujeito e objeto [...] a ciência social é intrínseca e extrinsecamente ideológica (MINAYO, 2007, p. 12-13).

A escolha dos procedimentos metodológicos irá conduzir a pesquisa e interferir nos resultados alcançados. A própria seleção dos instrumentos e a forma como serão trabalhados está intimamente relacionada à formação histórica, política e ideológica do pesquisador, e o sucesso na utilização destes, irá depender também da sua habilidade. “A marca da criatividade é nossa “grife” (ou seja, nossa experiência, intuição, capacidade de comunicação e de indagação) em qualquer trabalho de investigação.” (MINAYO, 2007, p. 16).

O desafio principal da pesquisa social é o entendimento do movimento do real. Teoria e metodologia devem caminhar juntas. “Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.” (MINAYO, 2007, p. 15).

Isso porque, a partir da empiria o pesquisador acaba por recorrer a uma variedade de métodos e procedimentos metodológicos que sejam capazes de auxiliar na realização do estudo, a partir do seu compromisso e envolvimento com a pesquisa, e ainda pelo respeito e valorização dos sujeitos e fenômenos pesquisados. Assim, não interessa aos geógrafos somente os resultados da pesquisa, organizados num texto final, mas também, a trajetória e os processos de construção da pesquisa.

Acredita-se que não há um único método que seja capaz de desvelar as tramas que compõem o constante processo de (re)construção do espaço e que não seja possível determinar

de forma pronta e acabada todos os procedimentos metodológicos, os quais, são utilizados nesta pesquisa como instrumentos de investigação. Mesmo assim, serão apresentadas neste tópico as principais diretrizes referentes aos métodos de abordagem e as técnicas de investigação utilizadas nesta pesquisa.

Para Chelloti (2009), a Geografia Agrária no início do século XXI, influenciada pelas distintas correntes do pensamento geográfico, tem possibilitado diferentes interpretações, diante das questões complexas que compõem o campo brasileiro, seja pelo empirismo, pela fenomenologia ou pela dialética. Nessa perspectiva, a Geografia como um todo, assim como a Geografia Agrária, passa por um momento fecundo, uma vez que, as pesquisas podem ser construídas a partir de concepções filosóficas de cada pesquisador, o que permite diferentes olhares sobre o campo brasileiro, pautados em elementos econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Oliveira (2004) salienta que existem diferentes abordagens do campo brasileiro na Geografia Agrária, havendo um debate político, ideológico e teórico que contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico, mas que, precisam ser capazes de interpretar as mudanças na configuração territorial do Brasil e do mundo.

Para tanto, a proposta teórica da Geografia para compreender essa realidade deve estar vinculada ao entendimento da territorialização do capital monopolizado e a monopolização do território pelo capital. Isso porque o capitalismo monopolista mundializado adquiriu novos padrões de acumulação e exploração, fortalecendo a superexploração, a precarização do trabalho e a degradação ambiental.

Para Oliveira (2004) o campo encontra-se predominantemente marcado pela lógica capitalista, por meio da industrialização da agricultura, ao passo que está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa. Na primeira situação, o capital se territorializa e expulsa os trabalhadores/camponeses para as cidades e/ou áreas de fronteira, e no segundo caso, monopoliza o território, recria e redefine as relações camponesas de produção familiar, por meio da sujeição da renda da terra. Isso porque ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento fortalece as relações capitalistas de produção (trabalho assalariado), reproduz também as relações não-capitalistas de produção, recriando o campesinato e demonstrando a força do trabalho familiar no campo, principalmente da produção e alimentos. Daí as inúmeras transformações territoriais no campo, bem como, a contribuição da abordagem territorial integrada para a Geografia.

Nesse sentido, a Geografia Agrária tem o desafio de compreender a realidade socioespacial no campo brasileiro a partir da sua dinâmica contraditória. Acredita-se que esse

exercício seja possível considerando-se os conflitos, ou seja, as diferentes territorialidades e a relação capital x trabalho. Ademais, o reconhecimento do trabalho como agente de transformação desse espaço torna-se *mister* nesse processo. Daí, o imbricamento entre a Geografia Agrária e a Geografia do Trabalho.

Para Thomaz Junior (2010), à Geografia do Trabalho cabe o entendimento da realidade territorial do trabalho a partir do conflito das classes sociais, uma vez que, ocorrem constantes mudanças nas formas de expressão do trabalho. Dentre elas têm-se a heterogeneização, a fragmentação, a flexibilização do trabalho, relacionadas a destrutividade, regressividade e irracionalidade sistêmicas, forjando novos sentidos, magnitudes, conteúdos e significados do trabalho.

Diante disso, há uma necessidade de repensar os pilares teóricos da Geografia do Trabalho, para contemplar as fissuras, as tramas, ou melhor, as contradições da sociedade, ou seja, seu arcabouço teórico-metodológico precisa considerar todo um contexto que é complexo. Assim, cabe à Geografia do Trabalho repensar os conceitos de acordo com os novos sentidos do trabalho e do trabalhador, ao mesmo tempo em que deve abranger os conceitos para as diferentes formas e modalidades de trabalhadores, ou seja, que vendem a força de trabalho, compreendendo-os a partir da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Nessa perspectiva, os pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)⁶, fundado há 25 anos tem se dedicado a compreensão das fissuras do mundo do trabalho, contemplando as diversas tramas sociais e as múltiplas faces da classe trabalhadora, a partir das pesquisas, da militância e atuações docentes e técnicas, proporcionando intervenções críticas a histórica exploração, submissão, escravização que os trabalhadores estão submetidos (CEGeT, 2020).

Nesse sentido, cabe à Geografia do Trabalho:

Reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos, na sociedade em que vivemos; apreender os significados e os sentidos do trabalho, no seio da classe trabalhadora [...] fazendo um exercício constante para o redimensionamento teórico-conceitual-metodológico, com vistas a

⁶ O Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) é um núcleo de pesquisa vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (SP). Desde a sua fundação em 1996, o CEGeT, coordenado pelo professor Antônio Thomaz Junior, construiu uma rede de estudos de Geografia do Trabalho, atualmente aglutina diversas Faculdades, Centros de Pesquisas, Laboratórios localizados em 17 estados brasileiros. As pesquisas contemplam vários assuntos no âmbito da temática do trabalho, pautadas nos aprendizados, na socialização das contribuições, nos diálogos e parcerias constantes com cientistas, de várias áreas/subáreas do conhecimento, brasileiros e internacionais, bem como com os movimentos sociais, envolvidos nas lutas de resistência, por direitos, por emprego, por terra, água e pelo direito à vida etc (CEGeT, 2020).

identificar, internamente à dinâmica geográfica do trabalho, sua constante (des)realização, [...] (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 04).

Vale destacar que os desafios para aqueles que vivem da venda da força de trabalho no Brasil, tem sido dos mais diversos ao longo dos últimos 40 anos. No entanto, atualmente, para o professor Thomaz Junior (2020, p.01),

[...] é importante afirmar que o que já está ruim, ao ter o acréscimo dos efeitos da COVID-19, caminhará, tudo indica, para uma realidade explosiva e cruenta para os trabalhadores, para a sociedade e para o ambiente, em geral. O que já se faz realidade e se recompõe, nos últimos 40 anos, especialmente, no Brasil, revela a convivência simultânea de formas regressivas e espectrais (com base no avanço tecnológico). Ou seja, práticas mais rígidas de controle do trabalho – desde os fundamentos taylorista-fordista-toyotistas –, os quais, sob as diretrizes do desenvolvimento tecnológico e da coqueluche das TI – Tecnologias da Informação (para ser fiel ao momento infeccioso), e já na segunda década do século XXI, das plataformas capitalistas (quer na forma *crowd work* ou *home office*, quer *on demand* ou *uberização, delivery*), impõem a marca da modernidade, neste século. Esse mantra se consuma sob procedimentos e decisões programadas pelo capital, à parte do respeito aos direitos dos trabalhadores e ao meio ambiente. Menos ainda, concede aos trabalhadores, sujeitos exclusivos da criação das riquezas oriundas desse sistema produtor de bens úteis e sua transmutação em mercadorias, o usufruto pessoal/coletivo, proporcional ao tempo de trabalho dispensado em correspondência ao preço final. Isto porque, para o capital, o objeto de desejo é a apropriação crescente do trabalho necessário, com a finalidade de engordar as porções do trabalho excedente, da subordinação da renda da terra etc.

Essa conjuntura tem colocado grandes desafios aos trabalhadores do campo e da cidade, intensificando os níveis de sujeição e precarização do trabalho, assim como do meio ambiente. Em tempos de normalidade, o capital tem avançado nessa prática, na Pandemia da Covid-19 a trajetória de incertezas para os trabalhadores é maior ainda, colocando novas problemáticas para a Geografia do Trabalho.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) foi criado em 2014. Está vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenado pelos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Marcelo Rodrigues Mendonça, o TRAPPU tem como finalidade:

[...] fomentar reflexões teórico-metodológicas agregadoras de temas que necessitam ser aprofundados na Geografia e ciências afins, tais como: reestruturação produtiva do capital e precarização do trabalho no campo e na cidade; modernização do território; *agrohidronegócio* e os efeitos socioambientais; produção camponesa/trabalho familiar; sociobiodiversidade do Cerrado; políticas públicas de desenvolvimento rural e planejamento

ambiental; incorporação dos territórios cerradeiros pelos grandes empreendimentos (agronegócio, mineradoras, hidrelétricas etc.); expropriação dos *trabalhadores da terra*, (re)criação do campesinato e construção das *(Re)Existências* (OLIVEIRA; MENDONÇA, 2016, p. s/p).

O TRAPPU tem atuado no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão promovendo um *encontro de saberes* a partir da interação entre teoria e prática, com a atuação de discentes e docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Institutos Federais, Professores da educação básica, fundamental e superior, assim como de outras instituições de ensino, organizações sociais não governamentais, movimentos sociais e sindicais. As temáticas centrais do TRAPPU são:

[...] categoria ontológica o Trabalho, o Território como categoria fundante, pois compreendemos que a dimensão espacial do conflito é a característica central da leitura geográfica e as políticas públicas se constituem (ou constituíam) como dimensão aglutinadora de como o Estado opera, contraditoriamente, no processo de ordenamento territorial, a partir das demandas dos movimentos sociais e similares (OLIVEIRA; MENDONÇA, 2019, p. s/p).

Considerando-se os desafios da construção de uma leitura geográfica do campo a partir da contradição, das relações capital x trabalho, dos conflitos, com ênfase nas *(Re)Existências* assim como, a relevância teórica da análise territorial para a Geografia Agrária e para a Geografia do Trabalho, os procedimentos metodológicos, foram divididos em três etapas principais: pesquisa teórica, pesquisa documental, pesquisa de campo.

Na pesquisa teórica foram utilizados os artigos selecionados a partir de um levantamento da bibliografia publicada em relação às temáticas abordadas na pesquisa em forma de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos publicados de forma impressa ou digital (CD-ROM ou internet).

Uma das etapas fundamentais para a construção desta pesquisa é a revisão de literatura, aqui entendida como fonte primária de dados para a pesquisa. A revisão de literatura oferece a fundamentação teórica a ser adotada na abordagem do tema e da problemática investigada no decorrer da pesquisa. Para tanto, foram lidos e fichados livros, teses, dissertações e artigos de autores que se dedicam ao estudo de categorias como espaço, território, territorialidades, trabalho, campesinato, agrohidronegócio, conflitos, resistência, *(Re)Existência*, bem como, os demais conceitos, categorias e temáticas abordadas no decorrer da pesquisa.

Na pesquisa documental foram revisados arquivos públicos e particulares, tais como projetos de lei, leis, ofícios, relatórios e base de dados disponibilizados pelos responsáveis. Além das fontes estatísticas, tais como dados censitários em órgãos particulares e oficiais. Vários dados e informações foram fundamentais para a produção da cartografia que sustenta as questões destacadas no processo de pesquisa, reafirmando os conflitos, as disputas, as resistências e *(Re)Existências* dos sujeitos da terra.

Já a pesquisa de campo está estruturada em trabalho de campo, a observação, a observação participante e as entrevistas. Ainda, foram coletados e analisados dados dos movimentos sociais, cooperativas, associações e demais organizações sociais, como o Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Social de Luta (MSL), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), Associação Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás (AEPAGO), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar (Rede Terra), Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, Cooperativa Casa da Abelha, Cooperativa dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO), Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Corumbáiba (COOPAC), Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), Escola de Família Agrícola de Goiás (EFAGO), entre outros.

Os dados censitários foram obtidos nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde constam dados gerais do País e, ainda, dos estados e municípios brasileiros. Ainda, utilizou-se as publicações estatísticas da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), do Instituto Mauro Borges (IMB), da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas do Estado de Goiás (SEPIN) sobre o agrohidronegócio, a agricultura familiar camponesa, o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás, número de associações, sindicatos e cooperativas rurais existentes.

As informações coletadas foram tabuladas, organizadas em mapas, gráficos e tabelas e, posteriormente, interpretadas de forma a expressar os conflitos e as práticas de *(Re)Existências* dos sujeitos nos territórios hegemonzados pelo agrohidronegócio em Goiás, sendo analisadas de forma quantitativa e qualitativa.

Para Matos; Pessôa (2009) a pesquisa qualitativa se difere da pesquisa quantitativa por questões teórico-metodológicas. A pesquisa quantitativa estabelece e segue planos elaborados com rigidez, quantificando os resultados. Já a pesquisa qualitativa é direcionada ao longo do seu desenvolvimento, consiste na interpretação dos fatos e fenômenos estudados. Estas formas de pesquisas podem ser utilizadas de forma complementar, pois “[...] qualitativos

e quantitativos são diferentes, porém não são excludentes. [...]” (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 27).

O trabalho de campo é um importante recurso metodológico para as pesquisas em Geografia. Nesta pesquisa, os trabalhos de campo são aliados a observação, a observação participante, ao diário de campo, às fontes orais, ou seja, as entrevistas semiestruturadas, e a aplicação de questionários. Além de possibilitar um avanço na compreensão da realidade complexa e contraditória que compõe estas tramas, teias e redes que (re)constroem os espaços e territórios e os sujeitos que neles atuam, os instrumentos de pesquisa ora destacados, permitem ainda que as pesquisas geográficas sejam construídas a partir da dinâmica da realidade, e não apenas como pesquisas de gabinete, às quais acabam priorizando as abordagens teóricas, que em si, não contemplam as heterogeneidades e especificidades das realidades geográficas investigadas.

O trabalho de campo é entendido como uma ferramenta que possibilita a interação entre a teoria e a prática. Isso porque se constitui “[...] como uma ferramenta a serviço dos geógrafos, desde que articulada com a teoria, capaz de possibilitar a conexão da empiria com a teoria.” (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 54). Nesta pesquisa o trabalho de campo foi realizado a partir de uma teoria que o fundamenta e, que, ofereceu subsídios para que tanto a coleta quanto a interpretação das informações e dos dados coletados fossem elaboradas a partir das suas aparências, mas, em busca da essência dos fatos e fenômenos, articulando-os entre o local e o global numa relação analítica interescalar.

O caráter imprescindível do trabalho de campo para a ciência geográfica como um todo, bem como, para as pesquisas em Geografia Agrária e na Geografia do Trabalho se deve ao fato de que, tanto o campo brasileiro, quanto o mundo do trabalho vem passando por um processo de transformação, experimentando uma série de mudanças oriundas da chamada modernização conservadora da agricultura.

Também não se pode esquecer das transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva do capital e do trabalho, a partir da década de 1970 e da territorialização do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado a partir dos anos 1990.

Nesse contexto surgem novas racionalidades técnicas e instrumentais, novas lógicas produtivas, que não eliminam, por completo, as práticas espaciais preexistentes, como as práticas camponesas, por exemplo, mas, ao contrário, elas resistem, se reelaboram e *(Re)Existem*. Dessa forma, o trabalho de campo é o que permite o contato entre a dinâmica inerente ao *movimento do real* e a teoria que fundamenta a pesquisa e a formulação de um

campo teórico-conceitual que seja capaz de explicar os fatos e fenômenos que o compõe. Portanto, o trabalho de campo é um eficiente recurso metodológico.

Ao longo desta pesquisa pretendeu-se aliar a pesquisa qualitativa à pesquisa quantitativa, pois se reconhece que ambas não se anulam ou se excluem, podendo ser utilizadas de forma complementar. A observação é outro recurso metodológico utilizado neste estudo, por ser considerado o princípio da realização de um estudo de campo, além de permitir ao pesquisador um contato com o espaço, com a paisagem e com os sujeitos a serem investigados.

A observação pode ser direta ou indireta, sendo respectivamente, quando o pesquisador se dispõe a observar os sujeitos da pesquisa, e quando o pesquisador se dirige aos sujeitos para obter as informações desejadas, considerando-os como portadores de diversos conhecimentos e que podem e alguns fazem leituras distintas e, que, inclusive criam perturbações ao processo de pesquisa. Não se deve romantizar as relações de pesquisa.

A observação direta e a observação indireta podem ser utilizadas numa mesma pesquisa, também de forma complementar (MATOS; PESSÔA, 2009). Outra forma de observação desenvolvida nesta investigação científica é a observação participante. Souza Júnior (2009) afirma que a observação participante é a possibilidade de maior aproximação entre o pesquisador, os sujeitos da pesquisa e a realidade socioespacial da qual fazem parte. Esta estratégia metodológica permite uma maior percepção em relação ao mundo vivenciado pelos sujeitos da pesquisa, oportunizando uma análise além do discurso que se instaura.

Outro instrumento que contribuiu para a realização de um trabalho de campo e que contempla as necessidades desta pesquisa é o diário de campo. Esse procedimento metodológico foi utilizado para registrar as impressões e intuições em relação à pesquisa desenvolvida. Isso porque o diário de campo permite registrar o convívio com os entrevistados, facilitando a reconstrução da história nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais, possibilitando o exercício de memória do pesquisador nas anotações posteriores ao campo e ampliando a capacidade de percepção da paisagem. Ainda, ajuda a aprofundar o olhar do pesquisador sobre o espaço social, registrar as preocupações e inquietações que surgem no decorrer do trabalho de campo. (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009)

Nesta pesquisa foram utilizadas como fontes orais as entrevistas e depoimentos, coletados entre 2018 e 2021. Segundo Thompson, (1992) “A utilização de entrevistas como fonte vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos.” (THOMPSON, 1992, p. 22). Esta fonte de dados adquire centralidade nas pesquisas em Geografia, pois oferece novas perspectivas e revela novos campos de pesquisa, valorizando os *diferentes saberes* e a *memória do homem*, possibilitando que os sujeitos forneçam dados e informações fundamentais para a compreensão da dinâmica da realidade investigada.

A escolha dos sujeitos a serem entrevistados depende da trajetória e da postura política do pesquisador, e é de extrema relevância para os resultados da pesquisa, pois irão representar o direcionamento da abordagem a ser assumida durante a construção dela. Grande parte das pesquisas que utilizam fontes orais se restringe às lideranças políticas, às lideranças locais, personagens oficiais que reproduzem o discurso hegemônico. Acredita-se que essas abordagens não incorporam os conflitos e desigualdades existentes no espaço e no território. É preciso avançar nesse sentido, dando visibilidade a todos os sujeitos e relações que fazem parte, construindo e reconstruindo a realidade a ser investigada.

Luna (1997) assegura que estudar um fenômeno por meio de relatos verbais implica selecionar os indivíduos que detenham a informação, que sejam capazes de traduzi-los verbalmente e que se disponham a fazê-lo ao pesquisador. Essa seleção frequentemente considera apenas as “autoridades oficiais” sobre o assunto, e não as diferentes *vozes* que compõem a realidade. Dessa forma, esse quesito, segundo Luna (1997) precisa ser repensado. Para abarcar as diferentes vozes realizamos as entrevistas com os diferentes sujeitos pesquisados, sendo homens e mulheres do campo que tem construído as suas resistências e *(Re)Existências* de forma individual e coletiva, bem como, lideranças dos movimentos sociais, sindicatos, associações, cooperativas.

Nesse sentido, recorre-se também ao pensamento de Souza Santos (2002) ao afirmar que as abordagens devem promover as diferentes culturas e as diferentes formas de interação com o conhecimento, e ainda entre o conhecimento científico e não-científico para que a riqueza social existente não continue a ser desperdiçada. É preciso constituir uma ciência que supere a *monocultura do saber*, e construa uma ciência a partir da *ecologia dos saberes*, identificando os diferentes contextos, as diferentes culturas e os diferentes saberes. Assim, ao considerar os diferentes sujeitos e suas relações, é possível compreender de forma mais abrangente a complexidade das realidades investigadas.

As entrevistas permitem que o entrevistador tenha uma compreensão melhor de como a realidade é percebida e vivenciada pelos sujeitos, ao mesmo tempo em que possibilita uma série de descobertas capazes de superar as expectativas. “Com as entrevistas se aprende algo mais do que o simples conteúdo [...] demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais.” (THOMPSON, 1992, p. 41). Muitas vezes permitem que sujeitos, jamais ouvidos ou considerados nos registros históricos oficiais, possam falar, possam expressar-se, possam ser ouvidos.

As entrevistas foram realizadas sob as orientações de Thompson (1992) e dentre os princípios sugeridos está a preparação das informações básicas por meio da leitura ou outras

maneiras, a atenção às possibilidades envolvidas em cada entrevista específica. Ainda, observou-se os princípios: evitar perguntas diretas; atenção especial para a ordem das perguntas e sobre o fraseado delas; selecionar um local onde o entrevistado se sinta à vontade; utilizar o gravador de voz durante a entrevista com a autorização do entrevistado; saber ouvir; demonstrar interesse durante a entrevista não contradizendo ou discutindo as opiniões; nunca pressionar o entrevistado; considerar que quanto menos formal a entrevista melhor será seu resultado. Após ter realizado a entrevista, o registro dos comentários deve ser feito o mais breve possível, além de serem analisadas e interpretadas qualitativamente.

Foram realizados trabalhos de campo nos municípios de Santa Helena (GO), Itumbiara (GO) nos quais foram visitadas grandes unidades de produção de cana-de-açúcar e em Quirinópolis, além dos canaviais, foram visitadas também a usina de açúcar e álcool, Boa Vista - Grupo São Martinho e a Associação Casa da Abelha. Na Usina, identificou-se a dinâmica da produção da matéria prima, as formas de aquisição e arrendamento da terra, além das relações de trabalho no processo produtivo do açúcar e do álcool e das formas de circulação e comercialização. Na Casa da Abelha, teve-se contato com os camponeses que se associaram para fortalecer a produção e comercialização do leite, o que lhes tem auxiliado na luta pela permanência em seus territórios e na resistência às pressões do agronegócio canavieiro para o arrendamento das propriedades. Na ocasião, foram entrevistados representantes da Usina e camponeses associados à Casa da Abelha.

Em Morrinhos (GO) visitou-se o Assentamento Tijnunqueiro onde foi possível observar experiências construídas por assentados desde a sua criação na década de 1990, a partir da luta pelo acesso à terra, forjada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG). Posteriormente, as experiências com a produção leiteira e o associativismo. Foram entrevistados quatro assentados e duas assentadas.

Em Piracanjuba (GO) visitou-se propriedades voltadas ao agronegócio, principalmente ao cultivo de soja. Já no Assentamento Boa Esperança, visitou-se 06 (seis) propriedades que se dedicam à produção de leite, hortaliças e a chamada agricultura da abundância.

No Sudeste Goiano, em Corumbáiba (GO) visitou-se propriedades do agronegócio sobretudo de produção de soja – na região do Areião e Bálamo – bem como, propriedades camponesas que se dedicam à produção leiteira e que são vinculados à Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Corumbáiba (COOPAC). Visitou-se também escolas no campo, como a Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro, Escola Municipal Professor Alberto de Moraes Holanda e o Colégio Municipal Santa Terezinha. Em Catalão (GO), Vianópolis (GO), Urutaí

(GO), Ipameri GO), Orizona (GO) também foram visitadas propriedades voltadas para a agricultura capitalista e para a agricultura camponesa. Nestes foram visitadas cooperativas, associações, sindicatos, bem como, movimentos sociais vinculados a camponeses e demais frações de trabalhadores da terra que lutam pelos territórios de vida, além de diversas unidades de produção camponesas, assentamentos, acampamentos.

Ademais, foram visitadas escolas no campo e escolas de família agrícola e empresas vinculadas ao agrohidronegócio, como a usina sucroalcooleira Jales Machado S/A em Goianésia (GO), a USJ Açúcar e Álcool em Quirinópolis (GO), a Fazenda Santa Brígida em Ipameri (GO). Na oportunidade, foram ouvidos diversos sujeitos envolvidos em cada um dos seguimentos visitados, por meio de entrevistas coletivas e individuais. Foram feitos também registros fotográficos das paisagens e realidades geográficas observadas que compõe a tese apresentada.

Os roteiros das entrevistas foram elaborados previamente, mas foram dinamizados a medida em que elas foram sendo realizadas. Tais roteiros contemplaram dados de identificação dos sujeitos entrevistados, tais como nome, idade, sexo profissão, nível de renda (opcional) e nível de escolaridade. As demais questões envolveram suas trajetórias pessoais e profissionais, seus saberes e fazeres e atuação nas propriedades rurais, nas comunidades rurais, nos sindicatos, nas cooperativas, nas associações e nos movimentos sociais.

PARTE I – FORMAÇÃO TERRITORIAL: ESPAÇO, TERRITÓRIO, PAISAGEM NO CERRADO GOIANO

1. A Formação Territorial de Goiás

É instigante e desafiador reconhecer os mecanismos que representam os imperativos do capital, a reorganização do trabalho e os elementos que compõem as especificidades locais/regionais, sobretudo, desvendar os conteúdos da relação capital/trabalho, compreender os processos de apropriação do espaço, a consequente produção dos territórios e as diferentes territorialidades que formam a realidade contraditória, repleta de tramas e redes que (re)constroem os espaços, os territórios e os sujeitos que neles atuam.

Em Goiás, as elites hegemônicas, assim como no Brasil, ancoradas numa fusão com os interesses das grandes corporações, tiveram a partir do agrohidronegócio o fortalecimento dos *constructos* ideológicos, políticos, econômicos, culturais pautados na homogeneização da lógica capitalista nos diferentes espaços, criando uma ideia, universalizante, de que os conflitos foram abolidos e que o progresso e a ordem devem ser preservados para o bem comum.

Quando as maiores redes de comunicação de massa do país propagandeiam que *o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo...* É exatamente esse imaginário criado para fins políticos que está se consolidando. Entende-se que houve uma hegemonização do território goiano pelo agrohidronegócio, entretanto não há uma homogeneização espacial, uma vez que, os territórios camponeses se reproduzem, resistem e (Re)Existem a partir da luta política coletiva.

A territorialização desigual das grandes corporações (empresas rurais), complexos barrageiros, redes de armazenamento de insumos e grãos, logística e transporte intermodais no campo, em Goiás, está vinculada à própria dinâmica espacial do campo brasileiro, marcada pelas disputas territoriais entre as diferentes classes sociais e, sobretudo, pelas recentes transformações decorrentes da territorialização do capital, com destaque para as empresas rurais nas áreas de Cerrado.

Resultado/resultante dessas ações materializadas no espaço geográfico é que se desenvolveram relações desiguais entre os protagonistas destacados nesta tese, ou seja, os capitalistas (diversas frações e interesses) de um lado, e os camponeses e demais *trabalhadores da terra* e suas frações, de outro e, certamente, entre outros sujeitos que estão envolvidos com o labor e o trabalho na terra, marcando/grafando, produzindo territorialidades em conflitos, seja nos campos, seja nas cidades.

Com isso, o campo deve ser analisado territorialmente, identificando-se lugares onde os complexos agroindustriais e suas demandas corporativas, encontram meios para territorializarem e, onde, não o fazem diretamente, a exemplo das bordas das chapadas, terrenos mais declivosos, áreas para produção leiteira, territórios de populações tradicionais, unidades de conservação ambiental e assemelhados dentre outras, que estão subordinadas ao modo de produção capitalista, todavia se mantêm diferenciadas espacialmente e, isso, permite apontar para os territórios hegemônicos pelos camponeses, quilombolas etc., que se firmam em ações políticas, permeadas pelas práticas socioculturais e luta pela soberania territorial nos territórios de vida.

Já dissemos anteriormente que no campo, existem os elementos que se transformam e os que se mantêm, ou seja, um cenário de territórios em disputas, com conflitualidades e relações de poder (FERNANDES, 2012). Acredita-se que para além disso, os diferentes territórios encontram-se hibridizados, com distintas relações hegemônicas, construídas a partir da urdidura do capital e do trabalho, o que gera territórios em disputa e um mosaico de territorialidades do conflito (MENDONÇA, 2004).

Nessa perspectiva, acredita-se que seja necessário analisar o território goiano a partir da sua heterogeneidade espacial, e não apenas na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado se constitui como agente hegemônico e homogeneizante do espaço. Os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção, expressão da espacialização da modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas e dos *trabalhadores da terra*, as hibridações, as diferentes práticas de *(Re)Existências* para não invisibilizar os conflitos existentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores e apoiadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social.

Nesse sentido, pretende-se estabelecer um olhar geográfico para o campo goiano, identificando como os espaços, as paisagens, os territórios vêm sendo (re)construídos pelo imbricamento dos elementos que chegam com o processo de territorialização do capital, os elementos que permanecem e os que se modificam, envolvidos por disputas e conflitualidades. Com isso, espera-se contribuir com a Geografia, com a construção de uma abordagem territorial integrada de Goiás, assim como, perceber e destacar as disputas territoriais no Sul Goiano e as práticas de *(Re)Existências* no campo da Região de Planejamento Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro).

Goiás é reconhecido no cenário nacional e mundial, como o celeiro agrícola do Brasil. Tal concepção advém dos altos índices de produção e de produtividade de

grãos/oleaginosas/carnes, sobretudo, soja, apresentado pelo Estado nos últimos anos, vinculando a ideia de que a dinâmica espacial de Goiás se restringe aos imperativos desta atividade econômica. No entanto, a nosso ver, o campo goiano é constituído por diversas territorialidades, que ultrapassam o agrohidronegócio, pois outras territorialidades, dentre elas as camponesas, também se fazem presentes.

O agrohidronegócio hegemoniza o território goiano, no entanto não o torna homogêneo, pois as resistências e as *(Re)Existências*, historicamente construídas e, que nesta tese, assume a natureza temporal de trazê-las, após a década de 1970, numa área específica do território goiano, qual seja, o Centro Sul e dentro deste, a Região da Ferrovia, denominada Sudeste Goiano. Goiás é composto por diversas territorialidades forjadas ao longo da sua formação socioespacial, que se encontram hibridizadas e em disputa. De um lado, os espaços onde a lógica capitalista se insere e se efetiva, de outro lado, os territórios onde não o faz efetivamente, ou seja, os territórios onde a lógica camponesa e outras, *(Re)Existem*.

Segundo Oliveira (2003) o estudo do campo precisa contemplar a agricultura, considerando que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é desigual e combinado. Ou seja, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento produz relações capitalistas de produção (trabalho assalariado), também reproduz relações não-capitalistas de produção, a exemplo do campesinato, que se reproduz através das lutas pela terra, pela reforma agrária e evidenciam o aumento do trabalho familiar e da produção de alimentos no campo.

Nessa perspectiva, uma leitura geográfica do campo em Goiás deve contemplar esse movimento. Deve-se compreender a formação territorial a partir do desenvolvimento capitalista mundial, do desenvolvimento desigual e combinado, das contradições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, dos processos contraditórios a nível de Brasil e de mundo e da interdependência entre nações, Estados e empresas em diferentes lugares dos países.

É preciso considerar que o capitalismo para sua existência, desenvolvimento e expansão necessita estar cercado por formas não capitalistas de produção (LUXEMBURGO, 1983). As relações de produção não capitalistas são incorporadas no processo de reprodução do capital, porque o capitalismo no seu contínuo processo de expansão redefine relações antigas, subordinando-as à reprodução do capital, ao mesmo tempo em que, engendra relações não capitalistas, contraditoriamente, necessárias a essa reprodução (MARTINS, 1981). Dentre essas relações estão as unidades camponesas de produção no processo permanente de criação e recriação desses sujeitos que teimam em persistir, ou seja, Existir.

A presente pesquisa objetiva desvelar as territorialidades camponesas engendradas por suas práticas que tem garantido a sua reprodução social mesmo nos territórios hegemonizados pelo agrohidronegócio na Mesorregião Sul Goiano e na Região de Planejamento Sudeste Goiano (Região da Estada de Ferro). Esse é o desafio proposto.

1.1. Goiás: Um Olhar Geográfico

Em síntese: a operação da política territorial e de seu amparo geopolítico não deixou de criar as contradições próprias do interesse de quem os criou – e nem de estimular os conflitos de quem se subordinou, forçosamente, ao processo, como os povos cerradeiros.

Chaveiro; Barreira (2010).

O processo de expansão geográfica do capital iniciou-se na chamada acumulação primitiva e se realiza até os dias atuais, promovendo uma série de mudanças nas áreas incorporadas por sua dinâmica territorial, ou seja, promovendo modificações no espaço geográfico, pautadas na relação capital x trabalho.

O Cerrado brasileiro é ocupado pela modernização da agricultura, a face espacial moderna da modernização do território, a partir dos anos 1970. Já a partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva do capital no Brasil, tem-se a territorialização do agrohidronegócio. A construção de hidrelétricas e a implantação das atividades minerárias também se territorializaram. Tudo isso, trouxe para as áreas do Cerrado, dentre elas, Goiás, uma nova configuração espacial, que se relaciona com a dinâmica espacial pré-existente, modificando-a, mas, não eliminando-a, pois há que se considerar as rugosidades espaciais e suas substâncias históricas e espaciais.

No Cerrado tem-se os elementos que se hibridizam e constituem o espaço geográfico. Esses elementos existentes, de ordem material e imaterial, se entrecruzam e compõem a realidade, num processo constante de (re)construção histórica e geográfica. Esta deve ser entendida também a partir da relação entre o local e global, ou seja, levando-se em consideração os elementos internos e os externos que se “misturam” na constituição do lugar. Santos (1999, p.19) entende que:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. [...], levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e do lugar; o das redes e das escalas.

[...] impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. [...] podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.

Desde o final do século XIX e início do século XX, essas áreas começam a ser capturadas pela dinâmica da produção capitalista mundial, impulsionada pelo novo momento de acumulação do capital, centrado na fusão das grandes empresas com o capital bancário (LENIN, 2000). Isso pôde ser observado no Sul Goiano, precisamente no denominado Sudeste Goiano, com a chegada da ferrovia, e já no início do século XX com a construção da Ponte Afonso Pena (1909) em Santa Rita do Paranaíba, atualmente Itumbiara, interligando o Sudoeste Goiano às dinâmicas produtivas de São Paulo e do mundo.

A chegada dos trilhos no Sudeste Goiano, no início do século XX, instaurou um processo de diferenciação espacial e social distinto do que ocorreu no restante do território goiano, visto que a ferrovia ganhava, onde chegava, o significado de “fio”, aliás, trilho condutor de mudanças. Mudanças referentes, sobretudo, aos novos conteúdos nas relações de produção, de circulação e de comunicação. A ferrovia viabilizou, dessa forma, maior articulação do Sudeste Goiano com o sistema capitalista. (MATOS, 2012, p. 04).

Segundo Castilho (2014) a periodização para o início da modernização no Brasil e em Goiás são ambíguas, mas precisam considerar a rede técnica e os transportes como elementos estruturantes. Nesse sentido, afirma:

Na perspectiva técnica e produtiva, bem como no contexto nacional, geralmente destaca-se a chegada de ferrovias, a produção de energia elétrica (ambos no século XIX) e o processo de industrialização em meados do século XX. Em São Paulo, por exemplo, Campos (2002) relaciona a modernização à instalação de um nó ferroviário. Em Goiás, a historiografia atribui a chegada da modernização à implantação da estrada de ferro. Já os estudos territoriais atribuem-na às décadas de 1930 e 1940, com a criação de Goiânia e de projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), e às décadas de 1960 e 1970, com a construção de Brasília e os processos de expansão da produção agrícola. Todavia, em ambas as abordagens pouco se fala de energia elétrica, dos transportes – que possibilitam compreender a posição de Goiás no contexto nacional – e de fatores que antecederam o século XX. Considerando a perspectiva política, por exemplo, sempre existiu uma preparação ideológica que antecede os elementos técnicos e infraestruturais (CASTILHO, 2014, p. 58-59).

Ainda de acordo com Castilho (2014) a construção da Estrada de Ferro trouxe impactos na dinâmica populacional, cultural, econômica e nas relações de trabalho, que se materializaram na organização dos lugares. Além disso, tem-se até mesmo os efeitos ambientais desse processo, como por exemplo a intensificação do desmatamento devido à utilização de dormentes de madeira. Estima-se que foram gastos mais de um milhão destes na construção da Estrada de Ferro Goiás. Assim,

Além dos diversos impactos diretos e indiretos, a ferrovia não só colocou algumas regiões goianas em contato com outras regiões e países onde a lógica de mercado já havia se estabelecido, não só trouxe manifestações culturais de outras partes do mundo, mas também promoveu o estabelecimento de uma dinâmica específica nos lugares. As novas relações de trabalho não foram sentidas somente nas linhas férreas, mas também nos espaços por onde a ferrovia foi deixando suas influências (CASTILHO, 2014, p. 82).

A implantação da Ferrovia em Goiás, também significou grandes mudanças nas relações de trabalho. Para Castilho (2014, p. 83),

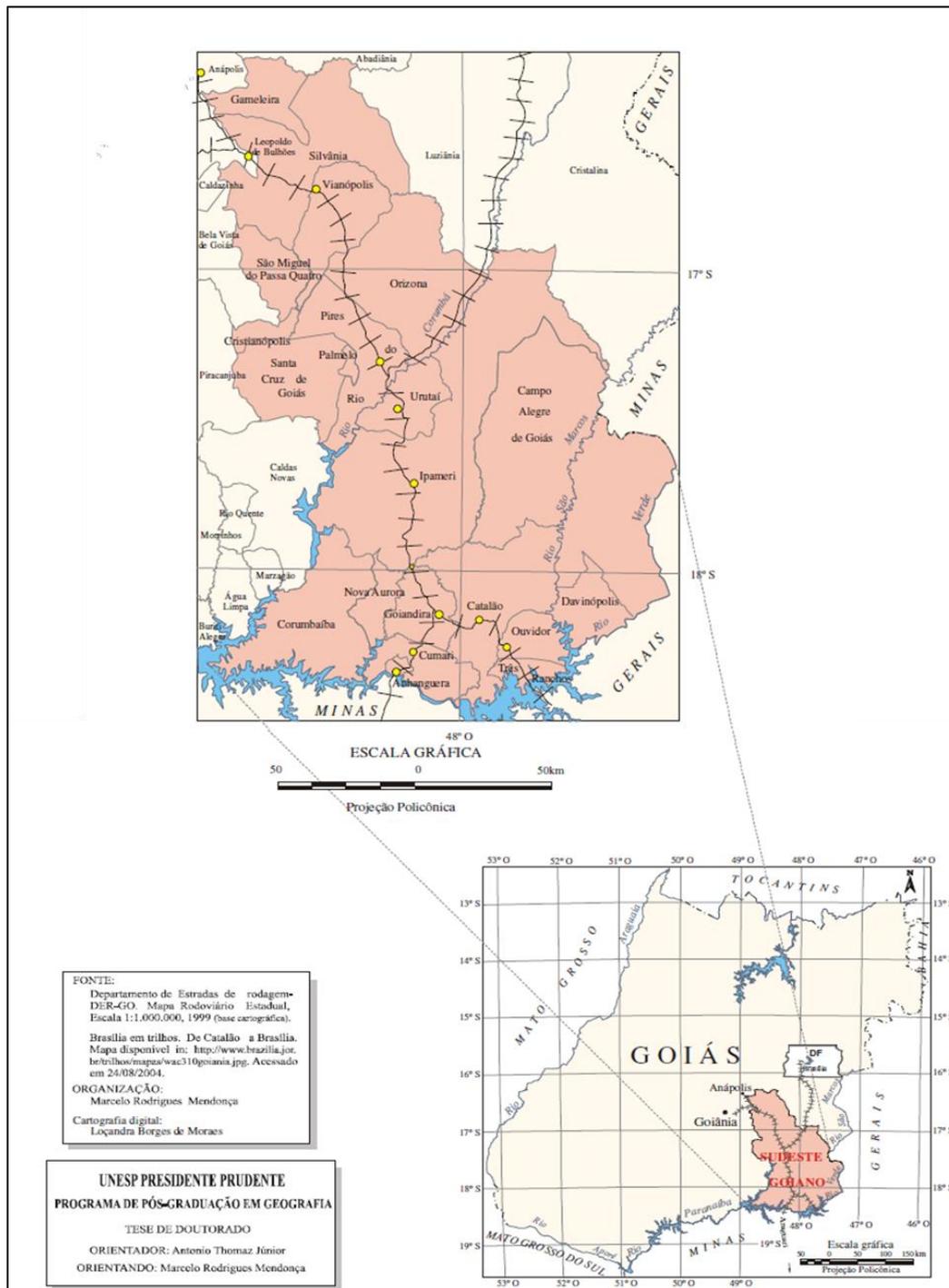
Novas classes sociais emergiram, como a dos comerciantes, e os serviços urbanos foram sendo criados. Também é importante ressaltar que, em resposta às situações de trabalho na construção das ferrovias, muitos operários se organizaram, fizeram greves, fundaram sindicatos e partidos – tal como apregoa Lima (2009) e, apesar das forças silenciadoras, lutaram por melhores condições de vida e por um lugar na história dos trilhos. Além destes, surgiram também os trabalhadores urbanos. E, à medida que a urbanização acompanhou o processo de modernização que adentrou Goiás pela política e pelos trilhos, uma nova mentalidade também passou a influenciar novos comportamentos, conflitos e manifestações culturais.

Todos esses equipamentos técnicos e tecnológicos significaram novas dinâmicas para o campo e, ainda alterou, substancialmente a relação campo-cidade. É nessa perspectiva que se pretendeu compreender o Sul Goiano com ênfase nas experiências de *(Re)Existências* no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro). Isso porque, foi nessa região que todos esses elementos se instalaram com maior força em Goiás.

No início do século XX, os trilhos avançam para Goiás, passando por cidades do Sudeste Goiano: Catalão, Goiandira, Ipameri, no ano de 1913, Roncador (Pires do Rio), em 1914, Vianópolis, em 1924. Chega a Anápolis, em 1935, e em Goiânia, em 1952. (MATOS, 2012, p. 05).

O Mapa 1 apresenta o percurso da estrada de ferro em Goiás e os municípios do Sudeste Goiano que fazem parte da chamada região dos trilhos.

Mapa 1 – Estrada de ferro de Goiás (principais estações ferroviárias) – Sudeste Goiano.



Fonte - Mendonça (2004).

Entende-se que a realidade é configurada pelas transformações espaciais e temporais, estando em constante movimento. Esse movimento do real é contraditório, desigual e combinado, colocando-se para a Geografia e para os geógrafos, como um importante desafio a ser considerado em suas leituras espaciais. Uma leitura totalizante do espaço, lugar ou região

deve considerar os agentes transformadores do espaço, no que se refere ao trabalho e não apenas os elementos hegemônicos do capital.

Na compreensão da dinâmica territorial do campo no Sul Goiano e no Sudeste Goiano há que se considerar o agrohidronegócio, todavia, há que se considerar também as *(Re)Existências* camponesas e demais construídas pelos *trabalhadores da terra*, mas, nesta tese atem-se às *(Re)Existências* camponesas. Entende-se que:

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente, etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico (SANTOS, 1999, S/P).

Ademais, Santos (2012) ressalta que é preciso considerar o modo de produção, a formação social e o espaço em sua interdependência, uma vez que, formam o modo de produção – que envolvem a produção, a circulação, a distribuição e o consumo – sendo histórica e espacialmente determinados. Assim, as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares e, “o “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam” (SANTOS, 2012, p. 29).

Dessa forma, a ordem internacional se reproduz na organização local da sociedade e do espaço. O modo de produção não se realiza por completo, uma vez que:

[...] Expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho e o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção novo, mas sempre comandado pelo modo de produção novo. Daí chamar-se a esse modo de produção de “atual”, em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva (SANTOS, 2012, p. 28-29).

A abordagem do *lugar* da pesquisa busca a compreensão dos seus elementos que se hibridizam e constituem o espaço geográfico. Esses elementos existentes, de ordem material e imaterial, se entrecruzam e compõem a realidade, num processo constante de (re)construção histórica. Esta deve ser entendida também a partir da relação entre o local e global, ou seja,

levando-se em consideração os elementos internos e os externos que se “misturam” na constituição do lugar (SANTOS, 1999).

Essa pesquisa busca considerar o recorte espacial a ser estudado, como um *híbrido histórico e geográfico*, e não somente a partir de fatores que existem no lugar, mas, que se inter-relacionam na produção do espaço. Para Santos (1999, p. 83):

[...] a ideia da forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Nessa perspectiva, pretende-se compreender o Sul/Sudeste Goiano a partir da territorialização do agrohidronegócio que forjou territórios hegemônicos pela lógica capitalista, ao mesmo tempo em que, os sujeitos do campo forjaram as experiências de *(Re)Existências*. Com isso, identificam-se as monoculturas da soja, cana de açúcar, algodão, milho, sorgo e girassol, as atividades de mineração, os reservatórios das Usinas Hidrelétricas e ao mesmo tempo, os territórios da agricultura familiar camponesa e outros, fortalecidos pela ação dos movimentos sociais, cooperativas, associações, identificadas, sobretudo, no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) mais adiante, nesta pesquisa.

Santos (2012, p.31) assegura que:

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda *abstrato*, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

Ao analisar as abordagens do espaço na Geografia, Santos (1999) chama a atenção dos geógrafos para a totalidade do espaço geográfico, pois em tempos de *globalização* esta questão se fortalece, diante das constantes menções ao chamado *espaço global*. A totalidade deve ser vista como a junção de várias partes e sujeitos, entendidos a partir do movimento do real e da totalidade que configuram a realidade geográfica.

Posteriormente, Santos (1999) complementa que, “[...] para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização” (SANTOS, 1999, p. 96). Assim, o campo no Sul Goiano é formado pelos agentes hegemônicos do território, pelas resistências, pelas *(Re)Existências* que o configuram como

territórios em disputa. Não há como compreender esse espaço como um todo, sem considerar as partes que o configuram, em sua essência dinâmica, processual, histórica e contraditória.

Assim, deve ser analisada com base na constante relação entre os elementos ditos locais e os ditos globais, e ainda, os resultantes dessa interação. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” (SANTOS, 2012, p. 98). Ou seja,

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão no nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço (SANTOS, 2012, p. 33).

Haesbaert (2007) assegura que os territórios devem ser entendidos a partir da multiterritorialidade ou reterritorialização, incorporando na conceituação as relações e os elementos culturais, cujas totalidades estão *sobrepostas e descontínuas*. Para o autor:

O território, [...] define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. [...] É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/atraves do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. [...] (HAESBAERT, 2007, p. 78-79).

Além disso, “[...] não há território sem uma estruturação em rede que conecte diferentes pontos ou áreas. [...] hoje, temos o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si” (HAESBAERT, 2007, p. 79). Portanto, a leitura que se faz dos territórios não deve estar vinculada ao entendimento do conceito de território restrito ao espaço e a espacialidade.

Fica evidente nesse ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido - híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2007, p. 79).

Aqui, compreende-se que as contribuições de Santos (1999) e Haesbaert (2007) não são opostas, ao contrário, com diferenças permitem uma leitura abrangente e necessária para a

compreensão dos territórios investigados em Goiás.

Para Raffestin (1993) espaço e território não são sinônimos. O espaço é anterior ao território, uma vez que o território se forma a partir do espaço como resultante de:

[...] uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo) pela representação, o ator “territorializa” o espaço. [...] É uma produção, a partir do espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Nessa perspectiva, se compreende o território goiano, a partir das territorialidades do agrohidronegócio e das múltiplas (*Re*)*Existências*, pois se refere a um espaço “[..] construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. [...]. É, [...] o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). As territorialidades são dinâmicas e devem ser entendidas como um conjunto de relações mantidas com o território, a partir da relação entre sociedade, tempo e espaço. A territorialidade para Raffestin (1993, p. 158-159):

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. [...], todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Os principais elementos constituintes do território, segundo Saquet (2010, p.161) são:

Identidade (entendida como referência, enraizamento, ligação, afetividade, materialização, efetivação, lugar); relações de poder dominação e subordinação; redes de circulação e comunicação, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infraestruturais e abstratas, movimento. Esses três elementos estão interligados e em interação. Há no território, a referência, a identidade e diversidade na unidade [...].

As variadas dimensões do espaço são construídas por meio das múltiplas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Nesse sentido, Fernandes (2009) afirma que o território é um todo, mas deve ser entendido como parte da realidade, a partir de sua multidimensionalidade, isso porque, assim como o espaço, deve ser compreendido por meio

das relações sociais, ou melhor, da relação *classe-território*, cuja dinâmica produz diferentes territórios, constantes conflitualidades e distintas territorialidades, a partir de intencionalidades divergentes.

Assim, “[...] a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade.” (FERNANDES, 2009, s.p.). Ou melhor, “[...] as classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão.” (FERNANDES, 2009, s.p.).

Thompson (2012) estabelece outros critérios para o entendimento de classe social, pautando-se na experiência. Para o autor, a classe acontece como resultado de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens os quais os interesses diferem e até mesmo se opõem dos seus. Assim, a relação classe-experiência acontece quando as relações sociais colocam os trabalhadores numa condição real de exploração. A exploração faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses de seus exploradores. A experiência é determinada pelos meios de produção, não a consciência de classe, ou seja, a consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais.

Dessa forma, compreende-se os camponeses, *trabalhadores da terra*, quilombolas aqui denominados de *Povos Cerradeiros*, como classe social, a partir de Thompson (2012), pois as experiências sociais coletivas herdadas, partilhadas se configuram como elementos de luta, de ação política no enfrentamento ao agrohídronegócio, às mineradoras, ou seja, aos grandes empreendimentos que ameaçam, destroem e assassinam os territórios e suas gentes (MENDONÇA, 2021)

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 03) para o entendimento do território é preciso contemplar a categoria trabalho, no campo e na cidade, considerando-se as suas contradições e a sua processualidade social que,

[...] marcam, fundamentalmente, o intercambiamento e as determinações em todos os níveis escalares da dimensão do trabalho, entre o urbano e o agrário, entre o material e o imaterial, entre o produtivo e o improdutivo, entre formal e o informal etc. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.

Tais conflitualidades, segundo Fernandes (2009), são geradas pela disputa entre os projetos de desenvolvimento e de sociedade, nas quais se identificam *territorialidades de dominação e territorialidades de resistência*. Vale destacar que no processo de territorialização do capital, ele encontra meios de se materializar efetivamente e, meios para não conseguir se territorializar, assim, há territórios onde a lógica capitalista se impõe efetivamente e, territórios onde não o faz, por exemplo, o território camponês, que é seu lugar de sobrevivência e autonomia.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Essa produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes (FERNANDES, 2007, s.p.).

No que tange à chamada conflitualidade, entende-se que:

[...] é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial (FERNANDES, 2007, s.p.).

Já a disputa territorial acontece de duas formas, sendo por meio da desterritorialização e ainda controle das formas de uso e de acesso aos territórios e, dessa forma, pelo controle de suas territorialidades (FERNANDES, 2007).

Nesse aspecto, discorda-se de Fernandes (2007), pois entendem-se os territórios como híbridos que são hegemonzados por protagonistas, o capital e o trabalho. Não há territórios “de” e “do”, mas, dialeticamente, territórios híbridos que são hegemonzados, conforme o contexto histórico. A exemplo, tanto o território camponês possui relações com o território do agrohídronegócio quanto o contrário. Ou seja, o espaço sendo apropriado e produzido a partir do movimento das classes no território.

Nesse sentido, a territorialização do agrohídronegócio significou modificações intensas em Goiás, nos territórios em que se instalaram. O aumento no índice de desmatamento, o uso e ocupação das Chapadas pelas monoculturas mecanizadas, a instalação de pequenas e grandes centrais hidrelétricas.⁷

⁷ A esse respeito, tem-se as pesquisas desenvolvidas no âmbito do GETeM, tais como: Nascimento (2014) que analisa o território camponês após a construção do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, no Vale do Rio São

Por outro lado, têm-se os territórios pré-existentes, que também influenciam e são influenciados pelas investidas do capital, alterando as paisagens, os conteúdos da relação capital x trabalho, a dinâmica espacial e territorial, ao mesmo tempo em que (Re)Existem, seja pelo trabalho cotidiano, seja nas organizações coletivas e, principalmente nas ações e atuações políticas.

O capital, aqui com ênfase no agrohidronegócio se territorializa seguindo uma tendência inerente ao seu modo de produção, ou seja, “lançando suas garras” pelos mais diferentes espaços geográficos, transformando as relações pré-existentes, que *(Re)Existem*, pois são ressignificadas. Esta expansão faz parte da sua natureza intrínseca, incontrolável e expansionista, ocorrendo desde a sua constituição enquanto modo de produção. Tais aspectos constituem sua centralidade, consagrados desde a chamada acumulação primitiva, denominando assim, o processo histórico que promoveu a formação das condições básicas da produção capitalista (MARX, 2010, p. 825).

Segundo Luxemburgo (1983) há uma luta constante do capital contra as formas de economias chamadas “economia natural”, ou seja, contra as formas sociais onde as unidades produtivas são autossuficientes e, portanto, estabelecem relações no seu interior e entre si de cunho não mercantil, na maioria das vezes ancoradas em princípios como reciprocidade, redistribuição, mediadas por relações de parentesco ou de cunho religioso. Assim, para a autora, na economia natural, há um vínculo entre os meios de produção e o trabalho que *as isola* do mercado e da acumulação de tipo capitalista.

As mudanças promovidas pela territorialização do capital, segundo Harvey (2005), se dão porque “[...] a burguesia tanto cria como destrói os fundamentos geográficos – ecológicos, espaciais e culturais – de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua própria imagem e semelhança [...]” (HARVEY, 2005, p. 40).

Para tanto, assegura que “[...] a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2005, p. 40), dependendo das necessidades de acumulação e reprodução do capital. Esse argumento é fortalecido, ao afirmar que toda formação social, ou território, “[...] que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista, tem de passar por amplas

Marcos, desvendando esse processo através da identificação de três momentos históricos: a formação do território camponês, a territorialidade camponesa - fundada na tríade terra, trabalho e família e a transformação do território dado pela formação do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão com o objetivo de gerar valor, produzindo e reproduzindo capital e por fim, o significado e destino dos camponeses expropriados; Reinaldo (2012) apresenta uma análise dos efeitos da construção de Aproveitamentos Hidrelétricos nas áreas de Cerrado sobretudo na exclusão e desapropriação do campesinato e na organização social e espacial dos municípios atingidos pela Barragem de Serra do Facão.

mudanças legais, institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica da acumulação capitalista.” (HARVEY, 2005, p. 127).

É válido ressaltar, para além da acumulação primitiva, atualmente, tem-se a chamada acumulação por espoliação que, para Harvey (2005), tem promovido mudanças nas formas de atuação do capital nos diferentes espaços. A acumulação por espoliação – acentuada desde 1973, entendida como um custo necessário para o desenvolvimento capitalista, com o apoio do Estado – se manifesta, sobretudo, com a financeirização.

Nessa perspectiva, o autor elenca diversos exemplos identificados em diversos países, sendo: a biopirataria forjada pela indústria farmacêutica; a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água); a transformação em mercadorias de formas culturais, históricas e da criatividade das comunidades; a corporativização e privatização de bens públicos; a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação; a devolução dos direitos comuns de propriedade; liberando um conjunto de ativos (trabalho e matérias-primas) a custo baixo, ou zero (HARVEY, 2005).

Para Marini (2016) o capital tem desenvolvido a pilhagem territorial, ou seja, a apropriação irrestrita dos recursos territoriais. Para tanto, utiliza como estratégia territorial os seguintes passos: representação cartográfica dos “focos de resistência; contato direto e negociação com comunidades (setor de responsabilidade social); invasão e uso econômico de áreas ilícitas (devolutas, proibidas e/ou tradicionalmente ocupadas); vigilância ostensiva; uso de violência; ocupação do vácuo do Estado; instrumentalização do aparelho de Estado; aliança com representantes do Poder Público; controle dos meios de comunicação (locais e regionais); trabalho precário e degradante.

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica e “[...] sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar.” (HARVEY, 2005, p. 40). Todavia, o mundo não é homogêneo, pelo contrário, possui múltiplas diferenciações, justificando a expansão desigual e combinada do capital com suas especificidades, que tornam o processo complexo e contraditório. Essa desigualdade se deve ao fato de que:

O mundo não se apresenta como um tabuleiro sobre o qual a acumulação do capital jogou o seu destino. É uma superfície muito variada, diferenciada ecológica, política, social e culturalmente. Os fluxos do capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros, em diferentes fases de desenvolvimento (HARVEY, 2005, p. 67).

Além desse elemento, Smith (1988) salienta que o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital, já que:

[...] A missão histórica do capital é o desenvolvimento das forças de produção por via da qual a igualização geográfica das condições e dos níveis de produção torna-se possível. A produção da natureza é a condição básica para esta igualização, mas a igualização é continuamente frustrada pela diferenciação do espaço geográfico. A diferenciação como o meio para um fixo espacial torna-se ela própria um problema a ser resolvido. [...] Assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação capital e trabalho. A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital (SMITH, 1988, p. 217).

Dessa forma, a expansão geográfica e o desenvolvimento desigual se tornam mais uma estratégia do capital para se manter enquanto modo de produção, diante da crise ocasionada pelo excedente de capital e de força de trabalho, espalhando-se pelo globo em alguns lugares como uma verdadeira “praga de gafanhotos”, e em outros, como uma verdadeira forma de articulação entre os diferentes modos de produção, por conseguinte, como “[...] um produto do desenvolvimento e dos limites do capital. Mais concretamente, é a lógica do desenvolvimento desigual que estrutura o contexto para a articulação.” (SMITH, 1988).

Nessa perspectiva,

A questão não é exatamente o fato de o capital criar um mundo geográfico fixo à sua imagem e semelhança, onde o desenvolvimento e o subdesenvolvimento sejam espelhos geográficos da relação capital-trabalho, mas o de ser o dinamismo do espaço geográfico igualmente uma expressão da imagem do capital. O vaivém do espaço desenvolvido para o subdesenvolvido, e seu retorno para aquele novamente, apenas é a expressão geográfica do constante e necessário movimento do capital fixo para o circundante, e novamente deste para aquele. Mais fundamentalmente, é a manifestação geográfica do movimento constante e necessário do valor de uso para o valor de troca, e vice-versa (SMITH, 1988, p. 214).

Outro aspecto a ser considerado é a centralidade do trabalho enquanto construção histórica, e que, no capitalismo, assume “[...] uma simbiose sem a qual não é possível analisar a sustentação da sociedade e compreender as tramas espaciais decorrentes.” (MENDONÇA, 2004, p. 42). É possível reconhecer o trabalho em seu caráter ontológico, emancipatório, e a força de trabalho como fonte de valores de uso, ou melhor, “[...] apontar o projeto político da classe trabalhadora enquanto sujeito da sua própria história e, assim, também as condições potenciais para avançar rumo à emancipação social.” (MENDONÇA, 2004, p.43).

Por isso, ao analisar as *(Re)Existências* construídas pelos *Povos Cerradeiros*, a partir da territorialização do agrohidronegócio, no Sudeste Goiano, é preciso considerar as suas especificidades, lembrando-se que as diversas estratégias utilizadas para sua territorialização fazem parte de um contexto mais amplo e da própria natureza do capital e da relação capital x trabalho, que, entretanto, se interagem com os elementos pré-existentes, que são específicos do lugar.

O Cerrado enquanto bioma é composto por um mosaico de paisagens naturais, cuja diversidade deve ser reconhecida, no entanto, não é apenas isso. O Cerrado é composto por uma multiplicidade de sujeitos e é produto histórico com dinâmicas socioespaciais distintas e produzindo paisagens diferenciadas. É preciso reconhecer quais sujeitos - no âmbito da classe trabalhadora ampliada - são esses que se (re)produzem no Cerrado Goiano, compreendendo as tramas tecidas e urdidas no movimento do real, que configura novos conteúdos na relação campo-cidade e, principalmente, na ação política desses sujeitos, conforme nomeou Mendonça (2004).

Desvelar quais são as forças hegemônicas que têm conduzido os usos e apropriações dos espaços cerradeiros, ou seja, qual modelo de desenvolvimento tem conduzido as formas de apropriação desse espaço, produzindo territórios em disputas, uma vez que, observa-se múltiplas territorialidades na área de pesquisa. Na pesquisa de campo verificou-se diversas frações de sujeitos – *trabalhadores da terra*, trabalhadores rurais, produtores rurais, pequenos e médios produtores familiares, camponeses etc., conforme a abordagem teórica e metodológica dos autores e as compreensões políticas dessas processualidades e, também, conforme a autodenominação dos sujeitos que (Re)Existem.

Entende-se que essa forma de desenvolvimento tem se apropriado do solo, do relevo, das águas, dos minérios, *das gentes* e, isso, tem colocado para os camponeses e *trabalhadores da terra* no conjunto dos *Povos Cerradeiros*, desafios para sua reprodução social no território. Para Chaveiro; Barreira (2010) é preciso pensar o Cerrado para além da concepção de bioma, considerando as suas representações num contexto político, uma vez que, estas estão vinculadas às formas de usos que se fazem, pois existem conflitos oriundos das suas formas históricas de apropriação bem como, dos elementos políticos, econômicos e culturais.

É notória a relevância dos fatores naturais (relevo, solo, subsolo, água, minérios) para a incorporação do Cerrado ao cenário internacional, todavia, os elementos históricos, coesionados, pela lógica capitalista direcionam a produção das novas territorialidades do campo em Goiás. Para os pesquisadores é preciso pensar o Cerrado a partir de uma concepção de Bioma-Território. Nesse sentido,

[...] os componentes como água, solo, relevo, geologia, vegetação participam diretamente dos usos e desdobram em conflitos que, por sua vez, colocam em cena as representações e a ideologização do Cerrado. Ora, o que é o Cerrado para povos que vivem da caça, da coleta e da pesca em relação aos atores que o utilizam para gerar a renda territorial por meio de produtos de exportação em conformidade com os ditames da economia internacional? (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 20).

Segundo os autores, a conquista do Cerrado está vinculada a um *golpe geopolítico*, cujo processo ultrapassa a lógica regional, ou mesmo nacional, mas está concatenado, por exemplo, às situações econômicas mundiais. Por exemplo, o caso do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) motivado pela disputa comercial entre Estados Unidos e Japão, fazendo com que, este último interferisse no sistema produtivo do Cerrado.

[...] o Cerrado foi, de 1930 até o atual momento, o Bioma-território mais atravessado pela política territorial ou pela política governamental. Os exemplos são indubitáveis, tais como a construção de Goiânia, de Brasília e de Palmas, a construção da BR-153 e de seus troncos complementares e, mais recentemente, a construção da Ferrovia Norte-Sul. Todas essas obras juntam-se aos inúmeros projetos para integrar o país de norte a sul e de leste a oeste, colocando o Cerrado como célula estratégica da expansão do capitalismo brasileiro e de sua consolidação (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 27).

Segundo Castilho; Chaveiro (2010, p. 36), o Cerrado é um:

[...] território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em sua particularidade. Esse processo integra, numa mesma lógica, diferentes campos da vida, desde os naturais, genéticos e simbólicos, passando pelo econômico e social, até o cultural e político. Cabe, em decorrência dessa consideração, enxergar as suas metamorfoses e os agentes que a executam.

Chaveiro; Barreira (2010, p.2) destacam que:

[...] a modernização não foi completa, pois, a tradição não se erradicou e, embora se mantendo, a hegemonia foi da modernização. Modernização que, mesmo hegemônica, não se impôs por inteiro e que, apesar de não se impor integralmente, não deixou de, indiretamente, alcançar todos os lugares. Na convergência, no conflito ou em regime de adaptação, a tradição, representante da troca simples, e a modernização, representante da troca acumulada, são matrizes para se pensar a diferencialidade espacial do Cerrado goiano, os conteúdos dos lugares, suas diferenças, sua estrutura demográfica, sua renda, o PIB – produto interno bruto dos municípios etc.

Nesse sentido, deve-se pensar que o capitalismo não se territorializa de forma homogênea e a tradição deve ser entendida como um elemento da cultura. Mas, não se pode

desconsiderar o processo de subordinação das relações de produção e de trabalho e de uma tradição inventada pelas classes hegemônicas que, quase sempre, nega as trajetórias espaciais dos sujeitos cerradeiros.

Compreende-se que as culturas cerradeiras são substanciais nestas processualidades, todavia, dissociada dos elementos econômicos e do movimento interescalar do capital, enquanto relação social, pode configurar um romantismo sem expressão da realidade geográfica, mas, apenas impressões de situações que existiram, existem, mas não expressam os sentidos políticos e culturais da classe trabalhadora ampliada do campo goiano.

Há que se lembrar que essas tradições, descoladas da luta pela Existência são e foram capturadas pelas elites oligárquicas e parcela da intelectualidade como algo positivo, sem, contudo, destacar a luta pelos territórios de vida. É um saudosismo a partir da captura das subjetividades cerradeiras, e, que tem o sentido, ou são usadas para manter o poder no território pelos agentes e *personas* do capital.

Mendonça (2021) destaca que é exatamente o contrário. As culturas e práticas socioculturais decorrentes são a força motriz para envidar esforços no fortalecimento da luta pela permanência e pela retomada dos territórios. É disso que está falando, quando trás o conceito de *(Re)Existência* para a seara da reflexão. E, ainda, destaca que há que se compreender os diferentes matizes da ação política, que podem e devem estar relacionadas as ações partidárias, sindicais, pastorais, movimentos sociais etc., porém a não participação em qualquer dessas instâncias, não torna os cerradeiros, despolíticos ou coisa do gênero.

Vivenciam-se, cotidianamente, práticas de ajuda mútua (*mutirões*, *demãos*, *treições*) que agregam os sujeitos a partir do trabalho e da luta pela vida. Diante disso, pode ocorrer o despertar para a ação política nas instâncias mencionadas? Sim, mas pode não ocorrer e isso não retira a potência criativa e transformadora das práticas de ajuda mútua e demais práticas socioculturais, aqui denominadas no conjunto das ações de *(Re)Existências* dos sujeitos que *(Re)Existem* no território.

A respeito das contradições e conflitos no Cerrado, Castilho; Chaveiro (2010, p.46) asseguram:

[...] numa escala regional, o Cerrado é influenciado por uma lógica territorial em que o Estado, as empresas e o capital moderno desempenham papéis primordiais. Mas também há os múltiplos territórios ou territorialidades constituídos pelas relações de poder que se estabelecem numa escala local. É o nível em que se estabelecem as multiterritorialidades, as quais se constituem como resistências frente à modernização. Por isso, o Cerrado, além de

ambiente transformado, também é um ambiente onde os movimentos sociais se contrapõem ao modelo econômico implantado.

Vale destacar que os movimentos sociais, também se contrapõem ao modelo econômico implantado. Essa contraposição também ocorre em outras regiões, pois se contrapõem em qualquer parte. Em muitos casos, são criticados por trazerem procedimentos de ação política de outras regiões, a exemplo do Sul, e isso cria situações complexas e embaraçosas, pois expressa choques de compreensão da realidade geográfica, a partir das identidades territoriais que são distintas entre os gaúchos e os goianos, lembrando que essas nomenclaturas agregam diversos sujeitos, contradições, conflitos etc.

Para Chaveiro; Calaça (2012) existe a necessidade e o esforço em desenvolver uma abordagem totalizante do Cerrado, que reconheça os diferentes conflitos de sua inserção na economia mundial, da reorganização das classes sociais, das regiões e dos lugares, que recorra às diversas perspectivas, no campo político, econômico, social e cultural, e ainda, trate as distintas formas de apropriação e territorialização do capital.

Para estes autores, deve-se reconhecer como escalas de poder – por meio de seus elementos estratégicos – são territorializadas no Cerrado. Assim, “[...] esses agentes, atores e sujeitos por não serem iguais, nem terem intencionalidades e estratégias semelhantes agem no espaço estabelecendo conflitos e pactos” (CHAVEIRO; CALAÇA, 2012, p. 04).

A abordagem do Cerrado deve contemplar:

A representação do Cerrado feito pelo diferentes atores sociais; a intervenção do Estado e o pacto de elite no processo de ocupação; a importância das políticas territoriais e governamentais; a diferenciação regional; o corredor produtivo que se formou nas últimas décadas; o intenso processo de urbanização e a estrutura fragmentada dos municípios; a ideologização e a transformação do Cerrado como marca; o sentido estratégico de sua localização; a cultura ecológica dos povos indígenas; a estrutura da relação capital e trabalho pela hegemonia do agronegócio etc. (CHAVEIRO; CALAÇA, 2012, p. 10).

Os fatores elencados por Chaveiro; Calaça (2012), Castilho; Chaveiro (2010); Chaveiro; Barreira (2010) demonstram a complexidade das tramas territoriais que configuram o Cerrado, assim como a necessidade de desenvolver uma análise territorial capaz de enxergá-lo pelo viés socioespacial, do ponto de vista cartográfico, mas também, pelos aspectos históricos e territoriais a partir de diferentes esferas naturais, políticas, culturais, econômicas e sociais.

Nesse contexto, tem-se as novas territorialidades (representadas pelos agentes modernizadores do território) e as territorialidades pré-existentes, todavia em crescente

processo de hibridização, embora, como dito antes, hegemônicas por determinados sujeitos e forças políticas no âmbito da relação capital x trabalho. Assim, uma interpretação que não seja capaz de contemplar essas complexidades, considerando apenas a territorialidade hegemônica, além de ser uma análise parcial da realidade geográfica, contribui para que as forças dominantes do capital se consolidem como territorialidade única.

Esta compreensão está posta nos autores citados acima, uma vez que, embora falem das disputas territoriais, não aparece com clareza os sujeitos, as classes e seus interesses, mesclados e hibridizados pelos movimentos planetários do capital e do trabalho e, ainda, desconsideram o que apresenta-se aqui, as *culturas cerradeiras da terra*, produzidas a partir e com o trabalho, historicamente compreendido enquanto ontologia desses seres sociais, ou seja de suas Existências, como elemento dinamizador e potencializador de uma ação política de cariz transformadora e emancipatória (MENDONÇA, 2021).

Entende-se que as territorialidades pré-existentes são resignificadas, ou no dizer de Pelá; Mendonça (2010), *(Re)Existem*. O Cerrado Goiano, para Pelá; Mendonça (2010) encontra-se numa encruzilhada de tempos, e, é um mosaico de territórios em disputa, onde estão as estratégias diversas dos setores hegemônicos do capital e as *(Re)Existências*. É por isso que:

Apesar de a modernização dos territórios cerradeiros ter promovido uma avassaladora homogeneização espacial, persistem práticas socioculturais cheias de símbolos: rurais, tradicionais, modernos, que imbricados constituem teias e tramas complexas (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p.66).

Ao ressaltar a necessidade de se considerar as *(Re)Existências*, Pelá; Mendonça (2010), as compreendem como um processo construído, a partir de um processo de permanência modificada dos *Povos Cerradeiros*, na luta por seus territórios de reprodução social, à qual é engendrada:

[...] por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*. Nesse sentido, as *(Re)Existências* são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de Existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 55).

Percebe-se o movimento do conceito entre essa citação dos autores em 2010 e as

observações citadas por Mendonça (2021) em que trata das culturas cerradeiras como elemento potencializador das ações políticas na luta pelo território, compreendendo-o no processo de apropriação do espaço que é contraditório e desigual, mas, firmemente constituído a partir do trabalho no processo incessante de produção da vida, da Existência, portanto de culturas.

A luta em defesa dos territórios de vida, pela sua reprodução social ou mesmo para continuar Existindo, não acontece somente a partir da ação política dos movimentos sociais e outras formas de luta coletiva, mas também, com base no trabalho, nas suas diferentes formas e em estratégias diversas (re)produzidas cotidianamente, o que Mendonça (2004) denominou de práticas socioculturais.

No Cerrado Goiano, com ênfase na Mesorregião Sul Goiano – região hegemônica pelo agrohídronegócio – observa-se a multiplicidade de territórios enumeradas pelos geógrafos supracitados, assim como as conflitualidades, oriundas desse mosaico territorial que, historicamente, foi se formando, se constituindo espacialmente. Então, está posto que compreende-se esse movimento como diverso, contraditório e desigual, porém não se trata de fazer uma análise maniqueísta, tampouco de colocar territórios disso ou daquilo, na melhor forma do positivismo clássico, mas de compreendê-los na sua diversidade, na sua inteireza, construída a partir da relação com a Natureza, em que, o trabalho, enquanto categoria de análise se agiganta e se coloca como elemento fomentador para a produção das culturas, portanto da vida e das ações políticas, uma vez que, nenhum sujeito está desprovido da compreensão e da ação política, queiramos ou não, elas estão presentes (MENDONÇA, 2021).

Daí, a tarefa desta tese é, como dito, desde o início, perseguir no sentido pleno dessa palavra e identificar as *(Re)Existências*. Isso, reforça o desafio teórico-metodológico no sentido de compreendê-las e apontar perspectivas para os sujeitos pesquisados. A territorialização do agrohídronegócio, o mosaico de territórios se intensifica e resulta numa multiplicidade, inclusive, de tempos. Tem-se:

[...] a estrutura do tempo lento se misturando ao tempo rápido, em que tanto os migrantes do campo como os migrantes dos outros estados – além de implementarem e implantarem outra estrutura produtiva e de trabalho – transportam com eles, independentemente do lugar a ser ocupado, as suas práticas socioculturais e simbólicas, as suas memórias e dilemas, saudosismos e os seus modos de vida por meio dos quais nutrem suas visões de mundo (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 57).

Essa *encruzilhada de tempos*, identificada pelos autores, pode ser observada na reinvenção das práticas socioculturais dos camponeses e *trabalhadores da terra* e, compõem

as paisagens goianas. Conforme Barreira (2002), a paisagem é a forma mais visível da prática social que cria territórios e, altera substancialmente, os arranjos espaciais e territoriais preexistentes. As contradições do movimento do capital no espaço e a produção/imbricamento das relações de trabalho estão evidentes nas paisagens e territorialidades, assim como as diversidades de tempos.

A categoria paisagem assume destacada importância, pois se apresenta, à primeira vista, como o momento atual, embora esteja carregada de histórias cristalizadas noutros tempos, evidenciando as rugosidades, assim como os usos redefinidos ou incorporados em novos contextos. Mendonça (2004, p. 46) complementa que:

A paisagem é cumulativo de tempos, mas, sobretudo, malha territorial visível e não-visível, sentida, construída historicamente pelos agentes produtivos, fundados na relação capital x trabalho. A paisagem é, portanto, composta de formas visíveis, duráveis, que lhe conferem certa estabilidade temporal e pela forma parcialmente invisível da estrutura social.

Na construção de uma análise territorial do Cerrado, Castilho; Chaveiro (2010), também ressaltam a categoria paisagem, considerando as paisagens naturais (fitofisionomias) e as paisagens culturais. “A análise pela paisagem valoriza a dimensão formal do espaço e se constitui importante indicador da dinâmica atual que ocorre no Cerrado. Mas a sua explicação perpassa o sentido histórico de sua produção – ou seja, a *formação territorial*” (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 42).

Assim, contemplam as paisagens e a sua formação territorial, considerando os atores que influenciam na produção dos territórios no Cerrado, como Estado e as empresas, com destaque para a tríade economia-política-cultura, analisadas têmporo-espacialmente.

[...] mudanças que tiveram como objetivo tornar o Cerrado produtivo e lucrativo alteraram de forma significativa a configuração socioespacial dos territórios. As antigas paisagens do Cerrado foram sendo modificadas e transformadas predominantemente em campos despovoados de gentes, mas povoados de densas técnicas, malhas, redes representadas por meio das monoculturas (soja, cana-de-açúcar, eucaliptais e outros), agroindústrias, empreendimentos barrageiros etc. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 62).

As paisagens goianas foram transformadas, a partir da territorialização do agrohídronegócio. Nessas paisagens, encontram-se as formas que precisam ser desvendadas em sua essência, conteúdo social, econômico e político (SANTOS, 2012). Paisagem e espaço não são sinônimos, todavia, a paisagem, adentrando-se além da sua aparência, permite entender o

espaço por meio de sua manifestação formal. Carlos (2008), afirma que sob a aparência estática da paisagem revela-se “[...] todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo desenvolvimento das relações sociais.” (CARLOS, 2008, p. 48).

A paisagem é formada por meio da reprodução espacial, por meio da relação entre o novo e o velho, e ainda, pelo processo de reprodução humana que se materializa no espaço geográfico, e é apreendido na paisagem. Portanto, “essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do homem, [...], da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior, [...] trabalho considerado como atividade transformadora do homem social [...].” (CARLOS, 2008, p. 48).

Numa pesquisa geográfica que envolve o entendimento das dinâmicas territoriais do Cerrado Goiano, a observação científica da paisagem permite de início, a apreensão dos elementos visíveis, e, posteriormente, dos elementos invisíveis que demonstram as processualidades e os múltiplos efeitos dessa ação no espaço geográfico. A partir dela, busca-se apreender as territorialidades diversas, assim como os conflitos e disputas territoriais que compõem a sua formação socioespacial. Esse exercício possibilita:

[...] conhecer os diferentes usos e as formas de exploração da terra, contrapondo-se ao discurso hegemônico do agrohídronegócio centrado na incorporação das terras “improdutivas”, e na potencialização da produção e da produtividade e que não reconhecem outros usos da terra. Esse discurso precisa ser avaliado e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de políticas públicas que assegurem a produção de alimentos para a população local/regional de forma saudável para os agricultores/trabalhadores e a preservação do ambiente (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 67).

Dessa forma, espaço, território, paisagem são categorias de análise geográficas adotadas na pesquisa. Por meio delas, busca-se a construção de um olhar geográfico integrado sobre as *(Re)Existências* camponesas no campo em Goiás, sobretudo, no Sul Goiano, com ênfase para o Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro). Para tanto, no próximo item serão apresentados alguns aspectos da realidade socioespacial no que se refere à dinâmica territorial do agrohídronegócio e das unidades camponesas no Sul Goiano.

1.2. Sul e Sudeste Goiano: os Lugares da Pesquisa

Goiás se destaca na mídia hegemônica e na economia nacionais como o “celeiro nacional”, devido aos elevados índices de produção/produtividade de grãos. O agronegócio é

visto como o agente propulsor, capaz de gerar empregos e renda, ou seja, o responsável pela dinamização da economia goiana. Para isso, basta acessar aos noticiários a nível regional e nacional⁸, assim como conhecer algumas das muitas publicações oficiais de instituições diversas⁹ e do governo do estado de Goiás¹⁰ que concebem o agronegócio como paradigma da produção agropecuária de Goiás.

É inegável a participação deste modelo produtivo para a economia goiana, cuja territorialização também promoveu mudanças espaciais, nas paisagens, no trabalho, na relação cidade-campo, na cultura. Todavia, é preciso reconhecer que as práticas agrícolas - assim como a produção de alimentos no Estado - não se restringem às empresas capitalista em grande escala, aliás, essas produzem *commodities*. Quem produz a maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros é agricultura camponesa familiar, cuja produção de alimentos abastece os mercados locais/regionais, gerando renda e empregos, ou seja, compondo a dinâmica socioespacial de Goiás, as paisagens, o trabalho, a relação campo-cidade as culturas.

Nessa Seção serão apresentados os aspectos processuais/territoriais que destacam o agrohídronegócio em Goiás, mas também, os elementos processuais/territoriais da agricultura camponesa. Ou melhor, os aspectos socioespaciais, tais como: caracterização populacional, físicas, localização, usos da terra, usos da água, índices de produção agrícola, tanto do agronegócio, quanto das propriedades camponesas, principais atividades econômicas, dentre outros.

O Estado de Goiás é formado por 246 municípios e, em 2018, tinha uma população de 6.921.161 habitantes com densidade demográfica de 20,35 hab/km², apresentando uma taxa de urbanização de 91,63 % em 2015 (IMB, 2018). Goiás é a nona economia brasileira com um

⁸ Como exemplo, tem-se a reportagem da TV Record Goiás em 2018, intitulada “Agronegócio – a força que move Goiás”, cujo conteúdo evidencia produção agrícola capitalista como o único produtor de alimentos que chegam à mesa da população. Tecnologia, investimentos de capital e produção em larga escala são ressaltados nas cadeias produtivas de leite, gado de corte, soja, milho, feijão, sorgo, tomate industrial e cana-de-açúcar. Além, disso, são destaques o crescimento da área plantada, o aumento do comércio de insumos e maquinários agrícolas de grande porte (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vtSPVtr9ry8>).

⁹ Segundo O Popular, em reportagem publicada em setembro de 2019, Goiás é protagonista no agro, pois estado se destaca na produção de itens como: tomate, café, sorgo, cana-de-açúcar e melancia (Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/goi%C3%A1s-%C3%A9-protagonista-no-agro>).

¹⁰ O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa, Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa, Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – Emater-Goiás e Centrais de Abastecimento de Goiás – Ceasa Goiás, realizou no dia 13 de setembro de 2019, o Seminário que tem como tema ‘O Protagonismo do Agro em Goiás’. O evento teve como objetivo disponibilizar conhecimentos acerca da profissionalização da atividade rural, difundir soluções capazes de vencer o desafio da sucessão familiar, otimizar a gestão, ampliar a competitividade das cadeias produtivas, além de melhorar as relações entre empresários rurais, órgãos de regulação e gestão estadual (Disponível em: <http://www.agrodefesa.go.gov.br/noticias/580-o-protagonismo-do-agroneg%C3%B3cio-em-goi%C3%A1s-%C3%A9-tema-de-semin%C3%A1rio-nesta-sexta-feira.html>).

Produto Interno Bruto (PIB)¹¹ de R\$ 189 bilhões (estimativa para 2017), que representa 2,8% do PIB nacional. Sua renda *per capita* resulta em R\$ 27.457,63. Entre 2010 e 2017, o PIB goiano cresceu a uma taxa média de 1,4% ao ano, desempenho acima do nacional, que ficou em 0,48%. Este desempenho manteve Goiás no seletor grupo das 10 maiores economias entre os estados da Federação. Tal resultado deve-se à evolução da produção agropecuária, do comércio e ao crescimento e diversificação do setor agroindustrial. Este setor teve na atividade de alimentos e bebidas, automobilística, fabricação de medicamentos, beneficiamento de minérios e, mais recentemente, na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, seus grandes destaques (IMB, 2018).

Na Tabela 1, que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás é possível visualizar os resultados setoriais dos quatro trimestres do ano de 2016 e dos três trimestres de 2017. Os setores de Serviços e da Indústria tiveram resultados negativos em Goiás, com taxas de -0,1% e -1,9%, respectivamente. Por outro lado, a agropecuária desempenhou importante papel de contrapeso e foi o destaque entre os setores, com crescimento de 26,1%, em razão do expressivo aumento do volume de produção, principalmente de milho. Os resultados da economia brasileira foram positivos nos três setores, com taxas de 9,1% para a agropecuária, 0,4% para a indústria e 1,0% para serviços (IMB, 2017).

¹¹ O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num determinado período de tempo. Desde 1999, a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento calcula o PIB anual de Goiás de acordo com a metodologia do IBGE. Essa metodologia é compatível com as contas nacionais, comparável com a utilizada pelas demais unidades da federação e segue as recomendações do modelo padronizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2000, eram considerados: agropecuária; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; eletricidade, gás e água; construção; comércio; alojamento e alimentação; transporte e armazenagem; comunicações; intermediação financeira; aluguéis; administração pública; saúde e educação mercantis; outros serviços; e serviços domésticos (IMB, 2000).

Tabela 1 – PIB Trimestral 2016 e 2017 (em relação ao mesmo período do ano anterior %).

Períodos	Agropecuária		Indústria		Serviços		PIB	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1º Trim. 2016	8,5	-6,5	-8,7	-6,9	-4,3	-3,5	-2,6	-5,2
2º Trim. 2016	1,0	-4,1	-3,9	-3,2	-3,5	-2,6	-2,9	-3,4
3º Trim. 2016	3,4	-3,6	-3,6	-2,8	-2,0	-2,1	-1,7	-2,7
4º Trim. 2016	39,9	-1,8	-4,9	-3,0	-0,7	-2,3	-4,4	-2,5
Acumulado 2016	1,2	-4,3	-5,1	-4,0	-2,6	-2,6	-2,8	-3,5
1º Trim. 2017	6,6	18,5	2,4	-1,0	-1,8	-1,6	0,3	0,0
2º Trim. 2017	21,3	14,8	-5,1	-1,9	-0,6	-0,2	1,2	0,4
3º Trim. 2017	26,1	9,1	-1,9	0,4	-0,1	1,0	3,3	1,4
Acumulado 2017	20,6	14,5	-0,4	-0,9	-0,6	-0,2	1,9	0,6

Fonte - IBGE, IMB, 2017.

Organização - Instituto Mauro Borges/Segplan (GO)/Gerência de Contas Regionais e Indicadores, 2017.

Na Tabela 2, demonstra-se o volume de produção de culturas selecionadas no Brasil e em Goiás, nos anos de 2016 e 2017. Nota-se que a maior produção em Goiás é da cana-de-açúcar, seguida dos cereais, legumes e oleaginosas e da soja.

Tabela 2 - Volume de produção de culturas selecionadas no Brasil e em Goiás (2016-2017).

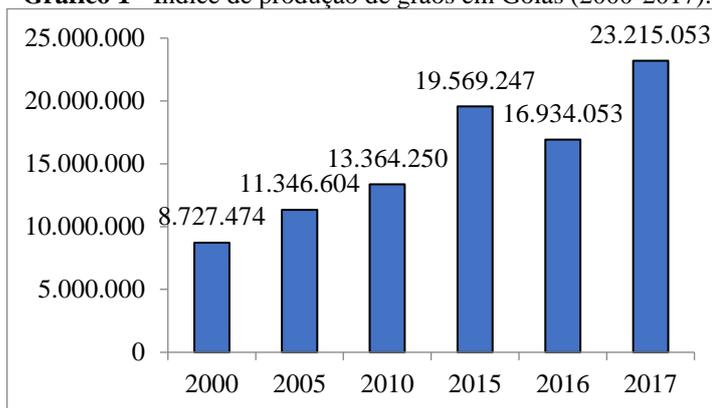
Culturas	Produção Toneladas				Variação (2016/17) %	
	Goiás		Brasil		Goiás	Brasil
	2016	2017	2016	2017		
Batata-inglesa	236.192	220.840	3.851.398	4.194.754	-6,5	8,9
Cana-de-açúcar	71.061.922	72.952.104	768.678.382	716.603.687	2,7	-6,8
Tomate	934.658	1.244.701	4.169.447	4.402.996	33,2	5,6
Cereais, legumes e oleaginosas	16.959.794	22.733.257	185.781.354	241.578.921	34,0	30,0
Milho	5.804.842	9.907.192	64.143.414	99.377.419	70,7	54,9
Soja	10.239.473	11.411.354	96.296.714	114.959.598	11,4	19,4
Sorgo	346.296	776.821	1.175.759	2.143.131	124,3	82,3
Feijão	330.284	372.839	2.615.826	3.327.066	12,9	27,2
Arroz	108.194	125.789	10.622.189	12.327.039	16,3	16,0
Algodão herbáceo	86.446	98.099	3.462.647	3.831.774	13,5	10,7

Fonte- Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE. Posição em Outubro de 2017.

Organização - IMB/SEGPLAN (GO)/Gerência de Contas Regionais e Indicadores, 2017.

A produção da agropecuária no Estado cresceu 26,1% na comparação com o mesmo período de 2016, e no Brasil a taxa de crescimento foi de 9,1%. Esses resultados estão associados às condições climáticas favoráveis, que permitiram o desenvolvimento das culturas. Em Goiás, merece destaque o milho, que aponta um crescimento de 70,7% devido ao baixo rendimento obtido no ano passado, influenciado por um período de estiagem prolongada. Além disso, pouco mais de um terço de sua colheita ocorre no terceiro trimestre (IMB, 2017).

No Gráfico 1 está o índice de produção de grãos em Goiás, no período de 2000 a 2017. Observa-se um crescimento ascendente de 2000 a 2015, saltando de 8.727.474 toneladas, em 2000, para 19.569.247 toneladas, em 2015. Em 2016, Goiás apresentou um índice de 16.934.053 toneladas, ou seja, uma queda de cerca de 3.000.000 de toneladas, enquanto em 2017, o índice voltou a crescer, com um total de 23.215.053 toneladas.

Gráfico 1 - Índice de produção de grãos em Goiás (2000-2017).

Fonte - IBGE/IMB, 2017.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2017.

Na Foto 1, identifica-se uma propriedade rural em Quirinópolis (GO), no ano de 2016, preparada para o cultivo de cana-de-açúcar.

Foto 1 - Terreno preparado para o cultivo de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO - 2015.

Autor - CRISPIM, V., 2015.

Fonte - Acervo do TRAPPU, 2016.

O cultivo de cana-de-açúcar, principal produto do agronegócio em Goiás, nos anos de 2016 e 2017, conforme evidencia a Tabela 2, tem contribuição no Produto Interno Bruto de Goiás.

A Tabela 3 apresenta o PIB de Goiás de 1996 até 2016.

Tabela 3- Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás (1996-2016).

Ano	Valor do PIB (R\$ milhões)	Taxa de Crescimento (%)
1996	14.592	3,67%
1997	16.025	5,27
1998	17.428	2,19
1999	17.920	3,17
2000	21.665	5,11
2001	25.048	4,32
2002	37.416	-
2003	42.836	4,32
2004	48.021	5,13
2005	50.536	4,22
2006	57.057	4,0
2007	65.210	6,1
2008	75.271	5,2
2009	85.615	-0,3
2010	106.770	7,5
2011	121.297	6,7
2012	138.758	-
2013	151.300	-
2014	165.015	-
2015	173.632	-
2016	178.948	-
Produto Interno Bruto (PIB) ¹² de R\$ 189 bilhões (estimativa para 2017)		

Fonte - IMB, 2017.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2017.

O Produto Interno Bruto de Goiás vem apresentando nos últimos anos taxas de crescimento superiores às do Brasil, tendo alcançado o excelente desempenho de 5,1% em 2000. No que se refere à Mesorregião Sul Goiano, conforme mostra a Tabela 4, nota-se um

¹² O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num determinado período de tempo. Desde 1999, a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento calcula o PIB anual de Goiás de acordo com a metodologia do IBGE. Essa metodologia é compatível com as contas nacionais, comparável com a utilizada pelas demais unidades da federação e segue as recomendações do modelo padronizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2000, eram considerados: agropecuária; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; eletricidade, gás e água; construção; comércio; alojamento e alimentação; transporte e armazenagem; comunicações; intermediação financeira; alugueis; administração pública; saúde e educação mercantis; outros serviços; e serviços domésticos (IMB, 2000).

salto de 11.751.376 (R\$ mil) em 2002 para 28.562.991 (R\$ mil) em 2010 e 54.143.737 (R\$ mil) em 2018.

Tabela 4 - Valor Adicionado Bruto do PIB por setor de atividade: Goiás e Mesorregião Sul Goiano (2002-2018).

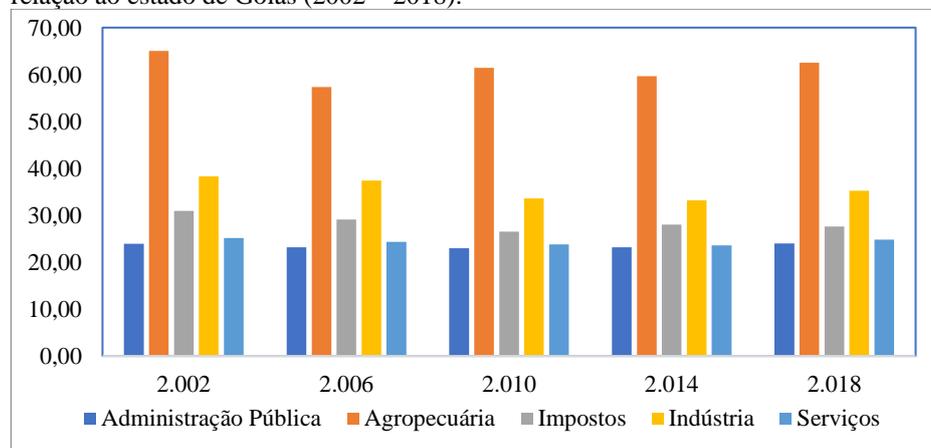
	2.002	2.006	2.010	2.014	2.018
Mesorregião Sul Goiano	11.751.376	16.526.193	28.562.991	43.423.066	54.143.737
Total do Estado de Goiás	34.145.124,00	54.264.428,00	93.245.996,00	146.560.349,00	173.890.168,00
Administração Pública	23,90	23,15	22,93	23,14	23,97
Agropecuária	65,06	57,35	61,39	59,68	62,54
Impostos	30,96	29,09	26,48	27,99	27,60
Indústria	38,29	37,42	33,61	33,17	35,20
Serviços	25,15	24,33	23,80	23,55	24,80

Fonte - IMB, 2020.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

No Gráfico 2 estão apresentados o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Mesorregião Sul Goiano em relação ao estado de Goiás entre os anos de 2002 e 2018. Nota-se que a Agropecuária liderou a participação nos anos de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, seguida pela Indústria e os Serviços.

Gráfico 2 - VAB¹³ por setor de atividade: participação da Mesorregião Sul em relação ao estado de Goiás (2002 – 2018).



Fonte - IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

A elevada participação do PIB da Mesorregião Sul Goiano no PIB de Goiás também está evidente na Tabela 5. No período entre 2002 e 2018 houve um crescimento de 13.139.719 (R\$, mil) para 60.157.493 do PIB Preços Correntes e de 12,07 (R\$, mil) para 40,94 (R\$, mil)

¹³ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia. (Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>).

para o PIB Per Capta na Mesorregião Sul Goiano. Já em Goiás, no mesmo período, houve um crescimento de 38.629.367 (R\$, mil) para 195.681.724 (R\$, mil) no PIB a preços correntes e de 7,41 (R\$, mil) para 28,27 (R\$, mil) no PIB Per Capta.

Tabela 5 - Goiás e Mesorregião do Sul Goiano: análise comparativa do PIB a preços correntes e per capta. (R\$, mil)

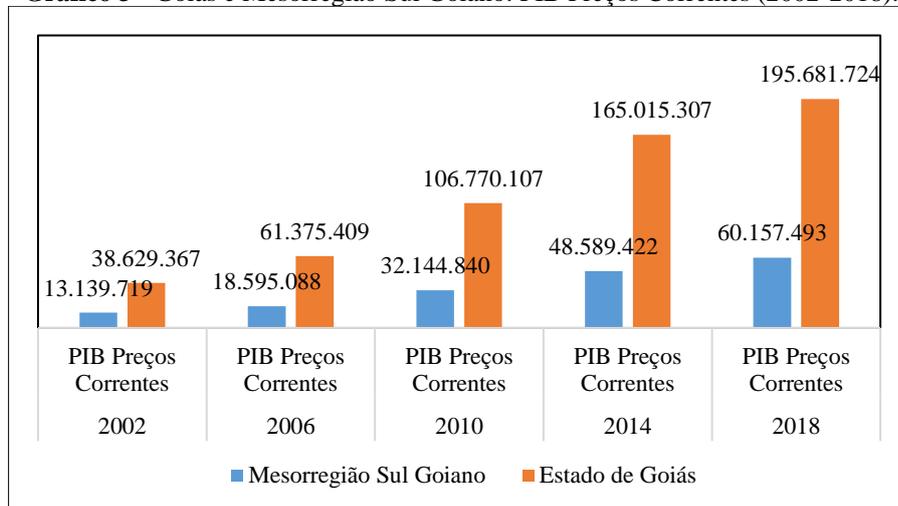
Mesorregião do Sul Goiano: análise comparativa do PIB a preços correntes e per capta (R\$, mil)										
	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014	2018	2018
	PIB Preços Correntes	PIB Per Capta								
Mesorregião Sul Goiano	13.139.719	12,07	18.595.088	15,94	32.144.840	25,26	48.589.422	35,12	60.157.493	40,94
Estado de Goiás	38.629.367	7,41	61.375.409	10,71	106.770.107	17,78	165.015.307	25,30	195.681.724	28,27

Fonte - IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

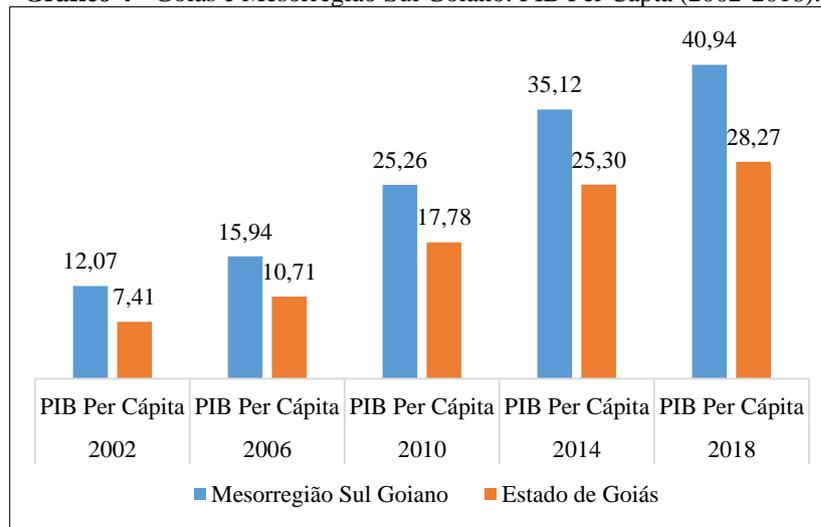
No Gráfico 3, está representada a evolução do PIB a Preços Correntes em Goiás e na Mesorregião Sul Goiano entre 2002 e 2018. Já no Gráfico 4, está concebida a evolução do PIB Per Capta em Goiás e na Mesorregião, no mesmo período.

Gráfico 3 - Goiás e Mesorregião Sul Goiano: PIB Preços Correntes (2002-2018).



Fonte - IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Gráfico 4 - Goiás e Mesorregião Sul Goiano: PIB Per Capta (2002-2018).

Fonte - IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Na Tabela 6, estão os índices de área cultivada, produção e rendimentos dos principais produtos agrícolas cultivados em Goiás, no ano de 2015.

Tabela 6 - Estado de Goiás: área, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas (2014-2015).

Produtos	Área plantada (ha) - 2014	Área plantada (ha) - 2015	Quantidade produzida (t)- 2014	Quantidade produzida (t)- 2015	Varição da produção (%)	Varição da produção (Mil R\$) 2015	Rendimento (t por ha)	Ranking quantidade produzida 2015
Algodão herbáceo	68.129	32.175	267.179	131.995	-50,6	224.110	4,1	4º
Alho	2.268	2.328	21.050	34.741	65,0	238.258	14,9	2º
Batata-inglesa	7.952	5.838	181.430	243.470	34,2	231.612	41,7	6º
Cana-de-açúcar	894.843	930.052	70.152.466	72.066.835	2,7	4.998.138	77,5	2º
Cebola	2.400	2.335	85.280	105.225	23,4	200.349	45,1	7º
Feijão	129.491	123.052	316.287	289.463	-8,5	698.310	2,4	5º
Girassol	4.770	7.290	8.228	11.133	35,3	10.180	1,5	3º
Milho	1.404.928	1.409.102	9.088.029	9.512.503	4,7	3.263.433	6,8	4º
Soja	3.176.995	3.263.118	8.938.560	8.606.210	-3,7	8.114.687	2,6	4º
Sorgo	335.070	243.974	1.058.051	898.123	-15,1	245.445	3,7	1º
Tomate	11.755	10.664	1.055.337	912.976	-13,5	331.163	85,7	2º
Cereais, leguminosas e oleaginosas	5.159.740	5.113.649	19.846.703	19.602.602	-1,2	12.652.116	3,8	4º

Fonte - Pesquisa Agrícola Municipal - PAM/IBGE

Organização - IMB/Segplan/GO/Gerência de Contas Regionais e Indicadores, 2017.

Os cereais, leguminosas e oleaginosas tiveram a maior área plantada em 2014, seguida pela soja e pelo milho. Em 2015, no que se refere à área plantada, o *ranking* se manteve. Já no que tange à quantidade produzida, a cana-de-açúcar tem a liderança, em 2014 e em 2015, seguida dos cereais, leguminosas e oleaginosas.

Tabela 7 - Goiás: Principais Produtos Agrícolas (2018).

Produto	Quantidade (Toneladas)	Participação Goiás/Brasil (%)
Cana-de-açúcar	76.082.607	11,08
Soja	11.369.134	9,74
Milho	8.691.532	10,73
Tomate	1.368.567	31,37
Sorgo	978.870	46,50
Feijão	325.100	10,00
Algodão herbáceo	100.802	2,11

Fonte: IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

*Preliminar.

Com isso, identificam-se a Cana-de-açúcar, a Soja, o Milho e o Tomate como os principais cultivos agrícolas de Goiás em 2018. Sendo: 76.082.607 toneladas de cana-de-açúcar; 11.369.134 toneladas de soja; 8.691.532 toneladas de milho e 1.368567 toneladas de tomate. Vale destacar que o cultivo de cana de açúcar se destacou em relação aos demais produtos. No Quadro 1 estão apresentadas as produções de cana-de-açúcar por Município da Mesorregião Sul Goiano e de Goiás, assim como área cultivada em hectares, de 2000 a 2016.

Nota-se que em 2000 havia 11 municípios com produção superior a 1.000 toneladas, sendo as maiores produções em Santa Helena de Goiás, com 15.762 toneladas, Tuverlândia com 15.395 toneladas, Jandaia com 9.690, Acreúna com 8.620 toneladas, Maurilândia com 7.980 toneladas, Itumbiara com 5.977 toneladas e Goiatuba com 5.244 toneladas, respectivamente. Em 2016 houve um salto na quantidade de Municípios com mais de mil toneladas, de 11 para 34. Neste ano, a maior produção foi em Quirinópolis com 66.247 toneladas, seguido por Mineiros, com 52.000, Itumbiara com 46.280, Campo Alegre de Goiás, com 36.000 e Bom Jesus de Goiás, com 33.000 toneladas. A produção total da Mesorregião Sul Goiano em 2000 foi 87.155, em 2008 foi de 259.374 toneladas e em 2016, um total de 738.783 toneladas. Em Goiás, em 2008, a produção foi de 404.670 toneladas e em 2016 foi de 931.342 toneladas.

Quadro 1 - A produção de Cana de açúcar na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018).

MUNICÍPIO	Área Colhida					Quantidade Produzida				
	2000	2004	2008	2013	2016	2000	2004	2008	2013	2016
Acreuna	8.620	2.751	10.540	18.200	25.360	689.600	247.590	948.600	1.274.000	2.206.320
Água Limpa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aloândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anhangüera	-	10	20	-	5	-	400	1.000	-	270
Aparecida do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporé	-	-	820	13.000	17.700	-	-	49.200	845.000	1.593.000
Bom Jesus de Goiás	1.300	3.647	9.700	33.000	33.000	110.500	297.230	873.000	2.970.000	2.494.800
Buriti Alegre	-	-	-	1.300	2.150	-	-	-	112.450	164.260
Cachoeira Alta	-	-	600	8.911	11.213	-	-	51.000	612.720	744.644
Cachoeira Dourada	-	-	3.000	8.150	13.940	-	-	240.000	708.555	1.065.081
Caçá	-	-	4.700	22.962	23.925	-	-	423.000	1.374.505	1.649.078
Caipônia	18	20	45	200	-	900	1.000	2.250	10.800	-
Caldas Novas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campestre de Goiás	10	10	200	-	-	700	700	16.000	-	-
Campo Alegre de Goiás	800	80	500	400	1.123	36.000	4.000	40.000	32.000	89.000
Castelândia	2.440	3.122	2.600	5.000	4.910	170.800	262.248	299.000	450.000	353.520
Catalão	250	100	600	800	800	10.000	4.500	54.000	72.000	60.000
Cezarina	10	10	10	10	10	440	400	400	550	550
Chapadão do Céu	-	-	-	45.000	27.000	-	-	-	4.050.000	1.485.000
Corumbaba	-	-	20	50	50	-	-	1.000	3.000	3.000
Cristianópolis	4	5	-	-	-	80	150	-	-	-
Cromínia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumari	-	40	50	50	5	-	1.800	2.500	2.750	300
Davinópolis	-	80	40	15	15	-	3.600	2.800	900	750
Doverlândia	15	25	45	600	-	750	1.250	2.250	42.000	-
Edealina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eléia	-	-	12.000	17.000	21.000	-	-	960.000	1.632.000	1.890.000
Gemeleira de Goiás	-	16	18	-	-	-	450	640	-	-
Goandira	150	80	100	15	15	6.750	3.200	5.000	1.142	1.000
Goiatuba	5.244	11.350	18.600	37.200	47.900	411.420	925.025	1.525.200	3.091.320	3.678.720
Gouvelândia	-	-	16.000	26.262	27.715	-	-	1.600.000	2.020.336	2.275.420
Inaciolândia	130	400	3.270	14.680	17.890	8.450	26.000	262.950	1.219.700	1.353.575
Indiara	1.730	1.460	2.840	9.500	11.000	147.050	103.660	210.160	760.000	880.000
Ipameri	5.000	2.540	3.040	3.000	3.000	250.000	127.000	243.200	270.000	240.000
Itajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itarumã	-	-	-	15.747	17.625	-	-	-	1.022.768	1.062.171
Itumbiara	5.977	4.890	15.130	35.900	46.280	418.390	359.904	1.212.800	3.071.060	4.080.188
Jandaia	9.690	8.659	10.800	7.800	8.000	823.650	640.766	799.200	663.000	680.000
Jataí	60	75	1.000	35.000	24.000	1.500	1.875	140.000	4.200.000	2.880.000
Joviânia	-	-	201	1.570	1.400	-	-	15.477	129.525	106.260
Lagoa Santa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mairipotaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marzagão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maurilândia	7.980	8.414	10.200	12.206	13.580	558.600	732.018	795.600	830.008	991.340
Mineiros	15	15	6.535	35.000	52.000	600	600	359.425	2.800.000	2.808.000
Montividiu	-	-	3.200	5.270	3.000	-	-	320.000	453.220	180.000
Morrinhos	-	-	-	12.150	17.000	-	-	-	1.032.750	1.445.000
Nova Aurora	80	60	120	40	40	4.000	3.000	7.200	3.000	2.400
Orizona	60	90	210	-	-	1.200	3.600	7.550	-	-
Ouvidor	-	70	80	-	15	-	2.800	4.400	-	900
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmeiras de Goiás	40	40	200	300	300	1.200	1.200	8.000	18.000	18.000
Palmelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palminópolis	30	30	110	1.100	1.100	1.200	1.200	4.400	66.000	66.000
Panamá	486	420	650	2.500	4.250	34.020	31.500	52.000	206.250	352.750
Paranaiguara	-	-	5.000	13.108	17.012	-	-	500.000	848.481	1.355.686
Paraúna	120	100	100	13.294	14.560	1.680	3.600	3.600	1.129.990	1.121.120
Perolândia	-	-	700	3.000	7.000	-	-	42.000	255.000	385.000
Piracanjuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pires do Rio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontalina	-	-	400	3.800	4.500	-	-	32.000	304.000	360.000
Portelário	1.143	6.430	21.500	29.020	23.400	74.295	533.690	1.763.000	2.484.112	2.106.000
Portelândia	-	-	-	6.500	-	-	-	-	552.500	-
Professor Jamil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quirinópolis	-	-	25.000	65.995	66.247	-	-	2.400.000	5.138.371	5.246.762
Rio Quente	40	-	-	-	-	2.400	-	-	-	-
Rio Verde	4.000	1.090	6.700	30.400	35.000	320.000	87.200	589.600	2.614.400	3.150.000
Santa Cruz de Goiás	-	-	80	-	-	-	-	2.800	-	-
Santa Helena de Goiás	15.762	24.134	30.000	31.000	30.300	1.260.960	2.172.060	2.550.000	2.356.000	2.363.400
Santa Rita do Araguaia	6	10	-	-	-	220	400	-	-	-
Santo Antônio da Barra	410	-	700	5.600	6.667	32.800	-	59.500	445.500	553.360
São João da Paraúna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel do Passa Quatro	10	9	14	-	-	200	300	500	-	-
São Simão	-	-	2.400	5.600	6.441	-	-	264.000	336.120	354.255
Serranópolis	-	-	7.126	-	14.000	-	-	605.710	-	770.000
Silvânia	70	48	55	-	-	1.400	1.540	1.950	-	-
Três Ranchos	-	15	20	-	5	-	600	1.000	-	330
Turvelândia	15.395	11.681	11.700	15.140	19.500	986.050	887.756	877.500	999.240	1.423.500
Urutaf	8	-	-	-	-	160	-	-	-	-
Varão	40	40	60	40	35	1.680	1.680	2.520	2.400	2.100
Vianópolis	12	18	25	-	-	240	630	900	-	-
Vicentinópolis	-	-	10.000	15.000	15.800	-	-	780.000	1.351.500	1.414.100
Mesorregião Sul Goiano	87.155	92.084	259.374	667.385	738.783	6.369.885	7.478.122	22.015.782	54.868.923	57.506.892
Estado de Goiás	139.186	176.328	404.670	860.482	931.342	10.162.959	14.001.079	33.401.559	69.376.714	71.061.922
Participação em relação ao estado	62,62	52,22	64,10	77,56	79,32	62,68	53,41	65,91	79,09	80,93

Fonte - IBGE, 2020.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

O Gráfico 5 apresenta a evolução da porcentagem da produção de cana de açúcar na Mesorregião Sul Goiano de 2000 a 2016 em relação a produção total em Goiás. É evidente que a maior parte da produção canavieira no estado está concentrada nesta Mesorregião, pois durante este período sempre esteve acima de 50% da quantidade produzida e da área colhida total do estado, atingindo 80,93% da produção e 79,32% da área colhida em 2016.

Gráfico 5 - Produção de cana de açúcar na Mesorregião Sul Goiano: % em relação a Goiás (2000-2018).



Fonte - IBGE, 2020.

Organização - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2021.

No Quadro 2 estão os índices de produção de soja (toneladas) e área colhida (ha) de Soja nos Municípios da Mesorregião Sul Goiano, e em Goiás entre 2000 e 2018. Evidenciam-se também o percentual correspondente à Mesorregião em relação ao total do estado.

Quadro 2 – A produção de Soja na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018).

MUNICÍPIO	Quantidade Produzida (t)						Área Colhida (HÁ)					
	2000	2004	2008	2013	2016	2018	2000	2004	2008	2013	2016	2018
Acreuna	26.000	52.200	78.000	112.800	158.400	158.400	10.000	30.000	26.000	40.000	48.000	44.000
Água Limpa				840	291	369				70	97	97
Albânia	480	1.200	3.050		7.310	8.050	180	500	1.220	1.850	2.150	2.300
Anhangüera												
Aparecida do Rio Doce	-	1.613	1.400	2.145	3.200	2.640		640	500	650	5.000	800
Aporé	1.102	10.530	4.760	8.250	13.000	17.500	501	3.900	1.700	2.500	4.000	5.500
Bom Jesus de Goiás	107.500	94.809	93.600	154.020	207.000	199.150	43.000	71.500	36.000	51.340	60.000	56.900
Bonfins	2.880	9.180	3.600	26.390	31.450	38.420	1.200	5.100	1.500	9.100	8.500	11.300
Cachoeira Alta				660						200		
Cachoeira Dourada	17.040	16.200	13.440	21.000	27.060	20.100	7.100	8.100	5.600	7.000	7.800	6.700
Caçu	-	6.804	1.620	4.860	3.450	4.200		2.700	600	1.800	1.500	1.500
Caldas Novas	102.600	188.340	171.000	291.200	309.700	347.900	38.000	73.000	57.000	91.000	95.000	98.000
Caldas Novas	24.540	30.000	49.920	72.500	99.000	108.000	8.180	15.000	15.600	25.000	30.000	30.000
Campos de Goiás	1.350	800	90	730	800	2.950	484	300	30	250	280	1.000
Campo Alegre de Goiás	85.000	124.800	177.840	187.200	201.300	212.850	35.500	52.000	57.000	60.000	61.000	64.500
Castelândia	6.600	15.120	15.600	18.600	14.000	7.360	3.000	9.000	5.000	6.000	4.500	2.300
Catão	129.000	189.000	243.200	250.560	336.600	397.800	48.000	70.000	76.000	87.000	102.000	102.000
Cezarina	690	1.200	1.170	3.600	4.050	10.800	300	600	450	1.200	1.500	3.600
Chapadão do Céu	186.093	220.320	286.200	282.900	324.950	284.000	67.425	76.500	95.400	82.000	97.000	80.000
Corumbá	816	3.880	9.625	15.810	24.750	29.250	340	1.940	3.850	5.270	7.500	7.500
Cristianópolis	2.860	3.300	4.500	7.800	9.600	10.350	1.100	1.500	1.500	2.600	3.000	3.000
Cromínia	396	1.035	1.040	1.460	2.625	2.450	220	450	400	427	750	700
Cumari	-	-	936	1.105	2.560	3.060	-	-	300	335	800	850
Davinópolis	-	1.200	1.224	2.910	4.650	-	-	500	400	970	1.400	-
Doverlândia	1.421	38.700	21.000	30.690	48.600	72.000	592	15.000	7.000	9.300	15.000	20.000
Edéia	15.168	28.000	36.450	61.600	93.192	98.000	6.320	14.000	13.500	22.000	28.240	28.000
Edéia	91.800	136.500	98.800	98.000	62.100	5.120	34.000	65.000	38.000	35.000	23.000	1.465
Gamaelas de Goiás	-	63.000	72.000	66.000	80.640	-	-	25.000	24.000	22.000	24.000	-
Goianá	-	840	1.104	4.573	1.860	5.940	-	350	368	1.386	600	1.800
Goiatuba	113.400	143.280	190.896	196.000	225.600	267.750	42.000	72.000	48.000	70.000	70.500	76.500
Gouvelândia	14.880	27.200	8.700	12.040	4.320	3.900	6.000	16.000	3.000	4.300	1.800	1.300
Inaciolândia	26.220	35.340	26.000	28.500	41.400	35.700	10.700	19.000	10.000	11.400	12.000	10.500
Indaiara	12.650	28.350	15.600	30.000	28.500	3.770	5.500	13.500	6.000	10.000	9.500	13.000
Ipameri	103.000	134.400	214.400	216.000	287.100	300.300	43.000	64.000	67.000	75.000	87.000	91.000
Itajá	-	-	528	-	-	-	-	-	220	-	-	-
Itarumã	-	8.505	3.000	12.992	3.750	9.570	-	3.150	1.000	4.480	1.500	3.190
Itumbiera	75.890	98.360	78.090	84.680	83.160	108.900	30.600	56.150	30.000	29.200	25.200	33.000
Jandaia	6.300	11.000	7.000	24.000	27.000	22.225	2.800	5.500	2.500	8.000	9.000	63.50
Jataí	462.462	669.600	653.400	873.600	798.000	1.026.000	157.300	223.200	198.000	260.000	285.000	285.000
Jovianá	43.800	58.080	50.400	60.480	76.380	70.420	15.000	24.200	18.000	21.000	22.800	20.120
Lagoa Santa												
Mairipotaba	2.640	4.000	4.830	5.500	12.740	11.550	1.200	2.000	2.100	2.000	3.640	3.300
Marmão				2.100	3.103	3.500				700	862	1.000
Maurilândia	7.700	11.900	13.000	31.900	23.400	32.000	3.500	7.000	4.500	11.000	7.500	10.000
Minérios	290.000	369.600	300.000	297.000	316.350	334.800	100.000	132.000	100.000	90.000	95.000	93.000
Montividiu	210.000	280.000	303.600	396.000	429.000	454.860	70.000	112.000	92.000	120.000	130.000	133.000
Morrinhos	43.551	70.000	59.400	102.000	93.600	105.000	16.130	35.000	22.000	34.000	26.000	30.000
Nova Aurora				720	1.584	-				480	480	-
Oizona	35.380	55.000	71.300	70.500	105.400	120.780	12.200	25.000	23.000	25.000	31.000	33.000
Ovair	500	1.200	1.240	4.200	4.560	6.630	200	500	400	1.400	1.520	1.700
Palestina de Goiás	-	10.080	7.800	19.140	39.480	10.590	-	3.500	2.600	5.800	12.000	3.000
Palmeiras de Goiás	12.810	37.700	24.300	71.300	64.400	84.000	5.340	14.500	9.000	23.000	23.000	31.000
Palmeiro	500	560	750	450	640	1.575	200	200	250	150	200	450
Palminópolis	1.050	2.090	1.400	3.600	4.050	5.040	480	1.100	700	1.200	1.500	1.600
Panama	7.700	10.000	8.050	16.675	21.170	9.920	3.500	5.000	3.500	5.750	5.800	3.200
Paranaçu	3.960	3.000	1.235	5.040	2.750	2.800	1.800	2.000	650	1.800	1.100	1.000
Parauá	84.000	156.450	165.000	290.000	330.000	360.000	30.000	74.500	55.000	100.000	100.000	100.000
Perolândia	140.400	154.000	150.000	165.000	178.200	117.150	52.000	55.000	50.000	50.000	55.000	33.000
Piãopolis	12.285	110.000	156.550	159.500	227.500	210.000	4.550	50.000	50.500	55.000	65.000	60.000
Pires do Rio	2.500	11.400	13.500	11.700	17.000	17.500	1.000	5.000	4.500	3.900	5.000	5.000
Pontalina	35.000	52.650	50.550	69.600	99.000	108.000	14.000	27.000	16.850	24.000	30.000	30.000
Porteirão	27.000	60.000	26.000	31.500	50.400	45.895	10.000	30.000	10.000	10.500	14.000	13.700
Portelândia	58.000	64.400	57.600	70.950	78.000	21.300	20.000	23.000	20.000	21.500	24.000	6.000
Professor Jamil				580	1.225	1.360				200	350	400
Quirinópolis	70.000	80.550	58.400	55.890	66.000	66.000	28.000	50.000	20.000	23.000	22.000	22.000
Rio Quente	-	330	1.333	1.050	480	700	-	150	430	350	160	200
Rio Verde	507.500	609.178	733.200	870.000	982.800	1.170.000	175.000	264.860	235.000	290.000	315.000	325.000
Santa Cruz de Goiás	3.120	18.496	27.000	47.275	52.800	61.200	1.200	8.500	9.000	15.500	16.000	17.000
Santa Helena de Goiás	101.500	86.400	115.500	138.600	148.500	172.800	35.000	45.000	33.000	42.000	45.000	48.000
Santa Rita do Araguaia	713	16.800	12.150	26.400	28.800	14.080	310	6.000	4.500	8.000	9.000	4.000
Santo Antônio da Barra	6.900	15.300	12.000	15.500	15.500	29.700	3.000	9.000	4.000	5.500	5.000	9.000
São João da Paraíso	720	5.850	5.800	6.000	12.150	14.100	360	3.000	2.000	2.000	4.500	4.700
São Miguel do Passa Quatro	21.200	24.995	34.100	26.660	33.250	36.000	8.000	10.600	11.000	8.600	9.500	10.000
São Simão	440	1.500	-	-	-	-	200	1.000	-	-	-	-
Serzanópolis	48.246	72.000	90.000	120.750	130.800	100.240	18.700	25.000	30.000	35.000	40.000	28.000
Silvânia	117.000	117.000	156.000	198.400	228.480	253.260	45.000	50.000	52.000	62.000	68.000	67.000
Três Ranchos	-	720	963	900	1.320	1.560		300	300	300	400	400
Turvelândia	28.800	38.800	40.600	90.000	78.750	80.000	12.000	20.000	14.000	30.000	25.000	25.000
Uruaí	1.612	2.300	7.800	9.300	10.080	10.800	620	1.000	2.600	3.000	3.000	3.000
Varão	-	400	286	900	1.120	1.120	-	200	110	300	400	400
Vianópolis	52.200	62.998	78.000	95.465	124.320	136.900	18.000	26.000	25.000	31.300	37.000	37.000
Vicentinópolis	86.170	96.000	87.717	52.900	78.000	69.020	31.600	40.000	30.121	23.000	24.000	20.300
Mesorregião Sul Goiano	3.683.035	5.166.333	5.456.137	6.853.175	7.744.050	8.176.924	1.341.432	2.204.190	1.793.249	2.226.858	2.413.829	2.316.422
Estado de Goiás	4.092.934	6.091.676	6.604.805	8.913.069	10.239.473	11.395.436	1.491.066	2.591.084	2.180.471	2.947.887	3.310.548	3.291.668
% em relação ao estado	89,99	84,81	82,61	76,89	75,63	71,76	89,96	85,07	82,24	75,54	72,91	70,37

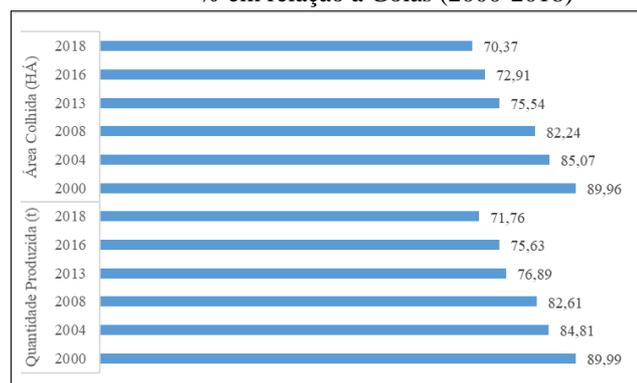
Fonte - IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Analisando o Quadro 2, nota-se que em 2000 havia 13 municípios na Mesorregião Sul Goiano com produção superior à 100.000 toneladas de soja por ano. Sendo: Bom Jesus de Goiás com 107.500 (t); Caiapônia com 102.600 (t); Catalão com 129.000 (t); Chapadão do Céu com 186.093 (t); Goiatuba com 113.400 (t); Ipameri com 103.000 (t); Jataí com 462.462 (t); Mineiros com 290.000 (t); Montividiu com 210.000 (t); Perolândia com 140.400 (t); Rio Verde com 507.500 (t); Santa Helena de Goiás com 101.500 (t) e Silvânia com 117.000 (t). Já em 2018, esse número sobe para 24 municípios, acrescentando-se: Acreúna, com 158.400 (t); Caldas Novas, com 108.900 (t); Campo Alegre de Goiás com 212.850 (t); Itumbiara, com 108.900 (t); Morrinhos, com 105.000 (t); Orizona, com 120.780 (t); Paraúna, com 360.000 (t); Piracanjuba, com 210.000 (t); Pontalina, com 108.240 (t); Serranópolis, com 1000.240 (t) e Vianópolis, com 136.900 (t). Em 2018, o maior produtor de soja na Mesorregião Sul Goiano foi Rio Verde, com 1.170.000 (t), seguido por Jataí, com 1.026.000 (t), Montividiu com 454.860 (t) e Catalão, com 397.800 (t).

A evolução do percentual da produção de Soja na Mesorregião Sul Goiano está evidenciada no Gráfico 6, sendo a quantidade produzida e a área colhida entre 2000 e 2018. Nota-se que em ambos os índices sempre estiveram acima de 70% neste período. O maior percentual do período foi em 2000 com 89,96% da área colhida e 98,99 da quantidade produzida. Em 2018, os índices alcançam 70,37% da área colhida e 71,76% da quantidade produzida.

**Gráfico 6 - Produção de soja na Mesorregião Sul Goiano:
% em relação a Goiás (2000-2018)**



Fonte – IBGE, 2021.

Organização – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

No Quadro 3 estão representadas as quantidades produzidas e a área colhidas de milho entre 2000 e 2018, na Mesorregião Sul Goiano, nos municípios que a compõem e no Estado de Goiás.

Quadro 3 - A produção de Milho na Mesorregião Sul Goiano e Goiás: quantidade produzida(t) e área colhida (ha) (2000 – 2018)

MUNICÍPIO	Quantidade (t)						Área Colhida (HA)					
	2000	2004	2008	2013	2016	2018	2000	2004	2008	2013	2016	2018
Acreuna	47.979	24.784	83.520	40.200	30.900	68.390	10.395	4.400	12.900	6.500	9.500	14.150
Água Limpá	1.900	1.140	1.330	2.000	22	454	500	300	350	200	10	75
Aloândia	1.000	510	1.800	2.326	4.805	2.942	200	100	300	380	950	520
Anhangüera	140	40	180	1.280	1.280	-	40	10	30	160	180	-
Aparecida do Rio Doce	960	225	1.500	600	12.000	2.240	200	45	300	100	2.000	400
Aporé	5.640	3.720	4.032	1.020	7.000	5.650	1.200	700	800	170	1.000	1.200
Bom Jesus de Goiás	63.170	60.000	100.453	56.280	27.035	192.420	11.852	9.500	17.070	11.100	15.350	37.200
Buriti Alegre	3.350	5.600	13.875	4.953	3.040	29.028	900	1.000	2.500	780	1.350	5.320
Cachoeira Alta	4.500	2.700	2.250	2.800	175	235	1.000	600	450	400	50	50
Cachoeira Dourada	5.390	8.560	27.355	10.708	5.011	7.560	1.100	1.600	4.550	1.570	1.830	1.350
Caçu	12.000	1.530	2.720	-	2.625	6.450	3.000	300	600	-	750	1.300
Caipônia	67.160	115.400	97.000	277.500	188.050	244.900	17.200	24.000	18.000	46.000	46.000	41.000
Caldas Novas	31.980	24.150	24.480	34.250	27.180	78.000	4.920	3.900	3.600	5.500	5.400	12.000
Campestre de Goiás	2.700	7.500	8.000	6.000	5.000	3.245	960	2.000	2.000	900	880	550
Campo Alegre de Goiás	32.448	38.500	61.200	105.000	119.280	90.600	6.780	5.500	8.500	12.000	19.600	13.000
Castelândia	5.000	2.500	11.000	4.810	2.400	8.500	1.000	500	2.000	800	1.000	1.500
Catalão	72.480	78.200	109.104	154.800	117.700	123.600	11.900	11.300	14.570	18.000	17.000	18.000
Cezarina	4.620	5.060	3.600	4.200	4.600	800	1.100	1.100	800	600	1.000	320
Chapadão do Céu	318.391	303.600	227.110	450.000	293.400	393.375	48.337	41.650	32.700	65.000	63.000	63.000
Corumbaba	6.975	3.510	3.600	6.650	7.200	10.839	2.250	780	800	950	900	1.700
Cristianópolis	1.930	1.900	1.860	4.100	4.189	4.470	380	380	300	500	580	700
Cromínia	4.400	5.280	5.175	5.800	243	2.436	1.100	1.110	1.150	920	126	405
Cumari	2.660	680	1.800	2.720	1.300	1.400	700	170	300	300	300	200
Davinópolis	875	1.200	1.800	1.020	4.500	-	250	300	300	120	500	-
Doverlândia	3.920	5.390	27.700	25.200	23.250	45.600	800	980	5.300	4.200	5.500	8.000
Edealina	15.366	19.260	20.110	18.000	1.172	30.000	3.590	3.730	3.900	3.000	600	5.000
Edéia	23.400	4.000	21.700	14.400	13.800	5.525	4.500	1.000	3.500	2.000	4.000	650
Gemeleira de Goiás	-	10.800	16.290	35.750	42.250	74.100	-	2.000	2.250	4.000	6.000	9.000
Goianira	3.040	1.000	2.398	3.200	1.190	4.350	800	250	340	400	170	550
Goiatuba	41.020	34.400	101.400	35.260	15.950	217.670	8.015	5.360	16.085	5.100	8.400	38.200
Gouvelândia	2.500	6.000	9.300	1.950	4.850	3.992	500	1.000	1.500	290	1.500	760
Inaciolândia	17.070	8.200	19.080	11.910	5.570	12.350	3.207	1.500	3.150	1.700	2.600	2.300
Indiara	18.000	12.650	16.500	4.800	4.000	5.720	4.000	2.300	3.000	800	1.500	800
Ipameri	76.050	97.200	123.600	178.800	142.386	169.000	13.800	15.000	18.800	22.000	21.600	20.500
Itajá	1.500	1.020	1.020	865	123	633	300	200	200	140	35	115
Itarumã	5.500	1.530	10.800	-	1.400	3.575	1.100	300	2.000	-	400	650
Itumbiara	41.070	16.640	55.620	26.300	10.210	74.590	8.130	2.970	9.100	4.000	4.490	13.700
Jandaia	7.000	10.000	15.000	24.500	24.000	5.040	1.400	2.000	3.000	3.500	4.000	900
Jataí	357.486	572.995	588.000	1.335.000	1.023.000	1.296.000	100.529	114.374	110.000	200.000	236.000	216.000
Joviânia	15.110	23.100	31.372	18.020	8.055	24.200	2.600	3.530	4.580	4.100	2.700	4.600
Lagoa Santa	-	510	1.150	-	35	47	-	100	230	-	10	10
Mairipotaba	4.500	6.720	7.840	8.500	92	1.235	1.500	1.200	1.400	1.500	44	205
Marzagão	240	420	504	1.200	121	2.150	100	150	180	200	60	350
Maurilândia	2.250	2.200	9.000	-	2.800	22.400	500	400	1.500	-	1.600	4.000
Mineiros	118.800	158.400	261.600	268.800	279.100	437.550	30.000	28.000	48.000	44.000	69.000	73.500
Montividiu	172.500	105.000	225.000	487.140	260.760	631.080	40.000	20.000	40.000	80.700	72.200	95.400
Morrinhos	26.420	20.400	21.600	41.750	11.196	52.250	4.470	4.000	4.000	7.300	4.720	8.500
Nova Aurora	760	840	900	960	840	-	200	210	150	120	120	-
Orizona	15.000	21.324	28.540	41.500	44.250	70.000	3.000	3.750	4.040	4.800	5.500	9.000
Ouvidor	1.330	1.500	1.750	2.700	5.465	9.174	350	300	250	300	650	920
Palestina de Goiás	2.750	4.125	15.894	7.200	19.600	11.600	550	750	2.900	1.000	5.000	2.000
Palmeiras de Goiás	30.550	22.000	30.250	7.200	9.500	48.000	4.956	4.400	5.500	1.000	2.000	6.000
Palmeo	600	800	975	2.250	1.875	1.970	150	160	150	300	250	300
Palmanópolis	4.320	2.800	3.500	3.500	4.130	4.290	1.097	700	700	500	850	550
Panamá	3.970	2.600	7.266	7.215	2.634	8.935	800	500	1.245	1.350	1.140	1.500
Paranaiguara	8.000	7.680	1.250	2.400	1.680	2.000	2.000	1.600	250	400	480	400
Paratna	54.000	18.000	90.000	152.400	76.146	168.960	10.500	3.000	15.000	25.300	31.570	40.100
Perolândia	105.120	120.000	97.400	215.000	147.700	176.900	28.000	25.000	18.000	35.000	36.000	30.000
Piracanjuba	19.156	11.330	48.750	51.500	15.660	82.200	3.730	2.100	7.500	9.200	3.500	13.500
Pires do Rio	10.800	6.000	5.250	10.500	7.400	7.900	2.000	1.100	750	1.100	1.000	1.100
Pontalina	24.252	18.860	15.500	8.900	320	6.720	3.917	3.060	2.500	1.600	255	1.100
Porteirão	7.440	5.500	19.200	7.710	9.424	39.270	2.000	1.000	3.000	1.350	3.080	6.850
Portelândia	29.250	19.800	35.200	87.300	25.225	29.000	6.500	4.000	7.000	14.500	5.700	5.000
Professor Jamil	3.040	4.275	4.500	390	117	1.214	800	950	1.000	60	60	202
Quirinópolis	45.200	39.600	31.500	27.880	22.053	26.500	8.400	6.500	4.500	5.200	6.875	5.000
Rio Quente	1.280	364	600	600	15	108	400	130	150	100	3	17
Rio Verde	237.500	161.600	480.000	1.036.800	684.300	1.328.100	60.000	31.000	85.000	213.000	202.700	245.500
Santa Cruz de Goiás	4.800	6.500	4.900	6.325	7.870	25.750	1.200	1.200	700	700	1.250	4.000
Santa Helena de Goiás	60.200	22.750	70.360	110.000	53.100	176.640	10.100	3.500	10.100	20.000	27.500	32.000
Santa Rita do Araguaia	1.050	7.080	8.970	2.400	40.950	17.400	300	1.800	1.600	400	9.500	3.000
Santo Antônio da Barra	5.000	4.200	14.750	16.160	4.560	28.130	1.000	700	2.500	3.000	2.000	5.000
São João da Paraúna	5.850	5.850	9.200	7.000	5.800	5.200	1.300	1.300	2.000	1.000	1.100	800
São Miguel do Passa Quatro	15.200	13.500	15.480	25.500	30.460	36.000	3.100	2.500	2.150	2.600	4.200	4.500
São Simão	1.520	1.920	2.600	2.000	1.080	1.800	400	400	500	250	300	300
Serranópolis	45.191	12.000	76.790	132.600	103.550	135.900	11.953	2.500	12.500	22.000	25.500	22.000
Silvânia	23.640	20.600	53.760	96.500	168.000	270.000	4.600	3.800	7.350	9.500	30.000	37.000
Três Ranchos	380	750	2.450	1.980	1.200	1.920	100	150	350	220	150	245
Turvelândia	15.000	19.200	31.200	36.790	4.500	42.000	3.000	3.200	5.000	7.050	2.000	7.000
Urutaí	3.600	1.900	2.500	4.900	6.688	9.300	800	350	400	500	1.020	1.300
Varjão	1.632	1.500	2.310	3.600	3.750	900	660	500	660	600	700	180
Vianópolis	20.000	13.500	22.500	50.900	57.100	68.000	3.600	2.500	3.000	5.500	7.800	9.000
Vicentinópolis	58.870	35.800	19.500	6.000	12.920	25.345	9.673	5.830	3.000	1.300	2.900	4.350
Mesorregião Sul Goiano	2.516.641	2.449.572	3.636.823	5.896.922	4.324.107	7.263.717	548.241	442.029	618.280	952.680	1.059.098	1.217.344
Estado de Goiás	3.659.475	3.523.279	5.101.543	7.686.971	5.804.842	8.934.855	839.844	696.324	905.680	1.229.994	1.337.699	1.489.108
% em relação ao estado	68,77	69,53	71,29	76,71	74,49	81,30	65,28	63,48	68,27	77,45	79,17	81,75

Fonte - IBGE, 2020.

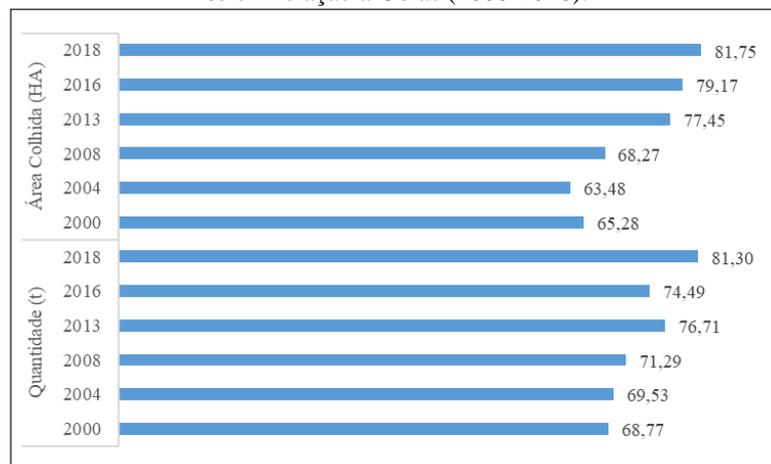
Organização - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2021.

A quantidade produzida na Mesorregião Sul Goiano em 2000 foi de 2.516.641 toneladas e em 2018, 7.263.717 toneladas. O percentual em relação a produção total do Estado de Goiás foi de 68,77% em 2000 para 81,30% em 2018. A área colhida na Mesorregião, em 2000, foi de 548.241 toneladas e em 2018, 1.217.344 toneladas. O percentual da área colhida avançou de 65,28% em 2000 para 81,75% em 2018.

Observa-se no Quadro 3 que 2000 havia 37 municípios com produção de milho superior à 10.000 toneladas. Em 2018, esse número sobe para 39 municípios. Em 2000, no que se refere à quantidade produzida, Jataí teve a maior produção sendo 357.486 toneladas, seguido por Chapadão do Céu e Rio Verde, com 318.391 e 287.500, respectivamente. Em 2018, a maior quantidade produzida foi em Rio Verde, com 1.328.100 toneladas, seguido por Jataí, com 1.296.000 toneladas, Montividiu com 631.080 toneladas e Mineiros, com 437.550 toneladas.

No Gráfico 7 está representada a evolução do percentual da produção de milho na Mesorregião Sul Goiano em relação ao estado de Goiás. Nota-se que as taxas, no período de 2000 a 2018 foram superiores à 60% tanto na área colhida, quanto na quantidade produzida.

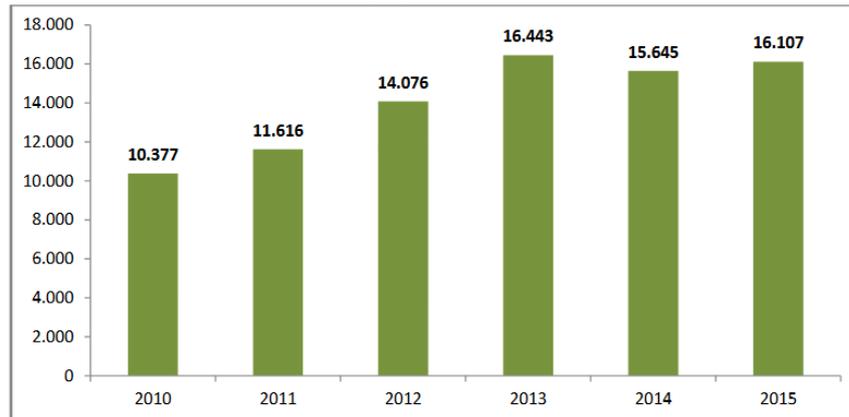
Gráfico 7 - Produção de milho na Mesorregião Sul Goiano:
% em relação a Goiás (2000-2018).



Fonte – IBGE, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

No Gráfico 8 tem-se o Valor Adicionado da agropecuária de Goiás de 2010 a 2015. Em 2010, tem-se 10.377 (R\$, mil), em 2013, o pico de 16.443 (R\$, mil) e em 2015, 16.107 (R\$, mil).

Gráfico 8 - Valor Adicionado da Agropecuária em Goiás (2010-2015) (R\$ milhões).

Fonte: IBGE/ órgãos estaduais de estatística.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2017.

Na Tabela 8 estão os índices de abate de animais, em Goiás, em 2017. Foram abatidas 378.602.112 cabeças de aves, 3.179.805 bovinos e 1.760.903 suínos. Esse índice coloca Goiás em destaque também na produção pecuária no Brasil, com índice de participação na produção nacional de 6,5%, 10,3% e 4,1%.

Tabela 8 - Goiás: Abate de Animais (2017).

Tipo de Animal	Nº de Cabeças	Participação Goiás/Brasil (%)
Aves	378.602.112	6,5
Bovinos	3.179.805	10,3
Suínos	1.760.903	4,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Além da produção agropecuária, a mineração também tem destaque na formação socioespacial goiana. Segundo Júnior; Lunas (2016, p. 1):

Conforme dados da Secretaria de Planejamento de Goiás (SEGPLAN) e do Departamento Nacional de Mineração (DNPM-GO/DF), podemos perceber que, atualmente, o setor mineral possui grande importância na economia goiana, apesar de ter uma participação mínima na estrutura do Produto Interno Bruto de Goiás. O setor ocupa o terceiro lugar nas exportações estaduais, incrementa a arrecadação goiana, é gerador de empregos e contribui para posição de destaque do estado no cenário nacional, sendo Goiás o terceiro maior produtor de minérios do Brasil no ano de 2014.

A Tabela 9 apresenta Goiás no ranking da mineração brasileira no ano de 2015. Os produtos extraídos são: Amianto, Vermiculita, Fosfato, Níquel, Cobre, Nióbio e Ouro.

Tabela 9 - Goiás no Ranking da Mineração Brasileira.**A força de Goiás no Ranking da Mineração Brasileira**

	Produção (t)		Produto	Participação (%)	Ranking
	Brasil	Goiás			
Mineração 2015	232.052	232.052	Amianto	100,00	1º
	55.378	52.166	Vermiculita	94,20	1º
	6.100.000	2.316.566	Fosfato	37,98	2º (MG)
	192.954	48.800	Níquel	26,69	1º
	350.940	63.985	Cobre	18,23	2º (PA)
	80.465	12.740	Nióbio	15,83	2º (MG)
	85.000	6.605	Ouro	7,77	3º(MG, PA)

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO/GESCON
 Obs.: A informação de mineração se refere a 2015 por ainda não ter o de 2016 para o Brasil

Para Gonçalves (2016, p. 244-245) a mineração em Goiás deve ser compreendida, considerando-se que

Reservas minerais de ouro, nióbio, níquel, apatita, calcário e amianto também compõem o projeto economicista de apropriação do Cerrado e sofrem as interferências do capital nacional e internacional em Goiás. Esses e outros minérios colocam seus territórios na centralidade dos interesses do mercado mundial de commodities e contribuem para compreender as dinâmicas espaciais de sua ocupação. Por isso, os grandes empreendimentos de mineração no território goiano reconfiguram o ordenamento e a fluidez da produção, reorientando os mecanismos de ocupação dos diferentes lugares cerradeiros. Isto contribui para compreender as estratégias de apropriação do subsolo no conjunto das análises sobre as disputas territoriais e de classes em Goiás e no Brasil.

Segundo o IMB (2017), a atividade industrial em Goiás deve ser considerada

Além de apresentar elevada participação relativa na estrutura do PIB, a indústria é um setor importante na geração de empregos. Geralmente é o setor que oferece as maiores remunerações, responde também pela absorção de uma importante parcela de mão de obra de profissionais com maior nível de escolaridade. Ademais, para além de estatísticas pontuais, é preciso entender que a indústria é o setor mais encadeado com os demais setores econômicos, de modo que o desempenho dos demais setores está diretamente atrelado ao desempenho do setor industrial.

Na Tabela 10, está representada a estrutura da indústria goiana em 2015, com base nas principais atividades industriais. O setor de transformação corresponde a 100% da indústria goiana. Alimentos e bebidas abarcam 37,3%, enquanto a fabricação de álcool detém 8,3%, os medicamentos 6,9% e os automóveis 7,0%.

Tabela 10 - Estrutura da Indústria Goiana: participação das principais atividades industriais (2015) (%).

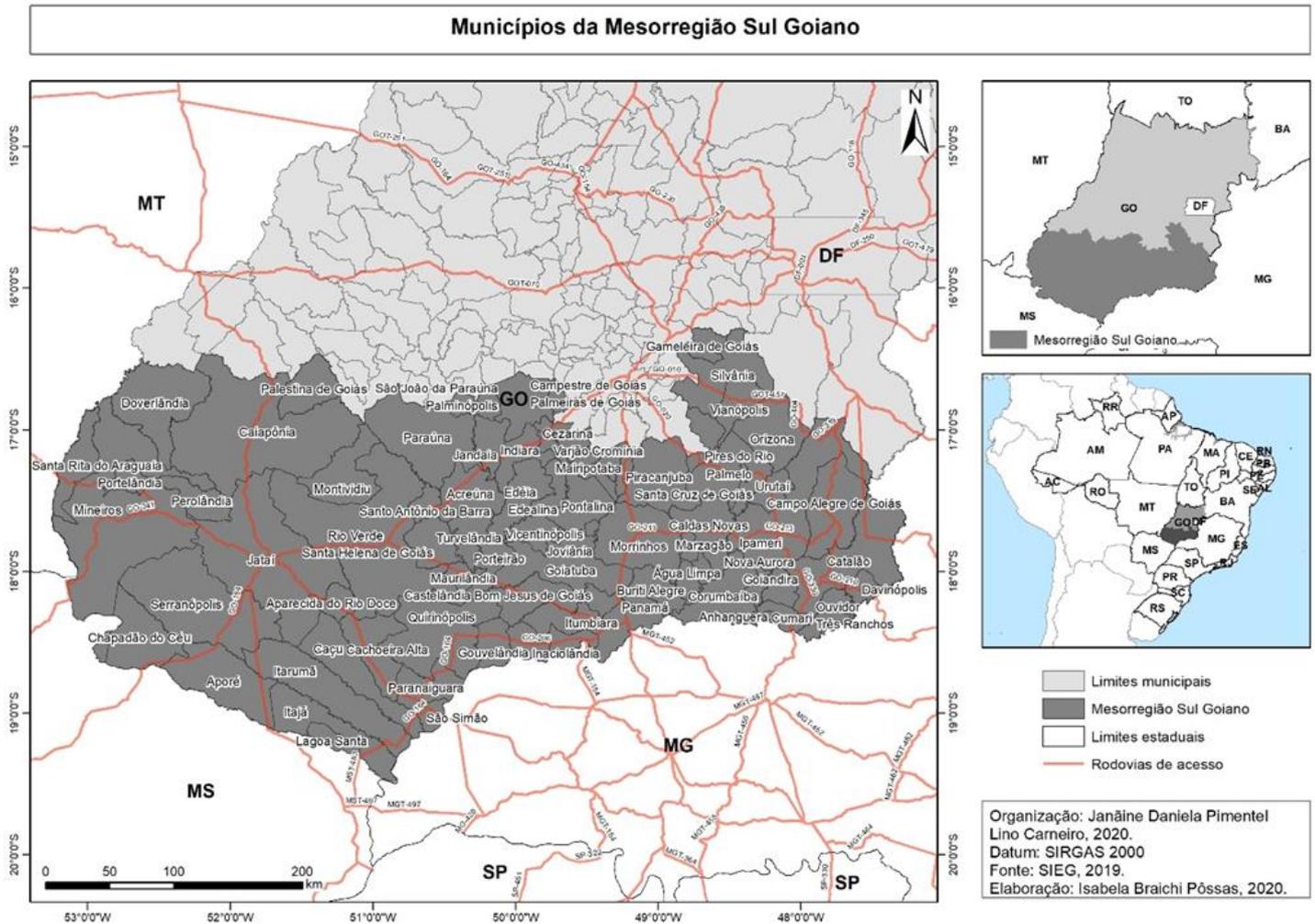
Atividades	Participação (%)
Indústria de Transformação	100,0
Alimentos e bebidas	37,3
Fabricação de álcool	8,5
Medicamentos	6,9
Automóveis, camionetas e utilitários	7,0
Produtos químicos (adubos, fertilizantes, defensivos)	3,4
Metalurgia	2,7
Minerais não metálicos	4,7
Demais segmentos	28,5

Fonte: IBGE/Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

A Mesorregião Sul Goiano é formada pela junção das Microrregiões: Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis¹⁴. Conforme o Mapa 2.

¹⁴ Os Municípios que a compõem são: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, Serranópolis, Vale do Rio dos Bois, Acreúna, Campestre de Goiás, Cezarina, Edealina, Edéia, Indiara, Jandaia, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, São João da Paraúna, Turvelândia, Varjão, Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente, Vicentinópolis, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa-Quatro, Silvânia, Urutaí, Vianópolis, Catalão, Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos, Quirinópolis, Cachoeira Alta, Caçu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Paranaiguara, Quirinópolis e São Simão.

Mapa 2 - Municípios da Mesorregião Sul Goiano



Para Cavalcante (2018) é essencial desvendar as bases do povoamento do Sul Goiano. Em primeiro plano, está o latifúndio. “[...] é preciso que se diga que o latifúndio é a principal instituição de mediação e regulação social, econômica e societária de Goiás e mais do que complexo traço de nossa constituição histórica indicou uma tendência [...]” (CAVALCANTE, 2018, p.38).

Ademais, o autor elenca os seguintes elementos como essenciais para o entendimento da dinâmica socioespacial do Sul Goiano: a mineração na primeira metade do século XVIII; a pecuária remanescente da mineração, nos primeiros anos do século XIX – esta, em decorrência da ausência de legislação fundiária e em decorrência da escassez aurífera se consolida como a principal atividade econômica até a segunda metade do século XIX; a construção da Estrada de Ferro Mogiana que altera as dinâmicas sociais, produtivas e territoriais das principais e mais decisivas localidades do Estado como Catalão, Pires do Rio na região Sudeste Goiano e Itumbiara no Sul Goiano; a implantação dos projetos de desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de

Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) após os anos 1960 que promoveram a redefinição da economia e seus fluxos, da dinâmica da população e das formas de governo; os projetos de incentivo à industrialização como Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado (PCI).

Para Cavalcante (2018, p.47):

A Estrada de Ferro Mogiana e os grandes projetos financiados, ainda atualmente (2017) financiados pelo poderoso combinado agro-desenvolvimentista POLOCENTRO/PRODECER estão nos mesmos níveis de importância no inconcluso movimento de refeitura da fazenda goiana.

Quanto ao agronegócio Cavalcante (2018) ressalta a sua implantação como novo agente dinamizador do Sul Goiano e, especificamente na cidade de Itumbiara, destacando-se a monocultura da cana de açúcar.

Do movimento de estruturação da fronteira econômica das sertanias do centro brasileiro, a partir da vertebralização entre esferas públicas e privadas onde grandes inversões de capitais foram realizadas, Itumbiara se notabiliza como uma das principais cidades do centro brasileiro no implemento de grandes empresas do agronegócio (CAVALCANTE, 2018, p. 51).

Nesse sentido, a dinâmica socioespacial do Sul Goiano tem sua processualidade marcada pelos fatores elencados por Cavalcante (2018). Vale ressaltar que, assim como Itumbiara, cidades como, Morrinhos, Goiatuba, Buriti Alegre, Jataí, Rio Verde, Quirinópolis, Piracanjuba, Catalão são destaques na Mesorregião, no cenário nacional e mesmo internacional. Todavia, a territorialização do agronegócio, que promove a hegemonização do território, não elimina as resistências e as *(Re)Existências*, ou seja, não homogeneiza os territórios. A tese, objetiva elencar as experiências de *(Re)Existências* construídas, sobretudo, na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro).

Na Foto 2 tem-se lavouras de soja nos municípios de Piracanjuba, Caldas Novas e Ipameri, evidenciando-se a territorialização do agronegócio na Mesorregião Sul Goiano. Nota a irrigação, ou seja o agrohídronegócio territorializado. Já na Foto 3 tem-se a pluriatividade em uma unidade camponesa em Corumbáiba (GO). A Foto 4 apresenta uma horta numa unidade de produção camponesa em Corumbáiba (GO).

Foto 2 - Lavouras de Soja na Mesorregião Sul Goiano (2020).



Autora - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Fonte - Trabalho de campo, 2020.

Foto 3 - Hortaliças, pamonhada e doce de leite em unidade camponesa na Mesorregião Sul Goiano (2020)



Autora - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Fonte - Trabalho de campo, 2020.

Foto 4 – Hortaliças em propriedade camponesa em Corumbaíba (GO).

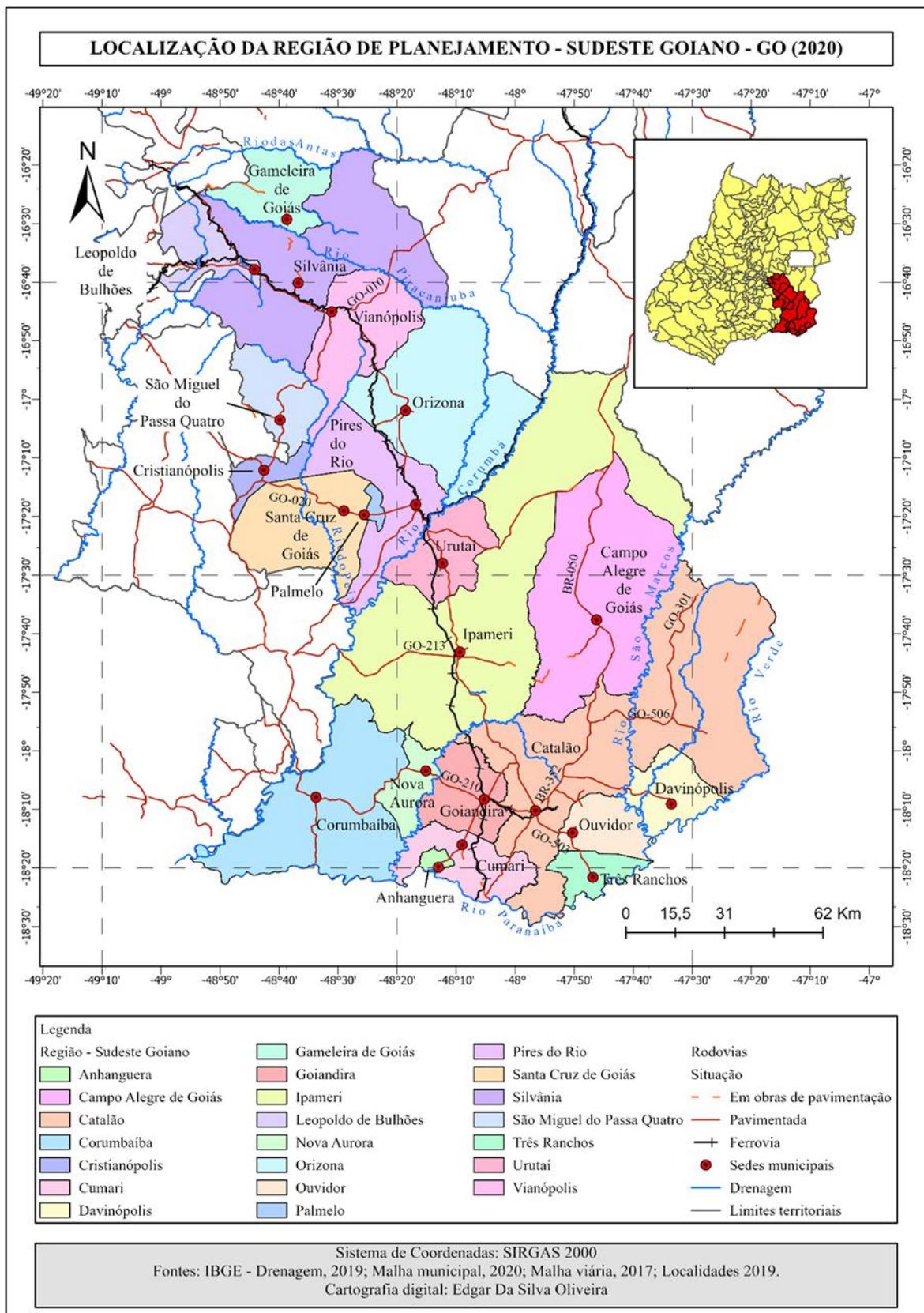


Autora - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Fonte - Trabalho de campo, 2020.

A região Sudeste Goiano, conhecida como Região da Estrada de Ferro é formada por 22 municípios, sendo: Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis (Mapa 3).

Mapa 3 - Municípios da Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro).



O Sudeste Goiano apresenta especificidades no processo de formação territorial em relação ao restante do Estado de Goiás, já que esteve incorporado aos mecanismos de controle do capital desde o século XIX, sendo acelerado pela instalação da ferrovia, no início do século XX. A chegada dos trilhos promoveu mudanças espaciais, nas formas de produzir e nas relações sociais de trabalho, que seriam (re)arrumadas a partir dos anos 1980. Houve ainda a integração desta região aos centros econômicos do País, tornando-se área de interesse para os migrantes, principalmente proprietários rurais, profissionais liberais, comerciantes dentre outros. Para a agropecuária comercial, a ferrovia possibilitou a sua expansão, pois ao mesmo tempo em que facilitava o transporte e escoamento dos produtos, trouxe crescimento para as cidades formando um mercado consumidor local para os seus produtos.

Para Mendonça (2004, p.158):

A ferrovia acelerou o processo de alteração das relações de poder com a chegada maciça de migrantes (comerciantes) e do capital industrial que passou a investir em atividades agroindustriais (charqueadas, curtumes, laticínios, cerealistas, sapatarias, etc.). O incremento da atividade agrícola, principalmente com o cultivo do arroz no Sudeste Goiano foi algo extraordinário. [...] A presença do capital industrial se efetivou a partir da instalação de agroindústrias. [...] possibilitou um novo ordenamento territorial na região que se convencionou denominar como Região da Estrada de Ferro.

A expansão das atividades agropecuárias no Sudeste Goiano foi acompanhada pela intensificação da migração e pela renovação/formação das aglomerações urbanas, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma agricultura comercial capaz de fornecer alimentos mais baratos e absorver os excedentes populacionais liberados pela crise da cafeicultura, bem como, ampliar o mercado consumidor.

O crescimento urbano, o aumento da demanda pelo setor de serviços e a agroindustrialização transformaram as relações sociais de produção, com a implementação do trabalho assalariado. Assim, a construção dos trilhos proporcionou ao Sudeste Goiano uma posição privilegiada para os investimentos do capital agroindustrial, dentre eles, os laticínios (MENDONÇA, 2004).

Na Tabela 11, estão os dados referentes ao PIB da produção agropecuária dos municípios que fazem parte da Região da Estrada de ferro em Goiás, de 2002 a 2018. As maiores produções estão em Catalão, Campo Alegre, Ipameri, Orizona e Silvânia. Em todos os municípios da região identifica-se um crescimento do PIB Agropecuária neste período.

Tabela 11 - PIB: Dados da Agropecuária na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) (R\$ mil) (2002-2018).

Agropecuária					
Município	2002	2006	2010	2014	2018
Anhangüera	676	605	1.577	2.158	1.562
Campo Alegre de Goiás	70.221	69.594	118.687	206.813	241.070
Catalão	112.049	88.861	130.203	318.673	396.517
Corumbáiba	13.421	15.185	39.405	78.794	73.694
Cumari	7.178	7.476	24.087	30.410	26.268
Davinópolis	2.663	3.259	8.825	16.985	11.324
Gameleira de Goiás	27.754	18.515	41.252	51.909	94.268
Goiandira	4.857	5.224	12.874	20.150	22.850
Ipameri	102.392	101.923	340.841	307.272	357.525
Leopoldo de Bulhões	26.816	25.761	59.456	87.364	124.810
Orizona	40.951	33.222	88.351	143.856	221.435
Palmelo	1.117	937	2.559	4.740	7.091
Pires do Rio	15.375	15.959	34.966	62.405	73.355
Santa Cruz de Goiás	11.610	13.053	32.887	61.394	84.133
São Miguel do Passa Quatro	25.824	14.475	36.725	55.154	86.004
Silvânia	60.379	44.603	113.300	176.534	278.958
Três Ranchos	1.576	1.813	4.113	7.234	6.125
Urutaí	8.147	12.166	30.534	51.686	44.222
Vianópolis	37.061	19.021	50.756	92.005	160.485
Total da Região Sudeste (Região da Estrada de Ferro)	570.067	491.652	1.171.398	1.775.536	2.311.696
Total em Goiás	5.051.408,00	4.227.250,00	10.376.551,00	15.645.243,00	19.905.390,00

Fonte - IMB, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Segundo Monteiro (2017, p.15),

Houve um aumento da concentração de terras no Sudeste Goiano com efeitos no trabalho e na vida daqueles que trabalhavam ou viviam no espaço rural. Como reação, uma parte destas pessoas se mobilizou em movimentos sociais (no MST, a partir de 2002), federações e sindicatos de trabalhadores rurais com o propósito de lutar pela (re)conquista da terra, ou, em última instância, pela (re)territorialização concreta e simbólica. Assim, obtiveram resultados importantes, especialmente a criação de assentamentos rurais que, na região, surgiram no final dos anos 1980 e resistem, atualmente, enquanto territórios de vida de centenas de famílias, cujas territorialidades estão envolvidas e são substantivadas pelas relações de poder, exercidas no cotidiano, assim como pela reciprocidade, pelas identidades, diferenças, redes,

multidimensionalidades, conflitos e heteronomias.

Nesta perspectiva, a pesquisa realizada por Monteiro (2017) evidencia as *(Re)Existências* construídas pelos movimentos sociais, especificamente o MST no Sudeste Goiano com ênfase nos assentamentos rurais em Orizona, Ipameri, Silvânia e Goiandira. Para tanto, reconhece-se esses territórios como essenciais na compreensão e reconhecimento das *(Re)Existências* camponesas na região. Para além dos assentamentos rurais, a presente pesquisa também irá contemplar as experiências de lutas e *(Re)Existências* camponesas.

2. A Abordagem Territorial de Goiás: A Relação Capital x Trabalho e as Dinâmicas Territoriais

Na periodização elaborada por Miziara (2006), citada por Chaveiro; Barreira (2010), encontramos 5 marcos temporais para a expansão das fronteiras no Cerrado Goiano, sendo: a primeira etapa – ocupação do ouro a partir de 1720, século XVIII; a segunda etapa – ocupação do sul pelos Geralistas a partir do século XIX; a terceira etapa – estrada de ferro a partir da segunda década do século XX; a quarta etapa – Marcha para o Oeste a partir da década de 1940, com a criação da CANG; e, a quinta etapa – expansão da fronteira agrícola a partir dos meados da década de 1970.

Acrescidos a estes marcos temporais, Chaveiro; Barreira (2010) complementam que após 1970, com a modernização da agricultura até os dias atuais houve uma série de outras alterações que podem ser identificadas.

[...] como a mudança no uso da água, por exemplo, da fazenda goiana às usinas de álcool ou às hidrelétricas; a função dos rios no lazer urbano e a privatização de suas margens; o papel fundamental da infraestrutura e do denominado “espaço herdado”; a centralidade do território goiano e o lume histórico da ocupação do território nacional; as mudanças no modo de vida e da cultura, bem como sua incorporação em lógicas da indústria cultural etc. Demanda-se, por certo, reconhecer quem definiu, executou e alimentou as estratégias de ocupação (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 36).

Com base nos argumentos de Chaveiro; Barreira (2010) e na observação dos elementos espaciais no Sul Goiano, poder-se-ia acrescentar a última etapa citada na periodização Miziara (2006), a chegada do agronegócio e a consolidação do hidronegócio – agrohidronegócio – e a mineração desenvolvidas nesta região, demonstrando os novos conteúdos oriundos do processo de modernização – cujas territorialidades estão muito além da

simples ocupação espacial, alterando, profundamente o conteúdo das relações sociais, as paisagens, as práticas cotidianas, a cultura, a política, a economia.

Teixeira Neto (2008) *apud* Chaveiro; Barreira (2010) entende que a expansão das novas fronteiras econômicas no Cerrado Goiano se configura a partir do Sul Goiano, uma vez que, ocorreu por dois pontos de apoio sendo: os velhos arraiais coloniais – Catalão, Luziânia, Silvânia, Niquelândia, Porangatu e outros; e, os antigos povoados dos fazendeiros – Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Cristalina, Morrinhos, Goiatuba, Uruaçu.

A territorialização do agrohidronegócio, em Goiás, está relacionada à dinâmica territorial do capital e do trabalho no Brasil, cuja participação do Estado é fundamental. Esse processo ocorreu primeiramente nas regiões Sul e Sudeste Goiano e pode ser atribuído aos seguintes fatores: a formação socioespacial do Sul e Sudeste Goiano, onde a territorialização do capital promoveu/promove uma série de mudanças espaciais e nas relações de trabalho; e ao processo de expansão da fronteira, fundamentado na desconcentração industrial e na modernização da agricultura no País, a partir dos anos 1970.

Para o analista técnico do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (IFAG), Pedro Arantes, o solo plano do Estado facilita a mecanização. A grande oferta de água, diz o analista, é importante para a irrigação e a proximidade com indústrias ajuda a estabilizar os preços. “Solo fértil e clima favorável o Mato Grosso também tem. O diferencial foi a infraestrutura razoável para instalação de indústrias”, afirma (O Popular, 2019).

Ademais, ao analisar a formação socioespacial dos municípios do Sul Goiano é preciso considerar a forma como se deu a *ocupação*, bem como, a territorialização do capital e as mudanças no trabalho nas áreas de Cerrado, atentando-se para a historicidade do espaço, conforme assegura Mendonça (2004), ao analisar o Sudeste Goiano. Para compreender as tramas espaciais e os desenhos societais, a pesquisa deve recorrer à processualidade histórica que constitui a realidade a ser investigada.

Outra ressalva feita pelo autor refere-se às interpretações de Goiás, que reproduzem as ideias de decadência, atraso e isolamento. Tais ideias foram/são (re)produzidas por acadêmicos que internalizaram a abordagem europeia de análise do espaço geográfico e que priorizam as leituras territoriais apontadas pelo capital. “[...] é como se não existissem classes sociais, produção, vidas nesses lugares antes da chegada do grande capital.” (MENDONÇA, 2004, p. 156).

Essas leituras geográficas priorizam as grandes obras, os grandes feitos e investimentos, os grandes equipamentos técnicos, não considerando os impactos e os desdobramentos dessas ações para o meio social e, tampouco, para os trabalhadores. Em suma,

essas abordagens constituem-se construções que “[...] apenas instrumentalizaram a ‘ocupação racional’ e indiscriminada, desencadeada pelo capital através da modernização da agricultura que se materializou nas áreas de Cerrado a partir da década de 70 do século XX.” (MENDONÇA, 2004, p. 161).

Nessa perspectiva, a interpretação de Goiás e a análise da sua formação socioespacial devem ir além das abordagens que priorizam os grandes eventos em si mesmos, como agentes únicos no processo de formação territorial dessas áreas. Mas, devem ser entendidos como parte de um processo mais amplo de expansão geográfica do capital que busca novos espaços para incorporar, impondo a lógica do capital. Todavia, representam marcos temporais de reordenamento espacial, significando novas territorialidades, novas perspectivas para o capital e para o trabalho, por isso, promoveram/em condições favoráveis para territorialização do agrohidronegócio no Estado.

Para Moreira (2011) a fronteira em expansão foi o sustentáculo para a modernização agrícola e o surgimento do complexo agroindustrial durante a década de 1970. Esta foi marcada pelo início do processo de desconcentração geral das indústrias, que até então estavam concentradas na região Sudeste do Brasil. Paralelamente, ocorre a modernização e a disseminação da agricultura no centro do País. Goiás, num primeiro momento no Sul Goiano é dinamizado pela chegada das agroindústrias.

Moreira (2011, p.128) afirma que:

[...] a partir dos anos 1970 é a fronteira o eixo pelo qual a indústria e a agricultura se convergem para a agroindústria. Esta [...] é convertida no centro de gravidade econômica do país, sendo organizada à base de grandes fluxos de capitais e força de trabalho, vindos e indo para todas as áreas. [...] Três componentes espaciais formam então a lógica dessa mudança: a fronteira em movimento, o crescimento demográfico contínuo e o surgimento do ramo da indústria para a agricultura.

Nessa perspectiva, o autor assegura que o arranjo da sociedade e do espaço geográfico no país se modeliza e intervém a partir do imbricamento entre terra, território e Estado. Ou melhor, “[...] é essa relação de vinculação à lei espacial geral que está na base de todas as regras regentes da relação sociedade-espaço. A lei que vem do modo do arranjo e que age por intermédio dele.” (MOREIRA, 2011, p. 137). Entre os anos 1980 e 1990, o território brasileiro se redesenha, se *descomprime*, sob a lógica dos grandes investimentos, da agroindústria, do capital agroindustrial e financeiro.

Moreira (2014) acrescenta que ocorre uma redivisão e re-regionalização do trabalho

e das trocas, marcadas pela alteração da configuração “[...] da fronteira bio(tecno)lógica, da difusão da agroindústria de fruticultura irrigada, do complexo agroindustrial e do polígono industrial [...]” (MOREIRA, 2014, p. 262-263).

Nos anos 1990, tem-se a consolidação do agronegócio que se constitui com a associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, como uma estratégia econômica de capital financeiro, objetivando a extração do sobretrabalho e a renda da terra com subsídios do Estado (DELGADO, 2001).

Estruturalmente, [...] (agronegócio é definido como a soma dos negócios no e com o agro), a economia do agronegócio requer ação concentrada do Estado, sem o que essa estrutura não existia, na acepção de estratégia de economia política (DELGADO, 2000, p. 62).

Para o pesquisador, a construção histórica do agronegócio está vinculada à modernização conservadora da agricultura, reformulada a partir da emergência de uma orientação neoliberal nas relações internacionais, sem haver uma reforma na estrutura agrária. Assim,

[...] o período dos meados dos anos 80 ao final dos anos 90, como período de transição entre as duas grandes alianças de poder agrário com o Estado: 1) 1965-85 (Modernização Conservadora) e 2) “Economia do Agronegócio” (anos 2000) (DELGADO, 2000, p. 63).

Mesquita (2009) apresenta os efeitos da chegada do agronegócio e do hidronegócio em Goiás, sobre o Cerrado e os *Povos Cerradeiros*, com ênfase nos territórios camponeses. Para a geógrafa:

O processo de destruição do Cerrado pelo agronegócio e pelo hidronegócio afeta toda a sociedade, e o campesinato é o segmento social comprometido mais diretamente, pois são homens de lida íntima e direta com a terra, com a qual se relacionam com respeito, afinal é a terra seu principal meio de vida e perder a terra é ser expropriado da cultura, das tradições, do modo de vida e da cidadania, pelo rompimento de teias de relações sociais centenárias (MESQUITA, 2009, p. 17).

Mesquita (2009) aborda a luta secular do campesinato goiano contra o latifúndio, intensificada com a modernização da agricultura. As grandes lavouras do agronegócio ocuparam as áreas de relevo plano, expulsando-os para as cidades ou para áreas de fundo de vale. Com as construções das Usinas de Aproveitamentos Hidrelétricos (AHEs) e Pequenas

Centrais Hidrelétricas (PCHs), os vales dos rios também são ocupados pelo hidronegócio, constituindo-se novos mecanismos de desterritorialização desses sujeitos.

Para Thomaz Júnior (2008) o agrohidronegócio se refere ao conjunto de atividades desenvolvidas no campo, nos últimos anos, que consistem na monopolização da terra junto aos recursos hídricos, com viés mercadológico, em um acelerado ritmo de destruição, sobretudo, em relação à degradação ambiental e à precarização das relações de trabalho, ou seja, referem-se às ações do capital, ou melhor, do capital agroindustrial, que se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos (MENDONÇA; MESQUITA, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2009, 2010A, 2010B, 2012).

Segundo Mendonça (2004, p.161):

A primeira região do Estado de Goiás a incorporar a modernização da agricultura (a da década de 1970) foi o Sudoeste Goiano, que apresentava condições locacionais favoráveis, tais como: proximidade geográfica com os mercados do Centro-Sul; tradição na atividade agropecuária com a presença de latifúndios; uma elite agrária voltada para a absorção às inovações; pouco adensamento populacional no campo; que facilitava a incorporação das terras, quase sem resistência por parte dos camponeses e trabalhadores da terra. Esses fatores associados às políticas creditícias e fiscais para a “ocupação racional” das áreas de Cerrado e a construção da infraestrutura necessária, fizeram dessa região, o “portal” de entrada da modernização da agropecuária em Goiás e para grande parte do centro-norte brasileiro.

A partir da territorialização da modernização da agricultura, das agroindústrias e do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado, tem-se uma série de mudanças econômicas, sociais, culturais e espaciais com a chegada do capital agroindustrial e financeiro, ao passo que são incorporadas à dinâmica de produção e circulação de mercadorias a nível nacional. Mesmo assim:

Não seria possível pensar na *modernização do território goiano por inteiro*, pois isso implicaria em aceitar a tese da *homogeneização espacial* e/ou da padronização a uma única forma de uso e de exploração da terra. [...] é incorrer em grave equívoco e não compreender devidamente a essência desigual e combinada, que move a reprodução do capital, sendo esta a condição para a acumulação, seja no espaço agrário brasileiro, seja nas áreas de Cerrado. [...] A modernização do campo foi parcial e não poderia ser diferente, mas atingiu os objetivos propostos, assegurando novas formas de produção, incrementando a produção/produktividade e a reprodução ampliada do capital. [...] está de acordo com a “opção brasileira” de crescimento econômico. É a face mais visível da modernização capitalista e é condição para a territorialização das empresas rurais e das agroindústrias que conformam o espaço geográfico (MENDONÇA, 2004, p. 166).

Para Santos; Silveira (2003) a partir dos anos 1970, como um desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil, ocorre um movimento de desconcentração da produção industrial no país, em que o Centro-Oeste passa abrigar, sobretudo, a agroindústria. Esse reordenamento faz parte de um movimento mais em que “[...] a ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas.” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 105).

Assim:

[...] a produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se, sobretudo para novas áreas do Sul e para alguns pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte (Manaus). [...] as áreas já consolidadas ganham dinanismos diferentes dos que definiram a industrialização em períodos anteriores (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 106).

Segundo Silva (2002) a participação do Estado no processo de territorialização do capital está relacionada ao movimento de expansão agrícola, nos anos 1970, seguida da agroindústria nos 1990. Além disso, revela-se numa série de concessões ao capital em detrimento de investimentos em melhorias nas condições de vida da população. A esse respeito argumento que:

Hoje, no neoliberalismo, os gastos sociais são retirados e/ou diminuídos, ao passo que as concessões ao capital se ampliam, inclusive em benefício maior do capital especulativo que no produtivo. O fato é que, atualmente, o capital avança sobre o fundo público com mais ímpeto, sobrando cada vez menos recurso para políticas sociais. A repercussão espacial dessa lógica se manifesta no seguinte princípio: a cidade, região ou país, que abrir mais o fundo público em benefício do capital, receberá tal ou qual nova fábrica. A isto se acrescenta a dotação do território, que põe umas e outras áreas mais competitivas que as outras (SILVA, 2002, p. 59).

Mesquita (2009) assegura que a modernização da agricultura vem cedendo espaço para o agronegócio e as águas vêm sendo incorporadas pelo hidronegócio, intensificados a partir das décadas de 1980 e 1990. Desde então, o agro/hidronegócio tem avançado sobre as áreas mais planas e melhores irrigadas destruindo as matas ciliares, as veredas e as nascentes, expulsando os camponeses e homogeneizando as paisagens com monoculturas, comprometendo a biodiversidade característica desse bioma.

Para Mesquita (2009, p.02),

O Cerrado é o berço das águas das principais bacias hidrográficas da América do Sul, portanto o barramento dos seus rios, além de destruir o que resta do bioma e desalojar os povos cerradeiros, afetará todo o sistema hídrico sul-americano. O processo de destruição do Cerrado pelo agronegócio e pelo hidronegócio afeta toda a sociedade, e o campesinato é o segmento social comprometido mais diretamente, pois são homens de lida íntima e direta com a terra, com a qual se relacionam com respeito, afinal é a terra seu principal

meio de vida e perder a terra é ser expropriado da cultura, das tradições, do modo de vida e da cidadania, pelo rompimento de teias de relações centenárias.

O Estado, diante de todo esse processo de expansão do capital, está presente com sua ação mediadora e conciliadora. Paiva Silva (2011) faz um estudo acerca da ação do Estado, o planejamento e as transformações no espaço agrário brasileiro, onde ressalta a necessidade de compreensão do espaço como resultado e condição para a ação da sociedade em sua relação com a natureza, sendo um espaço social. Este espaço, sob o capitalismo baseado na sociedade de classes, é desigual e produzido com a ação mediadora do Estado. Essa ação do Estado se expressa:

[...] de formas diversas, seja a partir de seus organismos de ação direta, ou entidades que desenvolvem ações mais indiretas, todas essas ações surgem a partir de projetos planejados, ou de um conjunto de políticas públicas, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Nacional ou dos Plurianuais, que estabelecem as diretrizes e interesses da ação do Estado para um determinado período de tempo (PAIVA SILVA, 2011, p. 44).

De acordo com Ianni (1996, p. 219-220):

[...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passarem para sua propriedade, tanto mais se converterá em capitalismo coletivo, e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuarão sendo operários assalariados [...]. A relação capitalista, longe de se extinguir com estas medidas, tornar-se-á mais intensa [...].

A existência de um Estado estável e consolidado significa garantias de reprodução para a acumulação do capital. O Estado constituiu papel fundamental na acumulação primitiva, usando seus poderes para privatizar e formar arranjos institucionais capitalistas. Entretanto, o Estado, ou conjunto de Estados, atualmente ainda exerce/m influências sobre o processo de acumulação do capital, em alguns casos, como agente ativo, ou mesmo, por meio de suas ações. É preciso reconhecer que “[...] quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial [...] de aspectos mais mundanos das relações externas, o Estado [...] é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global.” (HARVEY, 2005, p.

81). Assim, a acumulação do capital não necessita do Estado para funcionar, mas a sua existência faz com que esse processo aconteça com menores riscos para os capitalistas. Isso acontece porque:

[...] a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios (HARVEY, 2005, p. 80).

Sobre o Estado é importante compreender que:

[...] a contradição é uma característica fundamental do Estado sob o modo de produção capitalista [...] é produto dos antagonismos e contradições sociais [...] assume um papel de representar e garantir a manutenção da ordem social, e desta maneira estar a serviço da burguesia e das elites locais, [...] promovendo as condições necessárias para a acumulação do capital (PAIVA SILVA, 2011, p. 47).

Especificamente sobre a relação entre o Estado e a territorialização do capital no campo, Paiva Silva (2011) acrescenta ainda que:

No processo histórico da produção do espaço agrário, o Estado tem uma presença constante e contraditória, que deve ser concebido não apenas como um elemento de conciliação ou de regulação da sociedade e dos conflitos característicos das classes sociais no capitalismo, mas eminentemente como representante e instrumento das classes sociais dominantes, tendo em vista que seus interesses foram sempre preservados e atendidos em detrimento das demandas sociais (PAIVA SILVA, 2011, p. 45).

A atuação do Estado na sociedade capitalista, contraditória e marcada pela luta de classes, não é imparcial. Pelo contrário, nota-se, em todos os âmbitos, a intencionalidade por parte das ações estatais em favor do capital garantindo a acumulação capitalista e a hegemonia da classe burguesa. O apoio do Estado na territorialização do agrohidronegócio segue essa mesma lógica, uma vez que preconiza a reprodução do capital nos diferentes setores que compõem as cadeias produtivas.

Esse processo se evidencia nas políticas públicas de desenvolvimento da agricultura brasileira de um modo geral, a partir da década de 1970. Nesse período, a implantação da

chamada *Revolução Verde*¹⁵, composta por medidas de inovações tecnológicas subsidiadas pelo Estado, significou a consolidação dos grandes latifúndios e a legitimação da ocupação de terras públicas por grupos privados de empresários do agronegócio, significando mudanças profundas nas áreas de Cerrado brasileiro, tais como, o Sudeste Goiano.

Paiva Silva (2011), afirma que o modelo de desenvolvimento pautado na modernização é “[...] um desenvolvimento desigualmente combinado, ou seja, permite o crescimento econômico para a burguesia em detrimento do aumento da miséria e da exploração do trabalho” (PAIVA SILVA, 2011, p. 48). Tal concepção também é defendida por Mendonça (2004) ao analisar as transformações espaciais no Sudeste Goiano, oriundas da *urdidura espacial* do capital e do trabalho na região. Nesse contexto a modernização do campo se dá a partir da difusão de ideias que concebiam as áreas de Cerrado como “vazios demográficos”, áreas improdutivas e subutilizadas. Esta modernização deve ser:

[...] compreendida na perspectiva da modernização do capital, portanto como modernização conservadora. A modernização patrocinada pelo capital será sempre conservadora, pois reproduzirá de forma mais sofisticada a dominação, a exploração e a precarização do trabalho no processo de criação do valor e da apropriação sujeição da renda da terra (MENDONÇA, 2004, p. 27).

Paiva Silva (2011) assegura que:

Esse modelo de “desenvolvimento” da agricultura, orquestrado com a tutela do Estado, tem se consolidado tendo a função de garantir a apropriação da terra pelo capital, seja através do controle de produção a partir da monopolização indireta, ou na aquisição de grandes áreas o que promove a territorialização do capital no campo. Desse modo, o Estado tem desempenhado um papel essencial para garantir a ampla investida da inserção do capital na agricultura (PAIVA SILVA, 2011, p. 49).

Isso porque as necessidades de expansão capitalista nas últimas décadas promoveram um constante processo de reestruturação espacial em diferentes intensidades e por meio de distintas estratégias nos diversos territórios mundializados. Nesse sentido, têm-se conflitos nas formas de uso da terra, a aceleração da degradação ambiental e mudanças na

¹⁵ Em meados do século 20, sobretudo, após o conceito de Revolução Verde começou a ser difundido pelo mundo como um amplo programa para aumentar a produção agrícola. Inicialmente buscava soluções para capacidade de suporte populacional, porém esta sustentação não alcançou plena eficácia. Visando uma alta produtividade, a Revolução Verde ocorre principalmente por meio de monoculturas e safras geneticamente modificadas, intensiva utilização de insumos como combustíveis fósseis necessários para mecanização no plantio e na colheita, água, fertilizantes e agrotóxicos. Quando amplamente utilizados, os agrotóxicos contaminam recursos hídricos e outros seres vivos, desencadeando problemas de saúde aos seres humanos, seja em curto ou longo prazo. No Brasil esse processo foi difundido, sobretudo, a partir dos anos 1970 (MOREIRA, 2000).

relação capital-trabalho que se territorializam de forma específica, a depender da formação socioespacial de cada área.

Santana (2011, p.29) afirma que:

A compreensão das transformações espaciais a partir da relação entre capital e trabalho na contemporaneidade requer a análise das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, bem como dos desdobramentos e as perspectivas dessa processualidade para os trabalhadores.

Segundo Harvey (2009), as transformações que atingem a sociedade atualmente advêm da transição da rigidez do fordismo para a acumulação flexível, ocorrida a partir dos anos 1970, por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de tecnologias produtivas pioneiras, às quais significaram uma nova forma de organização espaço-tempo e uma nova perspectiva para o trabalho e, para os trabalhadores. Assim, enfatiza que a acumulação flexível promove mudanças relacionadas ao processo de produção, ao mundo do trabalho, ao espaço, ao Estado e à própria ideologia. E isso acontece, sobretudo, porque o capital não deve ser concebido como uma *coisa*, pronta e acabada, mas como um processo em constante reprodução, capaz de dinamizar a própria reprodução da vida social, bem como, os diferentes tempos e espaços.

A acumulação flexível, para Harvey (2009), apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Significou para os trabalhadores uma maior intensificação nos processos de trabalho, acompanhados de uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento das novas necessidades do trabalho. Proporcionou uma aceleração do tempo de giro na produção, troca e consumo, assim como uma maior volatilidade e efemeridade das mercadorias, dos valores, dos processos de trabalho e das práticas.

Marx; Engels, já no século XIX, desde a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, revelavam a centralidade do capital ao mesmo tempo em que ressaltavam seu caráter (in)constante e expansionista no sentido de garantir a produção de mercadorias, o lucro e as condições para sua acumulação. Esse movimento estaria pautado na transformação espacial da sociedade capitalista e, principalmente, na luta de classes. Isso é evidenciado na seguinte observação:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se

consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Diante disso, Harvey (2009), assegura que as mudanças que vem ocorrendo na sociedade estão relacionadas à própria natureza do capital e por isso “[...] mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais de surgimento de alguma sociedade pós-capitalista, ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.” (HARVEY, 2009, p. 09). As ponderações do autor a esse respeito estão subsidiadas pelo pensamento de Marx ao descrever o capitalismo a partir de três elementos fundantes:

1. O capitalismo é orientado para o crescimento. [...] é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. [...] a crise é definida, em consequência, como falta de crescimento; 2. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho; 3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. [...] Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho (HARVEY, 2009, p. 166-169).

Nota-se que a sociedade capitalista contemporânea vem passando por uma série de mudanças nas últimas décadas. As transformações estão presentes na esfera econômica, mas têm implicações nas demais esferas sociais. Essas mudanças, segundo Chesnais (1996), resultam da globalização e da mundialização do capital impondo à sociedade a “necessidade” de “adaptar-se” aos seus imperativos. Para o autor, essa adaptação “[...] pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado [...]”. (CHESNAIS, 1996, p. 25). Mais à frente, o autor argumenta que “[...] a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e *só a elas*” (CHESNAIS, 1996, p. 32, grifo do autor). Tais adaptações são imprescindíveis uma vez que:

[...] sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles se expandirem à vontade e

de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Para Chesnais (1996):

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980 [...] (CHESNAIS, 1996, p. 34).

No contexto contraditório de apropriação da renda da terra pelo capital, Oliveira (2010) esclarece que, por um lado, tem-se a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa, por outro lado tem-se a sujeição da renda da terra ao capital que ocorre nos setores de produção não capitalistas, como é o caso das propriedades camponesas. No primeiro caso, Oliveira (1985), explica que:

A renda da terra sob o modo de produção capitalista, é sempre sobra acima do valor das mercadorias, ou seja, lucro extraordinário permanente (acima do lucro médio) que todo capitalista, que explora a terra através de relações de trabalho assalariado, embolsa. [...] A renda capitalista da terra [...] tem sua origem na distribuição da mais-valia, onde a condição de proprietário da terra lhe garante o direito de receber a renda, assim, como o capitalista recebe o lucro médio (OLIVEIRA, 1985, p. 77).

No que se refere renda da terra nas propriedades camponesas, Oliveira (2010) explica que:

[...] Quando na agricultura o capitalista e o proprietário da terra são personagens distintas, objetivamente separadas e contrapostas, só depois de completado o processo todo é que o capitalista entrega (transferindo) ao proprietário a renda da terra. [...] Essa situação não elimina a contradição entre terra e capital, apenas a mascara (OLIVEIRA, 2010, p. 06).

O processo de apropriação da renda da terra pelo capitalista ocorre por meio da sujeição da renda ao capital, portanto, nos setores não capitalistas de produção. Isso acontece sem que haja a expropriação dos instrumentos de trabalho, isto é, a perda da terra (LEAL; ALMEIDA, 2005). Os autores esclarecem que:

[...] o campesinato representa uma relação não capitalista porque as relações sociais no interior da unidade de produção são incompletas do ponto de vista do capitalismo, ou seja, há ausência do elemento salário, por outro lado, a figura do proprietário de terra e do trabalhador, encontram-se fundidas numa mesma pessoa: o camponês (LEAL; ALMEIDA, 2005, p. 01).

Nesse sentido, Martins (1983), afirma que ao preservar a propriedade da terra, o produtor que nela trabalha utilizando apenas o seu trabalho e de sua família, aumenta a sua dependência em relação ao capital, pois ocorre a sujeição da renda da terra ao capital. Para o autor, a subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre:

[...] para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente, capital. De fato, o que ela produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim como este produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz salário, a terra produz *renda* (MARTINS, 1983, p. 162).

No Brasil, o movimento do capital opera, de modo geral, ora no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade, ora no sentido da separação entre o burguês e o proprietário, pois tanto na grande propriedade quanto na pequena o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda, por exemplo, ao estabelecer a dependência com crédito bancários e outros intermediários (MARTINS, 1981).

Oliveira (2010) reforça esse argumento ao afirmar que a sujeição da renda da terra ao capital nas propriedades camponesas está vinculada às relações comerciais, visto que:

[...] o processo de relações não capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas etc. (OLIVEIRA, 2010, p. 09).

Nessa perspectiva, as ações do capital comercial e do Estado contribuem para a sujeição da renda da terra pelo capital, pois:

[...] o Estado se incumbe de mediar esse processo e acelerá-lo. Agindo, pois através do crédito bancário (oficial), cria os liames da dependência do produtor (do pequeno, principalmente), mantendo-o permanentemente endividado. No final do processo, drena, através dos juros cobrados pelos empresários, parte da renda da terra, mesmo no caso de não ser o proprietário dela. A outra parte da renda da terra é extraída pelos componentes do capital comercial, que tem atuado no sentido de impor preços abaixo do valor dos

produtos, ficando assim com parcela cada vez maior da renda e da parte que seria creditada como lucro médio, que nesse caso não regula a produção, pois a terra do pequeno produtor é terra de trabalho, e não empregada como instrumento da exploração da força de trabalho de outrem (assalariado) (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

A renda da terra é um dos elementos que explicam o sentido da recriação do campesinato no capitalismo, pois, existem diversas formas encontradas pelos capitalistas, para subtraírem-na dos camponeses, inclusive pelos interstícios da sujeição da renda camponesa ao capital na esfera do consumo produtivo, ou seja, no tributo pago por essa classe especificamente para produzir. A sujeição da renda da terra pelas indústrias acontece no plano da produção – pois as cadeias industriais se sustentam por meio da matéria-prima fornecida por esta classe –, e também pela ação do capital comercial (PAULINO, 2012).

No caso da produção de alimentos para consumo interno generalizado, como nas unidades camponesas, o capital cria as condições para extrair o excedente econômico no processo de circulação dos produtos agrícolas. Nas grandes propriedades, com possibilidade de produzir as *commodities* agrícolas em sistemas de monocultivo e a pecuária de corte, o capital tende a se apropriar da terra, obtendo o lucro e a renda (capitalizada), em um movimento monopolizador que lhe torna absoluto na exploração e na obtenção dos rendimentos, dando as condições imperiosas para expansão e acumulação do capital no campo (OLIVEIRA, 2010).

A heterogeneidade é a principal característica do campo, pois existem dois tipos de propriedade, sendo a capitalista e a camponesa. Na primeira, a terra é objeto de negócio, instrumento de exploração do trabalho alheio, de extração de mais valia e de especulação. Na segunda, constitui-se como terra de trabalho e de sobrevivência familiar. Essa dualidade se explica a partir do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista que se reproduz com base na propriedade capitalista da terra e da propriedade camponesa. Essa realidade também explica a razão pela qual as culturas que compõem a alimentação básica da população são formas de acumulação capitalista produzida fora das relações tipicamente capitalistas (PAULINO, 2012).

Nessa perspectiva, os camponeses, com sua resistência e seu projeto de utilização da terra, conflitam diretamente com interesses do grande capital, como os seus setores mais avançados e mais modernos. Ao capitalismo não interessa a expulsão dos camponeses da terra, pois é melhor apropriar-se deste território para a expansão de seus interesses. Aos movimentos sociais, tais como, os Movimentos Camponeses do Brasil, de modo especial os integrados na

Via Campesina¹⁶, cabem olhar com atenção para este novo momento de luta de classes no campo. O campo, de modo especial o espaço rural brasileiro, desperta enorme *cobiça* aos donos do capital. As disputas no campo não são mais simples disputas entre o fazendeiro latifundiário e os camponeses sem terra. Disputa-se muito mais. O campo brasileiro é o espaço, o território em que o capital pode investir e garantir seu processo continuado de reprodução, ampliação, concentração e centralização (GÖRGEN OFM, 2004).

Para Fabrini (2008) a resistência camponesa é mais ampla que as lutas organizadas em movimentos sociais, uma vez que se verifica um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. Dentre elas, identifica-se a produção para autoconsumo, a autonomia e o controle do processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança e os vínculos locais. “Por isso há que se atentar para essas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas na construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana” (FABRINI, 2008, p. 239-240).

Na realidade, “destaca-se no processo de construção de resistência, a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc.” (FABRINI, 2008, p. 260). Os camponeses mesmo estando fora dos movimentos sociais desenvolvem um conjunto de manifestações e práticas que garantem a sua existência e incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social.

Nessa perspectiva, visualiza-se a perspectiva do território e do local como resistência em que os camponeses procuram negar a mercadoria e a mais-valia.

A dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção (FABRINI, 2008, p. 269).

Nesse sentido, as resistências e as (Re)Existências vem sendo construídas em Goiás, nos territórios hegemônicos pelo capital, pelo agrohidronegócio. Com isso, pretende-se aprofundar no conceito de agrohidronegócio, destacando-se os efeitos socioespaciais de sua territorialização. Além de apresentar as inúmeras experiências construídas pelos *Povos*

¹⁶ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>. Acesso em: 21 de março de 2013.

Cerradeiros, por meio do trabalho nos territórios camponeses, por meio das associações, das cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, práticas socioculturais.

3. Goiás: Territorialidades em Conflito

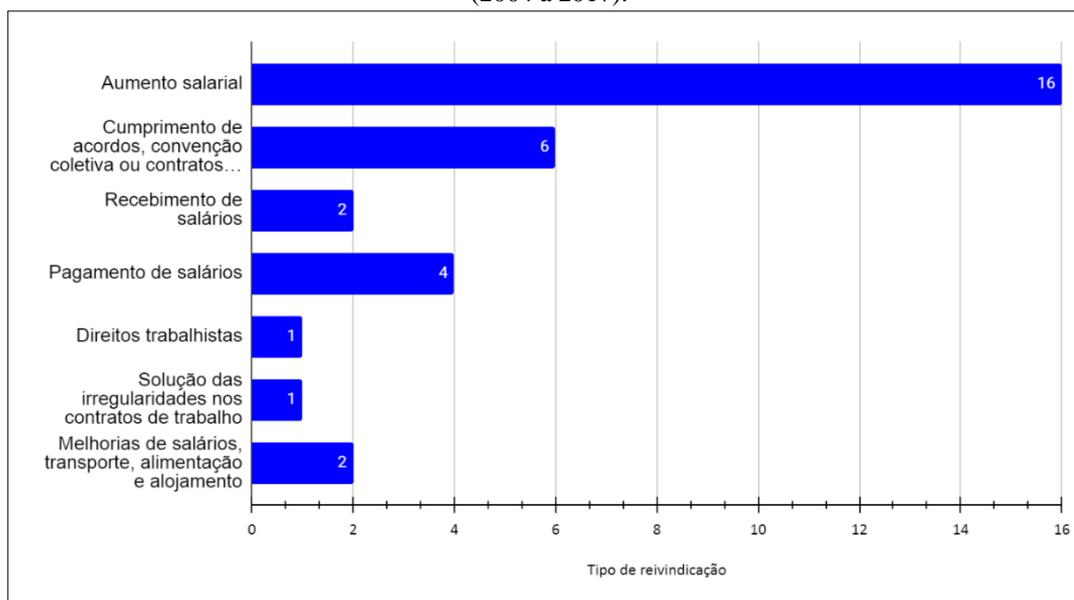
Para a CPT (2019), os conflitos são:

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2019, p. 16).

Ao analisar os dados de ações trabalhistas em Goiás entre os anos de 2004 e 2017 identificamos 32 manifestações de *resistência ao capital agrário*, majoritariamente em movimentos grevistas. Todas as manifestações analisadas ocorreram em usinas de cana-de-açúcar ou em decorrência da ação do agronegócio canavieiro. Neste intervalo de tempo, 24.880 trabalhadores se mobilizaram em torno de diferentes demandas, com destaque para a luta por aumento salarial, com 50% das mobilizações, seguidos pelo cumprimento de acordos, convenções coletivas ou contratos de trabalho (18,8%), pagamento de salários (18,8%), luta pela garantia de direitos trabalhistas (3,1%), dentre outras reivindicações, conforme Gráfico 10.

Em dois registros houve violências na forma de prisões, uma delas ocorrendo na greve de trabalhadores da Usina de Goianésia em 2006, mobilização por direitos trabalhistas e a segunda no mesmo ano, realizada pela melhoria salarial e organizada pelos trabalhadores da Destilaria Nova União S/A nos municípios de Jandaia e Indiara.

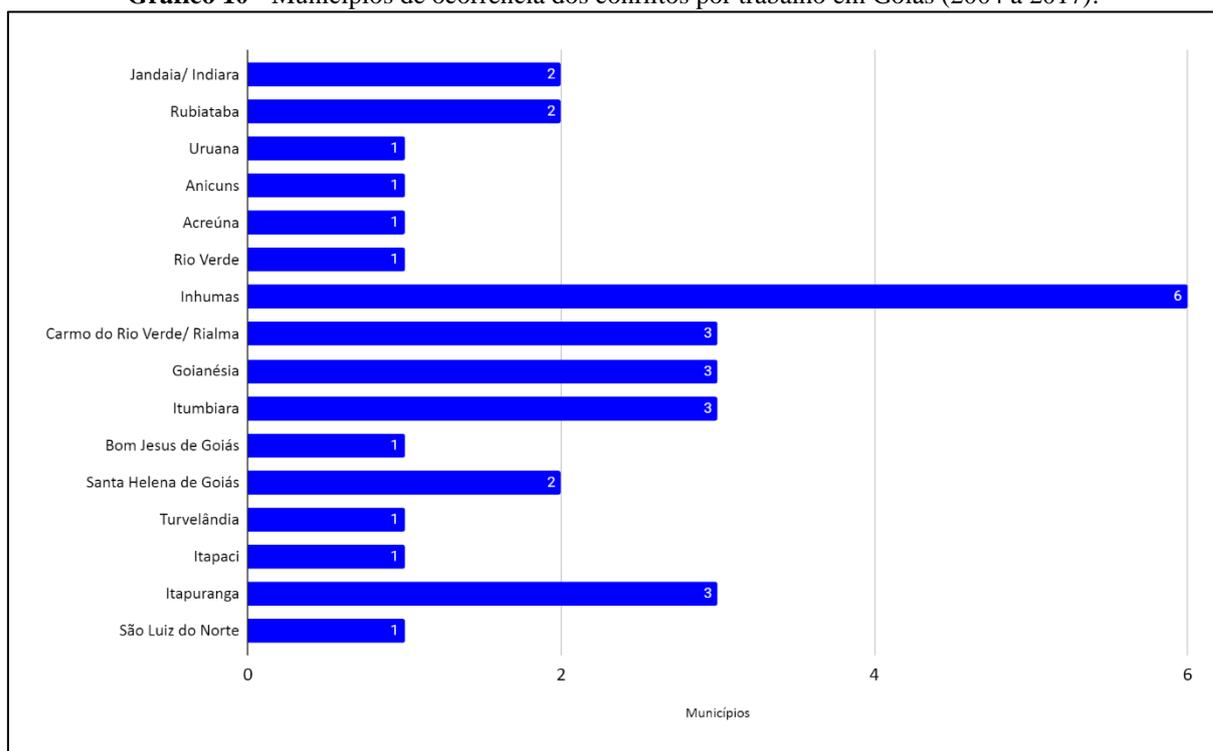
Gráfico 9 - Reivindicações dos trabalhadores canavieiros do Estado de Goiás, por tipologia (2004 a 2017).



Fonte – Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2018.

Nota-se que os registros de mobilizações de trabalhadores ocorreram em maior medida no ano de 2007, ano em que houve 50% das greves de trabalhadores. Entre os anos de 2009 e 2012 não houve registro de mobilizações de trabalhadores do setor canavieiro em Goiás, de acordo com os dados utilizados nesta pesquisa.

Nota-se ainda que as mobilizações de trabalhadores ocorreram nas diferentes regiões goianas, havendo destaque para os municípios de Inhumas (18,8%), Goianésia (9,4%), Itumbiara (9,4%), Itapuranga (9,4%), Santa Helena de Goiás (6,3%), Rubiataba (6,3%), Jandaia e Indiara (6,3%). Demais municípios com registros de mobilizações: São Luiz do Norte, Itapaci, Tuverlândia, Bom Jesus de Goiás, Uruana, Anicuns, Acreúna e Rio Verde, Gráfico 10.

Gráfico 10 - Municípios de ocorrência dos conflitos por trabalho em Goiás (2004 a 2017).

Fonte – Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2018.

A maioria dos registros de mobilizações de trabalhadores do agronegócio canavieiro se configuraram em greves, alcançando 90,6% dos conflitos. As demais mobilizações coletivas foram registradas em Inhumas; a primeira ocorreu em 2008 com a ocupação do pátio da Usina Centroalcool. As demais ocorreram em 2013, com a ocupação da mesma Usina e com o bloqueio da GO-222 nas suas proximidades.

Entre os anos de 2002 e 2017 foram 379 manifestações de Resistências e *(Re)Existências* ocorridas no Estado de Goiás, com a mobilização de 230.856 trabalhadores. A maioria das mobilizações ocorreram no município de Goiânia (34,3%), Catalão (5,5%) e na Cidade de Goiás (5,5%). A multiplicidade de tipos de manifestações ressalta as ações de enfrentamento ao agrohidronegócio, com destaque para os atos, bloqueios de rodovias, caminhadas, celebrações, marchas, ocupações, protestos, romarias e vigílias.

Quanto aos movimentos sociais relacionados às ações de *(Re)Existências* no Estado de Goiás, entre 2002 e 2017, destacam-se o MST (24,8%), MCP (12,9%), SI (7,7%), CPT (5%), FETAEG (3,2%), MAB (3,2%), além das mobilizações organizadas com a unificação de entidades. Mais de 79% das mobilizações tiveram registros de trabalhadores envolvidos nas ações, entretanto, existem atividades sem número de participantes.

A mobilização com menor registro de participantes foi um jejum contra o despejo da Comunidade Ribeirão no município de Catalão e a maior ocorreu com 12 mil trabalhadores

na “Marcha Nacional pela Reforma Agrária” organizada pelo MST entre Goiânia e Brasília. Quanto às características das manifestações, atentamos para a maior mobilização pela terra (67,5%), política agrícola (12,7%), água (6,6%), trabalhista (4,5%), questões ambientais (4,2%), questão indígena (0,8), questão quilombola (0,3%).

Durante tais *(Re)Existências* houve ações de repressão e violências direcionadas aos trabalhadores, totalizando cinco ocorrências. Destas, 60% foram agressões físicas, 20% foram humilhações e 20% houve estupro. Há uma multiplicidade de defesas dos trabalhadores frente ao agrohidronegócio, o que demonstra as amplas demandas da classe e a constante prática do sistema econômico no não atendimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Destacamos as mobilizações pela reforma agrária (10,8%), infraestrutura (9,2%), contra injustiça e a violência (5,8%), desapropriação (3,4%), defesa da água e do meio ambiente (3,2%), crédito (2,4%), entre outras demandas coletivas; a exemplo da educação, saúde, seguridade social, cesta básica, contra os transgênicos e indenizações.

A maioria das mobilizações ocorreram no município de Goiânia (67%). As demais mobilizações ocorreram nas demais regiões de Goiás, em menor quantidade, a exemplo de Itaberaí, Santa Helena de Goiás, Corumbá de Goiás, Caiapônia e Iporá. Há mobilizações entre trabalhadores de mais um municípios a exemplo do ato público Kalunga ocorrido em Cavalcante e com a participação de participantes de Monte Alegre de Goiás, do ato na Esplanada dos Ministérios acerca da “Marcha Nacional Pela Reforma Agrária” entre Goiânia e Brasília, a Vigília por Presos Políticos da Usina de Santa Helena ocorrido em Palmeiras de Goiás e envolveu Guapó e Campestre de Goiás e da Caminhada contra a Usina Serra da Mesa organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocorrido em Uruaçu e com mobilização em Campinorte, Cavalcante, Minaçu e Niquelândia.

Uma das facetas da exploração do trabalho e do distanciamento dos direitos fundamentais é o trabalho em situação análoga à escravidão. Entre 2002 e 2017 foram registrados 200 conflitos trabalhistas em Goiás envolvendo 34.874 trabalhadores encontrados em situação de escravização, destes 22 eram menores e atuavam em propriedades de empresas e particulares. Destas autuações, 27,3% dos trabalhadores foram libertos da situação semelhante à escravização e sete estavam mortos.

Apenas em duas ocorrências não há dados acerca de trabalhadores e situação de escravização. A situação mais crítica foi registrada em 2006 entre usineiros da Vale do Rio Verdão e da Goiasa, onde 4 mil trabalhadores foram libertados, 41% do total de libertações entre 2002 e 2017 em Goiás.

Em cinco registros foram encontrados menores de 18 anos em situação análoga à escravidão. Na denúncia registrada no ano de 2005, foram identificados 15 dos 22 menores trabalhadores em propriedades particulares, 68,18% dos registros entre 2002 e 2017. No registro de acidente com boias frias em Cristalina no ano de 2008, dos 60 trabalhadores em situação análoga à escravidão, 57 foram encontrados feridos e três mortos

Foram registradas 26 ocorrências de violências durante os conflitos trabalhistas entre 2002 e 2017, sendo majoritariamente na forma de subordinação por dívida, ocorrendo em 50% dos casos registrados. As demais violências foram: morte em consequência (11,5%), intimidação (7,7%), prisão (7,7%), ameaça de morte (3,8%) e tentativa de assassinato (3,8%).

Em suma, 76,5% dos conflitos trabalhistas em Goiás entre 2002 e 2017, ocorreram por denúncias de trabalho análogo à escravidão, 16% por ações de resistência, 6,5% por superexploração e 1% por desrespeito às legislações trabalhistas. As denúncias registradas foram direcionadas a diferentes tipos de trabalho, mas destaca-se o cultivo da cana-de açúcar, as carvoarias, as olarias e a pecuária.

É muito comum a consolidação de conflitos a partir da interface terra, água e trabalho, sobretudo casos que envolvem terra e água. Na Tabela 12 há a exposição dos conflitos por água em Goiás em 2019.

Tabela 12 - Conflitos por água em Goiás (2019).

Município	Nome do conflito	Data	Famílias	Tipo de Conflito	Situação
Iporá, Arenópolis	P. A. José Elton da Silva/Rio Caiapó	30/08/2019	5	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Caiapônia	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	30/08/2019		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Iaciara	Com. Levantado/Salina/Belo/Córrego Brejo do Fogo	18/09/2019	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Ipameri* (**)	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	17/04/2019	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Silvânia* (**)	Comunidade João de Deus/Boa Vista dos Macacos/Lajes/Santa Rita	07/12/2019	45	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Total			5		

*Municípios da Região Sudeste Goiano – Região da Estrada de Ferro.

** Municípios da Mesorregião Sul Goiano.

Fonte - Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2019.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Entre 2004 e 2017 foram registrados 26 conflitos por água e envolvendo 510 famílias. A maioria destes conflitos está vinculado à criação de barragens e açudes (53,8%), bem como à luta pelo uso e preservação das águas (26,9%) e devido à apropriação particular (19,2%). No que se refere à situação dos conflitos por água em Goiás, 38,5% dos registros expõem a diminuição do acesso (38,5%), o não reassentamento (30,8%), a destruição e/ou poluição (19,2%) e o não cumprimento de procedimentos legais (11,5%).

A maioria dos conflitos por água em Goiás foi registrado no município de Minaçu (26,9%) ou mesmo envolvendo este e outros municípios próximos: Minaçu, Niquelândia, Campinorte e Uruaçu (19,2%), além de Iaciara (11,5%), Planaltina (7,7%), Caiapônia (7,7%), Catalão e Davinópolis (7,7%), bem como Piranhas (3,8%), Rio Verde (3,8%), Silvânia (3,8%), Catalão (3,8%) e Flores de Goiás (3,8%).

Em grande medida, os conflitos por água em Goiás foram motivados pelos empresários do agrohidronegócio (53,8%), fazendeiros (23,1%), hidrelétricas (11,5%), mineradoras (7,7%) e também do governo estadual (3,8%). Como desdobramento dos conflitos registrados, houve um registro de contaminação por agrotóxico, em 2016, no Assentamento Caiçara, em uma apropriação particular, com redução no acesso à água e envolvendo 250 famílias, além de três ocorrências de danos e um caso de prisão.

Os atingidos por barragens foram mais afetados pelos conflitos por água em Goiás, totalizando 50% das ações, seguidos pelos assentados (19,2%), pequenos proprietários (11,5%), quilombolas (11,5%) e indígenas (3,8%). Os demais conflitos não tiveram registros de grupos impactados.

Na Tabela 13 estão os conflitos por Terra em Goiás, em 2019, registrados pela CPT.

Tabela 13 - Conflitos por Terra em Goiás (2019).

Município	Nome do conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso de Goiás	Faz. Esusa/Reserva Ambiental/PDS	31/12/2019	53	Assentados
Anápolis	Faz. Agropastoril Dom Inácio "João de Deus"	15/03/2019		Sem Terra
Anápolis	Faz. Agropastoril Dom Inácio "João de Deus"	01/04/2019	100	Sem Terra
Baliza	Assent. Oziel de Baliza/Córrego Meia Lua	02/07/2019	15	Assentados
Bom Jesus de Goiás	Acamp. Recanto da Paz/Fazenda Sete Irmãos/Grupo Filmaro/Us. Goiasa	13/05/2019	13	Sem Terra
Campinaçu	Faz. Boa Sorte/Palmeiras do Maranhão/Córrego da Vaca	11/06/2019	1	Posseiros
Campinaçu	Fazenda Veredas	18/12/2019	1	Posseiros
Catalão *	Comunidade Macaúba/Vale	20/07/2019	30	Pequenos proprietários
Catalão *	Com. Mata Preta/Coqueiros/Macaúba/Chapadão/Mosaic/Cmoc/Vale	28/11/2019	40	Pequenos proprietários
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Com. Engenho II/Quilombo Kalunga	19/06/2019	250	Quilombolas
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Com. Vão de Almas/Hidrelétrica Santa Mônica/Kalunga	26/09/2019	600	Quilombolas
Cavalcante	Com. Quilombola São Domingos/Tatu/ São José/Mineradora Brazman/Zeus	18/11/2019	70	Quilombolas
Corumbá de Goiás	Centro de Formação Santa Dica	20/02/2019		Sem Terra
Flores de Goiás	Assent. Vale do Macacão/Rio Paranã/ Rio Praim/Rio Macaquinho	07/12/2019	5	Assentados
Flores de Goiás	Assentamento São Vicente	07/12/2019	400	Assentados
Guapó, Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás**	Faz. Palmeiras/Assent. Canudos	02/01/2019	450	Assentados
Ipameri* (**)	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	30/04/2019		Assentado
Ipameri* (**)	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	17/04/2019		Assentados
Catalão, Ipameri* (**)	Faz. Ouro Verde/Acamp. José Belmiro/ Olga Benário	20/09/2019	33	Sem Terra
Ipameri* (**)	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	30/05/2019	25	Assentados
Itaberáí	Assentamento Dom Fernando	07/11/2019	54	Assentados
Jaupaci	Fazenda em Jaupaci	10/09/2019	46	Sem Terra
Minaçu	Comunidade do Carmo	10/12/2019	5	Posseiros
Morro Agudo de Goiás	Com. Minas Boa Vista/Olaria/ Mineradora Mosaic/CMOC	30/11/2019	30	Pequenos proprietários
Piranhas	P. A. Nascente de São Domingos	30/08/2019	2	Assentados
Planaltina	Faz. Itauna/Empresa Igarashi/Córrego Lapinha	31/10/2019	3	Assentados
Goiânia, Crixás, Formosa, Bom Jardim de Goiás, Goiás, Santa Helena de Goiás, Mozarlândia, Rio Verde, Ipameri **	Usina Santa Helena	10/09/2019	800	Sem Terra
Silvânia* (**)	Assent. São Sebastião da Garganta	07/12/2019	200	Sem Terra
Total	28			

*Municípios da Região Sudeste Goiano – Região da Estrada de Ferro.

** Municípios da Mesorregião Sul Goiano.

Fonte - Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2019.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Entre 2002 e 2017 foram registrados 243 conflitos por terra com 43.289 famílias envolvidas. O panorama destes conflitos aponta para 1,2% de famílias expulsas, 11,8% sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, 52,4% foram despejadas, 40,6% sofreram ameaças

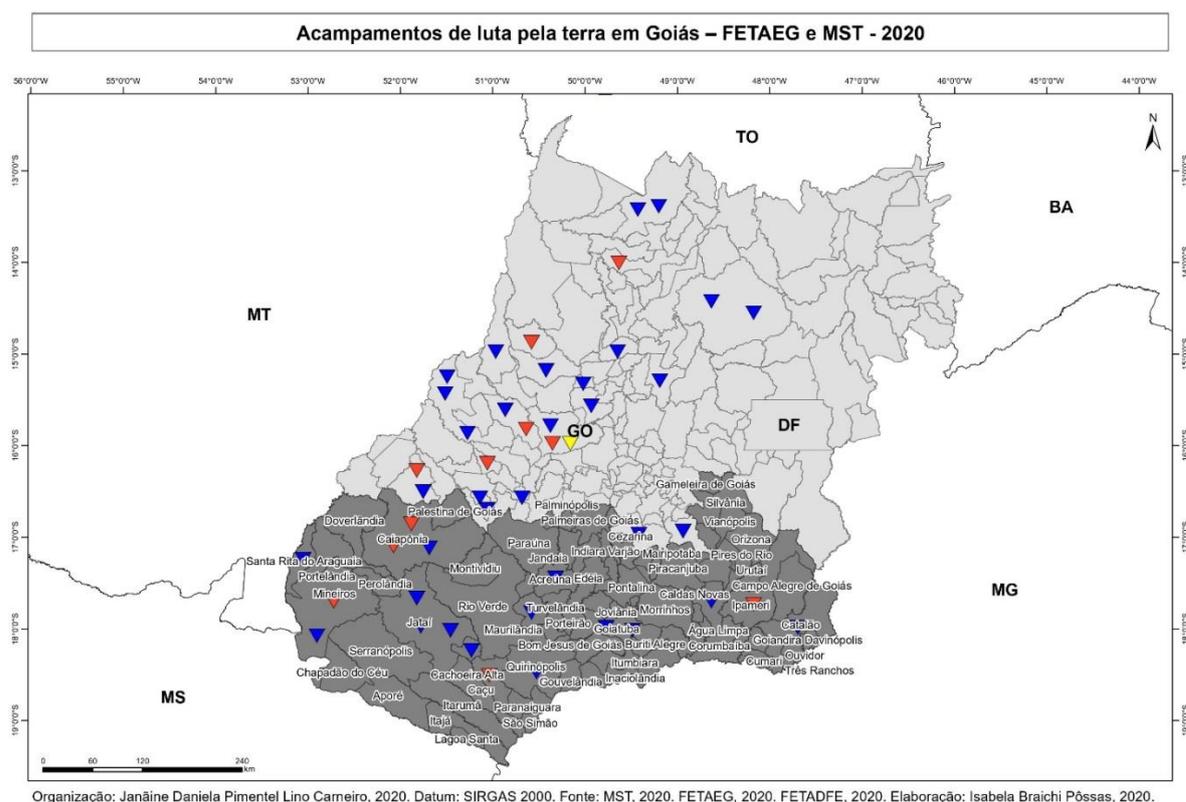
de despejo, 1,2% tiveram suas moradias destruídas, 9,4% tiveram suas roças destruídas e 0,9% tiveram seus pertences destruídos.

Nota-se que a maioria dos conflitos por terra em Goiás entre 2002 e 2017 deram-se em propriedades particulares (65,8%), seguidos por áreas públicas (10,7%). Destacam-se dois conflitos ocorridos em área particular nos anos de 2014 e 2015 na Agropecuária Santa Mônica, ambas com o impacto de 3.500 famílias na área de litígio. Aliás, as propriedades decorrentes de conflitos são majoritariamente de litígio (32,1%), mas vale ressaltar que grande parcela dos dados não há informações sobre o tipo de situação jurídica (22,2%). A maioria dos impactos pelos conflitos por terra são despossuídos dela, 80,3% e os fazendeiros são os principais motivadores das ações (63%).

Inegavelmente, os acampamentos são evidências das mobilizações de resistências de trabalhadores frente ao agrohidronegócio. Entre 2002 e 2012 foram registrados 98 acampamentos em Goiás, envolvendo 14.106 famílias. Os maiores acampamentos foram registrados em 2015 em dois municípios: Alexânia e Corumbá de Goiás. São dois acampamentos homônimos: São Tomás Balduino, do MST; um em uma área em Corumbá de Goiás e outro às margens da BR-153, cada qual com 1.750 famílias, totalizando 3.500 famílias e 24,8% do total dos acampamentos registrados em Goiás. Os dois movimentos sociais com maiores números de acampamentos são a Fetaeg (35,7%) e MST (35,7%).

No Mapa 4 Estão os acampamentos de luta pela terra em Goiás, em 2020, organizados pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mapa 4 - Acampamentos de Luta pela Terra em Goiás (2020): MST, FETAEG e MSTTR.



No Mapa 4 os símbolos em azul representam os acampamentos vinculados a FETAEG, já os símbolos em laranja, representam os acampamentos ligados ao MST e o símbolo em amarelo representa o acampamento do MSTTR. Vale destacar que no referido mapa não estão discriminados os acampamentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno (FETADEF). Já no Quadro 4 estão detalhados os acampamentos de luta pela terra em Goiás, da FETAEG e do MST ativos em 2020.

Quadro 4 - Acampamentos de luta pela terra em Goiás – FETAEG e MST - 2020.

GOIÁS			
MUNICIPIO	NOME ACAMPAMENTO	Nº FAMILIAS	MST/FETAEG
Amorinópolis	Terra para Todos/Casa Brasil	40	FETAEG
Amorinópolis	Terra para Todos/Casa Brasil	56	FETAEG
Aparecida do Rio Doce	Eldorado III	30	FETAEG
Aragoiania	Santiago	56	FETAEG
Araguapaz	Conquista com Deus	80	FETAEG
Aruanã (Base Araguapaz)	Vale do Araguaia	44	FETAEG
Bela Vista de Goiás	Guatimbu	20	FETAEG
Formosa	Dom Tomás	350	MST
Goianésia / Santa Isazel	Emanuel	20	FETAEG
Goiás	Irmã Zenaide	30	FETAEG
Goiás	Dom Eugênio	42	FETAEG
Itapaci	Padre Pedro	15	FETAEG
Itapirapuã	Renascer I	100	FETAEG
Itapirapuã	Renascer II	20	FETAEG
Itapuranga	Paulo Gomes	15	MST
Jaupaci	Águas Claras	57	FETAEG
Jussara	Pré-assentamento Coqueral	30	FETAEG
Jussara	São José do Mutum	30	FETAEG
Jussara	Boas Novas 6	35	FETAEG
Mara Rosa	Maria Aragão	40	MST
Moiporá	Casa Brasil	80	FETAEG
Morro Agudo	Marielle Franco	47	MST
Mozarlândia	Vitor Manoel	26	MST
Niquelândia	Vida Nova	250	FETAEG
Niquelândia	Praião	20	FETAEG
Piranhas	Rosa de Saron	20	FETAEG
Piranhas	Che Guevara	32	MST
Porangatu	Maracujina	40	FETAEG
Porangatu	Boquinha	32	FETAEG
São Miguel do Araguaia	Areião	80	FETAEG
Vila Propício	Pré-assentamento Nova Abelha	60	FETAEG
Vila propício	Porteiras	40	FETAEG
SUL GOIANO			
MUNICIPIO	NOME ACAMPAMENTO	Nº FAMILIAS	
Acreúna	Beira Rio	25	FETAEG
Cachoeira Alta	Eldorado II	35	FETAEG
Caiapônia	Campo Belo	57	FETAEG
Caiapônia	Monte Sinai	40	FETAEG
Caiapônia	Torres do Rio Bonito	20	FETAEG
Caldas Novas	Gregório Bezerra	43	MST
Catalão	Oziel Alves	55	MST
Goiatuba	JK	34	FETAEG
Goiatuba	Canaã	28	FETAEG
Ipameri	Ana Ferreira	60	MST
Jataí	Gurita 01	32	FETAEG
Jataí	União e Trabalho	25	FETAEG
Jataí	Padre Josimo	200	MST
Mineiros	Capão Alta	20	FETAEG
Mineiros	Campo Alegre	24	FETAEG
Quirinópolis	Eldorado I	40	FETAEG
Santa Helena de Goiás	Leonir Orback	350	MST
Santa Rita do Araguaia	Marimbondo	60	FETAEG
Turvelândia	Monjolo	100	FETAEG

Fonte - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), 2020; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), 2020.

No Quadro 5, estão discriminados os Projetos de Assentamentos (PA) da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR 28.

Quadro 5 - Relação dos Projetos de Assentamento (PA) por município no Distrito Federal e Entorno – SR 28.

Número	Município	Quantidade de Projetos de Assentamentos (PA)
1	Água Fria de Goiás	5
2	Alto Paraíso de Goiás	2
3	Alvorada do Norte	2
4	Cabeceiras	1
5	Cavalcante	1
6	Cidade Ocidental	1
7	Cocalzinho de Goiás	3
8	Cristalina	10
9	Flores de Goiás	16
10	Formosa	15
11	Luziânia	2
12	Padre Bernardo	9
13	Planaltina	5
14	São João da Aliança	7
15	Simolândia	2
16	Vila Boa	2
Total		83

Fonte - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR 28, 2020.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

A existência dos 83 Projetos de Assentamentos (PA) na região do Entorno também demonstra os conflitos, as contradições e a luta pela terra latente em Goiás.

Sobre os acampamentos de luta pela terra Misnerovicz (2017, p.01) argumenta que:

Acampamentos de luta pela terra foi e continuam sendo a principal forma organizativa dos camponeses sem terra. Eles expressam uma vontade pessoal e coletiva de disposição de lutar de forma organizada para conquistar um pedaço de terra. O acampamento é a principal porta de entrada para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O acampamento é o ponto de encontro de mulheres, homens, jovens, crianças e anciões que vem de forma organizada, e ou por iniciativa própria, de lugares diferentes, de origens diversas, credos religiosos diversos e filiação partidária ou não, cada um com sua história e trajetória de vida e ao passar a conviver no mesmo espaço em busca dos mesmos objetivos e sonhos constituem uma identidade comum, um compromisso e uma responsabilidade coletiva. O acampamento é um marco histórico na vida das pessoas que dele participam. Acampamento é o princípio,

um exercício e um embrião na construção do território camponês em movimento e em construção permanente.

Ademais, os acampamentos simbolizam as contradições históricas na distribuição de terras no Brasil, pois representam a luta, a organização coletiva em movimentos sociais para que essas desigualdades sejam resolvidas, ou ao menos minimizadas, e os camponeses e trabalhadores rurais desterrados possam retornar à terra, como território de vida e trabalho. Isso acontece no Brasil e, portanto, em Goiás. Para Misnerovicz (2017), a luta pela terra e território forma uma unidade dialética inseparável na estratégia camponesa, pois “A luta pela terra no Brasil historicamente está relacionada diretamente com a disputa por território que por sua vez está relacionado com a disputa de poder” (MISNEROVICZ, 2017, p. 01).

Especificamente sobre os acampamentos no MST, Misnerovicz (2017) afirma que:

O atual estágio da luta pela terra e reforma agrária no Brasil e a disputa pelo território com o modelo hegemônico do agronegócio exige uma abordagem teórica sobre a tipologia de reforma agrária contemporânea. Os Movimentos Sociais populares envolvidos com a organização dos sujeitos que fazem a luta e enfrentamento direto com latifúndio e o Estado são desafiados a redefinir e atualizar suas estratégias de organização e formas de lutas. Nesta reelaboração um dos elementos fundamentais está em definir o papel e importância dos acampamentos que envolvem desde a questão do trabalho de base, da organicidade, da formação e das lutas (MISNEROVICZ, 2017, p. 02).

Assim, a quantidade de acampamentos em Goiás, evidenciadas no Mapa 4 e a sua relevância na expressão das estratégias de luta pelo acesso à terra demonstram também as contradições, os conflitos e as disputas territoriais que envolvem o campo.

PARTE II - AS EXPERIÊNCIAS DE (RE)EXISTÊNCIA: O MOVIMENTO DO REAL

1. As (Re)Existências Construídas Pelos Povos Cerradeiros: (Re)Existir para Continuar Existindo

A territorialização do agrohidronegócio em Goiás significou profundas mudanças na dinâmica socioespacial do campo e, por conseguinte, na vida dos camponeses e trabalhadores rurais. As mudanças são evidentes nos territórios, nas paisagens, no ambiente, no trabalho, na cultura. Houve uma intensificação da concentração fundiária, um acirramento na apropriação capitalista da terra, da água e do trabalho, com desdobramentos sobre a questão agrária, a questão hídrica, a questão ambiental e o mundo do trabalho. Os *Povos Cerradeiros*, a partir da modernização da agricultura, do agronegócio, da mineração e das barragens grandes monocultivos irrigados (hidronegócio) viram seus territórios serem modificados e ameaçados.

Ao longo do tempo, o que se consolidou nas narrativas e nos discursos hegemônicos e, *desconhecendo*, as contradições inerentes à formação socioespacial é que o campo goiano e seus sujeitos foram hegemonzados pelo agrohidronegócio, restando apenas a agricultura capitalista como forma de existir no/do campo.

Entretanto, um olhar mais atento e forjado a partir do contato com as inúmeras experiências consolidadas pelos sujeitos que (Re)Existem no campo do Sul Goiano, sobretudo, na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) evidencia que esta visão reducionista precisa ser questionada e desconstruída, pois não encontra substância real quando se compreende o movimento do real na sua inteireza.

É necessário reconhecer e compreender as experiências de Resistência e (Re)Existência forjadas ao longo de todo esse processo. Muitos camponeses têm lutado por seus territórios de vida e trabalho e ponderam a luta cotidiana no sentido de *Resistir, para continuar Existindo*. Entende-se que eles continuam Existindo, mas, a partir da consciência, da coletividade, da organização política, da valoração das práticas socioculturais. E isso são elementos fundantes na conformação das pautas e agendas políticas tanto no âmbito institucional, nas variadas dimensões do Estado e da organização política de classe, como associações, cooperativas, sindicatos, educação do campo, quanto na esfera dos movimentos sociais, da CPT, da pluriatividade, das feiras livres, do trabalho de ajuda mútua.

Nesse sentido, torna-se relevante refletir acerca do conceito de Resistência, Existência e (Re)Existência para compreendermos as ações políticas construídas e que estão latentes na região, diante das contradições e conflitos na luta pela manutenção de seus

territórios. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa o termo *Reexistência* tem sua origem na junção “Re + existência” que significa “nova existência”.

Segundo Comte-Sponville (2011) no Dicionário Filosófico o termo *Existência* é utilizado com frequência como sinônimo de ser. Etimologicamente, existir é “[...] nascer ou se encontrar (*sistere*) fora (*ex*), ou seja – pois não há fora absoluto –, em outra coisa: é ser no mundo, no universo, no espaço e no tempo.” (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 230). Assim, *Existir* é “[...] ser no mundo, sempre preso num fora (sempre dentro, portanto, mas um dentro que não é em si) sempre dependente, sempre lutando ou resistindo” (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 230).

Já a *Resistência* no Dicionário Filosófico, Comte-Sponville (2011) define como uma força, uma medida em que se opõe a outra. Ou seja, “[...] é o estado originário do conato (*esforço, tentativa – grifo nosso*): todo ser que se esforça em perseverar em seu ser e se opõe, com isso, tanto quanto pode, aos que o pressionam, o agredem ou o ameaçam. É o caso da resistência de um corpo a outro, que o comprime. De um organismo aos micróbios. Da vida, contra a morte. De um homem livre, contra os tiranos. [...] A resistência não é um acidente, nem o sinal de não sei que pensamento reativo. Ela é a verdade do ser, na medida em que este é potência de existir e agir, desde que essa potência seja una (na substância) e múltipla (pelos modos) (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 517-518). Assim,

Existir é insistir (esforçar-se por ser e por durar); mas também é, por isso mesmo, resistir: o conato é essa “potência singular de afirmação e de resistência” “pela qual cada ser finito tende a perseverar em seu ser resistindo à destruição ou à opressão.” Segundo a ética espinosista: se é a obediência que faz os sujeitos, é a resistência que faz os cidadãos” (COMTE-SPONVILLE, 2011, p. 518).

Nessa perspectiva, a existência em si já pressupõe uma luta, e tem a resistência como parceira. Entende-se que a luta pela existência envolve a resistência. E, é nesse sentido que se compreende a existência dos camponeses no Sul Goiano nos espaços hegemônicos pelo agrohidronegócio, pois continuam existindo. Para isso, precisam resistir, mas a resistência é um processo que também transforma a existência desses sujeitos, por isso, acredita-se na *(Re)Existência*.

Porto-Gonçalves (2009), ao analisar a r-existência dos povos originários da América Latina ressalta que o processo de expropriação capitalista colocado em prática desde a colonização para as populações indígenas e camponesas é repleto de tensões, conflitos e resistências. Pois, “[...] desde o primeiro momento da primeira moderno-colonialidade houve

r-existência, até porque toda dominação é contato com o dominado, portanto, lugar de atrito, as estratégias de sobrevivência dos setores subalternizados foram, ao longo tempo, diversas” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 18). Enfim,

Foram várias e múltiplas as estratégias de sobrevivência. Todavia, só muito recentemente os povos originários ganharam maior visibilidade, apesar da sua r-existência histórica. São múltiplas também as razões para essa emergência que, por sua vez, nos permitem identificar um novo padrão de conflitividade e, assim, uma nova periodização das lutas sociais onde o território e as territorialidades ganham visibilidade. Há razões próprias internas aos grupos sociais que se constituem em r-existência, [...]. Todavia, há uma série de eventos e processos que conformam condições de possibilidade para a emergência desses grupos em movimentos sociais, [...] como a reconfiguração dos blocos de poder tradicionais em *nuestra* América com as políticas de ajuste estrutural, sobretudo com a desmontagem dos velhos mecanismos de dominação, como o clientelismo, fisiologismo, mandonismo, gamonalismo, coronelismo embora muitas vezes recriados por um estado que ainda mantém fortes traços patrimonialistas (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 19).

O pensamento de Porto-Gonçalves (2009), chama a atenção para o fato de que há uma série de conflitos, tensionamentos e expropriações das populações indígenas e camponesas na América Latina, mas estas também tem consolidadas múltiplas experiências e estratégias de resistências e r-existências. Para o autor,

Para os que vivem no novo continente o encontro das diferenças é, diferentemente dos discursos pós-modernos, tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exige de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto. Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi, ontem, o do açúcar com seus engenhos (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, a resistência historicamente construída por esses povos tem possibilitado a r-existência, com a centralidade em seus territórios e, portanto, estão intimamente relacionadas à terra. Assim,

[...] dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, reexistindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive

reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. Assim, nessas resistências, r-existência, as epistemes e o território, onde a questão da terra tem um lugar central, ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam superá-la (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 18).

Rigonato (2017), analisa as formas de r-existência e de (re)habitação sociocultural dos Geraizeiros dos Cerrados baianos em consequência do agro-energia-negócios. Com a pesquisa, o autor identificou a permanência e o aumento das pessoas do campo, pois ao invés dos Geraizeiros apenas se desterritorializarem, eles estabeleceram r-existência e a (re)habitação dos Cerrados mesmo diante das múltiplas territorialidades do capital, estando vinculadas às espacialidades e às temporalidades transcendentais dessas populações, que são essenciais para a sua r-existência e (re)habitação.

Assim, os Geraizeiros, mesmo diante dos conflitos territoriais, do cercamento e aviltamento dos seus territórios revelam apreço pelos lugares vividos. “Esse sentimento de pertencimento é um elemento de r-existência dos Geraizeiros” (RIGONATO, 2017, p. 167). As práticas espaciais que compõem os seus modos de vida em ressignificação são:

a) A interrelação: os Geraizeiros estabelecem a partir da geocologia de saberes as práticas espaciais no médio vale do rio Guará como possibilidade de r-existência mas, também a partir da abertura para o trabalho assalariado no agro-energianegócios nos Cerrados; b) Sociabilidade: permanência da sociabilidade nas práticas espaciais cotidianas, sobretudo, familiares. [...] c) (Re)naturalização: as famílias Geraizeiros ao implementar o Centro de Referência dos Cerrados, sobretudo do povoado de Ponte de Mateus passaram a participar de cursos de culinária, biojóias e artesanato [...]. Revalorização dos saberes e dos sabores da biodiversidade do Cerrado. [...] d) (Re)terreação: com o advento dos meios de comunicação e transporte há maior interconectividade territorial dos Geraizeiros com os grupos organizados, movimentos sociais e ambientais os quais colaboram com a capacidade de organização e formação política em relação que podem potencializar a transição agroecológica e extrativista pelos Geraizeiros no médio vale do rio Guará (RIGONATO, 2017, p. 186).

Nesse sentido, a r-existência dos povos se dá a partir da interrelação, da sociabilidade, da (Re)naturalização e da (Re)terreação, todas construídas com base dos saberes, práticas espaciais cotidianas da família e coletivas, a partir de maior interação com os movimentos sociais e ambientais que os possibilitam uma maior capacidade de organização.

Segundo Mendonça; Mesquita (2007), os Povos Cerradeiros (trabalhadores/camponeses), ameaçados e/ou desterritorializados elaboram novas ações

políticas, uma vez que, uma parcela desses sofreu e sofre violento processo de expropriação, mas possui na memória as formas de ser e de viver na e com a terra como elemento fundante de suas *(Re)Existências*. Para os autores,

Numa forma clássica, sempre associamos o conceito de resistir ao enfrentamento, ao fincar pé numa dada posição e se proteger utilizando os recursos disponíveis para manter essa situação. Aqui se compreende a *(Re)Existência* enquanto um processo de permanência, modificada através de uma ação política que se firma nos elementos sócio-culturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes, mesclando com as já existentes, formatando espacialidades, como condição para continuarem *(Re)Existindo*. Nesse sentido, as *(Re)Existências* são ações construídas no processo de luta pela permanência na terra e na luta contra a construção de empreendimentos hidrelétricos (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 17).

No caso da pesquisa realizada acerca da luta dos camponeses atingidos pela Barragem de Serra do Facão, no rio São Marcos em Catalão e Ouvidor (GO), os autores asseguram que as ações políticas são eivadas de significados e sentidos que apontam para uma perspectiva emancipatória diferente daquela preconizada pelos partidos, sindicatos e até mesmo pela maioria dos movimentos sociais, ou seja, são ações embrionárias daquilo que podemos falar de uma consciência criada a partir de luta por direitos e, fundamentalmente, na luta por terra. Nesse sentido, compreendem que essas ações são mais que resistência, pois são as condições para que essas famílias continuem acreditando na sua capacidade de dialogar e de colocar os problemas que sofrem para outros sujeitos sociais, daí serem RE-Existências. Os trabalhadores/camponeses se organizam e fortalecem a luta contra a construção de barragens, tornando-se sujeitos políticos que ensinam novas, mas, velhas lições: “[...] que os trabalhadores quando se (des)cobrem sujeitos da própria história refazem suas trajetórias e exigem políticas públicas eficazes, em acordo com suas necessidades de vida” (MENDONÇA; MESQUITA, s/d, p. 18).

Já Mesquita; Mendonça (2016) analisaram as *(Re)Existências* dos camponeses no Sudoeste de Goiás. Para os autores, o processo de modernização da agricultura na região, teve como característica a expulsão dos camponeses do campo e a negação de suas condições de existência. Essa classe oprimida e marginalizada, se organizou em torno da luta pela terra na busca por continuar a existir, resistindo. Assim, identificaram “[...] a luta pela Reforma Agrária, como uma expressão da *(Re)Existência* dos/as camponeses/as na região sudoeste de Goiás, mas não só. Ela se expressa, também, nos conflitos, ocupações, na produção em respeito ao tempo da natureza, etc...” (MESQUITA; MENDONÇA, 2016, p. 08)

Ademais,

A inserção do capitalismo no campo ocasionou também, uma mudança no significado do trabalho, na identidade dos povos tradicionais, proporcionando novas temporalidades, novos significados, o que influenciou os modos de vida. Apesar disso, através da luta pela reforma agrária, é demonstrado que o capitalismo não conseguiu apagar o campesinato, como muitos autores defendem, visto que estes continuam a (Re)Existir como produto contraditório desse sistema (MESQUITA; MENDONÇA, 2016, p. 08).

Além da luta pela terra e pela Reforma Agrária, os autores evidenciam também a importância das políticas públicas na (Re)Existência camponesa. Sendo,

[...] preciso, por sua vez, que esses sujeitos sejam diariamente fortalecidos através da valorização de seus conhecimentos (saberes), de suas práticas, e que seja implementado políticas públicas que permitam sua permanência no campo, não enquanto sujeitos atrasados, pretéritos, mas como uma classe que se ressignifica, que se movimenta e que faz parte do próprio movimento histórico da sociedade (MESQUITA; MENDONÇA, 2016, p. 08).

Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) ressaltam que mesmo que haja o domínio hegemônico do capital sobre o território, designando o que denominam de territórios do capital, é preciso considerar que também vive neste mesmo território a sua contradição viva, materializada nos trabalhadores da terra, que com suas diversas formações, identidades e nomenclaturas (camponeses, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), resistem para continuar construindo territórios de vida. Diante disso, destacam quatro desafios na construção das (Re)Existências:

a- **Organização social e política** – para que os trabalhadores possam ser efetivamente sujeitos da sua própria história é fundamental que desenvolvam capacidade de organização própria. Sem preocupação com essa ou aquela forma organizativa específica, quer seja, em suas comunidades e associações, como também nos sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos. [...]
 b- **Mudança no modelo produtivo e tecnológico** [...] é uma necessidade buscar formas de produzir quantitativa e qualitativamente distintas e adequadas a uma diferente alocação de fatores, respeitando as restrições ambientais de acordo com cada formação, solo, relevo, etc., e onde a biodiversidade seja considerada uma potencialidade e não um entrave à produção. Entendemos, que esse novo modelo é possível com a diversificação das atividades produtivas e a adoção da Agroecologia [...]
 c- **Cooperação na produção** – considerando as restrições tanto de terras, quanto em matéria de infraestruturas (estradas, água, energia elétrica etc.) e também de capital para investir na produção, torna-se difícil pensar em saídas individualizadas que possam dar conta de resolver os problemas da coletividade. Por isso, consideramos fundamental juntar as forças a fim de potencializar as capacidades, organizativas e produtivas dos agricultores. É preciso buscar e adequar diferentes formas organizativas (cooperativas, associações,

condomínios, núcleos de produção etc.) para que promovam maior divisão de trabalho e incorporação de tecnologias sociais, elevando tanto a produtividade do trabalho, quanto a produtividade física da terra, permitindo processos de verticalização da produção que agreguem valor aos produtos e estimulem a busca de canais diretos de comercialização [...] **d- Educação do Campo e Cultura** – é primordial promover o resgate e a valorização dos saberes e das práticas dos sujeitos da terra, atribuindo novos significados, a partir de novas temporalidades e das novas práticas organizativas e produtivas que se reconstruam no cotidiano que se traduzem em novos modos de vida [...] (Nascimento; Mauro; Mendonça, 2017, p.79-80).

Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) também chama a atenção para a contradição expressa nas Resistências e (Re)Existências construídas de diferentes formas e contextos. As Resistências, na luta dos Sem Terra que com suas ocupações e acampamentos colocam na ordem do dia a necessidade e atualidade da Reforma Agrária. A (Re)Existência, na lida diária e na organização de assentados, camponeses, quilombolas, indígenas de diferentes etnias que buscam resistir em seus territórios e com diferentes estratégias pressionam por outro modelo de desenvolvimento no qual as políticas públicas primem pelo bem viver e que realmente cheguem para todos de forma efetiva.

Na presente pesquisa, entende-se que os camponeses do Sul Goiano também têm a centralidade da (Re)Existência em seus territórios e, portanto, na terra, tal como pontua Porto-Gonçalves (2009). O sentimento de pertencimento, conforme evidencia Rigonato (2017), também está presente entre os camponeses do Sul Goiano. A luta pela terra e por seus territórios é uma das formas de (Re)Existência forjada por esses sujeitos, conforme Mendonça; Mesquita (s/d) e Mesquita; Mendonça (2016).

Os elementos estruturados por Nascimento; Mauro; Mendonça (2017) sobre a organização política, a mudança no modelo produtivo, a cooperação na produção e a educação do campo também auxiliam na compreensão das (Re)Existências dos camponeses do Sul Goiano e especificamente do Sudeste Goiano. Desse modo, na pesquisa, analisou-se as experiências construídas por esses sujeitos na organização política, no modelo produtivo, mas principalmente na forma de comercialização e na cooperação, assim como na educação do campo. Em todas essas práticas, ficou evidente a existência dos camponeses revelando a diversidade, as contradições e os conflitos nos territórios hegemonzados pelo agrohídronegócio. Tal *Existência* está imbricada às *Resistências*, às lutas para continuar existindo, o que configuram as *(Re)Existências*. Na próxima seção serão apresentadas estas experiências identificadas, sobretudo no Sudeste Goiano.

2. As (Re)Existências No Sudeste Goiano

A presente seção abordará as práticas de *(Re)Existências*, bem como, os desafios atrelados às práticas socioculturais estabelecidas e construídas pelos sujeitos sociais. Para tanto, faz-se necessário resgatar a discussão sobre a ocupação moderna do Cerrado e o processo de modernização da agricultura - a face mais visível da modernização do território - baseada em um modelo concentrador e excludente, além de reforçar o poder das elites, tendo o Estado como ente mediador.

Desta forma, concorda-se com Mendonça (2004), que afirma que a ocupação das áreas de Cerrado acabou por reforçar o poder político e econômico das elites conservadoras, por meio das empresas rurais, do Estado e das transnacionais, que foram impulsionadas pela agroindustrialização e estimuladas pela reestruturação produtiva do capital mundializado.

Assim, sabe-se que o processo de modernização agrícola se deu de forma conservadora, pois o processo é excludente pela concentração de terra e da renda e, sobretudo, pela violência praticada aos sujeitos da terra, que dela viviam/vivem, produzem e (Re)Existem (MENDONÇA, 2004). Mesmo considerando o domínio hegemônico das frações do capital agroindustrial e financeiro sobre o território, designando o que poderíamos chamar de *territórios hegemonzados pelo capital*, faz-se importante considerar que também vivem neste mesmo território a sua contradição viva, materializada nos *trabalhadores da terra*, que com suas diversas formações, identidades, nomenclaturas, resistem e (Re)Existem para continuar construindo territórios de vida.

A agricultura capitalista dificulta as condições de existências do campesinato, que sem recursos financeiros para os investimentos necessários, dedica-se, de forma quase hercúlea à produção de alimentos e elaboram diversas estratégias de reprodução social. Na Tabela 14 estão as principais ações de financiamento da agricultura por parte do Estado, evidenciando que os recursos para o Agronegócio são maiores que os destinados à Agricultura Familiar.

Tabela 14 - Principais ações da agricultura: dados da soma (2000-2015).

Ação	Pago + RAP pago (INPC 31/12/2015)	Participação no gasto agrícola – exceto administração (%)
0281 – Subvenção econômica para a agricultura familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992)	37.776.910.576	20,45
0012 – Financiamentos ao agronegócio café (Lei nº 8.427, de 1992)	35.055.606.676	18,98
YYYY – Demais (mais de quinhentas ações) fora do grupo das onze ações de maior volume	32.128.813.163	17,39
2130 – Formação de estoques públicos – PGPM	21.979.831.599	11,90
0294 – Subvenção econômica nas operações de custeio agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	15.167.504.795	8,21
0299 – Financiamento e equalização de preços – aquisições e na formação de estoques – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	10.091.816.823	5,46
0300 – Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	9.471.359.891	5,13
0301 – Subvenção econômica em operações de investimento rural e agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	6.435.592.842	3,48
XXXX – Irrigação (diversas ações)	5.252.638.197	2,84
0611 – Equalização de juros decorrentes do alongamento da dívida do crédito rural (Lei nº 9.866, de 1999)	4.571.339.924	2,47
0A81 – Financiamento para a agricultura familiar – Pronaf (Lei nº 10.186, de 2001)	3.853.853.725	2,09
099F – Concessão de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	2.947.315.080	1,60
WWWW – Todas as ações (exceto administração)	184.732.583.289	100,00
G 11 – Soma das onze ações de maior volume	152.603.770.126	82,61

Fonte: Siop/MP.
 Obs.: 1. Os valores apresentados nesta tabela representam a soma de todas as ações que compõem a função orçamentária F20 e ações relativas à agropecuária presentes em outras funções orçamentárias (diferentes ministérios).
 2. Exclusive gastos administrativos (pessoa, infraestrutura e correlatos, não vinculados diretamente à produção).
 3. As notações YYYY, XXXX e WWWW são convenções aqui adotadas para os agrupamentos indicados.
 4. Nos dezesseis anos analisados são registradas mais de quinhentas ações orçamentárias, por vezes sem relação sistemática às subfunções.

Fonte – SANTOS; FREITAS, 2017.

O Estado, como demonstrado na Tabela 14 estimula, por meio de subsídios governamentais, os grandes produtores/empresários rurais de soja, milho, cana-de-açúcar. Ao desconsiderar as reais condições de produção, comercialização do campesinato que é diverso e plural, “financia” a concentração de terras e o monopólio das agroindústrias de sementes, implementos e insumos, favorecendo, sobremaneira, a produção de *commodities* e não a produção de gêneros alimentícios que abastecem a mesa dos brasileiros. Disso decorre a ausência e, no atual governo, o desmonte das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para Reis (2015) as políticas públicas destinadas à agricultura familiar devem ser analisadas considerando-se todos os atores envolvidos, sendo agricultores familiares, grupos econômicos, mercado, consumidores, detentores do poder político e o aparelho do Estado, pois assim é possível compreender as intencionalidades e interesses de cada ator social envolvido e como reagem diante de cada ação do Estado. Assim,

Não por acaso, com a criação do PRONAF em 1996, do PAA em 2003 e do PNAE em 2009, o governo federal atribui à agricultura familiar um papel estratégico e de destaque no combate à miséria extrema, na garantia da segurança alimentar e na conquista de novos mercados (REIS, 2015, p. 19).

Mesmo diante da hegemonia da agricultura capitalista, os povos Cerradeiros tem consolidado as suas (Re)Existências. Isso porque tem se unido e conseguido se reproduzir em seus territórios de vida e trabalho, tem conseguido permanecer na terra, a partir da garantida de renda e trabalho. Assim como o trabalho, as práticas socioculturais e as lutas coletivas, as políticas públicas também contribuem para a sua resistência.

Para Pelá; Mendonça (2010, p.54), *(Re)Existência* é entendida como,

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo.

Diante disso, para a construção das *(Re)Existências* é necessário considerar algumas questões importantes, como: a luta pela terra (reforma agrária) e permanência nela (subsídios públicos); a organização social e política (ação dos movimentos sociais, cooperativas, sindicatos etc.); a cooperação na produção e comercialização; o papel fundamental da educação do/no campo, dentre outras.

Assim, serão abordadas algumas ações no Sudeste Goiano, nas últimas décadas. Temos a intencionalidade de estabelecer a espacialidade e territorialidade, pensando no processo de luta e permanência pelo território.

3. (Re)Existências Camponesas No Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro)

A incursão do capital no campo goiano apresentou mudanças territoriais, largamente percebidas, sobretudo, após os anos de 1970. Além dos impactos ambientais, a conversão de extensas áreas de vegetação nativa para o cultivo e criação de animais, a

ampliação irrestrita de agrotóxicos e demais contaminantes na produção, acentuou conflitos e resistências no campo goiano. Neste tópico serão abordadas as ações políticas dos sujeitos que (Re)Existem em Goiás e, mais precisamente, na Microrregião Sudeste Goiano.

Inicialmente abordamos a luta pela terra na forma de acampamentos, assentamentos e Comunidades Camponesas. Dentre os acampamentos e assentamentos promovidos pelo Banco da Terra, Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos municípios de Catalão (GO), Goiandira (GO), Ipameri (GO), Pires do Rio (GO), Orizona (GO), totalizando 439 famílias que (Re)Existem em Goiás, conforme Tabela 15. Nesta tabela, também estão presentes a Rede Camponesa de Comercialização, o Projeto de Recuperação de Nascentes na Comunidade Macaúba em Catalão (GO), a EFAORI e as Cooperativas.

Tabela 15 - (Re)Existências ao agrohidronegócio no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro) por quantidade de famílias (2020).

<i>(Re)Existências</i>	Quantidade de famílias envolvidas/Comunidade	Municípios
Luta pela Terra		
Assentamento Olga Benário - MST	84 parcelas/90 famílias	Ipameri
Assentamento Madre Cristina - MST	18 parcelas/22 famílias	Goiandira
Acampamento Ana Ferreira - MST	54 famílias	Ipameri
Acampamento Gregório Bezerra - MST	39 famílias	Pires do Rio
Acampamento Oziel Alves - MST	35 famílias	Catalão
Assentamento Campo Limpo - Fetaeg	60 famílias	Pires do Rio e /Orizona
Acampamento Pires do Rio - Fetaeg	39 famílias	Pires do Rio
Acampamento Margem do Corumbá – Fetaeg	15 famílias	Ipameri/Orizona
Assentamento Cooper Campo – Banco da Terra	35 famílias	Orizona
Assentamento Cooper Flor – Banco da Terra	25 famílias	Orizona
Assentamento Cooper Nogro – Banco da Terra	25 famílias	Orizona
Total	439 famílias	05 municípios
Comunidades Camponesas – Rede de Comercialização		
	Orizona: Taquaral, Cuiabanos, Coqueiros, Pontinhas, Campo Aberto, Cazusa, Cooper Campo, Cooper Flor, Cooper Nogro, Firmeza, Santa Barbara.	Orizona e Vianópolis

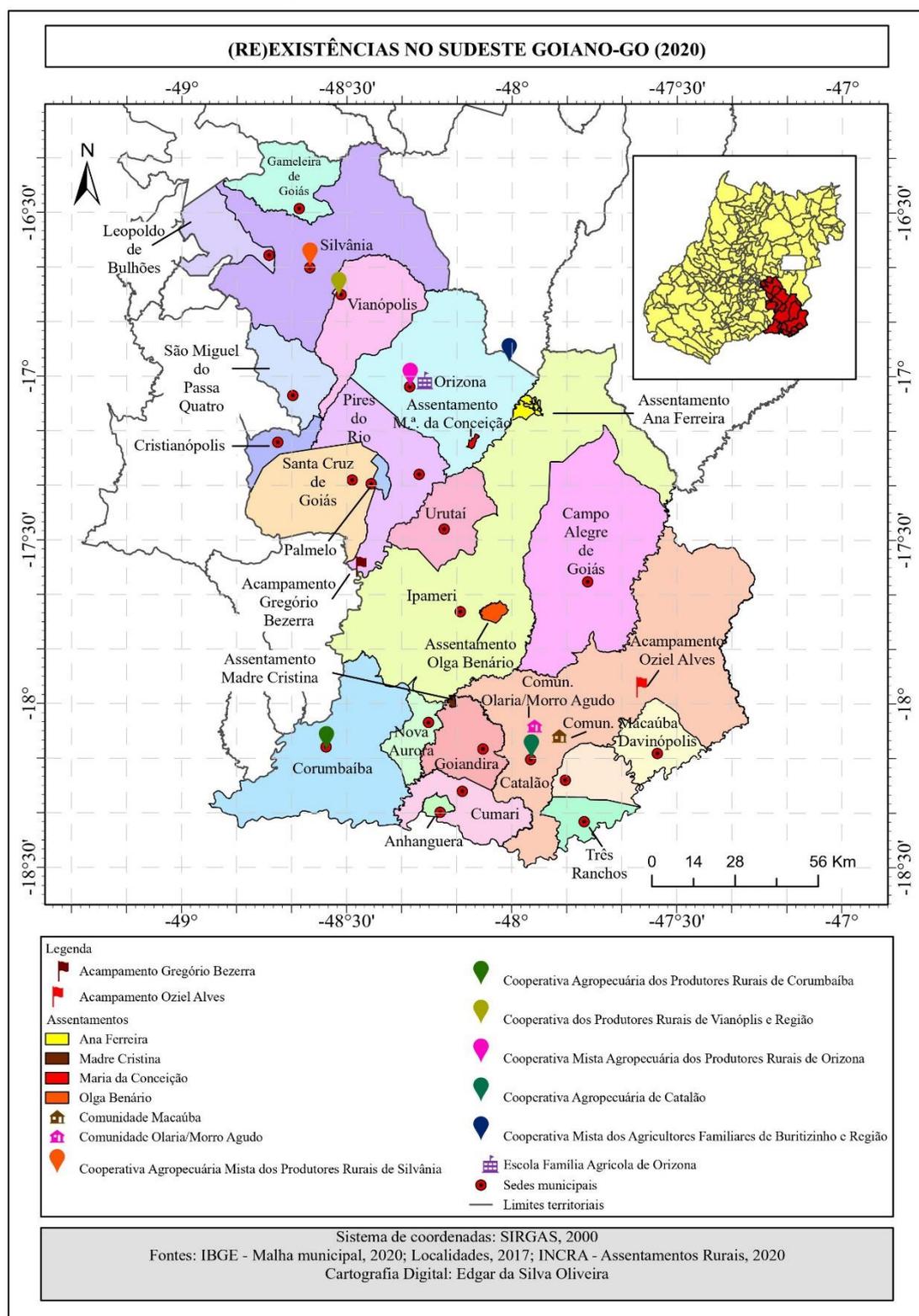
	Vianópolis: Santana, Santa Rita e Rio do Peixe	
Água Viva	Comunidade Morro Agudo	Catalão
Comunidades Camponesas – Conflito por Água e por Mineração		
Conflito Mineração e Projeto de Recuperação da Nascentes	Macaúba	Catalão
Educação do Campo		
	Município	
Escola Família Agrícola de Orizona - EFAORI	Orizona	
Cooperativas		
	Município	
Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Buritizinho e Região - COOMAFAB	Orizona	
Cooperativa Agropecuária de Catalão – COACAL	Catalão	
Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona - COAPRO	Orizona	
Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos – CONPLEM	Morrinhos	
Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Corumbaíba - COOPAC	Corumbaíba	
Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia - COOPERSIL	Silvânia	
Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis e Região – COOPERVI	Vianópolis	

Fonte – CPT (2021); EFAORI (2021); OCB-GO, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Como pode-se observar no **Mapa 5**, os assentamentos e acampamentos e cooperativas tem territorialidades importantes no Sudeste Goiano, mostrando assim formas de *(Re)Existência* do campesinato.

Mapa 5 - (Re)Existências no Sudeste Goiano (2020).



O Mapa 5, contribui para entender o conjunto dessas (Re)Existências, no sentido de ampliar a capacidade de construção de territórios camponeses, já que, a luta pela terra é parte do processo da produção e da comercialização de outros elementos fundamentais para esse processo contínuo de territorialização do campesinato.

Optou-se por tratar as seguintes *(Re)Existências* pensando na luta pela terra e compreendendo-se que uma das formas dessa luta se dá quando ocorre a espacialização dos acampamentos e territorialização dos assentamentos. Outra forma de *(Re)Existência* está na comercialização e na produção das cooperativas, das feiras livres, que são reflexos desse processo. É importante destacar que os processos de assentamentos, acampamentos, feiras livres, cooperativas tem dinâmicas diversas no Sudeste Goiano, em Goiás, no Brasil e existem elementos comuns a esses processos sócio-históricos. São essas ações, construídas pelos povos do campo, no âmbito institucional ou não, que se constituem como as *(Re)Existências*. São estratégias estruturadas a partir da consciência e a partir da organização coletiva, que tem permitido a sua reprodução social nos territórios hegemonzados pelo Agrohídronegócio. Nesse sentido, quanto aos elementos institucionais estão as associações, sindicatos, as cooperativas e a educação. Já no âmbito das ações coletivas, tem-se os movimentos sociais, a luta contra as mineradoras, a agroecologia e as feiras.

3.1. As Cooperativas

É importante compreender que as cooperativas que serão abordadas ao longo dessa seção se enquadram como elemento de *(Re)Existência* do campesinato no Sudeste Goiano. As experiências com a criação e fortalecimento das cooperativas, como forma de *(Re)Existência* do campesinato, tem uma importante contribuição do MST, como destaca Oliveira (2010, p.194):

[...] Por sua vez, os movimentos sociais de luta pela terra – capitaneados pelo MST – inauguram um novo modelo de cooperativismo agrícola cuja expressão máxima é a constituição da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1992. Pautados na experiência designada como Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) esse modelo busca associar a formação político-ideológica ao debate econômico nos assentamentos de reforma agrária visando dar uma resposta produtiva à sociedade brasileira e, por conseguinte, legitimando a reforma agrária.

Esses primeiros modelos de cooperativas realizadas pelo MST tiveram alguns problemas na sua execução. Entende-se que esse modelo de cooperativismo, que foi tentado pelo MST na década de 1990, buscou a integração dos camponeses, mas esbarrou em pensar o modelo cooperativo em grande escala. Na disputa pelo mercado capitalista se mostrou inoperante e trouxe grandes prejuízos organizativos e financeiros como aponta (OLIVEIRA, 2010).

Entretanto, essas experiências do MST com as cooperativas foram fundamentais para que esse instrumento de organização da produção e comercialização fosse aperfeiçoado ao longo do tempo e tem-se, atualmente, diversos modelos de cooperativas utilizadas pelo campesinato. Na pesquisa, buscam-se aquelas que são formas de *(Re)Existência* construídas com participação do campesinato no Sudeste Goiano, ainda que, não vinculadas ao MST, mas às outras formas de organização política na região.

Em Goiás, as cooperativas têm significativa relevância, sobretudo, no incentivo e estímulo à produção e em viabilizar as condições de comercialização. De acordo com o Sistema OCB (2021) são um total de 238 cooperativas que possuem 261.546 cooperados. Essas cooperativas geram 11.892 empregos diretos, sendo que, 1 milhão de pessoas tem relação com as cooperativas que geram uma receita bruta de R\$ 10,2 bilhões e um total de R\$311,4 milhões em impostos. São números robustos que mostram uma realidade desconhecida da maioria das pessoas e pesquisadores em Goiás. Mas como apontou-se anteriormente, a maior parte dessas cooperativas são instrumentos de concentração de renda e geração de mais valia para poucos grupos empresariais associados aos conglomerados agroindustriais e financeiros mundializados.

De acordo com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - Goiás - GO e SESCOOP-GO (2018) são 7.381 cooperados na Microrregião Sudeste de Goiás no ano de 2017, sendo 88% destes homens e 12% mulheres. As cooperativas somavam 911 trabalhadores em suas operações, sendo 71% homens e 29% mulheres, além de 45 cooperados pejetizados, em grande maioria da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, Tabela 16.

Tabela 16 - Cooperativas presentes na Região Sudeste de Goiano (Região da Estrada de Ferro), por cooperados, trabalhadores e pessoas jurídicas (2017).

Nome	Razão Social	Cooperados	Cooperadas	Trabalhadores	Trabalhadoras	Cooperados - Pessoa Jurídica
COACAL	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CATALÃO	1.474	130	26	8	12
COAPRO	COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE ORIZONA	375	33	35	12	1
COMPLEM	COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS	3.579	571	540	221	32
COOMAFAB	COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BURITIZINHO E REGIÃO	164	6	2	3	0
COOPAC	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBAÍBA	147	22	0	3	0
COOPERSIL	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE SILVÂNIA	448	57	38	18	0
COOPERVI	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE VIANÓPOLIS E REGIÃO	323	52	2	3	0

*Fonte dos dados: OCB-GO, SESCOOP-GO (2018).

Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/censo-completo-13pdf-medio-19618817.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

Organização - CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Com base na Tabela 16, identificam-se um total de 6.510 cooperados. As cooperativas agrícolas presentes no Sudeste Goiano são: Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Buritizinho e Região (COOMAFAB), Cooperativa Agropecuária De Catalão (COACAL), Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO), Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Corumbáiba (COOPAC), Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL) e Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis e Região (COOPERVI).

Vale destacar a área de atuação dessas cooperativas. Ainda, de acordo com as cooperativas no Sudeste Goiano destacamos a cidade-sede, a área de abrangência e o ramo de atuação das cooperativas agrícolas presentes na Região Sudeste Goiano em 2017 (Tabela 17). Nota-se que a produção leiteira é o principal ramo de atuação das cooperativas.

Tabela 17 - Cooperativas Agrícolas da Região Sudeste de Goiás (2017).

Sigla	Razão Social	Cidade	Atuação	Ramo de atuação**
COACAL	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CATALÃO	Catalão	Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbáiba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos.	Captação de leite e fornecimentos de insumos agropecuários, rações leiteiras e assistência técnica.
COAPRO	COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE ORIZONA	Orizona	Orizona.	Leite, ração, beneficiamento de mel.
COMPLEM	COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS	Morrinhos	Água Limpa, Aloândia, Aparecida de Goiânia, Brasília, Buriti Alegre, Caldas Novas, Corumbáiba, Edealina, Edéia, Goiatuba, Itumbiara, Pontalina, Rio Quente.	Leiteiro, pecuária, grãos, insumos agrícolas (loja agropecuária), gêneros alimentícios (supermercado).
COOMAFAB	COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BURITIZINHO E REGIÃO	Orizona	Orizona, Luziânia, Cristalina, Ipameri, Vianópolis, Pires do Rio.	Leiteiro, beneficiamento do baru, compra conjunta de insumos e medicamentos aos cooperados.
COOPAC	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBAÍBA	Corumbáiba	Corumbáiba	Leiteiro captação e comercialização.
COOPERSIL	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE SILVÂNIA	Silvânia	Gameleira de Goiás	Silos, colostro bovino, laticínios, ração.
COOPERVI	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE VIANÓPOLIS E REGIÃO	Vianópolis	Vianópolis	Leiteiro.

***Fonte dos dados:** OCB-GO, SESCOOP-GO (2018).

Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/censo-completo-13pdf-medio-19618817.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

****Fonte:** Sites das Cooperativas.

Organização - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Os sujeitos também resistem organizando-se em redes e comunidades. Em Orizona e Vianópolis congregam 15 comunidades (Tabela 17) que constituem a Rede Camponesa de Comercialização. Em Catalão existem várias outras Comunidades, destacando-se a Comunidade Morro Agudo/Olaria, Macaúba, Mata Preta e adjacências que sofrem os efeitos territoriais das mineradoras no município.

Desta feita, é necessário se debruçar com cautela sobre o cooperativismo, e, no caso em questão, compreende-se que são elementos de *(Re)Existência*, àquelas que foram construídas e são protagonizadas por lideranças e gestores que possuem forte vínculo com as ações políticas dos sujeitos da terra, ou mesmo, que são geridas por esses sujeitos sociais.

No Sudeste Goiano tem-se dezenas de cooperativas nas quais grande parte tem finalidade de assegurar as condições de geração de lucro para determinados setores da sociedade (pecuaristas, empresários rurais, comerciantes) que se apropriam dessa estrutura para viabilizar seus próprios interesses, sendo que, a parcela maior está a serviço do agronegócio.

Dentre elas, entende-se que são aporte de *(Re)Existência* das famílias camponesas, as seguintes: Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia; Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Corumbaíba; Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis e Região; Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona; Cooperativa Agropecuária de Catalão; e, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Buritizinho e Região.

Nota-se que a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia Central (COOPERSIL, 2021) tem seu embrião em 1989, e tem como objetivo “[...] fixar no campo, tornando a união de todos os cooperados, uma força para alcançar objetivos que os beneficiem”. Essa Cooperativa é um importante suporte na produção e comercialização de produtos do campesinato do município.

Já a Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO) é fundamental para viabilizar o acesso às políticas públicas, pois auxilia na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida pelo MDA em 2009. A Cooperativa tem *expertise* na comercialização do leite, sendo que, o conjunto das famílias associadas produzem 70 mil litros de leite/dia. São produzidas na COAPRO cerca de 600 toneladas de ração por mês e a Cooperativa também se dedica a produção e comercialização do mel, sendo produzidas 42 toneladas do produto por ano.

A Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL, 2021) tem como missão “[...] levar confiança com produtos e serviços de qualidade ao cooperado, colaboradores e a comunidade de forma sustentável, com responsabilidade socioambiental e agregando valores a

produção agropecuária para a difusão do cooperativismo”. A COACAL disponibiliza para seus cooperados Serviços de Assistência Técnica, Agronômica, Veterinária, Prestação de Serviços Agrícolas e Insumos, fundamentais na produção leiteira. Na parte de comercialização, a COACAL tem como potencialidades a ração animal e a comercialização do leite.

A COACAL após mais de 60 anos de tradição, sendo uma das mais antigas do Estado de Goiás e exemplo de organização política e administrativa foi fechada e declarou falência em 2018. Muitas dívidas, demissão de trabalhadores, suspeitas de desvios de recursos por parte da Diretoria. Enfim, as operações foram encerradas e inicia-se um processo de venda do patrimônio para liquidar as dívidas, a maioria, com agências financeiras. Neste momento, percebendo que havia interesses diversos de empresários locais, políticos e outras frações das classes hegemônicas em Catalão em vender a área onde está situada a COACAL, alguns associados, apoiados por vereadores, capitaneados pelo Vereador Professor Marcelo Mendonça buscam apoiadores (MCP, CPT, GT/Câmara Municipal, parcela da imprensa) e criam a Frente Parlamentar em Defesa da COACAL para não permitir a venda do patrimônio, a não ser aquele, estritamente necessário para quitar as dívidas trabalhistas e insistir num processo de negociação com as agências financeiras, uma vez que, havia lacunas nos contratos e juros exorbitantes sendo cobrados.

Diante disso constituiu-se uma Comissão e com apoio jurídico e democratização das informações para a sociedade catalana, houve intenso apoio à retomada das atividades da COACAL. Assim, em 2019, os cadeados foram arrebatados e a Comissão assume a tarefa de reorganizar e negociar as dívidas, mas, principalmente, assegurar que parte do patrimônio fosse preservado e as atividades de coleta do leite fosse retomada. Na Foto 5 tem-se a fachada da COACAL em Catalão (GO).

Foto 5 - Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL).



Fonte – PORTAL CATALÃO.

Disponível em: www.portalcatalao.com.br/.

Devido à Pandemia da Covid-19, encontrou-se dificuldades em realizar visitas nas outras Cooperativas mencionadas. Com base em fontes secundárias, identificou-se que desenvolvem importante papel na comercialização, produção, assistência técnica, acesso às políticas públicas e políticas de crédito etc. Entende-se que são importantes instrumentos de *(Re)Existência* do campesinato pois, os cooperados, a maioria camponeses, juntos, desenvolvem estratégias de produção, comercialização, acesso às políticas públicas, assistência técnica, facilitação para a aquisição de créditos, essenciais para a garantia de renda e permanência em seus territórios.

A Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Corumbáiba (COOPAC) foi criada no ano de 2001 por um grupo de produtores de leite de Corumbáiba, com o intuito de negociar um melhor preço do leite *in natura* no mercado. Atualmente, conta com um total de 164 associados (Corumbáiba e Nova Aurora) e atua na compra e venda do leite. Dentre os associados, a maioria é de camponeses, nomeados pela Cooperativa como pequenos produtores, com uma produção média de 112,8 litros de leite por dia. A COOPAC por exemplo, possibilita o alcance de melhores preços para os pequenos produtores de leite em Corumbáiba (GO), pois a negociação em grande escala lhes garante melhor preço de mercado.

Para Carneiro (2013) os camponeses, diante das novas exigências, ou desistiram do mercado formal, inserindo-se na informalidade, ou se mantiveram, incorporando alguns aspectos da modernização, mesmo sofrendo com as exigências do mercado e políticas

excludentes do setor lácteo e, muitas vezes, se endividando. Para eles, o sentido da produção e da terra são outros, uma vez que lutam para a sua reprodução e para a permanência na terra. Nesse aspecto, o leite assume posição de destaque, pois a sua comercialização possibilita renda constante para o camponês e sua família. Diante da política de diferenciação de preços, uma estratégia encontrada pelos camponeses para conseguirem melhor preço para o leite no mercado foi a criação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Corumbáiba (COOPAC).

A produção diária varia entre os produtores e totaliza 18.500 l de leite. O leite da COOPAC é vendido para a agroindústria laticinista Italac Alimentos em Corumbáiba. Além da comercialização do leite e da parceria com supermercados no município, a COOPAC possui uma loja de produtos agropecuários e insumos com programas de créditos que facilitam a aquisição para os associados. A Cooperativa oferece também um veterinário para realização de assistência técnica. Nos supermercados, o convênio oferece aos cooperados formas de parcelamento diferenciadas para os produtos adquiridos, além de pagamento realizado com desconto nas folhas de pagamento do leite (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Como pode-se observar as cooperativas nesses casos são importantes ferramentas para os camponeses na produção e na comercialização dos produtos, destacadamente a produção leiteira. Pensar numa economia solidária faz com que a escala nos processos de produção e comercialização sejam fundamentais para manter os camponeses na terra e manter seus territórios. Certamente, sabe-se que há uma sujeição da renda da terra ao complexo agroindustrial lácteo, porém, é importante destacar que, os associados entendem ser as ações das Cooperativas, uma estratégia de melhorar os rendimentos, facilitar a comercialização e, principalmente a aquisição de insumos necessários na Unidade Produtiva Camponesa.

Em Corumbáiba (GO), por exemplo, a apropriação e sujeição da renda da terra ao capital, nas empresas rurais e nas unidades camponesas, ocorrem por meio da venda do leite à agroindústria laticinista. Nesse caso, as exigências do mercado, representadas pela agroindústria laticinista, estimulam a especialização na atividade por meio da política de diferenciação de preços equivalente à quantidade e à qualidade do leite. Ao pagar mais pelo leite produzido em maior quantidade e de melhor qualidade, a empresa impõe a lógica capitalista e reforça, para o produtor, a necessidade de produzir mais e melhor, caso deseje aumentar a sua renda. Os produtores que decidem se especializar na produção buscam a melhoria constante da produção, investindo cada vez mais capital no processo produtivo, para atender as exigências do mercado. Já os pequenos produtores – em sua maioria, destituídos de capital – veem-se a margem do setor, pois são penalizados por não atingirem os níveis de qualidade e de qualidade estabelecidos.

A comercialização do leite produzido nas unidades camponesas é necessária para a reprodução da família e a sua permanência na terra. Com isso, têm-se as contradições, pois ao mesmo tempo em que a venda do leite promove a sujeição da renda da terra e a subordinação formal do trabalho ao capital, também contribui para a reprodução da família camponesa e a sua permanência na terra.

3.2. A Educação do Campo

“Gente da roça não carece de estudos! Isso é coisa de gente da cidade...” (Anônimo) são pensamentos que foram e ainda são reproduzidos por uma concepção cultural excludente que preconiza a educação como um direito de poucos, ou mesmo, que a educação a ser oferecida para todos, deve considerar apenas os padrões hegemônicos, desenvolvimentistas e urbanocêntricos.

Essa posição política orquestrada pelo Estado tinha propósitos claros, ou seja, “esvaziar o campo de gentes e assegurar a territorialização das grandes empresas rurais”, precisamente a partir do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁷. Criado para assegurar a ampliação da modernização da agricultura, compreendida por Mendonça (2004) como modernização do território, numa fusão de interesses entre as demandas do capital transnacional associado aos interesses das elites que controlavam o Estado, através do Golpe Militar de 1964 e as necessidades discursivas do Estado que viabiliza a ocupação racional das áreas de Cerrado a partir da década de 1970.

O projeto de modernização do território para as áreas do bioma Cerrado e da Amazônia implicava criar diversas redes de transporte e logística, alterando os processos de apropriação do espaço e, conseqüentemente, produzindo novos territórios e inúmeras disputas entre as populações locais (nativas) e os chegantes, notadamente, sulistas e empresas estrangeiras, portadoras do progresso, garantido pelas forças militares que estabeleceram a normatização dessas ações/atividades.

¹⁷ O *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento* (II PND) deu sequência ao *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento* (I PND). Assim como o I PND, o II PND também foi instituído por Lei. Em 4 de dezembro de 1974, foi promulgada a Lei 6.151 que instituiu as diretrizes do II PND, vigente entre os anos de 1974 e 1979. O I PND, elaborado durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), obteve êxitos no que se referiu ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e na expansão da produção industrial, durante a vigência do plano entre anos de 1972 e 1974. No entanto, a crise internacional do Petróleo de 1973/1974 reduziu a viabilidade da execução das diretrizes propostas no I PND e gerou também a crise do “Milagre Econômico”. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/segundo-plano-nacional-de-desenvolvimento/>

A *negligência* histórica do Estado e das parcelas hegemônicas da sociedade com a construção de uma educação popular do campo, relegando a educação rural à marginalização, está relacionada, dentre outros aspectos, a uma concepção dicotômica em que o rural e o urbano são espaços distintos e hierárquicos. Tal concepção relega ao campo, posição periférica, portanto, atribui a educação desempenhada no campo também um caráter periférico, como resíduo educacional.

Quando se dedica a analisar a educação rural – e/ou do campo – no Sudeste Goiano é preciso partir do pressuposto de que a educação é sim, um direito de todos. E esse “todos” é formado por especificidades, por isso, deve haver uma política de construção de uma educação voltada para o campo, às famílias camponesas e de trabalhadores rurais. Ainda, é preciso se libertar da concepção de que o campo e seus sujeitos são inferiores à cidade, sendo sinônimo de atraso, estando condenado ao desaparecimento. Mesmo, tardiamente, diversos projetos de educação do campo são construídos pelos movimentos sociais e pressão das famílias camponesas, permitindo algumas experiências exitosas na área de pesquisa.

Acredita-se que a educação de qualidade deve ser garantida para todos, inclusive para as famílias do campo, considerando suas especificidades de aprendizagens e necessidades a partir do trabalho e das perspectivas daqueles que estão na terra, e essas experiências pedagógicas, que são políticas, se constituem formas de *(Re)Existência* camponesa.

Nesse sentido, julga-se necessário refletir sobre as concepções de campo e cidade, da relação campo-cidade e, especificar o diferencial entre a educação rural e a educação do campo, bem como, estabelecer o que se entende por educação do campo, para, posteriormente, apresentar os aspectos da educação do campo no Sudeste Goiano.

3.2.1. O Campo e a Cidade

Carlos (2003) afirma que o urbano e o rural são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta e assegura que:

[...] cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluriatividades. [...] no Brasil, a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo a antiga contradição cidade/campo [...] (CARLOS, 2003, p. 180).

O mundo está em constante transformação e ao longo da história, a relação cidade-campo também se modifica. “[...] O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. [...]” (WILLIANS, 2011, p. 471).

Sem dúvida, as ideias a respeito do campo e da cidade têm conteúdos e desenvolvimentos históricos específicos, mas também está claro que, em determinados momentos, elas representam formas de isolamento e identificação de processos mais gerais. É muito comum dizer-se “a cidade” para se referir ao capitalismo, à burocracia ou ao poder centralizado; e “o campo”, como já vimos, em cada época tem um significado diferente, associado a ideias tão diversas quanto a independência e a pobreza, o poder da imaginação ativa e o refúgio da inconsciência (WILLIANS, 2011, p. 475).

Marques (2006) assegura que existe “[...] a necessidade de considerar a relação campo-cidade para compreender como se constituem os espaços rural e urbano, concebendo-os como constitutivos de uma totalidade dialética que os engloba [...]” (MARQUES, 2006, p. 172), uma vez que se tem uma unidade formada na diversidade. O campo e a cidade são:

[...] dois espaços que constituem meios criados a partir de uma multiplicidade de relações sociais de alcance diferenciado, estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e a natureza, que dão origem a configurações sociais específicas conhecidas como ruralidade e urbanidade (MARQUES, 2006, p. 172).

Nesse sentido, a compreensão da relação cidade-campo e da forma como ocorre deve ser analisada historicamente e sob um contexto mais geral, tendo em vista o modo de produção capitalista. A esse respeito, Willians (2011, 476) pondera:

[...] vejo nesse processo de transformação das relações entre a cidade e o campo a força motriz de um modo de produção que efetivamente transformou o mundo. Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, [...] desde que possa afirmar também que esse modo de produção teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra e lá produziu muitos dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar no proletariado.

Para Williams (2011) a relação cidade-campo é uma construção histórica, ou seja, deve ser analisada como uma realização da sociedade humana, avaliando criticamente as diversas formas assumidas pelas ideias, tanto as persistências quanto a historicidade dos conceitos, estando relacionadas a um contexto mais geral.

Assim, ao analisar a relação cidade-campo:

[...] nem sempre percebemos que, em seu posicionamento geral, elas representam posicionamento em relação a um sistema social global. [...] as poderosas imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social. É por isso que, em última análise, não podemos nos limitar a contrastá-las; precisamos também examinar suas inter-relações e, através destas, a forma concreta da crise subjacente (WILLIAMS, 2011, p.483).

De forma estereotipada a concepção de cidade e campo é frequentemente reproduzida pelas ciências e pelas artes como se a cidade fosse sinônimo de realização, de saber, de comunicação, de progresso e de luz, ou mesmo como lugar de barulho, mundanidade e ambição, “[...] sua mobilidade social era a escola da civilização e da liberdade.” (WILLIAMS, 2011, p. 244). Já o campo é entendido como uma forma natural de vida, cercada de paz, inocência e virtudes simples, assim como a expressão do atraso, ignorância, limitação e da obscuridade. No entanto,

A realidade histórica, [...], é surpreendentemente variada. A “forma de vida campestre” engloba as mais diversas práticas [...] e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas [...] mas não há em absoluto uma relação de identidade (WILLIAMS, 2011, p. 12).

Segundo Mendonça (2004), o processo de territorialização do capital no campo nas áreas de Cerrado, está relacionado aos estereótipos mencionados por Williams (2011), todavia, são reinventados e incorporados nas ações ideológicas que legitimaram o processo de modernização conservadora implantada nessas áreas. Com isso, o “[...] discurso modernizador torna-se o discurso legítimo, capaz de unir as vontades, mesmo diante da existência de outros códigos concorrentes.” (MARQUES, 2006, p. 175). Isso porque:

No caso brasileiro, a concepção de atraso, de pobreza e de isolamento é apropriada e fortalecida pelo processo de acumulação do capital, pela ideologia do progresso e do desenvolvimento. O capital reinventa a discussão acerca do sertão, tido como o interior, em oposição ao litoral – a área onde a civilização está presente, ou seja, aquelas áreas já integradas aos interesses do capital. A dicotomia campo-cidade é transposta para a distinção entre o litoral (a civilização), as áreas já incorporadas ao circuito produtivo subsumido ao capital e o sertão (selvagem), abrangendo as áreas que ainda não estavam subsumidas ao processo de produção imposto pelo capital (MENDONÇA, 2004, p. 147).

Nesse sentido, a ideologização do campo, tido pela sua natureza selvagem, precisava ser domesticada. Assim:

[...] tentou homogeneizar as diversas formas societais existentes, [...] desconsiderar qualquer vestígio das diferentes formas de produzir e de viver, características das sociedades pré-capitalistas que ocupavam essas áreas desde tempos imemoriais (MENDONÇA, 2004, p. 150).

A modernização era considerada necessária e urgente para garantir o progresso, pois seria capaz de modificar a rusticidade do campo e assegurar comodidade e conforto ao sertanejo. Assim, “[...] não havia dúvida quanto à necessidade de introduzir as novas técnicas e o modo de vida urbano e industrial no “sertão”.” (MENDONÇA, 2004, p. 151). No entanto, esse progresso técnico, refere-se a um progresso do capital e para o capital, já que se trata do progresso a partir da adoção das técnicas capitalistas de produção como uma forma de dominação do capital sobre o trabalho.

Para Willians (2011, p. 477):

O que as companhias de petróleo e de mineração fazem é o mesmo que faziam os proprietários de terras, o mesmo que faziam e fazem os donos de grandes fazendas coloniais. [...] passaram a encarar a terra e suas propriedades como objetos de exploração com fins lucrativos: um lucro tão nítido que as necessidades muito diversas das diferentes comunidades locais são ignoradas, muitas vezes de modo brutal. Por mais difícil e complexo que seja esse processo, já que os aumentos de produção e a formação de novas formas de trabalho e riqueza são indubitavelmente reais, normalmente é mais necessário ver esse tipo de contraste.

É necessário abarcar o contraste ocasionado pela territorialização do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado, seus efeitos sobre as Comunidades Camponesas, as cidades, os modos de vida e os *constructos* ideológico-culturais, dentre eles a educação desenvolvida nesse espaço.

Os efeitos sobre as comunidades humanas, bem como sobre as formas de vida tradicionais e com peculiaridades locais, são em muitos casos bem semelhantes. A terra, encarada em termos de fertilidade ou de riqueza mineral, empreendimento que, durante certo tempo, deixa de lado todas as outras considerações. Após as radicais transformações físicas ocasionadas pela Revolução Industrial, tornou-se fácil para nós não ver como foram profundas as alterações que a agricultura causou na terra, de modo visível até hoje (WILLIANS, 2011, p. 478).

[...] reconhecer de modo adequado o caráter específico do modo capitalista de produção, o qual não consiste na utilização de máquinas nem de técnicas de melhoramento, e sim no fato de que a propriedade de tais coisas está

concentrada nas mãos de uma minoria. De fato, à medida que a concentração de propriedade, primeiro da terra, depois de todos os meios de produção importantes, foi dando forma a um sistema e um Estado, com muitos tipos de mediação política e cultural, foi natural que a percepção diminuísse, embora a realidade se intensificasse (WILLIANS, 2011, p. 479).

Em Goiás, o campo e a cidade, assim como a relação cidade-campo, a partir da territorialização do agrohidronegócio adquirem novos conteúdos, representados pela dinâmica territorial capitalista, motivada pela lógica da produção e da circulação de mercadorias, no campo e na cidade, manifestando-se pelas agroindústrias, pela sujeição da renda da terra, pelos crescentes índices de urbanização e pela mobilidade do trabalho.

Rodrigues; Mendonça (2012) salientam a necessidade de considerar o conceito de Comunidade a partir do conflito e das disputas de poder e compreender as Comunidades Camponesas na sua inteireza. Dessa forma, compreende-se que a educação se torna um projeto disputado e em correlação direta com as forças dos grupos representados pelos camponeses e *trabalhadores da terra* e pelas empresas rurais, latifundiários amparados pelo Estado.

Nesse processo os camponeses, a maioria, é expulsa da terra e se deslocam para as periferias urbanas e/ou áreas de fronteira em busca de melhores condições de vida; no primeiro caso, acesso à educação, saúde etc; e no segundo caso, buscando a terra, enquanto *território de vida*.

A reflexão desenvolvida também ressaltou que o conceito de Comunidade apesar da própria palavra trazer o sentido de algo em comum entre os sujeitos, o processo histórico de transformação ocorrido na sociedade capitalista evidencia que esses espaços sofreram intensas modificações, cujo espaço passou a ter novos usos, com diferentes interesses dentro de uma mesma Comunidade. O território passa a configurar sob a hegemonia do Estado, se espacializando para além dos limites políticos, mas principalmente nas relações sociais estabelecidas. Portanto, o conceito de Comunidade requer uma reflexão que perpassa pelo conflito, considerando a luta de classes e a compreensão de que os camponeses e trabalhadores da terra compõem o universo da *classe trabalhadora ampliada* (RODRIGUES; MENDONÇA, 2012, p.14).

Esse contexto histórico também está vinculado à forma como a educação rural e a educação do campo se construíram/constroem, inclusive, ainda hoje. O processo de fechamento das escolas rurais em Goiás, sobretudo, a partir dos anos 1990 e o transporte das crianças e jovens do campo para as escolas urbanas, demonstram os efeitos da territorialização do agrohidronegócio e está diretamente relacionado ao projeto de urbanizar/industrializar o campo,

transformando os camponeses e seus familiares, dependentes do mercado, despossuídos da terra, converteram-se em mão de obra barata e precarizada.

3.2.2. A Educação Rural e a Educação do Campo

Para Silva; Costa (2006) a educação rural está ancorada a uma visão tradicional do espaço rural no País e não faz as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorpora as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que preconizam a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação é um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora, também parte do princípio de que os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos e excluídos.

Já a educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela permanência nela (COSTA; SILVA, 2006). O mais importante, é que esse paradigma reconhece a relevância da agricultura familiar e do campo brasileiro, pois “[...] concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro [...]” (JÚNIOR; NETTO, 2011, p. 51).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é definida como:

[...] aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p.53 apud JÚNIOR; NETTO, 2011, p. 51).

O paradigma da educação do campo surge a partir das reivindicações e lutas sociais das comunidades, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, da atuação das universidades, sindicatos e instituições envolvidas com a pauta da construção de uma educação popular, e em específico, de uma educação voltada para os sujeitos do campo, vinculadas às ações pelo acesso à terra e a permanência nela.

A diferença com a educação rural é que, quando se tinha/tem a existência da escola no espaço rural, mas não havia/há uma educação voltada para os sujeitos do campo, que fosse/seja voltada para a permanência das famílias no campo e, que possibilitasse/possibilite a chegada das inovações tecnológicas no campo.

Para Arroyo (2008), a dimensão educativa dos movimentos sociais do campo tem origem na inquietação gerada pela falta de um projeto de educação em que haja a valorização dos diversos sujeitos que compõem a identidade “do campo”. Uma proposta de Educação Básica do Campo deve considerar uma nova concepção de escola em que haja a reinvenção de tempos e espaços escolares (ARROYO, 2008).

Arroyo (2007) ressalta que ao defender a educação do campo, os movimentos sociais do campo colocaram na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência de o Estado assumir políticas públicas que garantam esse direito. Por isso, vêm acumulando experiências de cursos de formação, em convênio com escolas normais e cursos de pedagogia, para formar educadoras e educadores capacitados a atuarem na especificidade social e cultural dos povos que vivem no campo.

As experiências de formação de educadoras e educadores do campo realizadas nos cursos de magistério e de Pedagogia da Terra, na graduação e na pós-graduação, no conjunto de encontros, oficinas, estudos e reflexões sobre a prática educativa dos movimentos fornecem indagações instigantes que merecem ser consideradas na formulação das políticas públicas educacionais (ARROYO, 2007).

A maior parte das escolas rurais que existem no Brasil e em Goiás são escolas que se localizam no campo, todavia, possuem uma proposta pedagógica e uma matriz curricular que reproduzem a educação urbana, além de não contemplar os princípios da Educação do Campo. Esse contexto perpetuou ao longo da história da educação no País, tanto no período jesuítico quanto no período da ditadura militar¹⁸, uma vez que, esse período se caracterizou por uma reforma educacional centralizada e excludente pautada na segurança nacional e no desenvolvimento econômico com padrões urbanos (JÚNIOR; NETTO, 2011).

Segundo Júnior; Netto (2011) as escolas rurais foram construídas tardiamente e sem apoio do Estado. Com isso, as próprias comunidades se organizaram para criar as escolas para seus filhos, algumas com o apoio da Igreja, outras organizações e movimentos sociais

¹⁸ A reforma do ensino de 71 reflete a preocupação de estruturar um sistema educacional voltado para a preparação de mão-de-obra para engajar-se no mercado de trabalho urbano. Assim surgem os cursos de preparação para o trabalho vinculados ao ensino fundamental e os cursos “técnicos” de ensino médio e outros profissionalizantes de formação específica, mediana, atuando como auxiliares dos níveis mais elevados; pois o objetivo agora era o de criar escolas e instituições voltadas para a formação de técnicos para o mercado, que exigia mais iniciativa, imaginação, capacidade de tomar decisões e resolver problemas. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/reformas-advindas-ldb-1971-que-plantamos-colhemos/>

comprometidos com a educação. Os problemas da educação no Brasil são muitos, mas no meio rural a situação é mais complexa.

Vale destacar que a proposta de educação do campo está na contramão da educação conservadora e burguesa que, hegemonicamente vem sendo desempenhada pelo Estado, portanto envolvem lutas cotidianas contra o fechamento de escolas rurais, pela manutenção das Escolas Famílias Agrícola (EFAs), tanto em Goiás como em todo o Brasil. São comuns as manchetes, noticiando o fechamento de escolas rurais, tais como: “Cresce o número de escolas fechadas no campo no Brasil: segundo estudo, de 2002 até o primeiro semestre de 2017, cerca de 30 mil escolas rurais no país deixaram de funcionar” (BRASIL DE FATO, 2018) e “Em 19 anos, 209.195 escolas rurais foram fechadas no Brasil: Goiás baixou as portas de 2.214 unidades educacionais, 82%” (DM COTIDIANO, 2018).

Todavia, cada vez mais, sujeitos vem se envolvendo na luta em defesa das escolas rurais na perspectiva da educação do campo e tomando consciência da necessidade de se construir uma educação verdadeiramente do e para o campo, como forma de valorização de suas identidades e como estratégia de luta pela permanência na terra.

Destacam-se as atuações das Comunidades Camponesas e dos movimentos sociais, assim como dos sindicatos e associações. Muitos são os registros dessas lutas, por exemplo: “Em Carira, interior de Sergipe, pais e alunos lutam contra o fechamento de escolas” (MST, 2018); “Rio Grande do Sul fortalece mobilizações contra o fechamento das escolas do campo” (MST, 2017); “Movimentos lançam Campanha contra o Fechamento de Escolas do Campo: campanha ajudará as comunidades a se mobilizarem e levar informações contra o fechamento das escolas na Paraíba” (MST, 2018); “Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural” (VIO MUNDO, 2010); “Luta popular garante a reabertura de Escola do Campo: com o anúncio do fechamento, pais e educadores resistiram e mantiveram aulas em um barracão de lona” (BRASIL DE FATO, 2018); “Fórum Nacional de Educação do Campo denuncia fechamento de escolas rurais: Encontro é realizado nesta semana em Brasília para construir resistência ao desmonte de políticas públicas do setor” (BRASIL DE FATO, 2019).

As manchetes visibilizam as lutas cotidianas dos sujeitos sociais e políticos envolvidos na construção de uma educação no campo e, voltada para o campo. Essa luta é engendrada também pelos trabalhadores da educação, como nos demonstra o depoimento de um professor e diretor da Escola Estadual Agrícola David Aires França¹⁹:

¹⁹ A Escola Estadual Agrícola Davi Aires França localiza-se na zona rural de Campos Belos, Km 7 da Rodovia Arraias/Campos Belos. Conta com 32 funcionários e 180 discentes matriculados em 2020 (QEDu, 2020).

As razões da luta por essas escolas são muitas. Principalmente, quando você visita as comunidades, o quanto essas comunidades evoluem a partir de uma educação focada, nos saberes desse povo, valorizando as suas práticas. Algo que ainda estamos caminhando nesse sentido. Ao longo do tempo, acabou se tornando uma escola muito tradicional. A partir do momento que você consegue demonstrar por números, você acaba por criar um sentimento de resistência entre todos aqueles que estão envolvidos. Uma coisa, que é importante frisar, é que essas escolas só funcionam porque dentro delas tem pessoas que acreditam nesse modelo. Que acreditam numa educação de qualidade. Tem pessoas que acreditam que o camponês tem que ter educação de qualidade. A ele não deve ser relegado o “resto” da educação. A ele os livros didáticos velhos, os livros velhos da biblioteca que mandam para suas escolas. Não! A eles eu tenho que dedicar o melhor possível que a educação pode oferecer, inclusive, com recursos. Essas escolas só funcionam porque tem pessoas que acreditam nisso. Essa é nossa tradição. Escolas em São Salvador, Natividade, Arraias, Almas, Porto Nacional, que tem escolas com essas características. A partir do momento que a gente consegue convencer as estruturas de governo que essas escolas são importantes e temos que trabalhar com números, gastos. A partir do momento que você consegue comprovar que ao investir nessas escolas você consegue reduzir gastos com transporte escolar, certamente nós teremos melhoras, mas isso é a dificuldade (TRABALHO DE CAMPO, 2019).

As lutas pela educação no/do campo em Goiás e, especificamente, no Sudeste Goiano também estão permeadas por essa dinâmica política. As escolas rurais atualmente enfrentam o desafio da redução do número de alunos (crianças e jovens no campo) o que fortalece os discursos e projetos de fechamentos de unidades e implantação massiva do transporte escolar. As lutas políticas em defesa das escolas devem ser/são engendradas pelas comunidades rurais, pelos trabalhadores da educação e pelos próprios sistemas de ensino. O desafio é pensar/implantar um projeto para a educação do campo que mantenha as escolas, com qualidade e reconhecimento dos saberes e fazeres dos sujeitos do campo e que atenda às novas conjuntas socioespaciais.

3.2.3. A Educação Rural e a Educação do Campo no Sudeste Goiano

Em sua maioria, as escolas rurais de Goiás surgiram por iniciativa das famílias rurais, sobretudo, as com maior condição financeira, pois custeavam uma professora para lecionar para seus filhos, familiares, vizinhos e afilhados. Nesse contexto, de 1930 a 1964, atuavam os chamados “Mestres-escolas”, principais intelectuais, contratados pelos fazendeiros que tinham a função de um professor/instrutor (INÁCIO, 2017).

Atuando na Microrregião de Catalão (GO),

Esses mestres-escolas vinham, geralmente, da região de Minas Gerais. Eram muito pobres. Alguns, pouco sabiam, embora outros possuíssem um conhecimento mais abrangente nas áreas de Geografia, Português, Matemática, Inglês, História, Latim e até mesmo Francês. Alguns lecionavam porque gostavam da profissão, outros devido à falta de opção em conseguir trabalho que não fosse o braçal. O tempo da permanência de um mestre escola, em uma determinada fazenda, variava de 1 a 4 anos, mais ou menos. Seu vencimento (20 mil réis por ano) corria por conta do fazendeiro ou dos pais dos alunos, dependia de como tinha sido feito o contrato inicial. Não havia necessidade de se fazer um contrato escrito, bastava a palavra empenhada. Além deste salário, o mestre-escola buscava gêneros alimentícios para ele e sua família, caso a tivesse, na casa do fazendeiro. [...] A partir de 1960, em muitos casos passam a ser subvencionados pelo município, e não mais pelos pais ou fazendeiros diretamente (INÁCIO, 2017, p. 04-05).

Após esse período têm-se as escolas rurais que funcionavam em parceria com as prefeituras. Em sua maioria, eram construídas em terrenos cedidos pelos fazendeiros. As professoras (a partir dos anos 1960, a docência passa a ser realizada em sua maioria por mulheres) eram servidoras dos municípios e eram responsáveis pelo ensino multisseriado, pelo trabalho de limpeza, preparo e gerenciamento da alimentação escolar. Essas escolas eram denominadas de escolas isoladas, que predominavam nos municípios goianos, atendendo do Pré-escolar à quarta-série, o que atualmente corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

A esse respeito, ao caracterizar a educação rural de Corumbaba (GO) até os anos 1990, uma das entrevistadas diz:

[...] tínhamos um contexto com muitos problemas – escolas funcionando em ranchos, paióis, dentro da residência de fazendeiros – além dos problemas com as professoras. Elas tinham que deslocar de carona com leiteiros ou permaneciam nas fazendas durante a semana. Lá tinham, muitas vezes, que realizar trabalho doméstico em troca da estadia, por exemplo. Uma situação muito caótica. Escolas isoladas, no nome e, na prática. Professoras, que faziam faxina e lanches, que não dispunham de material pedagógico e com turmas multisseriadas, do Pré-escolar até a 4ª série. Eram cerca de 36 escolas isoladas no município (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

O depoimento da entrevistada demonstra o quanto as escolas rurais estavam permeadas pela precariedade no que tange à infraestrutura, ao trabalho docente e ao aparato pedagógico. Eram necessárias políticas educacionais de investimento em infraestrutura, melhoria nas condições de trabalho, formação continuada e um projeto pedagógico que visasse a qualidade do ensino no campo.

As escolas isoladas eram realidade em quase todos os municípios goianos, até a década de 1990. As condições precárias do trabalho docente e da educação eram imensuráveis.

A maior parte dos municípios, nesse contexto, optou por criar as chamadas escolas polos (escolas nucleadas) e inserir o transporte escolar, transportando as crianças e jovens do campo para as escolas urbanas. Com isso, o fechamento das referidas escolas isoladas foi latente. Os efeitos dessas ações foram intensas para as populações do campo, uma vez que, a maioria das crianças e jovens foram matriculadas nas escolas urbanas, sendo atendidas – em grande medida, de forma precária – pelo transporte escolar.

As escolas polos eram construídas com recursos oriundos dos municípios. Tinham uma infraestrutura mais adequada e ofertavam, além dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os anos finais do Ensino Fundamental (antigo ginásio – 5ª a 8ª série) e, algumas, até mesmo o Ensino Médio. O Município de Corumbáiba, por exemplo, construiu entre os anos 1994 e 1996 três escolas polos que se encontram em atividade, sendo: Colégio Municipal Santa Terezinha, no Povoado do Areião; Escola Municipal Professor Alberto de Moraes Holanda, no Povoado da Ponte Quinca Mariano; e, Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro, na região do Bálsamo (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Nos anos 1990, muitas prefeituras já estavam repensando a forma de organização das escolas rurais. A prefeitura de Piracanjuba (GO) já havia implantado o sistema de escolas polo, e de certa forma, já apontava para o sucesso do modelo. Decidimos, então, construir uma escola no Povoado do Areião e agrupar 27 escolas nesse núcleo. Nosso maior objetivo era oferecer às crianças e adolescentes uma educação de qualidade. Tínhamos a certeza de que se melhorássemos a qualidade da educação oferecida às crianças e jovens, contribuiríamos para a permanência do homem no campo. A clientela sempre foi variada. Tínhamos filhos de pequenos produtores, filhos de grandes fazendeiros e a maior clientela, filhos de trabalhadores rurais. Encontramos resistência. Foi muito difícil. Houve muita resistência da comunidade. Fizemos reuniões comunidade por comunidade, para apresentar os projetos. Dizendo que construiríamos uma escola nos padrões da cidade e que o transporte escolar começaria a funcionar. Enfrentamos muitas dificuldades, muitas resistências. Para dar conta, tivemos que ser firmes, não se deixando abater pelas ideias contrárias. O grande fazendeiro, mesmo que a escola funcionasse no barracão, não queria perder aquela condição de que ele tinha a escola e aquilo que estávamos propondo era um absurdo ou um sonho que estava sendo apresentado por uma professora à comunidade. Enfrentamos muita resistência também do governo estadual da época, pois achavam que a ideia de oferecer educação de qualidade para o filho do empregado da fazenda não era uma coisa possível para uma cidade do tamanho de Corumbáiba. [...] Uma vez aparadas as arestas com as Comunidades e a escola construída, percebemos que além de transportar os professores, levar a merenda, precisávamos promover o redesenho das estradas rurais. O início foi trágico, muito difícil com o transporte escolar²⁰.

²⁰ A professora T. O. foi dirigente municipal de educação no contexto da reestruturação das escolas rurais em Corumbáiba (GO).

De acordo com a entrevistada, naquele contexto, o município reconhecia a importância de se construir uma educação rural de qualidade como uma forma de preconizar a permanência das famílias no campo. Nesse sentido, houve uma política pública destinada para isso nas regiões mais populosas do Município, a partir da perspectiva de que seria necessário a implantação do transporte escolar e a construção de unidades escolares, todavia, não se preconizou uma educação voltada aos sujeitos do campo, ou seja, uma educação do campo. Os desafios eram outros,

Depois, precisávamos formar os professores. A qualificação era baixa. Fizemos parcerias com cursos de Magistério. E, após as exigências da LDB, surgiram também as parcerias com a UEG, por meio das parceladas. Com isso, conseguimos a formação dos nossos professores. Todos os recursos foram do município. Não havia recursos do governo estadual ou do federal para essa área. A educação do campo, nessa época era uma educação que ninguém queria. O governo do estado não queria. O governo federal não se preocupava e o governo do município ficava sendo cobrado. Por serem tão cobrados pela precariedade das escolas. Naquele contexto político (anos 1990), durante a campanha eleitoral, a maior cobrança era em torno das escolas. Aquelas escolas - escolas isoladas - já não atendiam as necessidades da época. Nesse tempo, a preocupação eram as exigências da LDB com relação à graduação desses professores. Não havia preocupação ou a oferta de qualquer curso voltado para essas escolas - escolas rurais. Tínhamos conhecimento de textos publicados sobre essa discussão (educação do campo), mas não voltados para formação de professores nesse contexto.²¹

Com base nas declarações da professora, nota-se que o movimento de reformulação das escolas atendeu a uma necessidade aprimorar e institucionalizar as escolas isoladas e multisseriadas daquele contexto. No entanto, mesmo a estrutura física das unidades e a formação inicial dos docentes seguiram as mesmas diretrizes da educação urbana (geral), não foi implantado um projeto educacional voltado para os sujeitos do campo, ou seja, numa perspectiva popular.

Esse processo se constitui em um movimento duplo: primeiro a imposição do modelo urbano e industrial sobre o campo nas escolas polos; segundo a precariedade a partir do transporte escolar em que os estudantes ficavam horas no trajeto casa-escola-casa. Cansadas, sem perspectivas *convenciam* os pais que para estudarem tinham que se deslocar para as áreas urbanas, promovendo o um dos objetivos dos interesses do Estado, ancorado nas necessidades de reprodução ampliada do capital, que era esvaziar os campos de camponeses e *trabalhadores*

²¹M. F. A., é professora e foi Dirigente Municipal de Educação de Corumbá (GO) de 1993-1995; 1997-1998 e 2000-2001. Entrevista realizada em novembro de 2018.

da terra, abrindo espaço para a territorialização das empresas modernas nas áreas, antes ocupadas e/ou usadas pelo campesinato.

Na Tabela 18 tem-se a quantidade de escolas rurais na Mesorregião Sul Goiano nos anos 2010 e 2018.

Tabela 18 - Quantidade de escolas na Mesorregião Sul Goiano por Município (2010-2018).

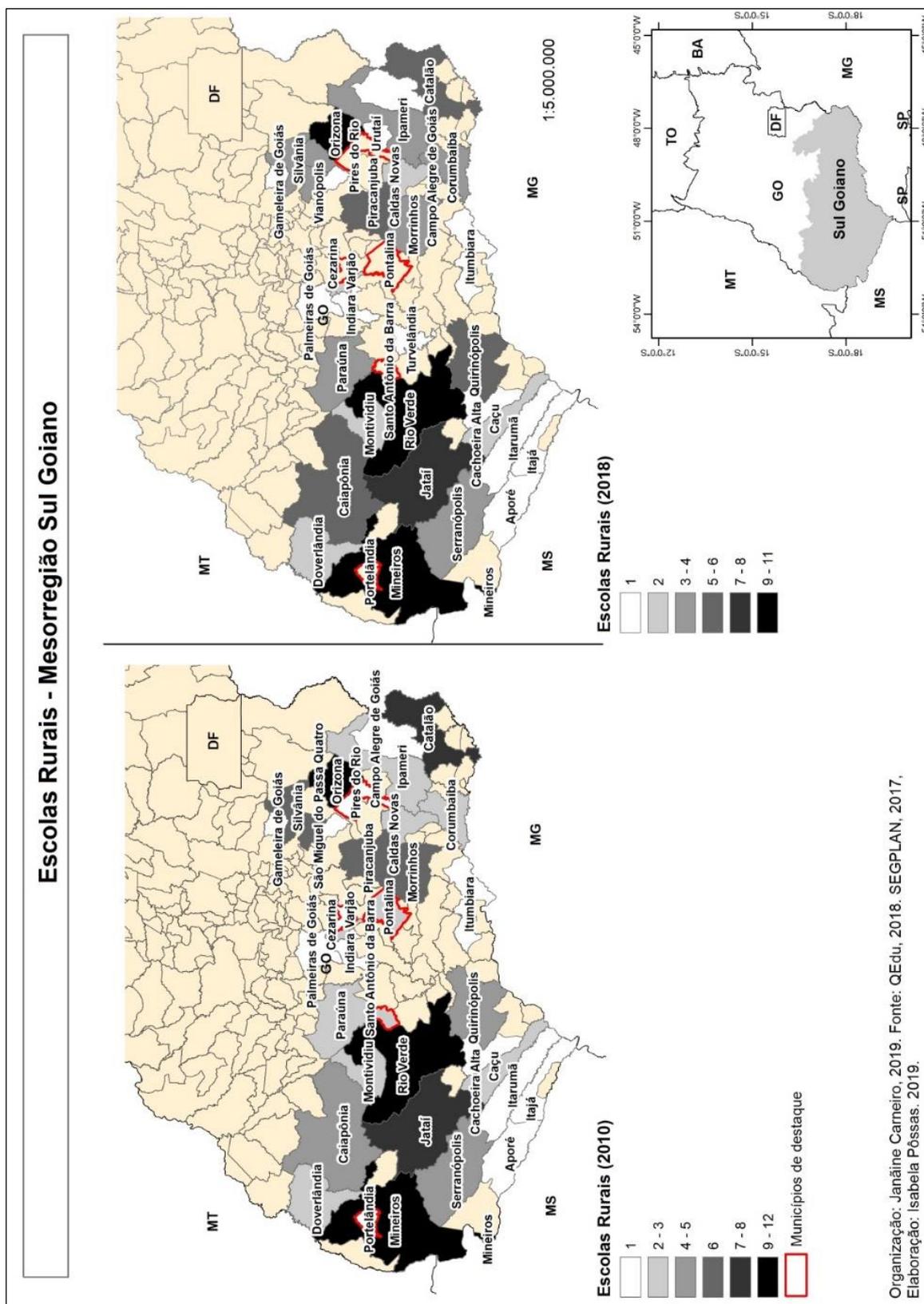
Município	Total de escolas (nº)	Escolas Rurais (nº)	Total de Matrículas nas Escolas Rurais	Total de escolas (nº)	Escolas Rurais (nº)	Total de Matrículas nas Escolas Rurais	Crescimento 2010- 2018 (%)
	2010			2018			
Aporé	4	1	48	4	1	49	2,08
Cachoeira Alta	8	1	97	8	1	99	2,06
Caçu	13	2	65	11	2	83	21,68
Caiapônia	17	5	283	17	5	289	2,07
Caldas Novas	53	2	201	66	2	219	8,21
Campo Alegre de Goiás	6	1	25	6	1	25	0
Catalão*	68	8	1349	68	5	834	- 38,18
Cezarina	6	2	124	5	2	148	16,21
Corumbaíba	9	3	264	10	3	232	- 12,12
Doverlândia	11	2	155	9	2	99	- 36,12
Gameleira de Goiás	4	1	266	4	1	233	- 12,40
Indiara	13	1	21	11	1	14	- 33,33
Ipameri	31	3	629	29	3	761	20,98
Itajá	5	1	131	5	1	202	35,14
Itarumã	5	1	87	6	1	57	- 34,48
Itumbiara	61	1	234	68	1	181	- 22,64
Jataí	66	8	975	67	8	563	- 42,25
Mineiros	44	11	163	51	10	140	- 14,11
Montividiu	12	3	103	12	2	48	- 53,39
Morrinhos	40	6	835	37	4	439	- 47,42
Orizona	18	10	1211	19	10	930	- 23,20
Palmeiras de Goiás	16	1	215	15	1	150	- 30,23
Paraúna	11	3	272	11	3	248	- 8,82
Piracanjuba	26	6	891	25	6	654	- 26,59
Pires do Rio		1	6	-	-	-	-
Pontalina		3	253	-	-	-	-
Portelândia		1	13	-	-	-	-
Quirinópolis	26	5	431	32	5	342	- 20,64
Rio Verde	117	12	1.773	120	11	1.534	- 13,47
Santo Antônio da Barra		2	52	-	-	-	-
São Miguel do Passa Quatro	5	1	77	5	1	64	- 16,88
Serranópolis	10	4	126	9	4	107	- 15,07
Silvânia	17	6	900	18	3	573	- 36,33
Urutaí	5	1	6	5	1	22	266,66
Varjão		1	12	-	-	-	-
Vianópolis	13	4	511	13	3	375	26,61

Fonte - QEDU (2019).

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2019.

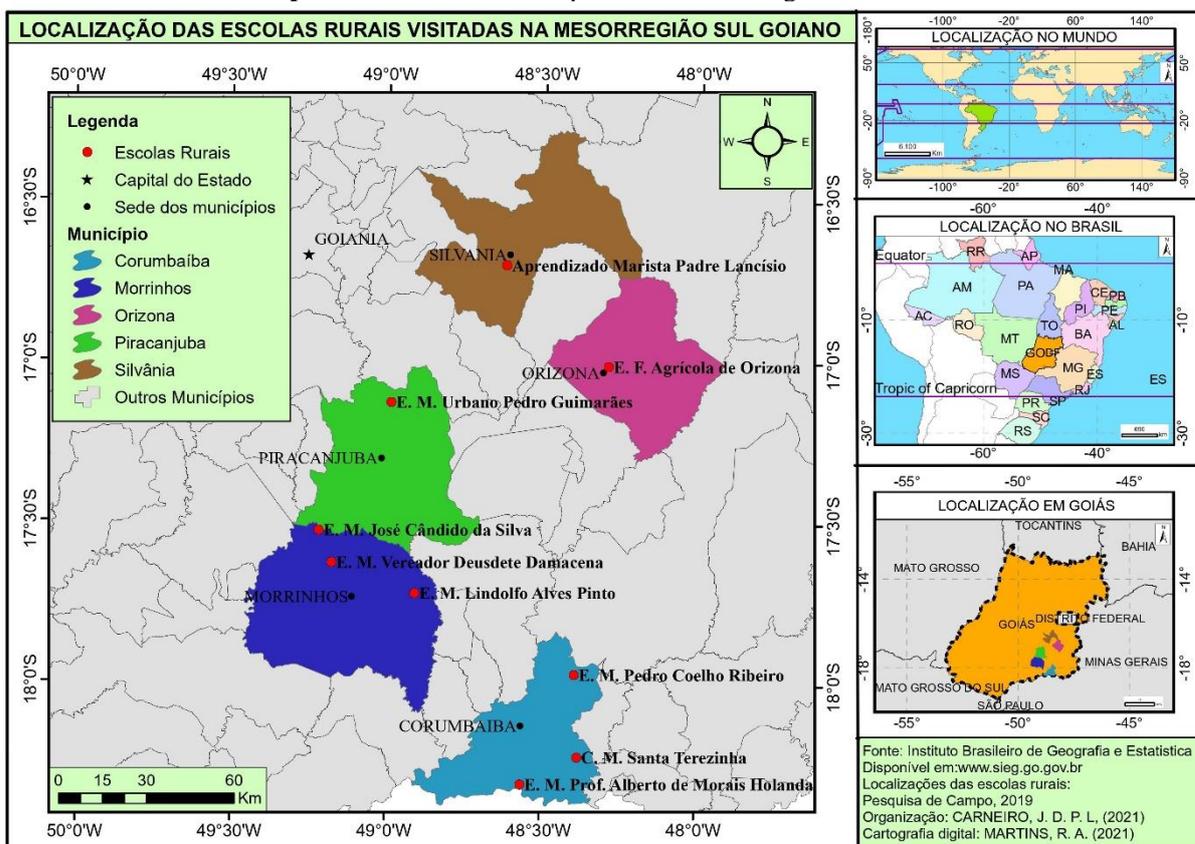
No Mapa 6 estão os municípios da Mesorregião Sul Goiano que possuem escolas rurais e a mudança entre os anos de 2010 e 2018. Nota-se que o Município de Catalão apresentou uma queda de 8 (oito) para 5 (cinco) unidades. Mineiros em 2010 tinha 11 (onze) unidades, reduzindo para 10 (dez) em 2018. Montividiu tinha 3 (três), reduzindo para 2 (dois) em 2018. Morrinhos tinha 6 (seis) unidades em 2010 e contato com 4 (quatro) em 2018. Pires do Rio, Portelândia, Pontalina, Varjão e Santo Antônio da Barra promoveram o fechamento das escolas rurais durante esse período. Já Silvânia reduziu de 6 (seis) unidades para 3 (três) e Vianópolis reduziu de 4 (quatro) para 3 (três) escolas.

Mapa 6 - Escolas rurais na Mesorregião Sul Goiano em 2010 e em 2018.



No Mapa 7 identificam as escolas pesquisadas em Goiás, principalmente àquelas localizadas no Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro).

Mapa 7 - Escolas Rurais Pesquisadas na Mesorregião Sul Goiano.



Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

A Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães está há 22,3 km de Piracanjuba (Foto 6). Foi fundada em 1990, por iniciativa da Associação de Moradores da Região Areia (AMAR) e parceria com a Prefeitura e demais proprietários rurais. Um proprietário rural doou o terreno e a Prefeitura construiu o prédio da escola, com o auxílio da AMAR, nas proximidades de sua sede.

A construção da escola foi forjada para a substituição das pequenas escolas existentes na região, conhecidas como escolas isoladas. De início, oferecia apenas o Primário. Em seguida o Ginásio e, logo o Ensino Médio e o Magistério (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Atualmente, a escola é mantida por recursos municipais, por recursos do Programa do Dinheiro Direto na Escola (PPDE/MEC), doações e eventos realizados pela equipe escolar. Funciona das 12h30 às 16h40 (com 10 minutos de recreio) e conta com 227 estudantes matriculados, da Pré-escola ao Ensino Médio, com faixa etária entre 04 e 15 anos.

Todos os estudantes moram no campo, sendo filhos e filhas de proprietários rurais camponeses e trabalhadores rurais. Todos os estudantes e funcionários da escola utilizam o transporte escolar, oferecido pela Prefeitura, para o deslocamento casa-escola-casa. A frota do

transporte escolar (Foto 7) é composta por cinco veículos, entre ônibus e microônibus, sendo quatro da Prefeitura de Piracanjuba e um terceirizado.

Foto 6 - EMEB Urbano Pedro Guimarães na Comunidade Areia em Piracanjuba (GO).



Autores - NOGUEIRA, Paulo Henrique S.; BRITO, João Marcos G.; CARNEIRO, Janãine Daniela P. L.

Fonte - Pesquisa de campo, setembro de 2019.

Foto 7 - Veículos utilizados pelo transporte escolar estacionados no pátio da EMEB Urbano Pedro Guimarães.



Autores - NOGUEIRA, Paulo Henrique S.; BRITO, João Marcos G.; CARNEIRO, Janãine Daniela P. L.

Fonte - Pesquisa de campo, setembro de 2019.

De acordo com o Censo Escolar de 2018, as escolas rurais de Corumbaíba têm 232 estudantes matriculados, sendo: 19 na Pré-escola; 79 nos anos iniciais e 105 nos anos finais do Ensino Fundamental; 23 no Ensino Médio e 06 na Educação Especial (QEdu, 2019). Na Foto 8 tem-se as fachadas das escolas rurais de Corumbaíba, sendo: A – Colégio Municipal Santa Terezinha; B – Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro; e, C – Escola Municipal Professor Alberto de Moraes Holanda.

Foto 8 – A – Colégio Municipal Santa Terezinha (Areião); B- Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro (Bálsamo); C- Escola Municipal Professor Alberto de Morais Holanda (Ponte Quinca Mariano), em 2018.



Autora - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2019.

Fonte - Trabalho de Campo, 2019.

O Colégio Municipal Santa Terezinha atende crianças da Pré-escola (04 anos) até a 3ª Série do Ensino Médio. Já a Escola Municipal Pedro Coelho Ribeiro e a Escola Municipal Professor Alberto de Morais Holanda atendem da Pré-escola aos anos finais do Ensino Fundamental. As crianças e jovens são filhos de famílias camponesas e, principalmente de trabalhadores rurais. Alguns, também são filhos de trabalhadores da cidade, que se deslocam da cidade para a escola rural. Na Foto 09, constam registros de aulas de Educação Física no Colégio Municipal Santa Terezinha, no povoado Areião, em Corumbáiba.

Foto 09 - Aula de Educação Física com os estudantes de 08 e 09 anos e projeto de incentivo à leitura no Colégio Municipal Santa Terezinha, em 2018.



Fonte - Acervo das Escolas, 2018.

Foto 10 - Projeto “Horta na Escola” desenvolvido pelo Colégio Municipal Santa Terezinha, com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, desde o ano letivo de 2017.



Fonte - Acervo do Colégio, 2018.

Foto 11 – Trabalho de Campo na Usina Hidrelétrica de Furnas, no Rio Corumbá e no Parque Estadual da Serra de Caldas (PESCAN), em 2017, realizados pelo Colégio Municipal Santa Terezinha.



Fonte - Acervo do Colégio, 2018.

A maior parte dos municípios goianos, assim como Corumbá e demais municípios que compõem a Mesorregião Sul Goiano, protagonizaram o fechamento das escolas isoladas. Em alguns se identificam a construção das escolas polos e em outros, como o município da Cidade de Goiás, Uirapuru (GO), Orizona (GO), tem-se a fundação das Escolas Família Agrícola, que se encontram em funcionamento

3.2.4. A Luta para Manter uma Escola Aberta...

No ano de 2019, em Catalão (GO) a Secretaria Municipal de Catalão apresentou o projeto de fechamento²² da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita²³, na Comunidade São Domingos. Diante da proposta houve a mobilização por parte da Comunidade e equipe docente e administrativa da escola que contaram com o apoio do Curso de Educação do Campo e de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e do Professor e Vereador Marcelo Rodrigues Mendonça.

A mobilização e articulação política por parte das famílias camponesas e de trabalhadores rurais possibilitou que a escola permanecesse em funcionamento (PESQUISA DE CAMPO, 2021). Na Foto 12 reunião no pátio da Escola, com a participação de pais, professores da Unidade Escolar, Secretário Municipal de Educação, Vereador, professores da UFCAT.

²² [#EscolaInovadora?](#) | Acabamos de ser informados que as Escolas Arminda Rosa de Mesquita e Maria Bárbara Sucena, receberam, hoje, a notícia que terão suas metodologias de ensino alteradas em 2019. A informação é que as escolas funcionarão no sistema de salas multisseriadas, em que as salas serão abrigadas em conjunto de séries. Essa metodologia só é utilizada em regiões onde existe a falta de professores, alunos ou recursos que inviabilizem o modelo comum. Vale ressaltar que as escolas prejudicadas pela decisão unilateral da Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação foram recentemente premiadas em concurso realizado pelo SENAR-GO, onde de 11 prêmios de primeiro lugar, 2 foram para a Escola Maria Bárbara Sucena (Cisterna) e 5 para a Escola Arminda Rosa (São Domingos). Pais de alunos das escolas já se manifestaram contrários às medidas, alegando retirar seus filhos das escolas, o que causaria transtornos ainda maiores. Vamos verificar a informação junto ao Secretário Municipal Prof Leonardo Santa Cecília e buscar alternativas para solucionar a questão que, certamente, ocasionará um enorme retrocesso na educação municipal. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1095848870583895&id=605250219643765

²³ Mais informações: <https://www.facebook.com/armindarosademesquita/>

Foto 12 – Reunião no pátio da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita na Comunidade São Domingos em Catalão (GO).



Fonte – Acervo do GETeM/UFCAT, 2020.

Após intensas manifestações, reuniões, debates na imprensa local (escrita, falada), o Município recuou da medida tomada e manteve o funcionamento da Escola Arminda Rosa de Mesquita, na Comunidade São Domingos²⁴. Conforme a página do Professor e Vereador Marcelo Mendonça (2017-2020):

#EscolasRurais | Nos últimos dias, pais e mães de alunos de duas escolas rurais (Escola Arminda Rosa na Comunidade São Domingos e Maria Barbara Sucena na Comunidade Cisterna) se mobilizaram para evitar que a decisão da Secretaria de Educação, em alterar o regime das escolas para o modal

²⁴ #EscolasRurais | Estivemos na manhã desta segunda-feira na Sede do Ministério Público em Catalão, em uma reunião com o Promotor Fábio Bonnas, tratando de dois assuntos: primeiro, a tentativa da Prefeitura de Catalão em esvaziar as Escolas no Campo em Catalão; segundo, a denúncia dos pais/mães de que o transporte escolar foi suspenso. Falamos sobre o cumprimento da decisão judicial em que a Prefeitura deve restabelecer a oferta regular de ensino nas escolas Arminda Rosa na Comunidade São Domingos e Maria Barbara Sucena na Comunidade Cisterna. O MP concedeu a Secretaria de Educação o prazo até o dia 28 deste mês para a adequação - eliminando as classes multisseriadas que foram criadas no início do ano de forma ilegal, retornando ao regime padrão de salas e séries. O outro motivo da reunião foi a apresentação de nova denúncia, onde a Secretaria Municipal de Educação cortou o Transporte Escolar de onze alunos que estudam nas Escolas. Desde quinta-feira que estes alunos foram impedidos de utilizar o transporte escolar, seja da Zona Rural para as escolas ou mesmo da cidade até as unidades. Ao que denota, a ideia da Prefeitura é reduzir, drasticamente, o número de alunos das escolas para “tentar” justificar o fechamento das unidades, fato lamentável e que vamos brigar onde for necessário para impedir tal ataque do Prefeito sobre nossas crianças que querem ou precisam estudar no campo. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1147776002057848&id=605250219643765

multiserial acontecesse. A Prefeitura tomou a decisão sem nenhum projeto pedagógico e sem diálogo com as Comunidades. Fizemos reuniões nas Comunidades com envolvidos e convidamos professoras da UFCAT, especialistas no assunto para integrar o movimento. Ainda assim, a Prefeitura não recuou. Diante disso, o Ministério Público foi acionado e nesta segunda-feira, 28 de janeiro, encaminhou ofício ao Secretário Municipal de Educação de Catalão, Leonardo Santa Cecília, exigindo o cumprimento da decisão da Justiça que proibiu o Município de mesclar turmas, em toda a sua rede de ensino, especialmente nas escolas rurais. No ofício, o MP exigiu o imediato restabelecimento da oferta regular de ensino nas escolas municipais Maria Bárbara Sucena e Arminda Rosa de Mesquita – e deu à Secretaria o prazo de 5 dias para comprovar a adequação. "A oferta regular de ensino não implica apenas o dever de ministrar a educação de forma gratuita, mas de fazê-lo dentro de padrões mínimos de qualidade e de modo contínuo, vedada, por consequência, a oferta de sua modalidade na forma de turmas multisseriadas, como se os alunos no campo pudessem ser de outra categoria". Em acolhimento dos pedidos do Ministério Público, a justiça mandou o município de Catalão e a Secretaria Municipal de Educação ofertarem e planejarem o calendário escolar com turmas únicas para cada série do ensino fundamental. Em caso de descumprimento, foi fixada multa no valor de R\$ 10 mil por dia de atraso. A medida pode ser conferida no link: <http://www.mpg.go.gov.br/.../mp-da-prazo-a-secretaria-de...> disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1122064017962380&id=605250219643765

A articulação e mobilização política foram fundamentais para manter aberta a Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita e funcionando normalmente. Embora seja uma Escola concebida no modelo tradicional de Escola Rural, a presença forte dos movimentos sociais na Comunidade, com destaque para o MCP – Movimento Camponês Popular, visto que, muitos pais e mães e estudantes fazem parte do Movimento, estes, foram essenciais para manter a escola aberta, mas também assegurar temas e atividades que a aproximam de uma Escola do Campo.

3.2.5. A EFAORI: Uma Conquista para os Camponeses

O histórico da educação do campo em Orizona (GO) também é permeado pelas escolas isoladas e pelas escolas polos, mas com um diferencial substancial, a criação da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), conforme evidencia a Foto 13. Segundo a Secretaria Municipal de Educação (2018), antes da década de 1970 existiam escolas particulares que funcionavam em algumas fazendas. Aqueles fazendeiros que tinham melhores condições contratavam um professor para ensinar seus filhos e seus afilhados a ler, escrever e fazer as quatro operações matemáticas, situação comum em Goiás e no interior brasileiro.

Foto 13 - Escola de Família Agrícola de Orizona (EFAORI).



Autora – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2018.

Fonte - Pesquisa de Campo, 2018.

Depois surgiram os grupos escolares implantados pelo poder municipal. Com o passar do tempo, os grupos escolares foram sendo substituídos pelas escolas polarizadas. Escolas de primeira e segunda fase, nos Povoados. Isso perdurou até 1999. Em março de 1999, a Escola Família Agrícola de Orizona (FAORI) iniciou as suas atividades, com o objetivo de oferecer o ensino médio e técnico, aos adolescentes e jovens do campo. A partir do ano 2000, o município passou a oferecer o ensino médio nos Povoados, nas escolas nucleares, mas não numa concepção de educação do campo.

A EFAORI surgiu a partir da articulação entre Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro Social Rural de Orizona, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Orizona, Prefeitura Municipal de Orizona, Secretaria Municipal de Educação, Câmara de Vereadores de Orizona, Agência Rural (EMATER), Igrejas Evangélicas, Comunidades Rurais ligadas à Igreja Católica, Sindicato dos Produtores Rurais de Orizona e da Cooperativa Mista de Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO). A EFAORI é uma Escola com concepção de educação do campo, tendo como mantenedora, o Centro Social Rural de Orizona (CSRO) (PESQUISA DE CAMPO, 2018).

Em meados da década de 1990, o Centro Social, bem como, as demais entidades representativas das famílias camponesas de Orizona, despertaram para a necessidade de discutir sobre a educação da juventude rural, já que muitos estudantes do campo se deslocavam, diariamente, para estudar em escolas urbanas. Havia grande preocupação, pois a escola de

ensino médio na cidade não respondia às necessidades, desafios e expectativas dos jovens camponeses. Pelo contrário, isso contribuía para o afastamento da juventude do meio rural, da sua comunidade e da família (EFAORI, 2019).

A EFAORI atende jovens que cursam o Ensino Médio e o Ensino Técnico, coesionados e funcionando a partir da Pedagogia da Alternância²⁵, ou seja, os estudantes permanecem um período na Escola, em regime de internato, e por igual período permanecem na propriedade, com suas famílias, aplicando os conhecimentos apreendidos na Escola. Em 2017, contava com 86 matriculados (QEDu, 2019). Para Ferreira (2011), o objetivo da integração escola/meio social é a formação integral dos jovens, considerando a realidade vivida e experienciada.

Na Tabela 19 estão discriminados a origem municipal dos discentes da EFAORI em 2021.

Tabela 19 – Quantidade de discentes atendidos pela Escola de Família Agrícola de Orizona (EFAORI) por município (2021)

Nome do Município	Quantidade de Alunos
Vianópolis	12
Silvânia	6
Orizona	44
Luziânia	9
Padre Bernardo	2
Cristalina	1
Varjão	2
Total de discentes	76

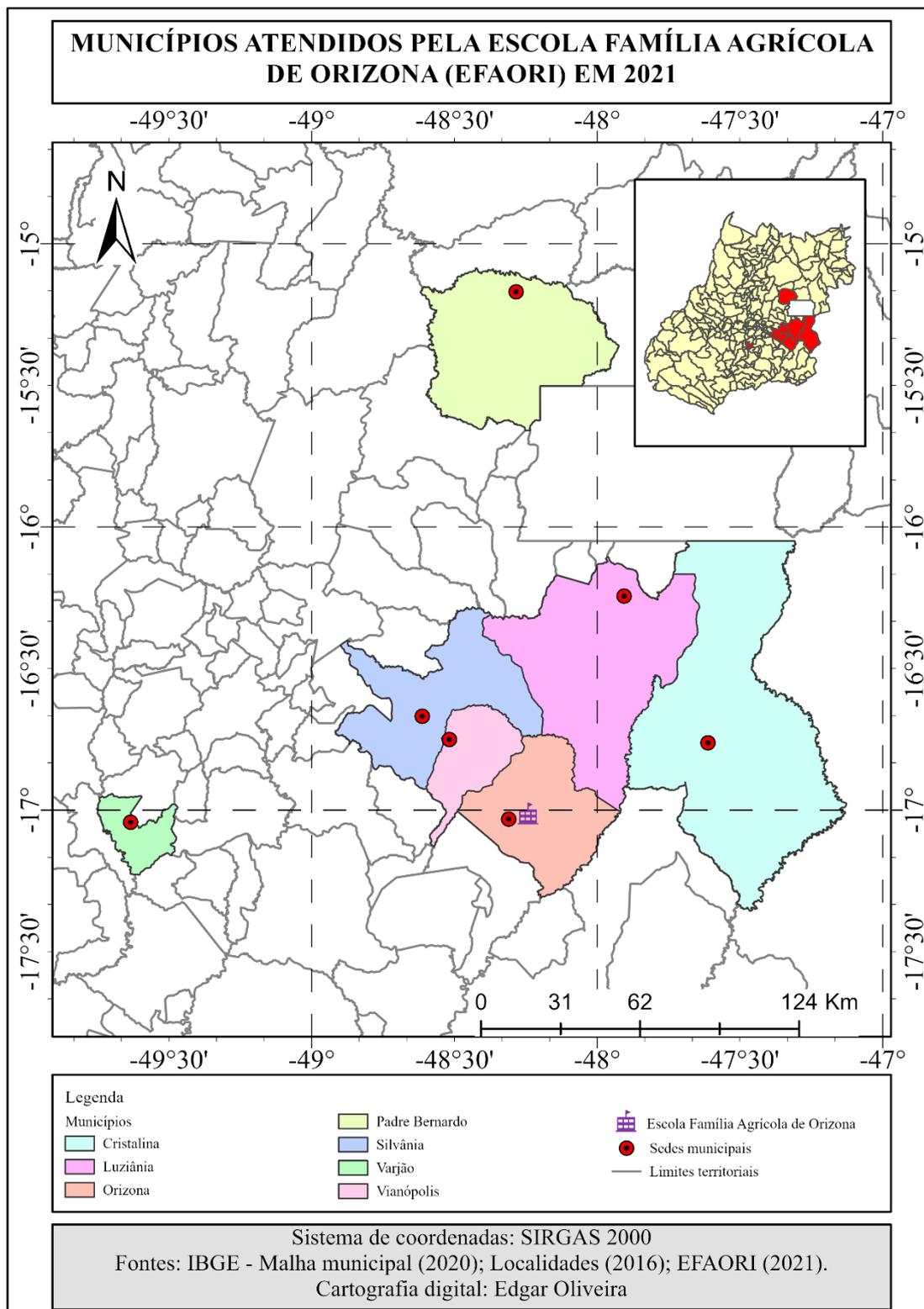
Fonte - EFAORI, 2021.

Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

No Mapa 8 estão especializados os municípios de origem dos discentes da EFAORI com base no ano letivo de 2021.

²⁵ Para Godinho (2019) a Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete-se sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais (EFAORI, 2019).

Mapa 8 - Municípios atendidos pela Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), 2021.



Organização - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2021.

Em sua pesquisa, Ferreira (2011) assegura que a proposta pedagógica da EFAORI tem cumprido seu objetivo quanto à formação integral dos estudantes. O grande objetivo é fazer

com que os jovens permaneçam no campo com melhores condições de vida. Constatou-se que 70% dos egressos – de 2007 a 2009 – estavam nas cidades cursando ensino superior, mas que, pretendiam retornar para o campo.

A educação desempenhada tem oportunizado aos jovens o fortalecimento de sua identidade camponesa, o aprimoramento de seus saberes formais e o amadurecimento enquanto sujeito, pois “[...] ambiente criado facilita que sejam criados laços de amizade, incentiva a atuação política na comunidade e os prepara também para o mundo do trabalho [...]” (FERREIRA, 2011, p. 139).

Nesse sentido, complementa:

Os jovens, tanto os atuais estudantes da EFAORI, como os egressos, demonstraram querer dar continuidade às suas vidas no campo, mas antes querem buscar novos conhecimentos cursando faculdades relacionadas ao meio rural. Isso leva a pensar na criação de cursos superiores no campo, dando continuidade à proposta das EFA's, que buscam trabalhar em uma perspectiva emancipadora. Mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelo campo, vários fatores contribuem para que os jovens queiram continuar vivendo nessas áreas, além da identificação que possuem. Uma questão muito citada nos questionários foi a falta de qualidade de vida nas cidades, como a violência e o desemprego, os engarrafamentos, a “correria”, uma vida que a maioria não está disposta a levar. Os dados nos mostram que a EFAORI, apesar de apresentar uma postura conservadora em relação às práticas ensinadas na Escola, vem contribuindo com a emancipação pessoal dos estudantes, pois eles apresentaram autoestima, orgulho de suas raízes, alegria em estudar no campo, alegria de ser do campo. Os que continuam no campo afirmaram que têm conseguido aplicar os conhecimentos apreendidos na Escola para melhorar os rendimentos da família e os que estão na cidade ampliam seus horizontes, através do conhecimento. Todos os dez egressos entrevistados demonstraram ser engajados com as questões que envolvem a Comunidade, demonstraram o desejo por melhora de vida, através da propriedade rural, demonstraram que a juventude do campo é dinâmica e necessita de ações que a valorizem e acreditem nela, a educação do campo é apenas uma dessas ações, é preciso que as escolas, em geral, assumam uma postura emancipadora, é preciso que haja oportunidades de qualificação e de geração de renda para esses jovens (FERREIRA, 2011, p. 139-140).

Ferreira (2011) faz uma alerta sobre a postura política assumida pela EFAORI, em relação à reprodução do agronegócio como projeto de desenvolvimento do campo, uma vez que, em sua prática pedagógica, em muitos aspectos, reproduzia as suas práticas. Para tanto, assegura que:

É necessário que a educação na EFAORI venha esclarecer aos alternantes o preço pago por milhares de famílias camponesas para que a agricultura se modernizasse. É necessário que as lutas camponesas, no município de Orizona inclusive, sejam trabalhadas com os estudantes. É necessário mostrar a

importância dos movimentos sociais na luta pelo acesso e permanência na terra. É necessário que os jovens estudantes da EFAORI não sejam cooptados pela lógica modernizante que invade, engana e arranca o camponês do campo (FERREIRA, 2011, p. 142).

Nessa perspectiva, as EFAs se constituem como uma alternativa ao fechamento das escolas rurais e ao mesmo tempo como uma possibilidade de construção da educação popular que contemple os sujeitos do campo. A educação do campo é um mecanismo de fortalecimento na luta pela terra, tanto para o acesso, quanto para permanência nela, por isso, precisa valorizar os saberes e fazeres do campo e, ao mesmo tempo, apresentar as diferentes abordagens do conhecimento científico, ampliando as possibilidades de participação social das crianças e jovens, de forma emancipatória.

É um projeto político de educação que amplie oportunidades de vida, com qualidade para os sujeitos do campo. Assim,

A identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam em favor de uma educação do campo caracteriza-se pelos seguintes aspectos: 1) luta por políticas públicas que garantam o direito a uma educação que seja no e do campo; 2) os sujeitos do campo querem aprender a pensar sobre a educação que lhes interessa enquanto seres humanos provenientes de diferentes culturas, constituintes de uma classe trabalhadora do campo, sujeitos de transformações necessárias, cidadãos do mundo; 3) a educação do campo se faz vinculada às lutas sociais do campo, uma realidade de injustiça, desigualdade e opressão que exige transformações urgentes; 4) a educação do campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias etc.; 5) a expressão “educação do campo” identifica, também, uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas educativas desenvolvidas no campo e/ou pelos sujeitos do campo; 6) nas escolas do campo deve-se estudar para se viver no campo; nessas escolas, crianças e jovens devem preparar-se para, coletivamente, enfrentarem os problemas que existem no campo; 7) valorização da tarefa específica das educadoras e educadores, conceituados como aqueles cujo trabalho principal é o de fazer e pensar a formação humana na escola, na família, na comunidade ou no movimento social (CALDART, 2008).

3.3. Os Assentamentos Rurais

A abordagem dos assentamentos é uma etapa muito importante para o reconhecimento e a compreensão da luta pela terra. O assentamento, em grande parte, nasce de conjunto de conflitos que podem ter espacialidades distintas, isso quer dizer que nem sempre a

terra ocupada é a terra que será assentada. Isso porque se reconhece que a consolidação de um assentamento rural é uma forma de luta, tanto pelo acesso quanto pela permanência na terra.

A luta histórica do campesinato pela terra e seu estabelecimento no território é formada por um caminho complexo, onde a ação política contra o latifúndio e, paralelamente, a resiliência são fundamentais. O assentamento possui vários significados dependendo para quem você faça essa pergunta. Na perspectiva do Estado o assentamento rural é compreendido como:

[...] um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário (pessoa física ou jurídica). Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural. A quantidade de lotes, parcelas ou glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Os lotes são unidades produtivas e os assentados moram em casas construídas dentro do lote ou em agrovilas. Além das unidades produtivas e de moradia, o assentamento conta com áreas comunitárias e espaços para construção de estruturas de uso coletivas, como igrejas, centros comunitários, sede de associações, agroindústrias, escolas e áreas esportivas, além de locais de preservação ambiental. Cada lote em um assentamento é uma unidade da agricultura familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (federa, estadual e municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (estadual e federal), saúde (estadual e municipal) e outros. Algumas dessas ações para o desenvolvimento e consolidação do assentamento são executadas por iniciativa e com recursos do Incra ou ainda por meio de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas” (INCRA, 2021, s/p).

Para o Estado, os assentamentos podem ser formados e implantados por meio de duas formas: a primeira, conhecida como Reforma Agrária convencional e a segunda, Reforma Agrária de Mercado.

Na Reforma Agrária convencional que pode ser viabilizada por diversas possibilidades de obtenção da terra, destacando-se: adjudicação, cessão, compra, confisco, desapropriação, doação, incorporação, reconhecimento, transferência. Mesmo com todas essas possibilidades a desapropriação foi a forma mais utilizada para formação de assentamentos, com total 60,15% dos assentamentos do Brasil.

Dessa maneira temos vinte tipologias de assentamentos, sendo eles: Projeto de Assentamento Federal, Projeto de Assentamento Agroextrativista, Assentamento Quilombola, Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens, Projeto de Assentamento Florestal,

Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Projeto de Assentamento Conjunto, Projeto de Assentamento Dirigido, Projeto de Assentamento Rápido, Projeto de Colonização Oficial, Projeto Integrado de Colonização, Projeto Fundo de Pasto, Projeto de Assentamento Estadual, Projeto de Assentamento Municipal, Projeto de Assentamento Casulo, Florestas Nacionais, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Floresta Estadual, Projeto de Assentamento Agroextrativista. Dessas 20 classificações de assentamentos, 75,54% se constituem em Projeto de Assentamentos Federal.

Já a Reforma Agrária de Mercado, que se dá através do Projeto Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, Combate à Pobreza Rural, Consolidação da Agricultura Familiar, Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar.

Ao tratar dessas possibilidades de assentamentos é importante deixar marcado que os assentamentos via Reforma Agrária de Mercado são uma tentativa de esvaziamento da luta política do campesinato e de desarticulação dos movimentos sociais do campo. Esse processo teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo que, essa tática foi utilizada de forma mais sistemática, entretanto os governos Lula e Dilma não puseram fim a essa modalidade de Reforma Agrária, porém a mesma perdeu força nas últimas décadas.

O Estado teve que incorporar a Reforma Agrária como uma política pública mesmo presente na Constituição de 1988, sobre a Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, sobretudo nos no Artigo 184 sobre a Função Social da Terra²⁶ e no Artigo 186²⁷. Vale destacar que está em tramitação o Projeto de Ementa Constitucional (PEC) 080 que visa alterar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal²⁸. Assim, pode-se dizer que os assentamentos se constituem em grande parte pela ação/atuação política do campesinato que forjam a entrada na terra. Essa

²⁶ Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. § 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. § 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. § 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. § 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

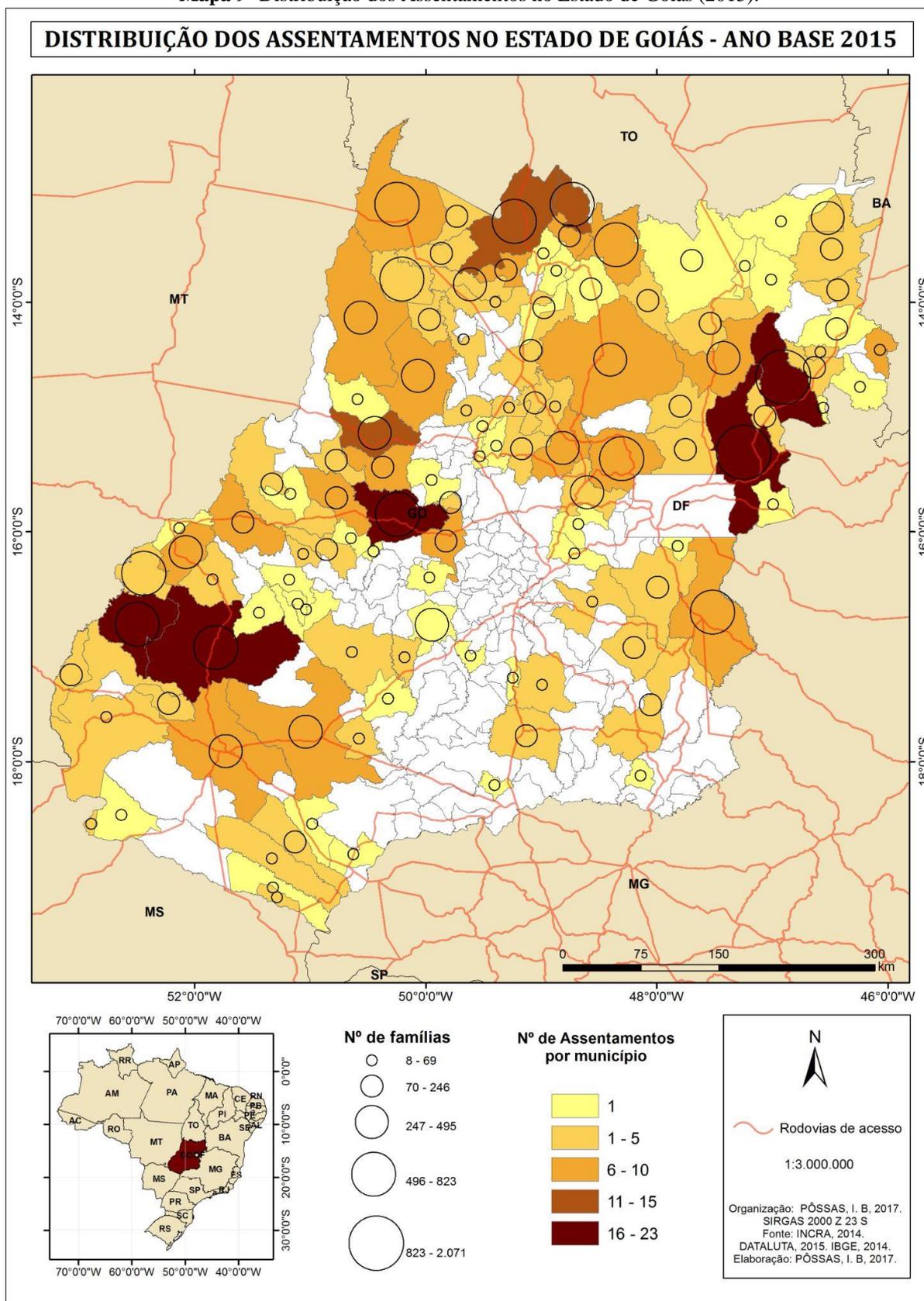
²⁷ Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

²⁸ Altera os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural. Regulamenta a função social da propriedade urbana e condiciona a desapropriação da propriedade urbana e da rural à prévia autorização do poder legislativo ou de decisão judicial, observando-se em ambos os casos o valor de mercado da propriedade na indenização.

forma de *(Re)Existência* gerou 9.426 projetos de assentamento de acordo com Incra (2021) que ocupam uma área de 87.570.021,73 hectares, sendo que, nesses assentamentos vivem 967.053 famílias.

No Mapa 9 tem-se a dimensão da distribuição dos assentamentos no Estado de Goiás em 2015. Nota-se que os assentamentos estão presentes em diferentes regiões goianas, mas, não comparecem na região metropolitana de Goiânia. Caiapônia, Doverlândia, Cidade de Goiás, Formosa, Flores de Goiás destacam-se por abrigarem o maior número de assentamentos em Goiás, em 2015.

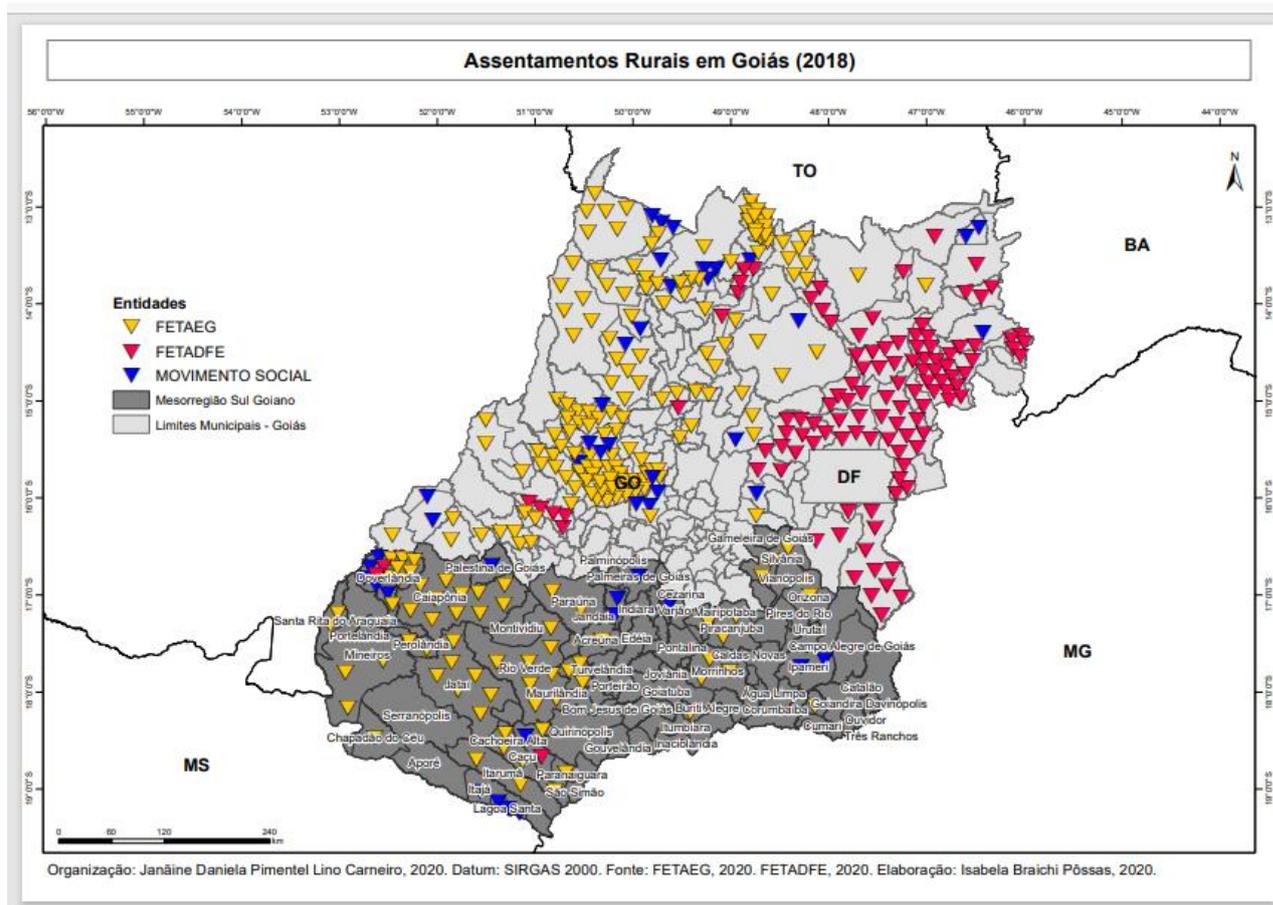
Mapa 9- Distribuição dos Assentamentos no Estado de Goiás (2015).



Fonte – MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (2021).

No Mapa 10 estão discriminados os Assentamentos Rurais em Goiás, no ano de 2018, distinguindo-se os intermediados pela FETAEG, os da FETADEF, que são movimentos sindicais, e os oriundos a partir da luta de movimentos sociais.

Mapa 10 - Assentamentos Rurais em Goiás (2018): FETAEG, FETADEF e Movimentos Sociais.



A partir do Mapa 10 nota-se que a maior parte dos Assentamentos Rurais na Mesorregião Sul Goiano estão vinculados ao movimento sindical, ou seja, à FETAEG. Na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro, a maior parte também é oriunda do movimento sindical, no entanto, dois são vinculados ao MST, movimento social.

Como podemos observar a *(Re)Existência* do campesinato através da luta pela terra que se materializa com os assentamentos é de fundamental importância para sua Existência. Os assentamentos expressam uma nova configuração territorial em que as relações sociais de produção, de trabalho e de vida se concretizam. Por essa razão os assentamentos são elementos

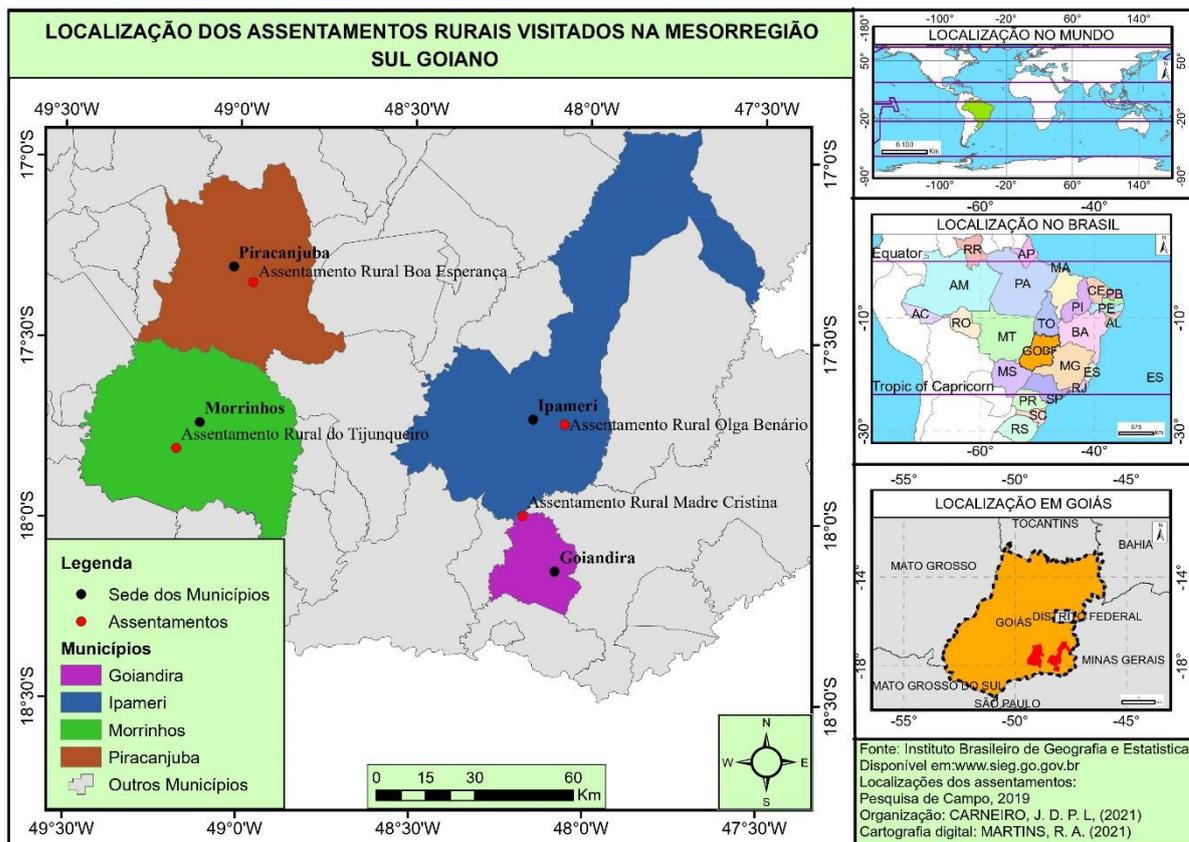
de socialização da classe trabalhadora ampliada²⁹, demonstrando uma das etapas na luta pelo território. Nesta pesquisa, por opção teórica e política comunga-se com concepção de assentamento elaborada pelo MST, em que:

[...] os assentamentos são territórios conquistados pelas famílias trabalhadoras Sem Terra. Eram latifúndios improdutivos, grilados, com crimes ambientais e/ou trabalhistas que, pela luta, foram transformados em território de reprodução social das famílias camponesas. As famílias assentadas vivem, trabalham e produzem principalmente alimentos, como objetivo principal a soberania alimentar, ou seja, garantir a produção de alimentos saudáveis, acessíveis ao povo brasileiro, seja em nível municipal, estadual ou mesmo nacional. Os assentados também recriam socialmente esse território através das Escolas do Campo, das práticas populares de saúde, rádios comunitárias e da cultura popular, nos municípios, regiões e estados onde estamos inseridos. Cotidianamente, buscamos enfrentar o patriarcado, o machismo, a LGBTfobia e o racismo, e garantir condições às mulheres e a juventude como sujeitos políticos da construção desses territórios (MST, 2021, s/p).

Com base nesse entendimento, serão apresentados os assentamentos rurais no Sudeste Goiano que materializam a luta pela terra e pela reforma agrária. No Mapa 11 estão os assentamentos pesquisados na Mesorregião Sul Goiano e na Região do Sudeste Goiano. As Fotos 14 e 15 mostram, parte do cotidiano nos Assentamentos Tijunheiro em Morrinhos (GO); Boa Esperança em Piracanjuba (GO); Olga Benário em Ipameri (GO); e Madre Cristina em Goiandira (GO).

²⁹ De acordo com Antunes (2013) apud Previtalli (2014), a classe trabalhadora que emerge, resultante, simultaneamente, das lutas de classe e da lógica interna do capitalismo global (isto é, da relação entre economia e política), é mais abrangente que a classe trabalhadora de meados do século passado, sendo ainda mais complexa, mais heterogênea e fragmentada que aquela que predominou no período áureo do sistema taylorista-fordista. Discordando daqueles que entendem como classe trabalhadora somente o proletariado industrial e ainda da ideia que reduz o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril, o autor propõe a noção de classe-que-vive-do-trabalho, através da qual busca revigorar o conceito marxista de classe e apreender dialeticamente as particularidades das novas formas sociais de relações laborais. Ademais, Antunes destaca o papel das lutas sociais para a concretização de um processo de emancipação humana, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora. Argumentando que todas as formas de rebeldia são igualmente importantes, ressalva que, numa sociedade produtora de mercadorias, as revoltas do trabalho assumem um estatuto de centralidade e as lutas ecológicas, assim como o movimento feminista, quando associam suas reivindicações à denúncia da lógica destrutiva do capital, adquirem maior vitalidade.

Mapa 11 - Localização dos Assentamentos Rurais Pesquisados na Mesorregião Sul Goiano (2020).



Fonte – Pesquisa de Campo, 2021.

Foto 14 – Produção leiteira e de Milho no Assentamento Tijunqueiro em Morrinhos (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Foto 15 – Produção leiteira no Assentamento Tijunqueiro em Morrinhos (GO).



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Nas Fotos 14 e 15 tem-se camponeses do Assentamento Tijunqueiro em Morrinhos (GO). Este Assentamento foi criado a partir da FETAEG em 1991. Atualmente se destaca pela pluriatividade, sobretudo a produção leiteira. Na parte superior da Foto 15 tem-se o curral, parte da pastagem e o tanque de resfriamento comunitário na propriedade do Sr. Amarildo. Na parte inferior, tem-se o Assentado e ex-sindicalista (FETAEG) Divino Goulart e a plantação de milho, destinado ao autoconsumo e comercialização do excedente no comércio local. A Foto 16 apresenta a propriedade dos assentados Lorival Camilo e Aparecida Pereira, na qual destaca-se a produção leiteira.

Na Foto 17 tem-se a produção agrícola em uma das unidades do Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO).

Foto 16 - Hortaliças Canaã: Assentamento Boa Esperança em Morrinhos (GO).



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Especificamente sobre a Foto 16 tem-se a produção agrícola das Hortaliças Canaã, que produzem mandioca, alface, couve, cheiro-verde, bananas, pimenta, jiló, milho, quiabo, abóbora e pepino, destinado às feiras e ao comércio local. O trabalho familiar é a base da unidade de produção que mantém também o cultivo de orquídeas. Conforme evidencia a Foto 17.

Foto 17 - Pluriatividade no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Segundo Júnior (2018), o assentamento Boa Esperança foi criado no ano de 1995 a partir da desapropriação de terras improdutivas pelo INCRA. O terreno que viria a ser desapropriado para a criação do PA foi selecionado pelos próprios moradores a partir da visita às propriedades particulares improdutivas na região do Município de Piracanjuba. Em julho de 1994, foi emitida a declaração de posse pelo INCRA e, 64 famílias foram assentadas. Vale destacar que a Fundação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG) também desempenhou algum tipo de assistência às famílias tanto antes da criação do PA quanto nos anos iniciais. O assentamento localiza-se a 111km da capital do Estado, Goiânia, e a cerca de 17km da sede do município de Piracanjuba.

Nas Fotos 18, 19, 20, 21, 22 e 23 está representada a pluriatividade no Assentamento Boa Esperança. Maracujá, Tamarindo, Acerola, Caju, Goiaba e Manga são utilizados para a produção de polpas para suco e são comercializados na Feira Livre em Piracanjuba e no comércio local. Porcos e frangos também são destinados ao comércio local. A produção leiteira tem grande contribuição na garantia de renda perene à maioria dos assentados. A piscicultura está relacionada ao lazer e alimentação dos assentados e seus familiares.

Foto 18 – Unidade camponesa no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): maracujá, milho e piscicultura.



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Foto 19 - Unidade de produção camponesa no Assentamento Boa Esperança: pluriatividade.



Fonte – Pesquisa de Campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, J. D. P. L., 2020.

Foto 20 - Pomar no Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, J. D. P. L., 2020.

Foto 21 - Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO):
Moradia Camponesa, produção leiteira e piscicultura.



Fonte – Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Foto 22 - Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): Moradia Camponesa, produção leiteira e piscicultura.



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Foto 23 - Assentamento Boa Esperança em Piracanjuba (GO): suinocultura, mandiocal e produção de silagem para alimentação do gado.



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janáine Daniela Pimentel Lino, 2020.

O trator identificado na Foto 23 é de propriedade de um dos assentados que prestam serviços coletivos para todas as famílias, sobretudo na produção de silagem. O trabalho é realizado por agendamento e os custos são divididos, envolvendo o pagamento de combustíveis e os honorários do motorista, que possibilita o acesso ao serviço por custo abaixo do mercado.

A Foto 24 refere-se ao Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), especificamente uma das moradias e o mutirão realizado para plantação de mandioca, que será utilizada para a produção coletiva de polvilho. O polvilho é comercializado no mercado local de Ipameri. Segundo Monteiro; Pessoa (2014) o Assentamento Olga Benário localiza-se a nordeste do município de Ipameri (GO), na rodovia GO-213, km 11, saída para Campo Alegre de Goiás, distante cerca de 15 km da sede da cidade. Originou-se da aquisição do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa, que possui extensão total de 4.322 hectares, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por um valor de R\$ 8.355.547,27.

Foto 24 - Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).



Fonte - Pesquisa de Campo, 2020.

Autora - CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2020.

De acordo com Incra/Goiás (2021), há sete assentamentos no Sudeste Goiano. O processo de assentamento na região começa na década de 1980 com o Projeto de Assentamento (PA) João de Deus, no município de Silvânia, sendo o terceiro assentamento mais antigo de Goiás. O PA João de Deus é formado por 17 famílias, em uma área de 335,12 hectares. A terra

para formação do PA João de Deus se deu por meio da arrecadação das terras obtidas de Herança Vacante de Bens de Espólio, isso quer dizer que os herdeiros não reivindicaram a herança, assim a terra foi para União (INCRA, 1987).

Mesmo sendo este assentamento constituído por essa forma de obtenção das terras, as famílias assentadas faziam parte da luta contra o latifúndio e pela reforma agrária, desde o início da década de 1960, como aponta Monteiro (2017). O autor explicita que na década 1960, iniciam experiências de ocupações de terra em Goiás e uma dessas terras ocupadas foi a Fazenda Saloba, no município de Jussara, porém, o movimento foi reprimido com grande aparato policial. Demonstrando assim, os conflitos por terra em Goiás.

A próxima ocupação se deu 20 anos depois, na Fazenda São João do Bugre, que era conhecida também como Fazenda Estiva, no município de Goiás. Tal ocupação resultou na desapropriação da área em 10 de agosto de 1987. Com o resultado da desapropriação da Fazenda São João do Bugre, o processo de ocupação também é realizado na Fazenda Serra Branca, localizadas no município de Itapirapuã.

Outra ocupação acontece na Fazenda Mosquito, no município de Goiás, no dia 03 de janeiro de 1985. A ocupação da terra foi acompanhada de intensa violência do Estado e foram realizados dois despejos. Em reação as famílias acampadas e despejadas ocuparam a Praça Cívica em Goiânia, para protestar contra os despejos e reivindicar acesso à terra.

Essa luta resultou na formação do Assentamento Mosquito, no município de Goiás, sendo esse o primeiro assentamento de Goiás, em 1986 como afirma Pessoa (1999). Fruto desse movimento dos camponeses e camponesas iniciou o processo da formação do Assentamento João de Deus, em Silvânia no Sudeste Goiano.

A luta pela terra não termina na formação do assentamento, vários outros processos se dão nessa caminhada de constituição do território. O PA João de Deus viveu percalços nesse processo, com a repartição dos lotes pelos atores externos ao campesinato, inclusive, que não compreendiam as necessidades dos camponeses e, alguns, tiveram papel na tentativa de desconstrução do campesinato.

Para compreender esses desequilíbrios dos lotes do PA João de Deus, observou-se os obstáculos na metodologia de distribuição das parcelas, que se deu com várias interferências externas, como assinala Pinheiro; Marin (2007). Segundo os autores, os fazendeiros locais interferiram no processo de distribuição de lotes no Assentamento, havendo métricas bastante diferentes, sendo que tiveram lotes com 5 hectares e com 64 hectares.

Outro fator que chama atenção é a descontinuidade do Assentamento que foi dividido em duas glebas com distância de 1.300 metros. A primeira gleba tem uma área de

121,99 ha, o que corresponde a 37% da área do Assentamento, formada por 4 lotes, sendo que, um desses lotes ficou com área de 64,60ha, ou seja, 53% da área da primeira gleba e os outros lotes com as seguintes medidas: 25,34 ha, 18,84 ha e 13,20 ha.

A segunda gleba formada por outros 15 lotes com área total de 209,06 ha, sendo a média aproximada dos lotes de 14,48 ha. É sabido que distribuição dos lotes para Reforma Agrária não é igual, leva-se em conta fatores do solo, relevo, acesso água, porém o que ocorreu no PA João de Deus foi uma interferência dos fazendeiros da região.

No PA João de Deus não foram observados o Art. 24 nos incisos II, III e IV do Estatuto da Terra³⁰, pois não foi estabelecida uma racionalidade nesse processo, mesmo com todas essas adversidades. De acordo com o Incra (2021), temos 17 famílias camponesas na construção desse território, sendo que, a produção de leite é a atividade com maior robustez, como descreve Monteiro (2017).

O município de Silvânia se destaca no Sul Goiano quando se fala em assentamentos rurais, pois outros dois assentamentos se formaram nesse município: PA Buriti e PA São Sebastião. Ambos os assentamentos se constituíram a partir da desapropriação da Fazenda São Sebastião, em 15 de janeiro de 1997, sendo o Assentamento criado em 18 de dezembro de 1997.

O Assentamento possui área de 2.195,51 ha com capacidade para 33 famílias camponesas.

A Fazenda São Sebastião tinha como proprietário Gerson Spíndola Carneiro, engenheiro civil e pecuarista que já possuía mais três propriedades na época da desapropriação, nos municípios de Araguaína no Tocantins, Goiatuba e Pires do Rio em Goiás, somando essas propriedades, 2.611 ha.

A luta para a conquista do PA São Sebastião teve início no ano de 1995, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silvânia (STRS) volta às atividades, entre os anos 1995 e 1996, o STRS iniciou uma ação para a conquista de terras em Silvânia e as articulações tiveram início com reuniões sobre a reforma agrária na Paróquia de Silvânia.

³⁰ Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Art. 24. As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas: I - sob a forma de propriedade familiar, nos termos das normas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; II - a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; III - para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo; IV - para fins de realização, a cargo do Poder Público, de atividades de demonstração educativa, de pesquisa, experimentação, assistência técnica e de organização de colônias-escolas; V - para fins de reflorestamento ou de conservação de reservas florestais a cargo da União, dos Estados ou dos Municípios (Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11373681/artigo-24-da-lei-n-4504-de-30-de-novembro-de-1964>).

Essas reuniões tiveram suporte do Padre Antônio Ávila e da Irmã Manuelina. No processo de luta pela terra, os camponeses e camponesas realizaram duas ocupações na Fazenda São Sebastião. Na primeira ocupação gerou violência por parte do fazendeiro, que contratou jagunços que dispararam tiros durante à noite, como forma evidente de intimidação.

A segunda ocupação da Fazenda São Sebastião perdurou até a imissão da posse. O STRS teve papel importante nesse processo ao auxiliar os camponeses e camponesas que ficaram acampados no decorrer do processo de luta. O STRS auxiliou na aquisição de cestas básicas e na mediação com Estado, INCRA e proprietário para viabilizar as negociações que culminaram na criação do Assentamento. Outro fator de destaque foi a organização coletiva dos camponeses, que, ainda acampados, se organizaram e criaram a Associação dos Produtores da Região do São Sebastião da Garganta, tendo importância no processo distribuição dos lotes e na produção inicial.

Outro assentamento que se constituiu no município de Silvânia foi o PA Buriti. Este, possui área de 325,99 ha e foi materializado a partir da desapropriação da área em 27 de novembro de 2008. Se constituiu como Assentamento em 21 de setembro de 2009, abrigando 14 famílias. A luta dos camponeses e camponesas no processo de luta pela formação do PA Buriti tem seu marco temporal em 2007 com o Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC).

Esse processo para a conquista da terra teve início com a ocupação da Fazenda Funil e Algodão por 200 camponeses e camponesas. Esta terra estava improdutiva, já que, o proprietário possuía dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o agente financeiro recebeu a Fazenda Funil e Algodão como pagamento de dívidas do proprietário. Assim, o INCRA adquiriu as terras do BNDES. Atualmente, os camponeses e camponesas da PA Buriti produzem pimenta, frango, leite e derivados. Parte dessa produção é comercializada na Centrais de Abastecimento de Goiás.

Quando se pensa nos assentamentos de Silvânia que estão no Sudeste Goiano, considera-se que estão inseridos em um contexto de profunda *(Re)Existência*, em função da correlação de forças em Goiás, historicamente, um Estado conservador, com a hegemonia dos latifundiários e, mais recentemente, numa coalizão de poder entre agências financeiras, latifundiários, empresas agroindustriais transnacionais e o imaginário popular em que “tudo o que produz” tem origem no agronegócio.

A CPT, que não aceita a nomenclatura de movimento social, mas que, esteve presente na maioria das ocupações de terra em Goiás, fez parte desse processo. Como “apoiadora” viabilizou negociações, campanhas para arrecadação de alimentos etc., e no caso

em específico teve a iniciativa de propor a realização da Festa Camponesa de Silvânia, que já teve sete edições, sendo realizada em Comunidades Camponesas e Assentamentos do município. De acordo com a CPT mais de 1.100 pessoas participaram das atividades da Festa Camponesa de Silvânia na última edição em 2019.

A Festa Camponesa de Silvânia teve início no ano de 2010, na Comunidade Água Branca de Baixo. Depois de quatro anos sendo realizada na Comunidade Água Branca de Baixo a Festa Camponesa foi a vez do PA João de Deus acolher os festejos. Em 2015, foi a Comunidade Quilombo e no ano seguinte foi a vez do PA São Sebastião. Em 2017 a festança chegou na Comunidade das Lages e em 2018 o evento foi realizado na Comunidade Santa Rita. Em 2019 a Festa foi realizada na Comunidade Boa Vista dos Macacos e em 2020 a Festa Camponesa de Silvânia não foi realizada, devido a pandemia da Covid-19.

A festa tem como intencionalidade mostrar a cultura camponesa, bem como, seus saberes, fazeres, ou seja, dar visibilidade às práticas socioculturais e permitir sociabilidades diversas. Nela, também há vários momentos formativos a respeito do bioma Cerrado e todas as suas riquezas e os impactos socioambientais resultantes das monoculturas implementadas pelo agrohidronegócio.

Ao mesmo tempo, são realizadas celebrações que colocam a questão da devastação realizada pelo agronegócio, a contaminação pelos agrotóxicos como experiência de reflexão e ação dos camponeses e camponesas, apresentando como alternativas os cultivos agroecológicos e uma relação de respeito, solidariedade, partilha com a Natureza.

No Sudeste Goiano, o município de Ipameri concentra dois Assentamentos: Olga Benário e Ana Ferreira. A luta pela terra no município tem suas marcas nesse espaço a partir da ocupação da Fazenda Ouro Verde, com área de 4.322,00 ha, que tinha como proprietário José Carlos Galbetti, advogado e residente na capital paulista.

A luta para formação do PA Olga Benário se deu quando as famílias camponesas com auxílio do MST realizaram Acampamento na entrada da Fazenda Ouro Verde. Paralelamente, outros camponeses/camponesas realizaram a ocupação do Incra em Goiânia, reivindicando as terras da Fazenda Ouro Verde. O Acampamento durou dez meses e com as negociações entre os titulares do imóvel e o INCRA a terra foi adquirida.

O processo denominado de pré-assentamento perdurou por cerca de dois anos. A distribuição dos lotes no PA Olga Benário teve duas propostas, sendo: a constituição de uma porção coletiva e, outra, familiar, dividindo um hectare por família na área própria para lavoura e o restante da área ficaria sem divisão; a segunda proposta, seria a divisão tradicional, ou seja, o parcelamento por família, que foi a definição vencedora.

Essa posição trouxe a formação de duas associações, pois 06 famílias fundaram o Coletivo Margarida Alves, e o conjunto de 50 famílias camponesas constituíram a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB), em 2008. Essas duas associações colocaram em pauta duas formas de organização da terra e se tornou o símbolo do rompimento das famílias com o MST. Para Monteiro; Pessoa (2014), o Assentamento é marcado por clivagens nas relações de poder na produção de seus territórios, sendo: a) as trajetórias espaciais das famílias assentadas; b) o período de vida nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); c) as propostas de organização coletiva/semicoletiva da produção agropecuária, por parte das lideranças locais do MST com o apoio de técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); d) a formação de um grupo semicoletivo e o arrendamento de suas terras para produção de soja; e) a formação da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB); e, f) a influência de valores religiosos e a intolerância às intervenções do movimento social na vida privada das famílias.

Na Foto 25 está a ASPROAB, um camponês trabalhando no plantio de mandioca no mutirão e um jovem na produção/coleta de lenha no Assentamento.

Foto 25 – Sede da Associação dos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) e ações do mutirão de plantio de mandioca e coleta de lenha no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).



Fonte - Trabalho de Campo, 2020.

Autor - SILVA, Wilians Flaviano da, 2020.

A ASPROAB junto com seus associados buscou políticas públicas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois são programas que garantem ao fornecedor/ produtor o preço pago pelos produtos, o fornecimento sem atravessadores e uma estimativa da quantidade a ser adquirida. Isso, para os produtores/fornecedores é garantia de renda e qualidade de vida, logo maiores chances de permanência em seus territórios. No Assentamento, essas ações trouxeram ânimo às famílias camponesas, associadas a ASPROAB. Da mesma forma, as famílias do Coletivo Margarida Alves articularam a abertura de uma cooperativa. Ambas as associações do PA Olga Benário encontram dificuldades para financiamento e comercialização, pois a partir de 2016, inicia-se o desmonte das políticas públicas para o campo brasileiro, afetando duramente, as famílias assentadas. Atualmente, a ausência de políticas públicas, a lentidão dos processos burocráticos, a repressão e criminalização que intensificaram são entraves para algumas famílias camponesas (CPT, 2021).

3.4. Soberania Alimentar

Como as *(Re)Existências* estão no campo da luta pela permanência na terra e, conseqüentemente, pela existência dos sujeitos sociais, não se pode deixar de mencionar a importância do conceito de soberania alimentar. A soberania alimentar surgiu no bojo das contradições capitalistas e dos conflitos no campo, durante a década de 1990, com um viés político dos movimentos sociais, na busca para reorganizar o cultivo e a distribuição dos alimentos de qualidade para a sociedade.

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação à toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental (MPA, 2019).

Para atingir a soberania alimentar, os movimentos sociais, como a Via Campesina, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, entre outros, lutam diariamente por direitos que pertençam as suas realidades espaciais, como a implantação efetiva da reforma agrária. Esta pode favorecer a produção dos alimentos com sustentabilidade a partir dos modelos de produção alternativos como a agroecologia, a produção de alimentos orgânicos e outros. Além disso, garante a distribuição em menores circuitos, ao contrário da lógica capitalista de produção de

commodities (FERREIRA; NÓBREGA, 2020), comercializando parcela da sua produção nas feiras livres, também compreendidas como uma estratégia para a reprodução social do campesinato.

Diante disso, as fotos mostram a produção de alimentos e a entrega dos alimentos nas escolas nos municípios de Orizona e Vianópolis por meio do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – o que demonstra a construção de uma rede de comercialização camponesa no Sudeste Goiano. Na Foto 26 tem-se a produção de arroz na propriedade camponesa em Orizona (GO). Já na Foto 27 observa-se a entrega dos alimentos na escola pública em Vianópolis (GO).

Foto 26 - Produção de arroz em propriedade camponesa em Orizona (GO).



Fonte - CPT/Diocese de Ipameri, 2021.

Foto 27 - Entrega dos alimentos na escola pública em Vianópolis (GO).



Fonte - CPT/Diocese de Ipameri, 2021.

A garantia da soberania alimentar incentiva outras soberanias, como a energética, ou seja, a sustentabilidade e autossuficiência nos recursos necessários (hídricos, energéticos) para produzir e viver com sustentabilidades nos territórios Altieri (2004) aborda a agroecologia como o manejo ecológico dos recursos naturais, vinculado às formas de ação social coletiva e propostas de desenvolvimento participativo, associado à uma produção agrícola que contribua para a segurança alimentar e nutricional. Acredita-se ainda, que a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos saudáveis, como as feiras livres, por exemplo.

Ao garantir a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis para a população urbana de forma geral, a produção de alimentos pelos camponeses e demais frações de classe que estão territorializadas no campo e que produzem na perspectiva política da soberania alimentar, representa uma oportunidade de trabalho, geração de renda e inclusão produtiva, mediante os circuitos curtos para populações em situação de vulnerabilidade social.

Isso revela o quão importante é a participação social no processo de construção da agroecologia como fator de promoção produtiva regional. Isso justifica as práticas

agroecológicas não apenas como estratégia de manejo técnico-agronômico, mas sim, como alternativa política e social (FERREIRA; NÓBREGA, 2020).

Em consonância com as afirmações acima, as Fotos 28 e 29 mostram ação política realizada na cidade de Pires do Rio, no Sudeste Goiano, referente à doação de alimentos produzidos pelos camponeses, em dezembro de 2020, pelo Pré-assentamento Ana Ferreira (Ipameri), do Acampamento Oziel Alves (Catalão) e do Acampamento Gregório Bezerra (Pires do Rio).

Foto 28 - Ação política realizada pelos camponeses no Sudeste Goiano (2020).



Autor - Edson Mello/MST, 2020.

Foto 29 - Ação política realizada pelos camponeses no Sudeste Goiano (2020).



Autor - Edson Mello/MST, 2020.

Fomentar os circuitos curtos de comercialização, como assevera Gazolla (2017), garante a oferta de alimentos locais e de qualidade, em consonância com a promoção de soberania alimentar e geração de renda ao propiciar a inclusão socioprodutiva da agricultura de base familiar. É necessário destacar a importância desses espaços para a manutenção da agricultura de base familiar, pois a crescente concentração dos sistemas agroalimentares em torno de grandes redes varejistas, altamente exigentes, restringe a participação de agricultores camponeses nos mercados agropecuários, além de limitar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores finais.

Iniciativas de agricultores de base familiar, consumidores e outros agentes engajados na emergência de novas formas de produzir, distribuir, consumir alimentos tem despertado a atenção de agentes públicos e pesquisadores. O modelo de produção, distribuição, consumo é um condicionante da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural que passa a protagonizar os debates acadêmicos sobre o sistema agroalimentar contemporâneo. Assim, iniciam-se estudos que buscam compreender, em que medida, as cadeias curtas de abastecimento de alimentos, no âmbito das redes agroalimentares alternativas, contribuem para o desenvolvimento rural (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; VERANO, 2019).

As cadeias e circuitos curtos podem ser definidos em duas dimensões: a primeira é a definição de qualidade dos produtos (locais, regionais, tradicionais e, se são, orgânicos, agroecológicos, saudáveis); e, a segunda e sobre a estrutura organizacional da comercialização (venda direta, proximidade espacial e espacialmente estendida) (RENTING; MARSDEN;

BANKS, 2003). As feiras livres se inserem na categoria de venda direta, em que, as indicações de procedência e os atributos de qualidade se estabelecem na relação direta entre agricultor e consumidor (VERANO, 2019).

3.5. As Feiras Livres

As feiras têm papel relevante, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, por aliar abastecimento urbano de gêneros alimentícios de primeira necessidade ao estímulo a uma produção agroalimentar, geograficamente, mais próxima e possibilitar a circulação de mercadorias locais/regionais permitindo os circuitos curtos, integrando de forma direta, produtores e consumidores.

Para a agricultura familiar, representam acesso ao mercado e maior apropriação dos ganhos obtidos ao longo da cadeia produtiva devido à ausência (ou baixa participação) de intermediários (VERANO, 2019). Segundo o autor, percebem-se na literatura dois tipos de estudos sobre feiras. Os primeiros, partem de referências antropológicas que, corriqueiramente, buscam entender a função das feiras nas cidades, seu caráter popular, as dimensões do trabalho e a sua interface com a economia.

Outros estudos abordam o papel da agricultura familiar nesse canal de comercialização, por meio da observação das cadeias curtas e das redes agroalimentares alternativas, pois analisam apenas as feiras exclusivas da agricultura familiar. Porém, existem centenas de feiras no Estado de Goiás que, não são exclusivas desse segmento, mas que, mesmo assim, podem ter relevância no âmbito das cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas.

A Dissertação de Verano (2019) mostrou como as feiras estão presentes nos municípios goianos. A pesquisa trouxe informações e dados coletados em 201 dos 246 municípios do Estado de Goiás e, destes, apenas 24 não possuem feiras livres. Nos outros 177 municípios, existiam feiras semanais em pleno funcionamento, somando 369 feiras que abrigam 21.342 bancas (referência ao ano 2019). Estes dados podem ser verificados na Tabela 20.

Tabela 20 - Características gerais das feiras em Goiás (2019).

	Menos de 5 mil	Mais de 5 mil	Mais de 10 mil	Mais de 20 mil	Mais de 30 mil	Mais de 50 mil	Mais de 100 mil	Mais de 200 mil	TOTAL GOIÁS
Nº de Municípios	82	48	29	16	11	7	6	2	201
População Total	264.983	347.434	419.914	408.099	435.663	487.720	786.101	592.190	3.742.104
Qtd de Feiras	70	75	52	44	37	24	24	43	369
Qtd de Bancas	1.365	1.671	2.435	2.691	3.183	3.063	3.447	3.487	21.342
Qtd de hab/feira	3.785,47	4.632,45	8.075,27	9.274,98	11.774,68	20.321,67	32.754,21	13.771,86	10.141,20
Qtd de hab/banca	194,13	207,92	172,45	151,65	136,87	159,23	228,05	169,83	175,34
Qtd de feiras/município	0,85	1,56	1,79	2,75	3,36	3,43	4,00	21,5	1,84
Qtd total de bancas AF	804	857	1380	1287	1456	1448	1151	564	8947
Qtd média de bancas/Feira	19,50	22,28	46,83	61,16	86,03	127,63	143,63	81,09	57,84
Qtd média de bancas AF/Feira	11,48	11,43	26,54	29,25	39,35	60,33	47,96	13,12	24,25
Participação percentual Af/total	58,90	51,29	56,67	47,83	45,74	47,27	33,39	16,17	41,92

Fonte - Instituto Mauro Borges (IMB), 2018 apud Verano, 2019.

Conforme a Tabela 20 é possível verificar que a grande maioria dos municípios da amostra é de pequeno porte (até 30 mil habitantes), perfazendo 87,06 % do universo amostral. Apesar de a quantidade de municípios amostrados com mais de 30 mil habitantes ser baixa (26 municípios, ou 12,93%), a sua população total foi bastante representativa (2.301.674 habitantes, ou 61,6%). Existem 128 feiras e 13.180 bancas nesses municípios com mais de 30 mil habitantes, representando 34,68% e 60% da amostra respectivamente (VERANO, 2019).

Por meio da Tabela 20, foi possível também realizar algumas observações e levantar algumas percepções preliminares no que se refere à participação da agricultura familiar. A participação dos agricultores familiares é mais relevante percentualmente nos pequenos municípios (até 20 mil habitantes), onde representam mais de 50% do total de bancas. Entretanto, nos municípios de médio porte (maior que 20 mil e menor que 100 mil habitantes), os agricultores familiares, apesar de não estarem em maioria, também possuem participação significativa, ocupando aproximadamente 50% do total de bancas das feiras.

Nos municípios das duas últimas classes (considerados de grande porte), percebeu-se que a participação de agricultores familiares nas feiras livres decresceu, chegando a 16,17% do total de bancas nos municípios com mais de 200 mil e menos de 500 mil habitantes. Essas duas classes foram as únicas que apresentaram menor participação de agricultores familiares nas feiras livres do que a média do Estado. Assim, segundo Verano (2019) são nos pequenos e médios municípios que se dão a inclusão comercial da agricultura familiar por meio das feiras em maior proporção.

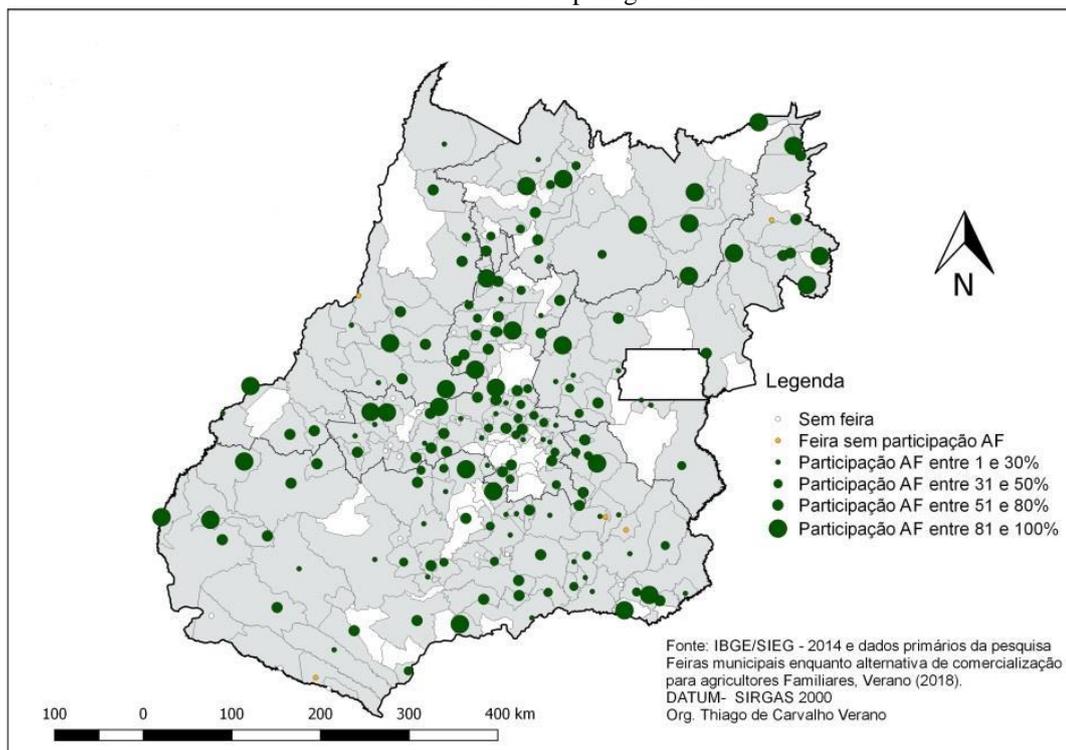
Essa constatação também foi verificada por Resende (2020)³¹ em pesquisa no município de Catalão/GO (pouco mais de 100 mil habitantes) e que as feiras livres são extremamente relevantes para a economia, principalmente os camponeses que praticam a agricultura familiar.

As feiras livres fazem parte de um conteúdo socioespacial dinâmico, na medida em que favorecem os produtores locais e também os fluxos de capitais, sendo importantes formas de escoamento de produtos advindos dos camponeses. Para os feirantes as feiras podem representar uma importante forma para fortalecer a renda familiar. Destaca-se, portanto, a presença considerável dos camponeses e *trabalhadores da terra* nas feiras livres, pois representam uma forma de escoar sua produção, de levar os produtos que, por vezes, eles produzem com a família e para a família, mas utilizam do excedente para obtenção de renda familiar (RESENDE, 2020, p. 56).

O Mapa 12, mostra o mapa da distribuição geográfica e da participação da agricultura familiar nas feiras nos municípios do Estado de Goiás, tendo como referência o ano de 2019.

³¹ RESENDE, Cristiany Barbosa Ferreira. **Fazendo feiras e tecendo estórias de vida**: feira livre e reprodução camponesa na Praça Duque de Caxias em Catalão (GO). Dissertação de Mestrado, PPGeo, UFCAT, 2020.

Mapa 12 - Distribuição geográfica e da participação da agricultura familiar nas feiras nos municípios goianos.

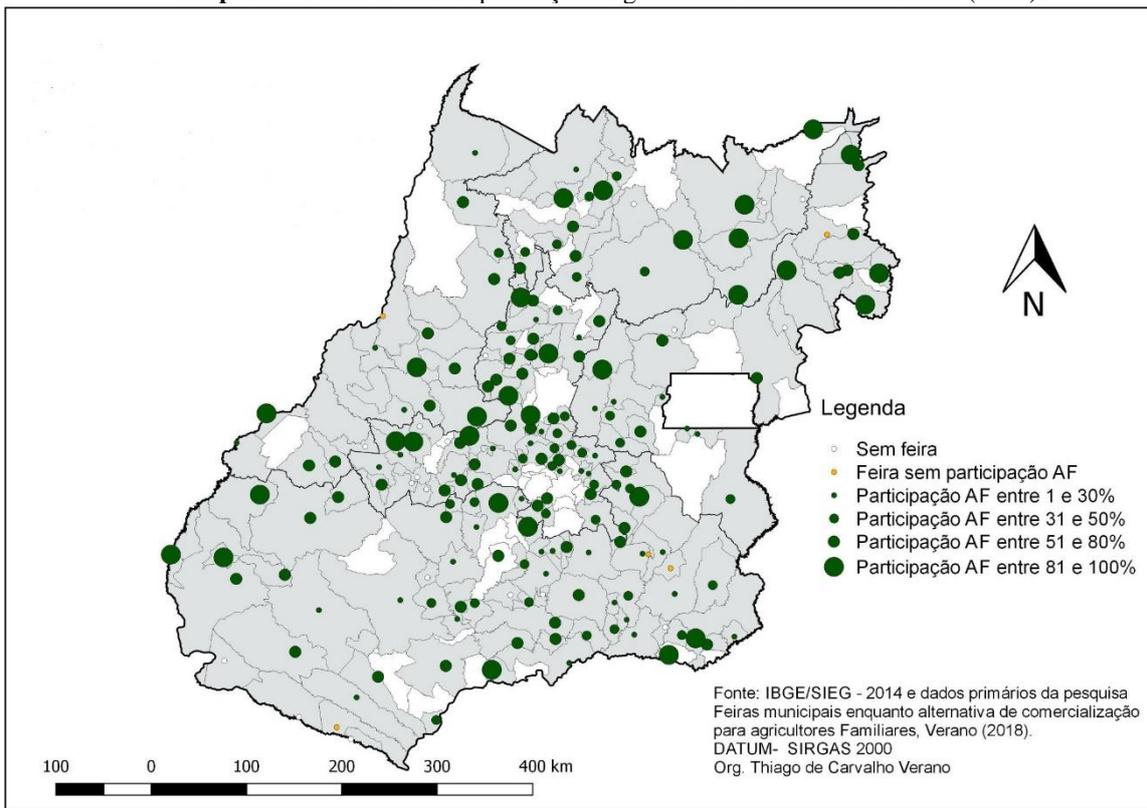


Fonte - VERANO, 2019.

O Mapa 12, contribui com a observação do quanto as feiras livres são presentes no território goiano e junto ao embasamento teórico-conceitual, podemos afirmar que são importantes tanto para a circulação e comercialização dos produtos da agricultura familiar, quanto da construção da soberania alimentar. Observa-se ainda uma concentração de feiras nas regiões centrais de Goiás.

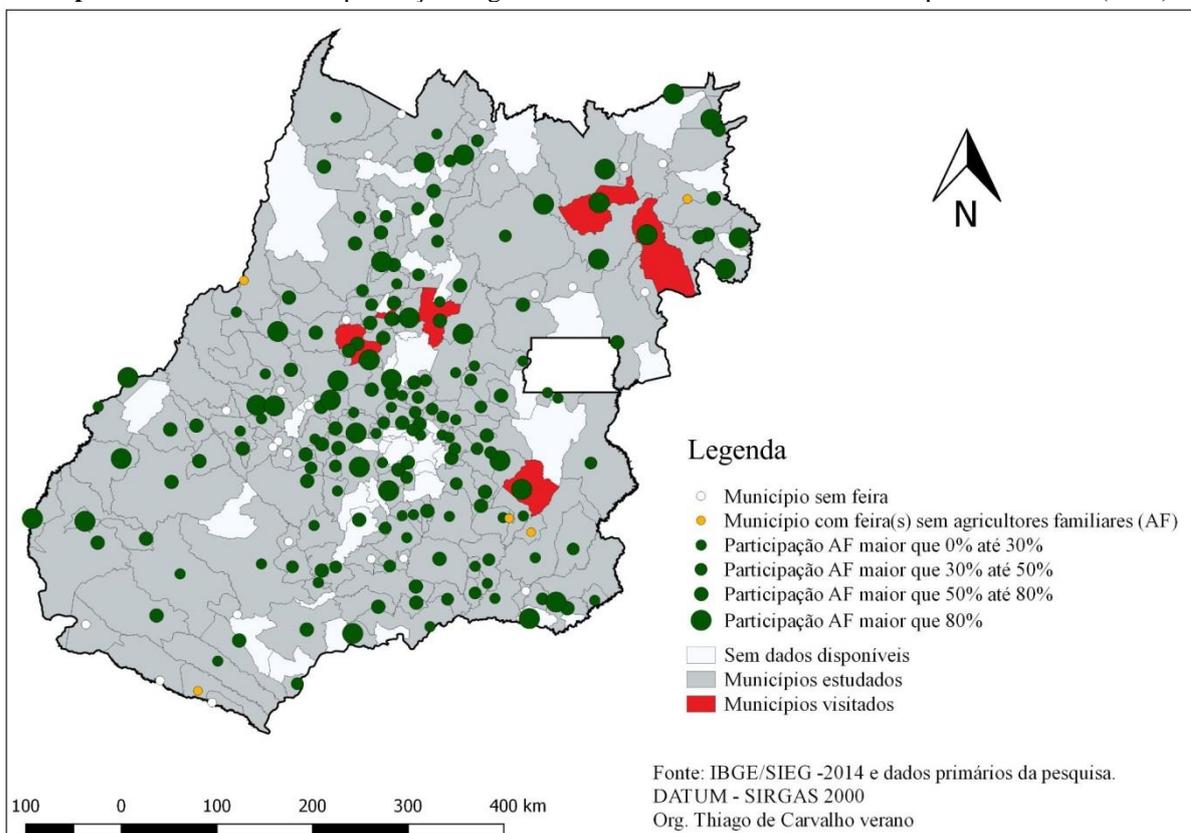
As feiras são importantes práticas de resistência dos camponeses frente ao agrohidronegócio. A maioria dos municípios goianos possuem feiras livres onde os camponeses comercializam os produtos derivados do trabalho no campo. Ao analisar os Mapas 13 e 14 podemos observar a espacialização das feiras no Estado de Goiás. Os agricultores familiares estão presentes na maioria dos municípios goianos, sendo apenas cinco cidades com a ausência dos camponeses na comercialização de produtos do campo. Alguns municípios do Nordeste Goiano possuem mais de 80% de agricultores familiares nas feiras livres, o que mostra a importância deste tipo de resistência ao agrohidronegócio.

Mapa 13 - Feiras livres e a presença de agricultores familiares em Goiás (2018).



Fonte - VERANO, 2019.

Mapa 14 - Feiras Livres e a presença de agricultores familiares em Goiás e municípios destacados (2014).



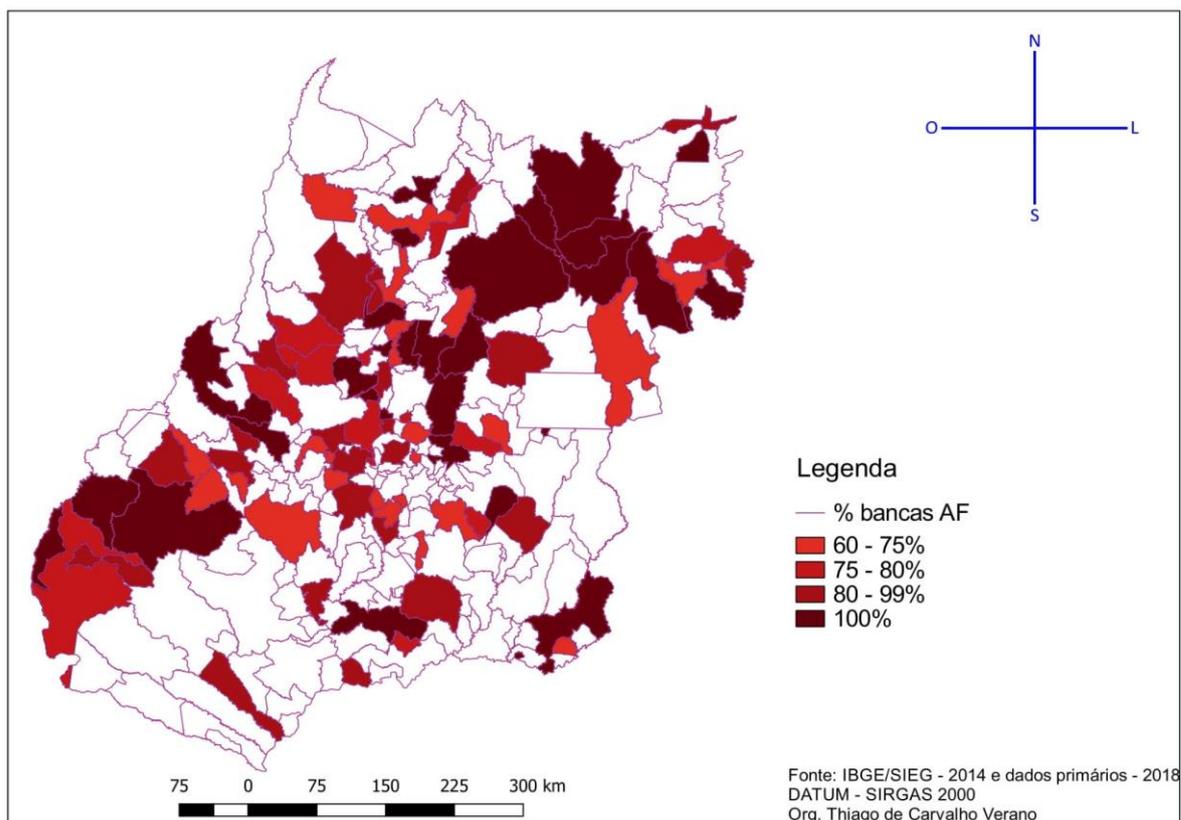
Fonte - VERANO, 2019.

Verano (2019), ressalta que dentre as várias modalidades de canais alternativos de comercialização, as feiras são as mais acessadas pelos agricultores familiares brasileiros. Em Goiás, 88% dos municípios estudados possuem feiras semanais, 67,16% delas contam com participação efetiva de agricultores familiares e 30 municípios possuem feiras exclusivas da agricultura familiar. Estatisticamente, concluiu-se que a presença de atravessadores inibe o protagonismo dos agricultores familiares e que o dinamismo socioeconômico deste canal influencia a criação e o fortalecimento de políticas públicas. Em Goiás, 10,17% das feiras oferecem oportunidades de inclusão socioprodutiva aos agricultores familiares, fortalecem canais curtos de comercialização, e funcionam como alternativa ao sistema agroalimentar industrial.

Ainda segundo Verano (2019), as feiras se caracterizam por estarem organizadas a partir de associações de feirantes/agricultores familiares, serem calcadas em relações de confiança entre agricultores e consumidores locais, possuírem relações solidárias entre os participantes e funcionarem como catalizadoras de novas transações entre agricultores e diferentes mercados. Apesar do potencial representado pelas feiras analisadas, este estudo revela que, em média, 10,41% dos agricultores familiares dos municípios estudados estão inseridos nas respectivas feiras, sendo fundamental pensar em ações de promoção das feiras municipais, considerando o seu papel para a inserção comercial de agricultores familiares em canais curtos. Este estudo apresenta os aspectos fundamentais a serem considerados em eventuais políticas de promoção de feiras municipais do produtor.

Na mesma perspectiva, destaca-se a espacialização das bancas de feiras livres em Goiás. O Mapa 15 apresenta importantes elementos para compreensão das *(Re)Existências* no campo goiano, sobretudo, por demonstrar a oferta de alimentos disponibilizados pelos camponeses às comunidades envolvidas. Notadamente, municípios como Caiapônia, Doverlândia, Cidade de Goiás, Formosa, Flores de Goiás que possuem grande número de assentamentos rurais também são aqueles com maiores disponibilidades de bancas propostas por agricultores familiares. Mesmo não fazendo parte do recorte espacial da pesquisa, é relevante identificar a relação e as contribuições das feiras para as comunidades camponesas, para comercialização dos produtos, por conseguinte melhoria na renda para quem produz e abastecimento dos mercados locais.

Mapa 15 - Percentual de bancas de agricultores familiares (Goiás), 2018.



Fonte – VERANO, 2019.

Em Catalão, principal centro econômico e político do Sudeste Goiano e uma das cidades mais importantes do Estado de Goiás, as feiras livres têm relevância na reprodução social dos camponeses.

Na feira da Praça Duque de Caxias existe o senhor que vende o queijo, vende os frangos ou galinhas caipiras, as senhoras das quitandas, os vendedores da “gueroba” tão apreciada pelos goianos. Dentre estes atores que fazem parte desta feira está a senhora que faz a massa do pão de queijo pela madrugada para que seja assada pela manhã durante a feira (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

As sociabilidades criadas, a troca de informações, de saberes e fazeres é comum nos espaços das feiras livres em que predominam os camponeses. Resende (2020, p. 81) destaca o empoderamento das mulheres que com o trabalho nas feiras livres conquistaram autonomia econômica e se tornam protagonistas das ações políticas na defesa dos *territórios de vida*.

[...], elas também são fundadoras de estratégias para sobrevivência e (*Re*)Existência no campo, sendo uma dessas estratégias a participação nas feiras livres. Não somente na feira no bairro Ipanema, mas também nas demais, onde muitas destas mulheres participam do processo de produção e

também se deslocam para a feira a fim de comercializar os produtos. Ainda se observa o envolvimento, enquanto lideranças, nas atividades religiosas, políticas e festivas das Comunidades, sendo as guardiãs de saberes e fazeres, rezas, crenças, fundantes para as práticas socioculturais (RESENDE, 2020, p. 81).

Assim, as feiras têm grande relevância na construção das (Re)Existências, pois significam possibilidade de comercialização direta dos produtos camponeses, o que possibilita o abastecimento dos mercados locais, renda para as famílias camponesas, avanço no caminho da emancipação feminina.

3.6. Os Movimentos Sociais

3.6.1. Movimento Camponês Popular (MCP)

O Movimento Camponês Popular (MC) é um movimento de camponeses, popular, de massa e de militantes. Organizado em grupos de base, autônomo, de luta e respeitando a diversidade dos povos. É um movimento nacional, que reúne, organiza, mobiliza e prepara os camponeses para defenderem e conquistarem seus interesses. O papel social é produzir comida limpa, barata e de qualidade para o conjunto da sociedade e que, a partir da luta econômica específica e de um processo sistemático de formação, se incorpora à luta da classe trabalhadora por uma nova ordem social. Organiza-se em Grupos de Base, Coordenações Municipais, Coordenações Regionais, Coordenação Estadual e Coordenação Nacional (MCP, 2020).

Quanto aos Grupos de Base, o MCP esclarece que:

Os Grupos de Base são os olhos, os ouvidos e a ação direta e continuada do Movimento. Os Grupos de Base colhem as opiniões e sentem a disposição das famílias. Os Grupos de Base discutem e aplicam, na vida diária e na vida concreta, as orientações do Movimento. Se o movimento está indo bem, tendo conquistas e ajudando a construir uma sociedade diferente é porque o Grupo de Base está forte e ativo. Todo Grupo de Base deve ter nome, identidade e vida, pois ele é o coração do MCP (MCP, 2020).

Para o MCP, ser “Camponês e ser Camponesa” não é apenas viver no campo, mas trabalhar na terra, tanto como proprietário, parceiro, arrendatário, posseiro, vazanteiro, meeiro, pescador e outros, desde que não explore o trabalho de outras pessoas. Segundo uma de suas lideranças:

O MCP é criado em Julho de 2008, como forma de fazer resistência a este processo. Assume como princípios a afirmação da autonomia do camponesa, através da construção da soberania alimentar popular e nacional. Valorizando o campesinato e sua cultura, é que o MCP se desafiou a pensar a produção de alimentos saudáveis e diversificados, sem o uso de agrotóxicos, respeitando a diversidade do ambiente natural que o cerca, com os cultivos e os hábitos alimentares de cada região. Nesse tempo de atuação e luta, o MCP conseguiu reunir famílias camponesas de diversos estados, retomando o debate sobre o campesinato e a produção de alimentos saudáveis para a população brasileira. Nesse período, muitas vitórias foram alcançadas com as lutas pelo resgate e produção de sementes crioulas, por moradia camponesa, produção camponesa de alimentos saudáveis, comercialização da produção para geração de renda e reconhecimento do papel da mulher e da juventude no campo. A cada avanço, luta e conquista, o MCP reafirma a sua decisão de fazer com que cada camponês e camponesa seja sujeito de sua própria história. Reconhecemos a grandeza do desafio de mudar o rumo da produção no Brasil, por meio da construção de um modelo de agricultura que respeite quem produz e quem consome. E buscaremos sempre, conforme as palavras de Dom Tomás Balduino, construir a luta, sabendo que “terra é mais que terra, é meio de libertação e transformação! (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Dentre as ações de luta pela permanência na terra, com o objetivo de garantir renda, trabalho, qualidade de vida e, portanto, em defesa da reprodução social camponesa em seus territórios, o MCP desenvolve os projetos do Banco de Sementes Crioulas, os Corredores Agroecológicos, o Programa de Moradia Camponesa, as parcerias com o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do apoio à participação nas Feiras Camponesas em Catalão (GO) (MCP, 2020).

O MCP desenvolve o projeto de Corredores Agroecológicos em Catalão e Vianópolis. Segundo a EMBRAPA (2018), as Rotas Agroecológicas são organizadas pela Embrapa Cerrados (DF), em parceria com a Associação Camponesa Nacional (ACAN), o Movimento Camponês Popular (MCP) e a Central de Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais do Município de Catalão (CAMPPRMC). As atividades integram o projeto “Corredores agroecológicos como estratégias para produção de alimentos e sementes, focados no manejo da agrobiodiversidade e sustentabilidade de pequenas propriedades familiares – Agrobio II”, liderado pela pesquisadora Cynthia Torres, da Embrapa Cerrados (EMBRAPA, 2018).

Para Mendonça (2012, p.48):

As variedades crioulas atendem a um dos princípios básicos da Agroecologia, que é o de desenvolver plantas adaptadas às condições locais da propriedade, capazes de tolerar variações ambientais e ataque de organismos prejudiciais. Outro aspecto importante consiste na autonomia do agricultor, que pode coletar/armazenar as sementes destas variedades e replantá-las no ano

seguinte, adquirindo maior independência do mercado de insumos e gerando um material que, com toda sua variabilidade genética, se torna cada vez mais vigoroso e adaptado ao seu tipo de solo e clima.

Ainda segundo Mendonça (2012, p.47):

O resgate, a produção, a seleção e a conservação de sementes crioulas nas Comunidades e a criação do Banco de Sementes revigora os valores (tradição) dos camponeses, pois alguns ainda cultivam sementes crioulas para o consumo doméstico. O incentivo à constituição do Banco de Sementes crioulas significa uma nova etapa nas ações desenvolvidas pelos camponeses, intensificando a produção, a conservação e a comercialização das sementes e subsidiando a expansão do agrossistema na região.

Nessa perspectiva, compreende-se a utilização das Sementes Crioulas como uma forma de preconização da alimentação saudável, introdução de novos/velhos hábitos alimentares, educação e proteção ambiental, permanência dos camponeses na terra e valorização e resgate da produção e cultura local/rural.

Para o MCP, a moradia camponesa se torna uma tática importante para permanecer no campo, uma vez que a moradia é uma conquista importante para as famílias camponesas, já que “[...] é a referência tanto da vivência da família como da produção camponesa. Com a melhoria da casa, a família melhora sua qualidade de vida, sua autoestima e sua vontade de continuar vivendo no campo” (ALVES, 2015, p. 67). Alves (2015, p.68) destaca que:

O projeto de Moradia Camponesa tem conseguido abarcar a totalidade da vida camponesa, pois, além da casa, o projeto propõe a melhoria da renda da família, com a produção de alimentos para a família e para a comercialização através da implantação ou melhoramento de pomar, horta e lavouras de sementes crioulas. As moradias camponesas conquistadas por meio do Movimento Camponês Popular - MCP são executadas através do PNHR e da parceria com o governo do estado de Goiás, através da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). O MCP buscou parceria com o governo do estado de Goiás, pois os recursos disponibilizados pelo governo federal para o PNHR são insuficientes para construir uma moradia de boa qualidade e com tamanho suficiente para abrigar toda a família com o mínimo de conforto. Mas, é importante destacar que essa contrapartida é resultado de muitas mobilizações realizadas pelo Movimento.

Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Feira Camponesa nos Bairros em Catalão (GO), o MCP foi/é essencial na organização das famílias camponesas, tanto na mobilização política, no cumprimento dos procedimentos burocráticos, quanto na logística. A esse respeito, uma de suas lideranças em Catalão esclarece que a centralidade da atuação do MCP, consiste em “avançar

na construção da autonomia camponesa, avançar na construção da soberania alimentar popular, buscar a construção de um projeto popular para o Brasil” (MCP, 2020). Na Foto 30 observa-se o mutirão para recuperação de nascentes em Catalão (GO).

Foto 30 - Mutirão de Plantio do Corredor Agroecológico coordenado pelo MCP - Movimento Camponês Popular em Catalão/GO.



Fonte - Acervo do GETeM, 2019.

No Quadro 6 estão discriminadas as ações de luta política do Movimento Camponês Popular (MCP) entre os anos de 2009 e 2020. O MCP tinha um calendário padrão de lutas, como exemplo, o Dia 08 de março – em alusão ao Dia Internacional da Mulher –, o mês de junho (dia do agricultor) e outubro (dia da alimentação). Geralmente, no 08 de março eram lutas em Goiânia (ocupações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) - luta por recursos e políticas públicas de comercialização, da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) - luta por habilitação rural, ocupação da superintendência da Caixa - habitação rural e ocupação da Assembleia Legislativa e Secretaria da Fazenda - luta pela lei da Agricultura Familiar e Camponesa - conquistada, mas não implementada. O junho eram lutas nacionais. Com ocupações em Brasília - do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária (MAPA) e Ministério das Cidades. Já o outubro, marcado por lutas no âmbito dos municípios com ações de ocupações das Agências da Caixas Econômica Federal (locais), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como estratégia de luta pela previdência rural. Desde 2019, a luta tem sido construída a partir de lutas unitárias, distribuição de alimentação e campanhas por internet (MCP, 2021).

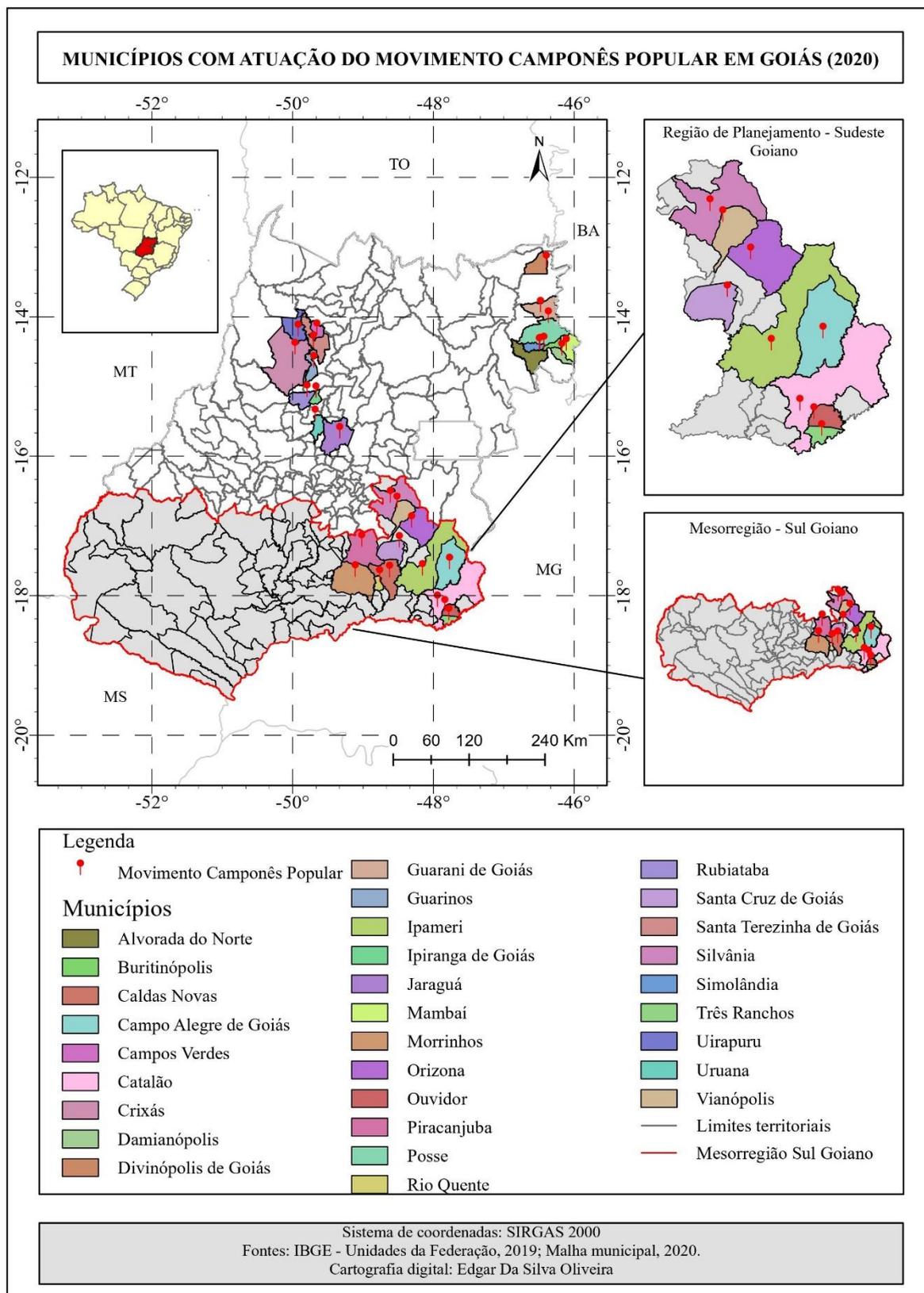
Quadro 6 - Jornada de Lutas do Movimento Camponês Popular (MCP) (2009-2020).

TEMA	MÊS/ANO	LOCAL
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2009	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2009	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2010	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2010	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2011	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2011	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2012	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2012	Brasília
Luta por Moradia Camponesa (ocupações agência da CAIXA)	Dezembro/2012	Diversos municípios
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2013	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2013	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2014	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2014	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2015	Goiânia
Jornada Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente	Junho/2015	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2016	Goiânia
Luta contra o Golpe Institucional – Governo Dilma	Abril/2016 Agosto/2016	Brasília
Jornada de luta unitária (Movimentos do Campo)	Setembro/2016	Brasília
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2017	Goiânia
Jornada de lutas das Mulheres contra a reforma da Previdência	Março/2018	Goiânia
Jornada de lutas das Mulheres contra a reforma da Previdência	Março/2019	Goiânia
Jornada de lutas das Mulheres	Março/2020	Goiânia

Fonte – MCP, 2021.

Os Municípios onde o MCP atua estão representados no Mapa 16, sendo: Catalão, Ouidor, Três Ranchos, Campo Alegre, Ipameri, Orizona, Vianópolis, Sylvania, Caldas Novas, Piracanjuba, Rio Quente, Morrinhos, Santa Cruz, Jaraguá, Uruana, Ipiranga de Goiás, Crixás, Santa Terezinha de Goiás, Uirapuru, Campos Verdes, Rubiataba, Guarinos, Simolândia, Alvorada do Norte, Guarani de Goiás, Divinópolis, Damianópolis, Buritinópolis, Mambai e Posse.

Mapa 16– Atuação do Movimento Camponês Popular (MCP) por Municípios em Goiás (2010).



3.7. Comissão Pastoral da Terra: Atuação no Sul Goiano/Diocece de Ipameri (GO)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em junho de 1975, num encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Surgiu como uma resposta à situação vivenciada por trabalhadores rurais, posseiros, peões e demais sujeitos da terra, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos às condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam, mediante a expansão dos interesses dos latifundiários e das empresas capitalistas, principalmente nos biomas Cerrado e Amazônia.

Ao longo do tempo, se estendeu por todo o Brasil apoiando e subsidiando as demandas dos sujeitos que vivenciavam ao processo de desterritorialização dos *territórios de vida* - protagonistas de suas histórias - para sua organização coletiva, diante de suas diferentes necessidades, conflitos e lutas (CPT, 2020). Em cada região do país, a ação e atuação da CPT adquiriu uma plasticidade a partir das demandas locais/regionais, em conformidade com os desafios que as realidades apresentavam.

Na área pesquisada - Sudeste Goiano - a coordenadora das atividades da CPT, na Diocece de Ipameri (GO)³², enfatiza o protagonismo dos sujeitos assistidos no campo, assim como a preconização das ações coletivas nas atividades e projetos desenvolvidos:

Nós ajudamos os grupos, fortalecendo o grupo, mas o potencial e o protagonismo são do próprio grupo [...]. A ideia nossa é sempre fortalecer as atividades no coletivo, nunca no individual [...]. Quando a gente trabalha no grupo, a gente sempre destaca essa necessidade de trabalhar no coletivo e, quem já tem essa ideia do individualismo, não fica. Ou seja, ele por si só já sai. A gente trabalha essa política de fazer junto, de construir juntos e produzir juntos. Quando a gente coloca um equipamento lá, a gente faz para usarem juntos. Tem a pessoa que vai coordenar, mas ela vai administrar o coletivo³³ (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Nessa perspectiva, a CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico, e se destacou/se destaca pelo apoio e defesa dos direitos dos trabalhadores à terra, nas diversas situações de conflitos por terra, água, como no embate pela reforma agrária, na luta contra barragens e mineradoras. Ainda, na mobilização dos camponeses para o acesso às políticas

³² Irmã Maria Inês de Oliveira é coordenadora da CPT da Diocece de Ipameri (GO) há 20 anos. Agente da Comissão Pastoral da Terra/Diocece de Ipameri/Regional Goiás, atua nas Comunidades Camponesas, Assentamentos, Acampamentos, com Posseiros e Grupos de mulheres, na organização dos(as) trabalhadores(as) do campo por qualidade de vida, geração de renda e defesa dos direitos.

³³ Irmã Inês.

públicas, na organização da produção e comercialização dos produtos, garantindo renda e maior estabilidade para as famílias, auxiliando-as na permanência na terra (CPT, 2020).

Logo, a atuação da CPT foi e é fundamental para agregar apoiadores, parceiros diversos, na medida em que, a Diocese de Ipameri na sua área de abrangência possui um histórico de ações, principalmente com a participação efetiva do Bispo Dom Guilherme Antônio Werlang³⁴ que esteve nesta Diocese, de agosto de 1999 a fevereiro de 2018. Sua ação diocesana e pastoral apoiou as reivindicações dos sujeitos da terra, tendo importância vital nas ações políticas e jurídicas a favor dos atingidos pela UHE Serra do Facão, construída no município de Catalão/GO, mas que, atingiu outros municípios e mais de 600 famílias que foram expropriadas das suas terras de existência.

Essas posições políticas ficam evidentes no documento MENSAGEM DAS PASTORAIS SOCIAIS³⁵ assinados pelo Bispo da Diocese de Goiás Dom Eugenio Lambert Adrian Rixen - Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz e pelo Bispo da Diocese de Ipameri Dom Guilherme Antônio Werlang - Referencial para as Pastorais Sociais da Regional Centro-Oeste.

No âmbito nacional os eixos norteadores das ações da CPT são Água, Direitos Humanos, Diversidade Camponesa e Um olhar para o futuro. Sobre a água, o foco é a sua defesa como um direito social e o meio ambiente. Nesse ínterim, denunciou “[...] a destruição de nascentes, a poluição pelos agrotóxicos e pela ação das mineradoras [...] cunhou o termo *hidronegócio* para expressar a tentativa do capital de tornar a água uma mercadoria igual às outras” (CPT, 2020).

No eixo Direitos Humanos estão preconizadas ações em defesa da posse da terra, o direito à água e ao trabalho em condições dignas, combatendo o trabalho em condições análogas à escravidão. Em 1997, a CPT criou a “Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: De Olho Aberto para não Virar Escravo”. Incorporou ainda, na sua luta pelos direitos, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA), mantendo relações estreitas com diversas entidades de direitos humanos. Criou também o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que registra os conflitos em que os sujeitos do campo estão envolvidos e a violência que sofrem. Com isso, publica um relatório anual denominado Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2020).

³⁴ Mais informações em: <https://diocesedeipameri.com.br/quartobispo/>.

³⁵ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B0dbqbVIY_05TFRUUGkwTGNpWGtJUV9xbXVHRXJMdVpWcmow/view

No eixo Diversidade Camponesa, a CPT desenvolve o acompanhamento às Comunidades Camponesas, percebendo e fortalecendo a rica diversidade de tradições e culturas dos povos do campo. Assim, identificou a diversidade camponesa e a necessidade de desenvolver estratégias corresponde a cada uma dessas Comunidades, tais como: indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem-terras, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres e outras. O esforço foi/é de contemplar essa diversidade e fortalecer ações juntamente com esses grupos.

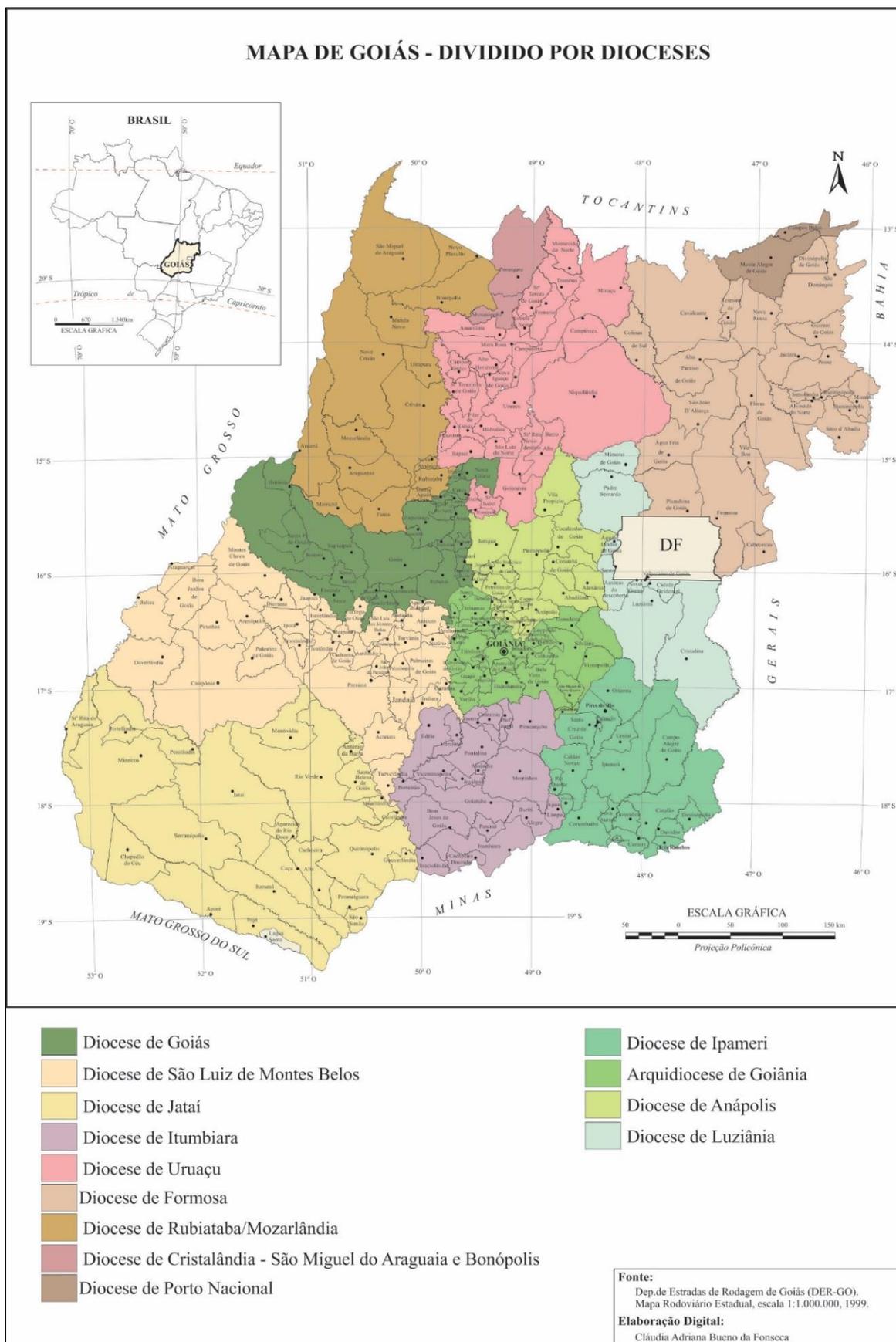
[...] mereceu destaque especial tanto a organização da produção, quanto sua comercialização. Mas não qualquer produção. Precisava ser saudável, com respeito ao meio ambiente numa convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos. Nesta lógica, foi sendo trabalhada a produção orgânica, a agroecologia, o resgate das sementes tradicionais ou crioulas (CPT, 2020).

No que se refere ao planejamento para ações futuras, a CPT tem o intuito de reafirmar a sua espiritualidade e seu caráter pastoral; o fortalecimento das comunidades e seu protagonismo, a denúncia das ações que privilegiam o capital, em detrimento dos direitos das comunidades camponesas; a construção das relações sociais de poder e gênero, de valorização e libertação da mulher camponesa e de fortalecimento de iniciativas da juventude camponesa; E, o desenvolvimento de formações que contribuam no fortalecimento da CPT e das comunidades (CPT, 2020).

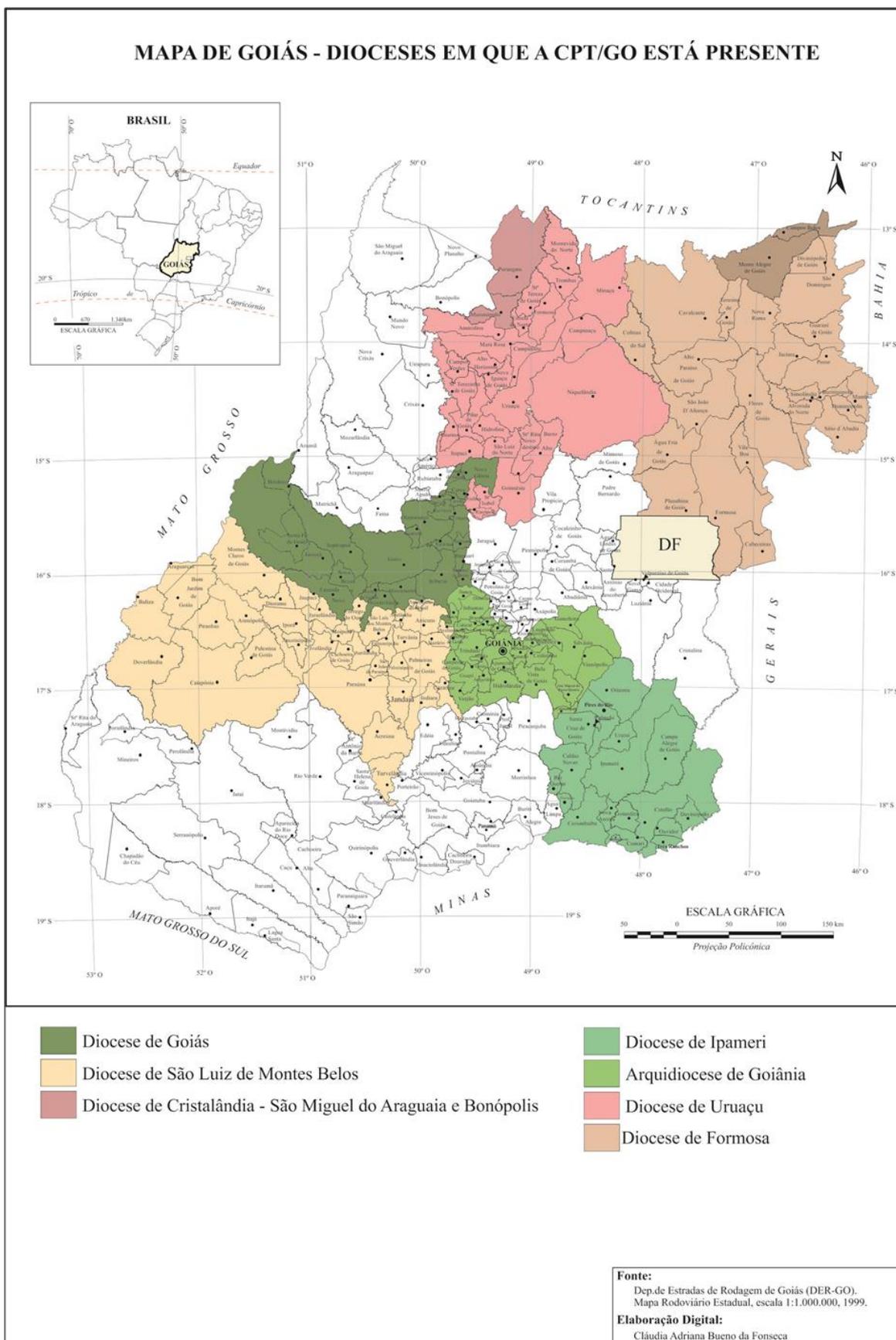
O Mapa 17 mostra as Dioceses no Estado de Goiás. O Mapa 18 evidencia a atuação da CPT, demonstrando a relevância das ações pastorais (sociais, políticas, jurídicas) desenvolvidas a favor das populações, historicamente, excluídas dos direitos a existência. A área territorial da Diocese de Ipameri, contempla 19 municípios, a maioria, localizados na área da pesquisa e que vivenciam, nas últimas décadas, a expansão das monoculturas, das hidrelétricas, das mineradoras (Catalão e Ouidor) que ocasionam disputas territoriais, pois os efeitos desses empreendimentos têm sido destacados nas ações e lutas dos atingidos pela mineração, pelas barragens, pelo agrohidronegócio.

Mapa 17– Goiás em Dioceses.

Fonte - CPT, 2020.



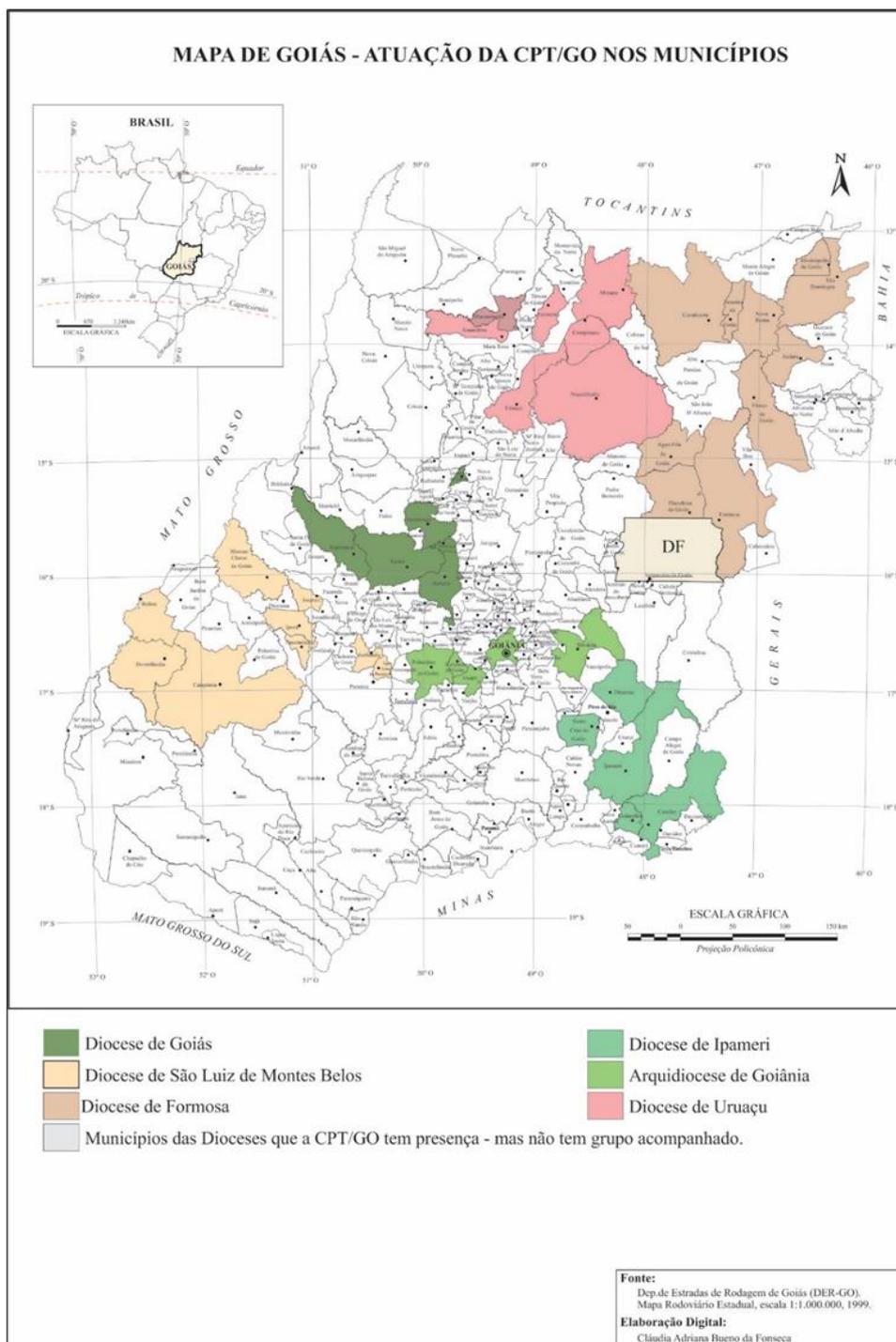
Mapa 18 – Dioceses em que a CPT está presente em Goiás.



Fonte - CPT, 2020

No ano de 2019, a Comissão Pastoral da Terra atuou diretamente nos municípios de Orizona, Santa Cruz de Goiás, Ipameri, Goiandira, Catalão, na Diocese de Ipameri. No Mapa 19 estão representados os demais municípios goianos atendidos nas Dioceses de Goiás, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Ipameri, Goiânia e Uruaçu.

Mapa 19 - Atuação da CPT nos municípios goianos.



Fonte - CPT, 2020.

Na área da pesquisa, diversas ações foram desenvolvidas, destacando-se no município de Orizona as seguintes atividades: produção agroecológica de alimentos destinados principalmente à venda institucional; quintais agroecológicos, vinculados a diversificação da produção; aproveitamento de frutas sazonais para a produção de polpas, garantido mais renda, sobretudo, para as mulheres; formação de grupos de mulheres para a produção de alimentos minimamente processados; implantação do Projeto de Energia das Mulheres da Terra (Kit bomba solar e biodigestor); recuperação de nascentes e defesa do Cerrado; avaliação participativa do solo; processamento do açafrão e derivados da mandioca; extrativismo no Assentamento Cooper-flor, região da Posse; e, oficina de preparo de fitoterápicos na Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) com o Projeto Plantando Saúde (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Em Santa Cruz de Goiás a CPT construiu as seguintes ações: extrativismo de frutas do Cerrado, tais como Baru, Pequi, Mangaba; produção de verduras, legumes, frangos para comercialização nas feiras livres locais e em Caldas Novas; início da implantação do Projeto de Gado de Corte assessorado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); formação específica para mulheres, tais como Bem Viver e outros temas; recuperação de nascentes; implantação de quintais agroecológicos; e, acompanhamento das famílias no processo judicial na Comunidade do Vale do Rio do Peixe (Santa Cruz de Goiás/Caldas Novas), entre posseiros e Deputada Federal Magda Mofatto (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

O conflito pela terra³⁶ já se arrasta há anos e envolvem diversos interesses, expressando uma assimetria de poder entre os camponeses/posseiros que lutam para permanecerem na terra e o Grupo Roma, liderado pela empresária e deputada federal Magda Mofatto. Os interesses diferenciados entre a compreensão da terra, enquanto condição de vida e terra para acumulação de bens e poder, podem ser melhor compreendidos na reportagem:

Do lado dos pequenos agricultores: A Fazenda Vala do Rio do Peixe é uma propriedade do Estado de Goiás, de 250 alqueires, em torno a 1.250 hectares. Há cerca de 15 anos, a terra começou a ser ocupada por famílias, que dela tiraram seu sustento, fruto de muito trabalho. Em 2003, foi lavrado no Cartório de Pires do Rio (GO) a Escritura Pública de Declaração de Ocupação do Imóvel Rural. Em junho do ano seguinte, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Agência Rural, demarcou os 25 lotes da área, elaborando e entregando a cada família o respectivo mapa. Em 2006, a CELG estendeu a linha de energia a todas as propriedades.

³⁶ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.raizforte.jor.br/2012/03/pastoral-da-terra-publica-nota-sobre.html>

Do lado da pretendente da área: Quem pretende a área é o grupo Roma Empreendimentos e Turismo Ltda., que segundo seu site, atua no setor Hoteleiro, de Viagens, Construção, Mineração e Imobiliário, na região das Águas Quentes de Goiás e é o maior e o melhor grupo hoteleiro do Estado. O grupo começou a ser formado em 1972 por Magda Mofatto Hon.

A proprietária atualmente é deputada federal pelo PTB de Goiás, e só tomou posse após a decisão do STF de não considerar válida a Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010. Ela também já foi prefeita de Caldas Novas. Iniciou seu mandato em 2004 e em 2006 a Justiça Eleitoral a afastou, sob denúncia de compra de votos. Conseguiu na justiça retornar ao cargo e governou por mais um ano, quando foi cassada. (Raiz Forte Notícias em 23 de março de 2012. Disponível em: <https://www.raizforte.jor.br/2012/03/pastoral-da-terra-publica-nota-sobre.html>)

Em Ipameri, as ações da CPT são desenvolvidas no Pré-assentamento Ana Ferreira com o acompanhamento de conflitos por terra e água (iniciado em 2016), planejamento da produção de alimentos e capacitação sobre plantas medicinais e extrativismo. O destaque é a produção de sementes crioulas.

Em 2005 centenas de famílias acampadas na região ocuparam a fazenda Buriti – Corumbá Velho. A área foi considerada improdutivo e destinada para a Reforma Agrária, beneficiando 45 famílias do MST. Apesar da conquista, as forças do latifúndio na região pressionam o judiciário a reverter a decisão, criando uma situação de instabilidade que impediu, até o momento, a homologação das famílias em suas unidades produtivas.

Como forma de demonstrar a importância da criação do assentamento e da Reforma Agrária Popular para a região, o MST definiu como prioridade implementar um campo de produção de milho crioulo, com o objetivo de fornecer alimento e sementes de base camponesa para famílias do campo e da cidade em Goiás. Assim, 24 hectares foram semeados com milho crioulo Sol da Manhã, produzindo 84 toneladas ao todo. Goiás: assentamento do MST alcança safra recorde de sementes. 16 de fevereiro de 2018. (Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/assentamento-do-mst-alcanca-safra-recorde-de-sementes-goias-8a68>)

Já no Assentamento Olga Benário tem-se o projeto de trator e implementos para fins de melhorar os meios de produção, assessoramento na venda institucional, recuperação de nascentes e participação na consolidação do Assentamento, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o acesso aos programas de moradia, rede de energia elétrica, créditos e corte de parcelas, por exemplo (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

No município de Catalão, a CPT atuou/atua frente às seguintes ações: acompanhamento das Comunidades Camponesas impactadas pela mineração; acompanhamento das famílias judicializadas no processo de desapropriação em função da atividade mineratória; recuperação de três nascentes mais duas mapeadas para início das atividades (Conforme evidenciam as Fotos 31, 32 e 33); acompanhamento do Acampamento

Oziel, na região do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde; debate e planejamento da produção de alimentos saudáveis; formação social e política junto às famílias; inserção de alguns produtos das famílias para venda institucional; estudo e diagnóstico para acompanhamento de 140 famílias impactadas pela Hidrelétrica Serra do Facão (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Foto 31 – Área de Plantio de Mudanças para Recuperação de Nascentes na Comunidade Macaúba, atingida pela mineração em Catalão (GO).



Autora – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2019.

Fonte – Trabalho de Campo, 2019.

Fotos 32 e 33 – Mudanças nativas para Recuperação de Nascente na Comunidade Macaúba em Catalão (GO)



Autora – CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino, 2019.

Fonte – Trabalho de Campo, 2019.

Na foto 34 tem-se a vista aérea do mutirão para plantio de mudas e recuperação de nascentes realizado na Comunidade Macaúba em Catalão (GO). A ação contou com a

participação da CPT, de professoras do Curso de Geografia de Universidade Federal de Catalão (UFCAT), do Grupo de Trabalho (GT) dedicado ao estudo e às ações necessárias para mitigar os impactos da mineração em Catalão, da Comunidade Macaúba e militantes da causa.

Foto 34 – Vista aérea do Mutirão para Recuperação de Nascente na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).



Autora - MATOS, Patrícia Fagundes de, 2019.

Fonte - Acervo do GETeM, 2019.

Conforme tem-se na Foto 35, outro mutirão organizado pela CPT com o objetivo de recuperar nascentes, foi realizado na Comunidade Custódia em Catalão (GO).

Foto 35 - Mutirão para Recuperação de Nascente na Comunidade Custódia em Catalão (GO)



Autora - MATOS, Patrícia F. de, 2019.

Fonte - Acervo do GETeM, 2019.

No planejamento das atividades para o ano de 2020 na Diocese de Ipameri, a CPT apresentou os seguintes eixos de trabalho: Reforma agrária; Cerrado; Agroecologia; e, Mulheres e Jovens. No que tange à Reforma Agrária, pretende-se desenvolver formação para o grupo de agricultores com o Tema Romaria da Terra e das Águas e acompanhar os dois Acampamentos existentes no território da Diocese como estratégia para o fortalecimento das ações de luta pela terra, bem como, visitar e incentivar os agricultores das comunidades tradicionais a permanecerem na terra, promovendo e fomentando formas de organização social para o acesso às políticas públicas, para a produção de alimentos saudáveis - ambiental e socialmente - e para a comercialização em feiras livres locais e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

No eixo Cerrado, a CPT propõe divulgar a Campanha em Defesa do Cerrado em todos os grupos acompanhados e eventos da Diocese, implantar viveiros para a produção de mudas nativas e frutíferas na Comunidade Macaúba, realizar oficinas sobre plantas para o cuidado com a saúde, realizar ações de proteção e recuperação de nascentes no cuidado com a água e com a Casa Comum, incentivar e acompanhar a coleta de sementes nativas do Cerrado, incentivar o extrativismo sustentável de frutos como fonte de renda nas Comunidades Vale do Rio do Peixe, Assentamento Cooper-flor, Pré-Assentamento Ana Ferreira e Campo Limpo em Pires do Rio e Acampamento Oziel Alves em Catalão (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Já no eixo Agroecologia, a CPT pretende intensificar a formação sobre este modelo produtivo nos grupos já acompanhados, como forma de preconizar a conscientização sobre sustentabilidade ambiental e social, além de encorajar a produção para comercialização nas feiras livres locais e nas diferentes instituições. Nesse sentido, trabalhar com as famílias a importância da diversificação da produção fortalecendo parcerias com instituições de ensino e capacitação, tais como, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ainda, estimular a venda institucional e pensar outras formas de comercialização da produção camponesa (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Sobre Mulheres e Jovens, tem-se a proposta de realização da caravana das Mulheres do Cerrado Diocese de Ipameri até a Arquidiocese de Goiânia, bem como, oficinas sobre plantas medicinais no Pré-Assentamento Ana Ferreira e no Acampamento Oziel Alves. Propõe-se também a valorização e divulgação da EFAORI e a efetivação de encontros entre as mulheres do município de Orizona e do Acampamento Oziel Alves (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

4. Conflitos E (Re)Existências: O Caso da Comunidade Macaúba em Catalão (GO)

Um olhar perdido no horizonte na busca por referência da própria história “onde é mesmo que era a casa onde eu nasci?”, pergunta um antigo morador da comunidade Macaúba, numa rara oportunidade de visitar a planta industrial da mineradora, Mosaic Fertilizantes, oportunidade fomentada pelas lutas, resistências e articulações políticas com os movimentos sociais, agentes políticos e com pesquisadores ligados às causas socioambientais.

A Comunidade Macaúba, segundo Gonçalves (2016, s/p),

é constituída por um território tradicional ocupado por famílias camponesas, que enlaçaram a identidade territorial com a existência e o trabalho na terra. As famílias que ainda vivem na Comunidade são constituídas na sua maioria, por homens e mulheres, camponeses e camponesas, com idade superior a 46 anos, que por consequência, possuem trajetórias espaciais e identidades constituídas na relação com a *terra de trabalho*.

A atuação das mineradoras em Catalão, no sudeste goiano, exaure não apenas o subsolo, mas sobretudo as histórias, as memórias e as gentes que compõem estes territórios em disputa. As últimas 5 décadas apresentam processos de expulsão e expropriação dos camponeses desta comunidade, usando a força do capital para aniquilar as condições de permanência com qualidade de vida nesse espaço que outrora fora sinônimo de abundância na produção de alimentos. Na Foto 36 tem-se uma antiga moradia camponesa na Comunidade

Macaúba. Já na Foto 37 estão a montanha de rejeitos da mineração, as macaúbas – planta que dá origem ao nome da comunidade e o camponês Marcos, uma das lideranças políticas que tem construídos as ações de resistência à mineração. Na Foto 38, no primeiro plano está uma moradia camponesa com as bandeiras em homenagens às santidades católicas e ao fundo a montanha de rejeitos da mineração.

Foto 36 - Ruínas de moradia camponesa na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).



Fonte – Acervo do GETeM, 2020.

Foto 37 - Comunidade Macaúba em Catalão (GO): macaúbas, rejeitos e resistência.



Fonte – Pesquisa de campo, 2020.

Autora – CARNEIRO, Janaine Daniela Pimentel Lino, 2020.

Foto 38 – Moradia Camponesa na Comunidade Macaúba em Catalão (GO) e montanha de rejeitos.



Autora - MATOS, Patrícia F. de, 2019.

Fonte - Acervo do GETeM, 2019.

Para Gonçalves (2016, s/p),

Os efeitos ambientais dos depósitos de estéril possuem impactos diretos e irreversíveis nas paisagens. Os efeitos ambientais impactam as paisagens da Comunidade Camponesa na vizinhança com lugares ocupados por famílias camponesas que vivem e trabalham na terra com seus cultivos nos quintais, plantio de roças e pastagens para criação de gado leiteiro. As transformações nas paisagens locais agem na destruição sistêmica das características naturais dos territórios da Comunidade Macaúba, cujos fins são os lucros com o extrativismo mineral.

Na pesquisa sobre os efeitos da Mineração na Comunidade, Gonçalves (2016) enumera os problemas decorrentes da atividade (sociais e ambientais). A partir das fontes orais, revela que a vida cotidiana desses sujeitos é confrontada com os impactos que as empresas de mineração vêm gerando. As condições materiais e imateriais da existência das famílias camponesas que vivem na/da terra tornam-se, assim, sistematicamente arruinadas pelas consequências da atividade mineradora. Destacando-se a incompatibilidade entre os empreendimentos minerais e a vida camponesa no entorno das minas fica exposta sem disfarce.

Para o pesquisador,

os conflitos ambientais em curso na Comunidade Macaúba podem ser explicados pelas rupturas do “acordo simbiótico” entre as diferentes práticas

sociais dispostas na Comunidade, representadas pelo campesinato e os grandes projetos de extrativismo mineral. A combinação das atividades de mineração constitui um veículo de transformações e impactos indesejáveis aos camponeses, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, comprometendo a continuidade da existência e trabalho do campesinato na Comunidade Macaúba. Em função disso, ao assorear as nascentes, poluir o ar, destruir as paisagens naturais, arruinar os córregos locais, afetar negativamente a biodiversidade animal e vegetal, os efeitos dos empreendimentos de mineração tornam inexequível a reprodução coletiva dos camponeses na *terra de trabalho*. Na conjuntura dos conflitos e dos efeitos sociais e ambientais, as atividades das mineradoras ainda causam a ruína de estruturas locais que garantem a circulação interna na Comunidade Macaúba (GONÇALVES, 2016, s/p).

Dentre as questões elencadas, destacam-se os efeitos sobre a água, pois as intervenções geradas pelos empreendimentos de mineração através do depósito de estéril da empresa Anglo American Fosfatos Ltda, neste caso, impactam diretamente as nascentes e a diminuição da água, ao longo dos anos, provoca desdobramentos diretos nas fontes de geração de renda das famílias que vivem na Comunidade Macaúba. Na Foto 39, tem-se a Lagoa de Rejeitos na Comunidade. A Foto 40 apresenta a montanha de rejeitos e uma nascente.

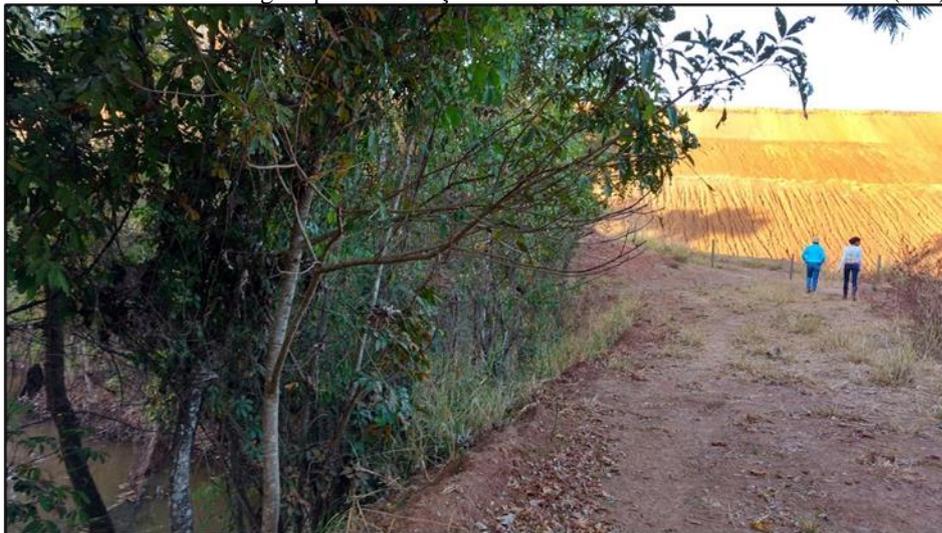
Foto 39 – “Lagoa de rejeitos” da atividade mineradora na Comunidade Macaúba – Catalão (GO).



Autora – MATOS, Patrícia F. de, 2019.

Fonte – Acervo do GETeM, 2019.

Foto 40 - Nascente atingida pela mineração na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).



Fonte – Acervo do GETeM, 2019.

Segundo Abreu (2016), assim como em todo o Brasil, Catalão vivencia as contradições da mineração. No Município, a mineração é empreendida pelas empresas Anglo American e Vale Fertilizantes que exploram as riquezas do subsolo goiano (níquel, nióbio e fosfato), em troca, a população de Catalão/ Ouvidor, recebem apenas o prejuízo dessa atividade. É notório o risco que representam para o ambiente³⁷ e para a agricultura, no Sudeste goiano, que envolve desde a vulnerabilidade das lagoas de rejeitos até a poluição atmosférica, pois

Além disso, o colapso social e o esgotamento dos recursos naturais podem se manifestar em diversas áreas da mineração. A destruição do solo, poluição do ar, aumento dos casos de câncer, perfuração desenfreada do lençol freático e o intensivo uso de água na atividade de mineração, são alguns dos problemas que estão afetando as comunidades camponesas da região. A demanda de água é o fator de maior impacto na exploração de minérios e essa situação está refletindo no modo de vidas das famílias do campo. Famílias centenárias estão sendo expulsas de seus territórios e obrigadas a se deslocarem para as cidades. Além dos prejuízos econômicos, existem os danos psicológicos enfrentados por essas famílias, que se recusam a deixar o seu passado e sua história, que na maioria dos casos, é de difícil reparação. O modelo de atividade da mineração em Catalão/Ouvidor, gera conflitos socioambientais intensos, em função das consequências da poluição do meio ambiente e saúde das pessoas [...] A riqueza mineral extraída do subsolo pelo Complexo Minério Químico de Catalão/Ouvidor, deixa para a população, vestígios de

³⁷ Dentre os problemas ambientais atribuídos às mineradoras, está a suposta emissão de fluoreto gasoso na atmosfera em Catalão, conforme consta na reportagem intitulada: O cheiro de barata que você sente em Catalão, é ou não culpa das duas mineradoras? Veja o que disse o Ministério Público, disponível em: <https://www.badiinho.com.br/o-cheiro-de-barata-que-voce-sente-em-catalao-e-ou-nao-culpa-das-duas-mineradoras-veja-o-que-disse-o-ministerio-publico/>; ou ainda nos sites: <https://www.diantedofato.com.br/catalao-realiza-audiencia-sobre-o-cheiro-de-barataem-catalao-promovida-por-vereador-da-rede/> e <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mp-aciona-empresas-de-catalao-por-cheiro-de-barata-40321/>

medo, desapropriação, rapinagem, irresponsabilidade, insegurança e acidentes ambientais em um cenário de esgotamento e morte (ABREU, 2016, s/p)³⁸.

De acordo com o MAM (2019, s/p),

Um dos casos mais emblemáticos de sonegação do principal imposto em contrapartida da atividade mineral, Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), ocorre no município de Catalão, interior goiano, a 300 quilômetros da capital federal. Lá onde está uma grande parte de reserva de nióbio do mundo, além da exploração de fosfato, as mineradoras não pagam a CFEM há dez anos, desde que a Prefeitura moveu um processo contra as mineradoras em 2007, para cobrar devidamente pelo imposto, que já era sonegado pela Vale Fertilizantes e Anglo American. Estima-se que a dívida chegue a quase 100 milhões de reais. “Dinheiro que daria para fazer muita coisa, como construir um hospital decente para cidade, creches, moradias populares”, cobra Jarbas Vieira, militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. Sem pagar devidamente o CFEM, as mineradoras ainda foram notificadas por uma multa no valor de R\$ 28 milhões. De acordo com a Secretária de Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC), ambas as empresas seriam as responsáveis pela poluição que em Catalão já foi apelidada de “cheiro de baratas”. Entretanto, a multa aplicada em fevereiro de 2015 foi ignorada pelas mineradoras que não pagaram até o momento o valor cobrado pela Prefeitura. A contaminação do ar e do solo causado pelas mineradoras levou Catalão, segundo estudos realizados pelo Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a ser a cidade com maior incidência de câncer no estado de Goiás. Segundo levantamento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Catalão seria apenas um dos municípios em que a Vale não paga a CFEM. O órgão acusa a mineradora de dever cerca de R\$ 5 bilhões sonegados constantemente no pagamento do imposto.

Assim, a partir da territorialização da atividade mineradora, os camponeses da Comunidade Macaúba se organizam em Movimentos Sociais e por meio da ação política e lutam para continuar existindo, seguindo-se a lógica *resistir para continuar existindo*.

A resistência contra as violações promovidas pelas mineradoras, se apresentam de várias formas, sejam elas pelas vias institucionais ou não. Um exemplo é a Comissão Permanente de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer da Câmara Municipal de Vereadores e o Grupo de Trabalho formado para discutir sobre água, mineração e alternativas nas questões socioambientais no município de Catalão, que funcionou no período de 2016 até 2020, sob a coordenação do então vereador e professor do departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Marcelo Rodrigues Mendonça.

³⁸ Afirmações semelhantes foram feitas por Cláudio (2019) na reportagem intitulada “MINERAÇÃO PODERÁ DEIXAR GRANDES PREJUÍZOS AMBIENTAIS EM CATALÃO” publicada em 11 de abril de 2019 em <http://www.blogdaverdade.com.br/blog/mineracao-podera-deixar-grande-prejuizos-em-catalao/>

Segundo Souza (2020), em 11 de maio de 2019 foi autorizada uma ordem de despejo de 5 das 25 famílias da Comunidade Macaúba. Para a autora,

Há mais de 30 anos a comunidade Macaúba e também outras comunidades da região, como Chapadão (Ouvidor), Taquara (Catalão), Coqueiros (Catalão), Morro Agudo (Catalão) e Mata Preta (Catalão) lutam contra as mineradoras que buscam expulsar os camponeses para explorar os minérios da região, exportados a preços irrisórios para enriquecer as indústrias das potências imperialistas (SOUZA, 2020, s/p).

Além dos conflitos com as comunidades rurais, existem também denúncias de crimes ambientais e sonegação de impostos, movidas pela Câmara Municipal e os problemas socioambientais existem denúncias e processos movidos pela Prefeitura de Catalão em relação à sonegação de impostos do grupo CMOC³⁹.

Em março de 2018 realizou-se a ocupação dos trilhos (ferrovia) que dá acesso às mineradoras, como protesto contra a falta de água, a poluição do ar e as doenças causadas pelas empresas, organizada pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento Camponês Popular (MC).⁴⁰

Segundo Mamede (2015), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão (SEMMAC) criou um Grupo de Trabalho (GT) dedicado ao estudo e às ações necessárias para mitigar os impactos da mineração em Catalão. O GT era formado por técnicos da Semmac, integrantes de movimentos sociais e sociedade civil. Entre eles: Alessandro Ferreira (geógrafo), Alfredo Arantes (geógrafo/servidor efetivo da Semmac), Marcelo Mendonça (secretário municipal), Marcus Fernandes (engenheiro químico/servidor efetivo da Semmac), Roni Alvacir Vargas (promotor de Justiça), Irmã Inês (Comissão Pastoral da Terra), Lidiane Teodoro (Movimento Camponês Popular) e representantes das comunidades afetadas: Juliana Adelina da Silva Tomé e Wilson Batista Tomé (Comunidade Coqueiros), Cleiber Antônio da Costa

³⁹ Mineradora responde a acusações do prefeito de Catalão em nota, disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mineradora-responde-a-acusacoes-do-prefeito-de-catalao-em-nota-145688/>; Setor mineral de Catalão foi o principal debate na 41ª Sessão da Câmara Municipal; auditor da prefeitura fez esclarecimentos e vereador Jair Humberto (PROS) fez denúncias de supostos crimes ambientais praticados por empresa mineradora, disponível em: <https://www.badiinho.com.br/setor-mineral-de-catalao-foi-o-principal-debate-na-41a-sessao-da-camara-municipal-auditor-da-prefeitura-fez-esclarecimentos-e-vereador-jair-humberto-pros-fez-denuncias-de-supostos-crimes-ambientais/>.

⁴⁰Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/23/movimentos-populares-ocupam-trilhos-de-mineradoras-transnacionais-em-catalao-go/>

(Comunidade Mata Preta), e Marcos José de Oliveira, Maria Lúcia Oliveira Duarte e Letícia Oliveira Duarte (Comunidade Macaúba).

O GT teve continuidade na Câmara Municipal de Catalão. A atuação desta comissão foi responsável pelo debate técnico e político das questões envolvendo as mineradoras no município de Catalão, reunindo atores antagônicos para discutir os efeitos e as tratativas na busca por alternativas, diante das problemáticas apresentadas, fazendo a mediação entre os representantes das empresas, comunidade, movimentos sociais e a universidade. Tornando-se uma referência institucional na busca por soluções, promovendo audiências públicas, reuniões com a presença de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, Ministério Público Estadual e Federal, além de reuniões técnicas com os representantes das Secretaria municipal e Estadual de Meio ambiente, bem como junto antigo Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM e atual Agência Nacional de Mineral, AGM.

Nas Fotos estão respectivamente: na 41 tem-se os convites para a realização dos mutirões de plantio de mudas para recuperação de nascentes na Comunidade Macaúba a partir do projeto “Vida: recuperação e preservação das nascentes na Comunidade Macaúba, Catalão/GO” elaborado pela professora Patrícia Francisca de Matos do curso de Geografia da UFCAT; na 42 tem-se o plantio de mudas com a participação de membros da Comunidade, Movimentos Sociais, CPT e outros.

Fotos 41 - Convite para mutirão de plantio de mudas em nascentes na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).



Fonte: Acervo – GETeM, 2019.

Foto 42 - Plantio de mudas em nascentes na Comunidade Macaúba em Catalão (GO).



Fonte - Acervo do GETeM, 2019.

Os movimentos sociais organizados ou não, são outras formas de resistir e (Re)Existir, assim sendo as ações destes agentes de transformação social, fomentam a luta e o debate sobre os direitos, as violações e os caminhos para dirimir estas agruras promovidas pela atuação agrohidromineração nos territórios. O resgate de práticas ancestrais como cultivo de sementes crisocolas, os mutirões as festas e cuidado com a terra, tem sido estratégias eficazes para resgatar a dignidade e senso de pertencimento destes camponeses com a terra.

As articulações entre o braço institucional (Grupo de Trabalho) e os movimentos sociais como a Comissão Pastoral de Terra, CPT, Movimento pela Soberania Popular na Mineração MAM e Movimento Camponês Popular, MCP, atuam nas ações de luta e resistência contra a mineração, promovendo os debates com a comunidade, possibilitando o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, com o foco na criação de autonomia da comunidade nos processos de lutas.

As Fotos 43 e 44 representam as ações integradas do Grupo de Trabalho e dos movimentos sociais, da CPT e da comunidade nas ações de luta e resistência contra a mineração.

Foto 43 - Reunião no Ministério Público Federal – Sede em Goiás



Fonte – Acervo do GETeM, 2019.

Foto 44 - Reunião do GT sobre Mineração na sede do GETeM.



Fonte – Acervo do GETeM, 2019.

Os últimos quatro anos foram fundamentais para que fosse possível o enfrentamento e a resistência contra os mecanismos de expropriação, espoliação e expulsão das famílias que ainda estão na comunidade Macaúba. O enfrentamento traz consigo as consequências, e dentre elas as ações judiciais promovidas pelas mineradoras contra os camponeses, com o intuito de pressioná-los a aceitar os valores propostos para a compra das terras, valores estes que não seguem um protocolo justo, há divergências de valores que chegam à 90 % de uma propriedade para outra na mesma comunidade.

O enfrentamento se dá também à nível do simbólico, representado nas ações de recuperação de nascentes, nas pamonhadas, nas festas religiosos e no futebol de toda quinta feira na comunidade, reafirmando organicidade da comunidade mesmo diante do poderio de duas gigantes da mineração, De um lado pesquisadores, movimentos sociais, Comunidades

Camponesas e de outro o poderio econômico do capital nacional e internacional (norte americano e chinês), representado pela Mosaic Fertilizantes e Cmoc, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos tão áridos para a pesquisa brasileira, sobretudo para as ciências humanas, forjados por um governo cuja proposta em curso é, claramente, o desmonte da ciência e da educação, fazer pesquisa é em si, um ato revolucionário. Nesta conjuntura, a escolha de temas e a realização de abordagens teórico-metodológicas que sejam capazes de questionar as hegemonias e desvelar as contra hegemonias, também são revolucionárias.

Nesta pesquisa, buscou-se a compreender as *(Re)Existências* construídas pelos camponeses, por meio do trabalho e da luta política, individual e/ou coletiva, para continuarem Existindo, ou seja, as formas de mobilização e luta engendradas com o objetivo de garantirem a sua reprodução social em seus territórios, mesmo diante da hegemonia capitalista, representada pelos imperativos do agrohidronegócio. Assim, considerou-se as contradições do movimento do real, as hegemonias do capital e, principalmente, as *(Re)Existências* construídas pelos *Povos Cerradeiros* e os demais sujeitos que resistem e lutam pela Existência.

Com a pesquisa, acredita-se ter contribuído com a produção de uma Geografia comprometida com os sujeitos reais, ou seja, os camponeses e trabalhadores da terra que na maioria das vezes são invisibilizados pelo paradigma científico moderno. A partir desses sujeitos - que *Resistem* para continuar *Existindo* e que ao fazer isso, *(Re)Existem*, sempre - buscou-se compreender a dinâmica socioespacial no campo na Mesorregião Sul e no Sudeste Goiano (Região da Estada de Ferro) reconhecendo-se as múltiplas territorialidades que a compõem.

As regiões estudadas precisam ser analisadas a partir da sua heterogeneidade espacial, e não apenas na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado hegemoniza os territórios. Ressalta-se que os índices econômicos, a tecnificação, a verticalização da produção e a modernização do território não são a única face da paisagem goiana, tendo-se as contradições, as territorialidades camponesas, as diferentes práticas de *(Re)Existências*, que revelam os conflitos decorrentes, sobretudo, da atuação política dos trabalhadores, construídas cotidianamente para sua reprodução social.

Nessa perspectiva, entende-se que houve uma hegemonização do território goiano pelo agrohidronegócio, entretanto não há uma homogeneização espacial, uma vez que, os territórios camponeses se reproduzem, resistem e *(Re)Existem* a partir da luta política coletiva. A territorialização desigual do agrohidronegócio, em Goiás, está vinculada à própria dinâmica espacial do campo brasileiro, caracterizada pelas disputas territoriais entre as diferentes classes sociais e, sobretudo, pelas recentes transformações decorrentes da territorialização do capital,

com destaque para as empresas rurais nas áreas de Cerrado. Como resultado, desenvolveram relações desiguais entre os capitalistas (diversas frações e interesses) de um lado, e os camponeses e demais *trabalhadores da terra* e suas frações, de outro.

Goiás possui uma territorialidade em conflito, revelada pelos territórios do capital e pelos territórios camponeses, quilombolas e indígenas que se hibridizam, mas também estão em disputa. As disputas e os conflitos se revelam nas paisagens e nas relações sociais. A pesquisa evidencia os conflitos por terra, água e trabalho, além das mobilizações pela Reforma Agrária, por crédito e infraestrutura, contra a injustiça e a violência, pela desapropriação de terras improdutivas e em defesa da água meio ambiente. Ademais, os acampamentos de luta pela terra e os assentamentos rurais também revelam os conflitos, as contradições e a luta pela terra em Goiás.

As *(Re)Existências* camponesas na Mesorregião Sul Goiano e na Região Sudeste (Região da Estrada de Ferro) devem ser compreendidas considerando-se as diferentes formas de trabalho, organizações, movimentos sociais, associações e cooperativas que tem permitido a sua reprodução social na terra, nos territórios hegemônicos do agrohidronegócio. Em específico, identificou-se as *(Re)Existências* construídas no âmbito institucional, por meio do Estado e as *(Re)Existências* construídas do ponto de vista das lutas políticas no âmbito dos movimentos sociais.

Assim, as *(Re)Existências* no âmbito institucional (que também perpassam pela organização política) são: as associações e cooperativas que abrangem o modelo produtivo e/ou a comercialização, assim como a educação do campo. Já no âmbito das lutas sociais, estão os movimentos sociais, a CPT, a pluriatividade e as feiras.

No que se refere às cooperativas no Sudeste Goiano vale destacar que, de início, houve a contribuição do MST, mas atualmente são organizações realizadas pelos camponeses na produção e/ou comercialização, com diferentes modelos de estruturação. Algumas já perderam o viés de resistência camponesa, o que exige um olhar mais atento na compreensão das contradições do cooperativismo, mas outras como a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COPERSIL); Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Corumbá (COOPAC); Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis e Região (COOPERVI); Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona (COAPRO); Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL); e, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Buritizinho e Região (COOMAFAB).

Quanto à Educação do Campo, entende-se que esta representa uma contribuição essencial nas *(Re)Existências* camponesas na Mesorregião Sul e na Região Sudeste Goiano.

Isso porque representam a educação sendo ofertada às comunidades rurais, mesmo que a maior parte das escolas no campo não tenham uma proposta consolidada de educação do campo. Dentre as instituições de ensino, destaca-se a EFAORI que atende jovens do campo e possui uma proposta de educação do campo com interfaces para os saberes e fazeres do campo e os saberes acadêmico-científicos.

A educação do campo surge a partir das reivindicações e lutas sociais das comunidades, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, da atuação das universidades, sindicatos e instituições envolvidas com a pauta da construção de uma educação popular, e em específico, de uma educação voltada para os sujeitos do campo, vinculada às ações pelo acesso à terra e a permanência nela. É uma proposta de educação do campo que está na contramão da educação conservadora e burguesa que, hegemonicamente vem sendo desempenhada pelo Estado, portanto envolvem lutas cotidianas contra o fechamento de escolas rurais, pela manutenção das Escolas Famílias Agrícola (EFAs). Nessa luta, destacam-se as atuações das Comunidades Camponesas e dos movimentos sociais, assim como dos sindicatos e associações

Os Assentamentos Rurais demonstram as contradições e a luta pelo acesso à terra, assim como pela permanência nela. São faces da resistência e da *(Re)Existência* e envolvem a pluriatividade, o acesso às políticas públicas, a formação de organizações coletivas, associações e cooperativas. Assentamentos são *(Re)Existências* pensando na luta pela terra e compreendendo-se que uma das formas dessa luta se dá quando ocorre a espacialização dos acampamentos e territorialização dos assentamentos. A maior parte dos Assentamentos Rurais na Mesorregião Sul Goiano estão vinculados ao movimento sindical, ou seja, à FETAEG. Na Região Sudeste Goiano (Região da Estrada de Ferro), a maior parte também é oriunda do movimento sindical, no entanto, dois são vinculados ao MST, movimento social. a *(Re)Existência* do campesinato através da luta pela terra que se materializa com os assentamentos é de fundamental importância para sua Existência. Os assentamentos expressam uma nova configuração territorial em que as relações sociais de produção, de trabalho e de vida se concretizam.

A Soberania Alimentar está vinculada à pluriatividade e são *(Re)Existências* que estão no campo da luta pela permanência na terra. Consiste na busca para reorganizar o cultivo e a distribuição dos alimentos de qualidade para a sociedade, com um viés político dos movimentos sociais. Nas regiões pesquisadas, estão presentes nos assentamentos rurais, nas comunidades camponesas, tanto às vinculadas aos movimentos sociais quanto à CPT, à EFAORI ou por organizações políticas locais.

As feiras livres, relacionadas à pluriatividade e à soberania alimentar, também se constituem elementos da *(Re)Existência* camponesa, quando aliadas às políticas e ações de fortalecimento da agricultura familiar. As feiras livres presentes no território goiano são importantes tanto para a circulação e comercialização dos produtos da agricultura familiar, quanto da construção da soberania alimentar.

Os movimentos sociais são importantes mecanismos na construção das *(Re)Existências* camponesas nas regiões pesquisadas. Por meio de movimentos sociais como o MST, tem-se os assentamentos rurais, as reivindicações por educação, saúde e infraestruturas, além do associativismo, da agroecologia e pluriatividade. As ações do MCP envolvem educação do campo, corredores agroecológicos, feiras livres e camponesas, acesso às políticas públicas, moradia rural e infraestruturas. O MAB tem atuação nos conflitos com as comunidades rurais atingidas por barragens.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha os camponeses nas suas *(Re)Existências*, com espírito crítico, e se destacou/se destaca pelo apoio e defesa dos direitos dos trabalhadores à terra, nas situações de conflitos por terra, água, como no embate pela reforma agrária, na luta contra barragens e mineradoras. Ainda, na mobilização dos camponeses para o acesso às políticas públicas, na organização da produção e comercialização dos produtos, garantindo renda e maior estabilidade para as famílias, auxiliando-as na permanência na terra.

O caso da Comunidade Macaúba em Catalão (GO) é um exemplo de conflitos e *(Re)Existências* camponesas. Os conflitos por terra e água são oriundos da mineração e envolvem a resistência e a luta política para continuarem existindo. Ao longo desse processo *(Re)Existem* com o auxílio dos movimentos sociais, da CPT, da universidade, do legislativo municipal e membros da sociedade em geral, envolvidos com a causa.

São essas ações, construídas pelos povos do campo, no âmbito institucional ou não, que se constituem como as *(Re)Existências*. São estratégias estruturadas a partir da consciência e a partir da organização coletiva, que tem permitido a sua reprodução social nos territórios hegemonzados pelo Agrohídronegócio. Cabe à Geografia Agrária desvelar essas ações que estão imbricadas com a dinâmica socioespacial do campo em Goiás. O olhar geográfico precisa ser construído com os pés no chão, ou seja, com atenção as práticas sociais e políticas dos sujeitos que vivem e *(re)constroem* o campo, mesmo nos territórios hegemonzados pelo capital. São esses sujeitos que *Resistem* para continuar *Existindo* e que desse modo, *(Re)Existem*, sempre e cada vez mais!

REFERÊNCIAS

ABREU, Marden. Mineração em Catalão. In: **Diário da Manhã**, 2016. Disponível em: < <https://www.dm.jor.br/opiniaio/2016/10/mineracao-em-catalao/>> Acesso em: abril de 2021.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**: trabalho de campo. Associação dos geógrafos brasileiros: São Paulo, n. 84, jul. 2006, p.51-68.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, Maria Zenaide. Prefácio. In: ALVES, Maria Zenaide; FALEIRO, Wander. (Org.). **Terrafor**: formação de professores e partilha de saberes. 1ª.ed. Uberlândia-MG: Navegando, 2018. Prefácio. p. 5-7.

ALVES, Sandra Aparecida. **Geografia e gênero**: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região Estrada de Ferro em Goiás. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Ciência da Sociedade**: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ARAÚJO, Flávio Marcos Gonçalves de. **A organicidade do movimento terra livre em Goiás**: espacialização e territorialização entre 2008 e 2017. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

ARROYO, Miguel Gonzales. **A escola do campo e a pesquisa do campo**: metas. In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional – UFG, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

BATISTA DE DEUS, João. **O sudeste goiano**: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira. 2002. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Lei nº9394/96**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília:DF:1996.

BRASIL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/>> Acesso em: maio de 2021.

Caldart, Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Por uma educação do campo. 5ª.ed. Petrópolis- RJ: Vozes,2011. cap. 3. p.87-131.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; LUNAS, Divina Aparecida Leonel. Panorama e consolidação do setor mineral em Goiás. In: **Revista Cerrados (Unimontes)**, vol. 14, núm. 1, pp. 96-124, 2016. Disponível em: <<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>> Acesso em: março de 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **O Laticínio Italac Alimentos e as transformações espaciais em Corumbaíba (GO) – 1990-2005**. 89 f. Monografia (Graduação-Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, Catalão, 2006.

_____; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; NASCIMENTO, Aline Cristina. (RE)Existências Camponesas no Sudeste Goiano: reprodução social camponesa nos territórios hegemônicos pelo agrohídronegócio. In: **Espaço em Revista**, v. 23, n. 1, jan./jun. 2021 (No Prelo).

_____. **Um olhar geográfico em Corumbaíba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho**. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, Catalão, 2013.

CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

_____. CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.) **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, p. 35-50, 2010.

CAVALCANTE, Ângelo Silva. **A cana-de-açúcar na cidade de Itumbiara (GO): histórias e contradições**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. 326 f. São Paulo, 2018.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.) **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, p. 15-33, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel. A abordagem territorial do Cerrado: pontos para uma discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**, 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). Disponível em: <<http://ceget.fct.unesp.br/>>. Acesso em: maio de 2020.

COACAL. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.coacal.com.br/empresas,IF,NTc.html>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

COOPERSIL. **Histórico**. Disponível em: <http://www.coopersil.org.br/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

DADOS EDUCACIONAIS. **QEDu**. Disponível em: < <https://www.qedu.org.br/busca/109-goias/1518-piracanjuba>>. Acesso em 28 set. 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Edição Especial. P. 60-68. Jul./ 13.

Diário da Manhã. **Mineração em Catalão**. 2016. Disponível em: <<https://www.dm.jor.br/opiniaio/2016/10/mineracao-em-catalao/>> Acesso em: junho 2021.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular: UNESP, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia dos territórios**. 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>> Acesso em: 18 de jul. de 2011.

_____. Mesa Redonda: **O campo no Brasil: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012. Uberlândia (MG): UFU, 2012.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes; NÓBREGA, Stéfanny da Cruz. Um olhar geográfico a partir da horta escolar: educação socioambiental e soberania alimentar. In: **OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 604-628, 2020.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira. A pecuária leiteira em Ituiutaba (MG): processo de produção e comercialização do leite na Comunidade da Canoa. In: CHELLOTI, Marcelo Cervo et. al. **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia (MG): Assis, 2012.

GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Secretaria de Gestão e Planejamento. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. Secretaria de Gestão e Planejamento. **Goiás em Dados**, 2018. Disponível em: < <https://www.imb.go.gov.br/>> Acesso em: maio de 2020.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma Geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **No horizonte, a exaustão:** [manuscrito]: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

GÖRGEN OFM, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2.ed. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Espaços da esperança.** São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo segundo Engels:** Marx e Engels na História. São Paulo: Humanitas, 1996.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

INÁCIO, Fátima Pacheco de Santana. **O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930 – 1964).** 2005. 253 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2005.

INCRA.1987. **Política de assentamento,** Brasília.

INCRA. **Assentamento.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 06 abr. 2021.

INCRA GOIÁS. **Os assentamentos em Goiás.** Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

JÚNIO, Gregório Roza dos Santos. **Sustentabilidade de assentamentos rurais no Estado de Goiás:** avaliação comparada entre os assentamentos do Nordeste e do Sul Goiano. Dissertação (Mestrado) – 222 f. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Goiânia, 2018.

JÚNIOR, Astrogildo F. da Silva; NETTO, Mário Borges. **Revista Eletrônica de Cultura e Educação. Caderno temático: cultura e educação do campo.** 2011- . ISSN 2179-8443.

LEAL, Hansi Miller Quintino; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. Agricultura e a sujeição da renda da terra em Mirandópolis/SP. **Rev. Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas,** Três Lagoas- MS, v. 2, n. 2, set. 2005.

LEÃO, Mamede. **Secretaria de Meio Ambiente vistoria barragens de Catalão**. Blog do Mamede, 2015. Disponível em: <<https://www.blogdomamede.com.br/?p=26828>> Acesso em: junho 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Imperialismo**, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MAM (Movimento pela soberania popular na mineração). **As várias faces do superfaturamento das mineradoras no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/08/15/as-varias-faces-do-super-faturamento-das-mineradoras-no-brasil/>> Acesso em: junho de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____.; ENGELS, Frederick. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. v. 1. 27. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

_____. **O capital**: crítica da Economia política. Livro terceiro. o processo global de produção capitalista. v. VI. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Patrícia. Fagundes. de.; PESSÔA, Vera. Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

_____. **O agronegócio no cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri**. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000100004>>. Acesso em: maio de 2021.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e

Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

_____. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros. **Terra Livre: crises, práxis e autonomia, espaços de resistências e esperança.** São Paulo: AGB. Semestral. v.1, n. 34, p. 189-202. Jan/junh/2010.

_____. COMPLEXIDADE DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: o agronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros. **Terra livre**, São Paulo – SP, ano 26, v. 1, n. 34. p. 189-202. Jan.-jun., 2010.

_____. AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAMPO E OS CONFLITOS PELO ACESSO À TERRA E A ÁGUA: as novas territorialidades do agronegócio em Goiás. **Revista Pegada**, Vol. 16, mai. 2015. Edição especial.

_____; +MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócio no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. **Anais... II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS – Salvador, 2007.**

MESQUITA, Helena Angélica de. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do Cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu! **Anais... XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-19 Disponível em: <<https://library.org/document/yjj07wky-onde-estao-as-flores-as-cores-os-odores-os-saberes-e-os-sabores-do-cerrado-brasileiro-o-agro-hidronegocio-comeu.html>> Acesso em: junho 2021.

MESQUITA, Natália Lucas; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As expressões da (Re)Existência camponesa nos espaços hegemônicos do Sudoeste Goiano. In: **Geosaberes**, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5528/552856412050.pdf>> Acesso em: abril de 2021.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de P. C. Castanha; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MONTEIRO, Rafael de Melo. **As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano.** (Tese). 162 f. Doutorado em Geografia. Presidente Prudente, 2017.

MONTEIRO, Rafael de Melo; PESSÔA Vera Lúcia Salazar. RELAÇÕES DE PODER E PRODUÇÃO TERRITORIAL: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) *Geo UERJ*. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp.200-222 ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Sociedade espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 83. p. 07-31 dez. 2005.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MISNEROVICZ, José Waldir. O papel dos acampamentos na luta pela terra. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais... GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais** ISSN: 1980-4555. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt06_1507224996_arquivo_trabalhosinga1.pdf>. Acesso em: junho de 2021.

MST, **Movimentos Populares ocupam trilhos de mineradoras transnacionais em Catalão**, 208. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/03/23/movimentos-populares-ocupam-trilhos-de-mineradoras-transnacionais-em-catalao-go/>>. Acesso em: maio de 2021.

MST. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

NASCIMENTO, Aline Cristina. **E cadê o campesinato que estava aqui?** a transformação do território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

NASCIMENTO, Aline Cristina; MAURO, Rogério; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização do território goiano e a construção de (Re)Existências. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. v.6, n.2, p.66-83, Ago./Dez., 2017. ISSN 2238-3565

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O que é? **Revista Orientação do Instituto de Geografia**, São Paulo, n. 6, p. 79-102, nov. 1985.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-território:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, n. 21. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, p.113-156, 2003.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na Região do Pontal do Paranapanema-SP:** limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105066>. Acesso em: 07 abr. 2021.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **IV Workshop sobre a expansão de novas fronteiras para a energia renovável:** efeitos, conflitos e alternativas envolvendo populações em vulnerabilidade socioambiental. 2016.

PAIVA SILVA, Gedeval. **Os territórios em disputa às margens da Barragem de Anagé-Bahia:** terra e água de trabalho versus terra e água de negócio. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital**. Disponível em: < http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artig_prof_eliane.pdf >. Acesso em: 21 de abr. de 2013.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputas. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs). **Cerrado: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 51-69.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo**. 13 p. (Texto apresentado no V Encontro de Grupos de Pesquisa – UFSM, Santa Maria, nov. 2009).

PINHEIRO, Ana Maria; MARIN, Joel Orlando. O perfil fundiário do assentamento rural João de Deus e os reflexos no sistema de produção. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 15–28, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/pat/article/view/2949>. Acesso em: 6 abr. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O latifúndio genético e ar-existência indígena-campesina. In: **GEOgraphia**, v. 4; n. 8, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13431> > Acesso em: jun. de 2021.

_____. **Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 21-31. Editora UFPR: 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Saulo Ferreira. **Políticas públicas e a agricultura familiar no assentamento Serra Dourada: Um diálogo em construção**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, 2015.

RESENDE, Cristiany Barbosa Ferreira. **Fazendo feiras e tecendo estórias de vida: feira livre e reprodução camponesa na Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)**. 119f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2020.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.

RIGONATO, Valney Dias. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos Geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA**. 311 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

SANTANA, Alex Tristão de. **A territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças no trabalho**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão.

SANTOS, Gesmar R.; FREITAS, Rogério E.; Gasto público com a agricultura no Brasil: uma abordagem a partir de dados agregados. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. n. 17, jul.-dez, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8159/1/BRU_n17_Gasto.pdf> Acesso em: maio de 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 157-186.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. **Revista Presença Pedagógica**, v. 12 n. 69 mai./ju. 2006.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. 2002. 43 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA, Silvio Simione da. **Análise da paisagem no ensino e pesquisa na geografia**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/SilvioProd4.pdf>>. Acesso em: 21 de abr. de 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SISTEMAOCB. Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/100931/1608152662Anuario_2020-vf.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

SOUZA, Taís. GO: Famílias são ameaçadas de despejo a pedido de mineradoras em Catalão. In: **A nova democracia**. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/noticias/12991-go-familias-sao-ameacadas-de-despejo-a-pedido-de-mineradoras-em-catalao>> Acesso em: junho 2021.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Silva de. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa – PB. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, p. 25-48, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>>. Acesso em: junho de 2021.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desafios teóricos para a Geografia do Trabalho no século XXI. In: _____; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto (Orgs). **Geografia do Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. p. 162-217.

_____. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil!: intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista ANPEGE**. Goiânia, 2011, v. 7, n. 1, n. especial, p. 307-309.

_____. Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. **Revista Eletrônica** do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Inovación, Desarrollo y Médio Local – Dimensiones Sociales y Espaciales de La Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.

_____. **Por uma geografia do trabalho**. (Reflexões Preliminares) Scripta Nova, revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. v. 6., n. 119(27), 2002.

_____. O pior está porvívus: em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia da COVID-19. OTIM: Observatório do Trabalho István Mészáros (OTIM), 2020. Disponível em: < <http://otim.fct.unesp.br/o-pior-esta-porvirus-em-defesa-da-classe-trabalhadora-para-alem-da-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 09 de jun de 2021.

THOMPSON, Edward Palmer, **A formação da classe operária inglesa 2: a maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: A Importância Ecológica dos Saberes Tradicionais**. Expressão Popular: São Paulo, 2015.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, p. 317-336, 2009.

VERANO, Thiago de Carvalho. **Feiras municipais como alternativa de comercialização para agricultores familiares**. 2019. 95f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.